



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

MARCELO PANIS

**CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES: O uso contemporâneo das
heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil**

CAMPINAS

2014



NÚMERO: 226/2014
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

MARCELO PANIS

CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES:

O uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). MARIA TEREZA DUARTE PAES.

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO MARCELO PANIS E ORIENTADO PELA
PROF^a. DR^a. MARIA TEREZA DUARTE PAES**

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica

Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva – CRB 8/5752

P193c Panis, Marcelo, 1979-
Circuitos turísticos Ítalo-descendentes : o uso contemporâneo das heranças culturais no sul e sudeste do Brasil/ Marcelo Panis. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Turismo. 2. Imigrantes italianos. 3. Patrimônio cultural. 4. Identidade cultural. I. Paes, Maria Tereza Duarte, 1961-. II. Universidade estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Tourist circuits Italian descendants: the contemporary use of cultural heritages in the South and Southeast of Brazil

Palavras-chaves em inglês:

Tourism

Italian immigrants

Cultural heritage

Cultural identity

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca Examinadora:

Maria Tereza Duarte Paes [Orientador]

Rita de Cássia Ariza Cruz

Fábio Vergara Cerqueira

Pedro Paulo Abreu Funari

Haroldo Gallo

Data da defesa: 22-04-2014

Programa de pós-graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTOR: Marcelo Panis

“CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil”

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

Aprovado em: 22 / 04 / 2014

EXAMINADORES:

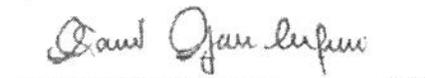
Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

 -Presidente

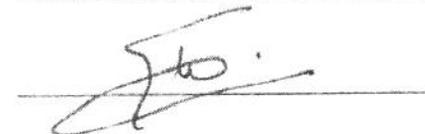
Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza Cruz



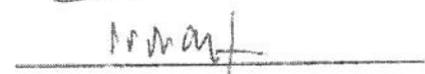
Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira



Prof. Dr. Haroldo Gallo



Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari



Campinas, 22 de abril de 2014.

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, Arnildo e Irene, e a minha companheira Carla, por todo amor e confiança, sempre me apoiando em minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este representa uma conquista pessoal que não seria possível individualmente, sendo resultado do companheirismo, do amor, da amizade daqueles e daquelas que, de longe ou de perto, contribuíram para o seu resultado. Uma conquista dessa importância merece o agradecimento a todos os que contribuíram nesta empreitada. De antemão, quero pedir desculpa àqueles que porventura sejam esquecidos, até mesmo porque não é possível nomear todos, pois a lista se tornaria demasiadamente grande. Portanto, em especial:

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo auxílio financeiro que foi uma contribuição importantíssima para a concretização desta pesquisa.

Agradeço à Professora Doutora Maria Tereza Duarte Paes, pela orientação e os ensinamentos que me desafiaram e me ajudaram a crescer intelectualmente e pessoalmente nestes anos que se passaram.

Agradeço aos meus pais, irmãos e familiares, pelo amor, pelo carinho e pelo apoio as minhas decisões, o que permitiu esta conquista, ainda que para isso tenha sido necessário que eu ficasse distante deles.

Agradeço a Carla minha companheira de estrada e vida, que nestes anos todos esteve ao meu lado me apoiando com amor e carinho.

Agradeço aos empreendedores, gestores e representantes institucionais que, dispostos a contribuir com este trabalho, sempre me receberam de portas abertas e me concederam informações, entrevistas e momentos de bate papo e descontração, tão importantes para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço a Fábio Luiz Machioski pela tradução do resumo deste trabalho para o dialeto vêneto.

Agradeço aos amigos, que são tantos, pela presença e companheirismo para todas as horas, em especial, ao Alexandre, pelos bons momentos de bate papo e aprofundamentos geográficos. Também agradecer a todos os meus amigos e amigas de longe e de perto que, infelizmente, não posso nomeá-los, pois são muitos.

Quero também agradecer aos meus amigos e colegas de Grupo de Pesquisa em Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, e todos outros do Instituto de Geociências que passaram e deixaram boas marcas em minha vida.

Meus sinceros agradecimentos aos professores e funcionários do IG, em especial a Valdirene e a Gorette que ajudaram muito durante o tempo que estou aqui.

“O mundo me pertence porque eu o compreendo.”

Honoré de Balzac



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES:
O Uso Contemporâneo das Heranças Culturais no Sul e Sudeste do Brasil

TESE DE DOUTORADO

MARCELO PANIS

RESUMO

A imigração de italianos para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do XX, representou um dos mais importantes capítulos históricos da formação socioespacial do país. No período contemporâneo os lugares onde estes imigrantes se fixaram são marcados pela presença de bens materiais e imateriais que representam esta identidade cultural. Objetos, saberes e práticas que constituem conteúdos que fortalecem os nexos de pertencimento à memória e às tradições ítalo-descendentes no presente. São exatamente para essas materialidades, práticas e saberes remanescentes que o olhar desse trabalho se direciona. Heranças de grande valor histórico e social que resistiram às mudanças no tempo e no espaço e, por este motivo, considerados patrimônios culturais na atualidade, não apenas por estarem salvaguardados por instrumentos de proteção, mas por receberem o reconhecimento por sua importância histórica e social.

Neste presente, a dinâmica econômica global impõe à complexidade socioespacial novas demandas de uso e funcionamento dos lugares, modificando algumas práticas sociais cotidianas, inclusive, a forma de pensar a materialidade e as representações simbólicas das diversas culturas. Isto significa que o conjunto dos objetos, costumes e tradições tendem a ganhar novos usos para atender às transformações na dinâmica socioespacial, processo no qual há a incorporação do valor de mercado ao valor cultural, processo evidenciado por meio dos circuitos turísticos ítalo-descendentes. Em tal processo, o turismo figura como uma atividade que incrementa os rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribui na preservação dos bens materiais e conteúdos simbólicos da cultura, uma vez que o uso turístico do patrimônio cultural garante sua continuidade no tempo e no espaço.

Assim, este trabalho tem como proposta analisar a atual representação da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos existente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, tomando como referência os processos de refuncionalização dos bens culturais ítalo-descendentes, orientados por políticas públicas de planejamento territorial, bem como por estratégias econômicas de valorização turística da cultura.

Palavras-Chave: Circuitos turísticos, Ítalo-descendentes, Patrimônio cultural, Identidade, Refuncionalização.



**UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCES**

**TOURIST CIRCUITS ITALIAN DESCENDANTS :
The contemporary use of cultural heritages in the South and Southeast of Brazil**

**DOCTORAL THESIS
MARCELO PANIS**

SUMMARY

The Italian immigration to Brazil, between the end of the 19th century and the early 20th centuries, represented one of the most important historical chapters of socio-spatial formation in the country. In the contemporary period the places where these immigrants settled are marked by the presence of material and immaterial goods that represent this identity cultural. Objects, knowledge and practices that constitute content which strengthen the linkages of belonging to memory and Italian traditions-descendants in the present. Are exactly for these materiality both, practices and knowledge remains that look of this work rests. Legacies of great historical and social value who resisted to changes in time and space and therefore considered cultural heritage today, not only for being safeguarded by protective instruments, but by receiving recognition for its historic and social importance.

At present, the global economic dynamics imposes on the socio-spatial complexity new demands for use and operation of places, modifying some everyday social practices, including, the way of thinking the materiality and the symbolic representations of diverse cultures. This means that the set of objects, customs and traditions tend to win new uses to meet the changes in socio-spatial dynamics, process in which there is the embodiment of the market value of the cultural value, process evidenced by means of the tourist circuits Italian descendants. In such a process, figure tourism as an activity that increases the household income, while contributing to the preservation of material goods and symbolic contents of culture, since the use of cultural heritage tourism ensures its continuity in time and space.

Thus, this work is proposed to analyze the current representation of the cultural identity of the descendants of Italian immigrants in the States of Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná and Espírito Santo, taking as a reference the refuncionalization processes of cultural property Italian descendants, guided by public policies of territorial planning, as well as by economic strategies of tourist valorization of the culture.

Key-Words: Tourist circuits, Italian-descendants, Cultural heritage, Identity, Refuncionalization.



**UNIVERSITÀ DI STATO DI CAMPINAS
ISTITUTO DI GEOSCIENZE**

**CIRCUITI TURISTICI ITALIANI-DISCENDENTI:
L'uso contemporaneo di patrimoni culturali nel sud e nel sud-est del Brasile**

TESI DI DOTTORATO

MARCELO PANIS

RIASSUNTO

L'immigrazione italiana in Brasile, tra la fine del XIX secolo e l'inizio del XX secolo, ha rappresentato uno dei capitoli storici più importanti della formazione socio-spaziali nel paese. In epoca contemporanea i luoghi dove questi immigrati insediati sono contrassegnati dalla presenza di beni materiali e immateriali che rappresentano questa identità, beni culturali, conoscenze e pratiche che costituiscono il contenuto che rafforzano i legami di appartenenza alla memoria e tradizioni italiani-discendenti nel presente. Sono esattamente per queste materialità entrambi, pratiche e conoscenza rimane che lo sguardo di questo lavoro riposa. Eredità di grande valore storico e sociale che ha resistito ai cambiamenti nel tempo e nello spazio e, quindi, considerato patrimoni culturale nella attualità, non solo per essere salvaguardato dagli strumenti protettivi, ma ricevendo il riconoscimento per la sua importanza storica e sociale.

Attualmente, le dinamiche economiche globali impone la complessità socio-spaziali nuove richieste di utilizzo e il funzionamento dei luoghi, modificando alcune pratiche quotidiane sociale, tra cui, il modo di pensare la materialità e le rappresentazioni simboliche delle culture diverse. Questo significa che la collezione di oggetti, costumi e tradizioni tendono a guadagnare nuovi usi per accogliere i cambiamenti nelle dinamiche socio-spaziali, processo in cui c'è l'incorporazione del valore di mercato al valore culturale, processo constatato attraverso degli circuiti turistici italiani-discendenti. In tale processo, il turismo figura come una attività che aumenta il reddito familiare, allo stesso modo che contribuisce alla conservazione dei beni materiali e contenuti simbolici della cultura, poiché l'uso di turismo culturale patrimonio assicura la sua continuità nel tempo e nello spazio.

Così, questo lavoro si propone di analizzare la attuale rappresentazione dell'identità culturale dei discendenti di immigrati italiani in Stati di Rio Grande Sul, Santa Catarina, Paraná ed Espírito Santo, prendendo come riferimento il processi di rifunzionalizzazione di beni culturali italiani-discendenti, guidati da politiche pubbliche della pianificazione territoriale, nonché da strategie economiche di valorizzazione turistica della cultura.

Parole-chiavi: Circuiti turistici, Italiani-discendenti, patrimonio culturale, identità, rifunzionalizzazione



UNIVERSITÀ GOVERNAMENTALE DE CAMPINAS
STITUTO DE GEOSSIENSE

**CAMINI TURISTICHI ITALO-BRASILIANI:
El uso de uncò dele eredità culturale so'l Sul e so'l Sudeste del Brasile**

TESE DE DOTORATO

MARCELO PANIS

CONSSISO

A imigrassion dei taliani par el Brasile, tra el finale del secolo XIX e el scominssio del XX, zè stà un dei pì importanti capitoli storichi dela formassion dele bele gente e dei beli cantuni del nostro paese. Desso i posti par dove zè vegnesti questi imigranti i zè pien de ben materiali e imateriali che i tira avanti 'na identità culturale massa forte. Robe e mestieri ben fati che insieme i sostegne la memòria e le tradission deli italo-brasiliani. Zè pròpio de questi afari e mestieri che ndemo parlar sun questo laoro. I zè assadi de gran valor stòrico e sívico che i se gà contraposti ai cambiamenti del tempo e del spasso, e giusto par questo, uncò i zè visti come patrimoni culturali, non solo parche i gà qualche profession, ma parche i zè stà recognossui par caso de so impotanssia stòrica e sívica.

Sun nostra realtà, el mondo dei negossi de uncò el domanda ale diverse comunità nove forme de uso e de refarse dei posti, cambiando cossita el modo de vivere, come i pensieri su le cose materiale e anca su i simboli dele varie culture. Questo vo' dir che i mùci de robe, costumi e tradission i scominssia a esser dopera di nantra maniera, i risseve nove funssion par refarse ale domande fate da parte dele società, cossita se donta un valor de mercà al valor culturale, zè questo che ocor con i camini turistici italo-brasiliani. De questa forma el turismo el zè capità come 'na agiuta ai negossi dele famegie, al stesso modo che giova la profession dela cultura materiale e imateriale, 'na volta essendo el uso turístico del patrimonio culturale che lo porta avanti sol tempo e sol spasso.

Cossita, questo laoro el vo' studiar come zè soi di de uncò la rappresentassion dela identità culturale dei nevodi e bisnevodi dei imigranti taliani che ghezè soi stadi del Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, ciapando come esémpio quello che gà sussedesto con i ben culturali italo-brasiliani, parecià par medo de politiche pubbliche de profitamento del spasso come anca par medo de progeti economici fati par darghe valor turistico ala cultura.

Parole-Ciave: Camini-turistici, Italo-brasiliani, Patrimonio Culturale, Identità, Refarse.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO..... | XIII |
| ABSTRACT | XV |
| RIASSUNTO..... | XVII |
| CONSSISO..... | XIX |
| ÍNDICE DE FIGURAS | XXI |
| ÍNDICE DE TABELAS | XXVII |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS..... | XXIX |
| LISTA DE SIGLAS..... | XXXI |
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| INTRODUÇÃO | 5 |
| PERCURSO METODOLÓGICO | 9 |
| | |
| CAPITULO I – AS HERANÇAS ÍTALO-DESCENDENTES NO BRASIL | 19 |
| 1.1 A IMPORTÂNCIA DA EMIGRAÇÃO ITALIANA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL | 21 |
| 1.2 ENTRE AS COLÔNIAS IMPERIAIS E AS FAZENDAS DE CAFÉ: A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL (1875 - 1915)..... | 38 |
| 1.2.1 <i>Uma nota sobre São Paulo</i> | 66 |
| 1.3 AS PERMANÊNCIAS NO TERRITÓRIO: O PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE CULTURAL ÍTALO- DESCENDENTE..... | 72 |
| | |
| CAPITULO II – OS USOS CONTEMPORÂNEOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO..... | 91 |
| 2.1 <i>A ITALIANIDADE BRASILEIRA: BENS E PAISAGENS DE VALOR SINGULAR NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO</i> | 93 |
| 2.2 A APROPRIAÇÃO DA CULTURA PELO TURISMO | 111 |
| 2.3 O PAPEL DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS NO USO DO TERRITÓRIO | 122 |

| | |
|--|------------|
| CAPITULO III – OS CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES NO SUL E SUDESTE DO BRASIL | 135 |
| 3.1 <i>CHI SIAMO?</i> O RESGATE DA ITALIANIDADE PRETÉRITA..... | 137 |
| 3.2 O USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO E DA IDENTIDADE CULTURAL ÍTALO-DESCENDENTE . | 146 |
| 3.3 A VALORIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS ÍTALO-DESCENDENTES NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO..... | 166 |
| 3.4 OS CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES | 187 |
| 3.4.1 <i>Rio Grande do Sul</i> | 191 |
| 3.4.2 <i>Santa Catarina</i> | 215 |
| 3.4.3 <i>Paraná</i> | 229 |
| 3.4.4 <i>Espírito Santo</i> | 243 |
| | |
| CONCLUSÃO | 255 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 265 |
| SÍTIOS CONSULTADOS | 287 |
| | |
| APÊNDICES..... | 289 |
| APÊNDICE 1: PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO A VISITAÇÃO | 291 |
| APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS AOS USUÁRIOS DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS | 295 |
| APÊNDICE 3: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA AOS PROPRIETÁRIOS E/OU GESTORES DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS..... | 297 |
| APÊNDICE 4: ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA AOS REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS..... | 299 |
| APÊNDICE 5: QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS AGÊNCIAS DE TURISMO | 300 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Itália no período anterior à unificação | 31 |
| Figura 2: Itália no período atual..... | 31 |
| Figura 3: População de imigrantes italianos chegados aos estados brasileiros..... | 44 |
| Figura 4: Italianos no Rio Grande do Sul | 50 |
| Figura 5: Italianos em Santa Catarina | 52 |
| Figura 6: Italianos no Paraná | 56 |
| Figura 7: Italianos no Espírito Santo | 60 |
| Figura 8: Italianos em São Paulo | 68 |
| Figura 9: Casa Italiana na região serrana do RS | 101 |
| Figura 10: Casa da Erva-mate - Bento Gonçalves/RS | 102 |
| Figura 11: Casa de Italianos – Colombo/PR..... | 102 |
| Figura 12: Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS | 103 |
| Figura 13: Produção do Vinho – Colônia Maciel/RS..... | 103 |
| Figura 14: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa – Colônia Maciel/RS..... | 104 |
| Figura 15: Casa de Família Onzi – Caxias do Sul/RS | 105 |
| Figura 16: Casa de Pedra do Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS | 105 |
| Figura 17: Paisagem do Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS | 106 |
| Figura 18: Paisagem do Circuito Pelotas Colonial – Colônia Maciel/RS | 106 |
| Figura 19: Gastronomia ítalo-descendente – Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS..... | 107 |
| Figura 20: Produção de compota de uva – Família Casarin – Colônia Maciel/RS | 107 |
| Figura 21: Produtos Coloniais – Família Carmelatto – Colônia Maciel/RS..... | 108 |
| Figura 22: Cantina Nardello – Circuito Pelotas Colonial – Pelotas/RS..... | 108 |
| Figura 23: Folheto e mapa de divulgação turística, Bento Gonçalves..... | 150 |
| Figura 24: Folheto de divulgação turística, Bento Gonçalves..... | 151 |
| Figura 25: Folheto e mapa de divulgação turística, Caxias do Sul. | 152 |

| | |
|---|-----|
| Figura 26: Folheto e mapa de divulgação turística, Caxias do Sul. | 153 |
| Figura 27: Folhetos e mapas de divulgação turística, Caxias do Sul. | 154 |
| Figura 28: Folhetos e mapas de divulgação turística, Caxias do Sul. | 155 |
| Figura 29: Passaporte Turístico - Capa | 157 |
| Figura 30: Passaporte Turístico – Macrorregião Encantos do Sul..... | 158 |
| Figura 31: Passaporte Turístico – Macrorregião Grande Oeste | 159 |
| Figura 32: Mapa turístico do município de Urussanga/SC..... | 160 |
| Figura 33: Folheto e mapa de divulgação turística do Caminho do Vinho. | 162 |
| Figura 34: Folheto e mapa de divulgação turística do Circuito Italiano de Turismo Rural. | 163 |
| Figura 35: Guia de Informações turísticas de Venda Nova do Imigrante/ES. | 164 |
| Figura 36: Mapa turístico de Venda Nova do Imigrante/ES..... | 165 |
| Figura 37: Sinalização Indicativa dos atrativos turísticos - Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS. | 200 |
| Figura 38: Sinalização turística – Cantinas Históricas – Bento Gonçalves/RS | 200 |
| Figura 39: Sinalização Turística – Estrado do Sabor – Garibaldi/RS | 200 |
| Figura 40: Estrada com cobertura asfáltica – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS..... | 201 |
| Figura 41: Estrada de Chão - – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS | 201 |
| Figura 42: Estrada de chão – Caminho das Pipas – Rolante/RS | 201 |
| Figura 43: Cobertura asfáltica – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS | 201 |
| Figura 44: Paisagem da Colônia Faria Lemos – Rotas das Cantinas Históricas – Bento Gonçalves/RS | 202 |
| Figura 45: O antigo e o novo – Mosaico da paisagem do Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS.. .. | 202 |
| Figura 46: Pousada Cantelli – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS | 204 |
| Figura 47: Casa da Erva Mate – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS..... | 204 |
| Figura 48: Casa de Pedra centenária – Família Tonietto – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS ... | 204 |
| Figura 49: Capela Centenária (1892) – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS..... | 204 |
| Figura 50: Casa da Ovelha – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS..... | 207 |
| Figura 51: Ampliação da Casa da Ovelha - Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS..... | 207 |
| Figura 52: Nova construção ao lado da antiga – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS..... | 207 |
| Figura 53: Construção recente em pedra – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS | 207 |

| | |
|---|-----|
| Figura 54: Placa indicativa dos atrativos turísticos – Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS | 208 |
| Figura 55: Placa indicativa dos atrativos turísticos – Caminho das Pipas – Rolante/RS | 208 |
| Figura 56: Entrada da Colônia Cella – Rota Italiana – Chapecó/SC | 220 |
| Figura 57: Entrada da Sede Figueira – Rota Italiana – Chapecó/SC | 220 |
| Figura 58: Museu da Colônia Cella – Rota Italiana – Chapecó/SC | 221 |
| Figura 59: Placa indicativa de ponto turístico – Vales da Uva Goethe – Urussanga/SC | 221 |
| Figura 60: Placa Indicativa de atrativos turísticos na região – Urussanga/SC | 222 |
| Figura 61: Centro de Informações Turísticas – Urussanga/SC | 223 |
| Figura 62: Ponto de Comercialização e Informações Turísticas – Urussanga/SC | 223 |
| Figura 63: Igreja da Colônia Bacia - Rota Italiana – Chapecó/SC | 226 |
| Figura 64: Paisagem natural da região colonial – Rota Italiana – Chapecó/SC | 226 |
| Figura 65: Moinho antigo – patrimônio rural – Urussanga/SC | 226 |
| Figura 66: Cantina Família Scremin – Urussanga/SC | 226 |
| Figura 67: Igreja centenária na área rural do município de Urussanga/SC | 227 |
| Figura 68: Vista da Igreja matriz e antiga vinícola Cadorin – Urussanga/SC | 227 |
| Figura 69: Praça Central – Monumento em homenagem aos imigrantes italianos – Urussanga/SC..... | 227 |
| Figura 70: Estrada rural – Rota do Vinho – Bituruna/PR | 233 |
| Figura 71: Entrada de propriedade – Rota do Vinho – Bituruna/PR..... | 233 |
| Figura 72: Pórtico de início do Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR | 233 |
| Figura 73: Estrada e sinalização Turística – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR | 233 |
| Figura 74: Sinalização Turística – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR | 234 |
| Figura 75: Sinalização dos atrativos – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR..... | 234 |
| Figura 76: Placa com mapa indicativo – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR..... | 234 |
| Figura 77: Sinalização turística – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR..... | 234 |
| Figura 78: Pórtico de entrada da cidade – Rota do Vinho – Bituruna/PR..... | 235 |
| Figura 79: Pórtico do Bairro da Santa Felicidade – Curitiba/PR..... | 235 |
| Figura 80: Casa de madeira em estilo colonial – Rota do Vinho – Bituruna/PR..... | 236 |
| Figura 81: Memorial do Imigrante Italiano – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR | 237 |

| | |
|--|-----|
| Figura 82: Casa antiga refuncionalizada – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PRS..... | 237 |
| Figura 83: Vinhos Durigan – Santa Felicidade – Curitiba/PR | 241 |
| Figura 84: Casa dos Arcos - – Santa Felicidade – Curitiba/PR | 241 |
| Figura 85: Sinalização na entrada da cidade – Venda Nova do Imigrante/ES | 245 |
| Figura 86: Vista da BR 262 – Área central do município de Venda Nova do Imigrante | 246 |
| Figura 87: Placa indicativa de atrativos turísticos – Venda Nova do Imigrante/ES | 247 |
| Figura 88: Posto de Informações Turísticas – Venda Nova do Imigrante/ES..... | 247 |
| Figura 89: Produção de Socol – Venda Nova do Imigrante/ES | 249 |
| Figura 90: Agroindústria Familiar – Circuito de Agroturismo – Venda Nova do Imigrante/ES | 250 |
| Figura 91: Agroindústria Familiar – Circuito de Agroturismo – Venda Nova do Imigrante/ES | 250 |
| Figura 92: Empreendimento turístico – Venda Nova do Imigrante/ES | 251 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Circuitos Turísticos Ítalo-descendentes nos Estados da Região Sul e Sudeste do Brasil..... | 132 |
| Tabela 2: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado do Rio Grande do Sul | 198 |
| Tabela 3: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado de Santa Catarina..... | 224 |
| Tabela 4: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado do Paraná | 232 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: O que motivou a promover o turismo na propriedade?..... | 177 |
| Gráfico 2: O turismo é a única fonte de renda? | 179 |
| Gráfico 3: Como essas práticas são transmitidas aos jovens? | 183 |
| Gráfico 4: Problemas apontados nos circuitos turísticos..... | 199 |
| Gráfico 5: Atrativos mais marcantes para os turistas e visitantes | 203 |
| Gráfico 6: Quantidade de Turistas é suficiente? | 210 |
| Gráfico 7: Motivos de satisfação dos turistas e visitantes | 211 |
| Gráfico 8: Motivos de satisfação dos turistas e visitantes | 212 |

LISTA DE SIGLAS

ABRATUR - Associação Brasileira de Turismo Rural
ACAVIM - Associação Caminho do Vinho - Colônia Mergulhão – São José dos Pinhais/PR
AFEPOL - Associação Festa da Polenta – Venda Nova do Imigrante/ES
ASSAPRORATABRAS - Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio Talian do Brasil
CITR – Circuito Italiano de Turismo Rural - Colombo/PR
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
ES – Espírito Santo
FES – Formação Econômica e Social
FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo
GTT – Grupo Técnico Temático – Ministério do Turismo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC – Ministério da Cultura
MTUR – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
PR – Paraná
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
ProGoethe - Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe - Urussanga/SC
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMTUR – Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETUR/RS – Secretaria Estadual do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

SETUR/ES – Secretaria de Turismo do Espírito Santo

SP – São Paulo

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – United National Educational Scientific and Cultural Organization

UNWTO - World Tourism Organization

APRESENTAÇÃO

De início gostaria de fazer uma pequena advertência: esta será a única parte do trabalho em que me pronunciarei em primeira pessoa. Isto porque, penso, a apresentação de um trabalho como este, que procurou seguir e cumprir com todas as orientações e normas para sua elaboração, necessita de um momento em que o autor possa se expressar livremente, até mesmo devanear, para se aproximar mais ao leitor.

Feito isso, começo dizendo que o percurso trilhado para chegar a este trabalho final foi demasiado longo, visto a dimensão e a abrangência do tema que, considero, uma importante abordagem para o período contemporâneo.

De fato, a finalização de uma etapa do trabalho, com a escrita e a defesa da tese, que é das mais importantes, não é o final, muito pelo contrário, se trata do estabelecimento de uma agenda de pesquisa mais abrangente, onde uma de suas etapas foi concluída. Penso isso porque toda a pesquisa efetuada para chegar a este produto final, a tese que lhes apresento nesse momento, respondeu alguns questionamentos e dúvidas que me acompanharam durante estes últimos quatro anos e pouco, mas suscitaram outras tantas dúvidas e questionamentos que, certamente, são indagações que quero me debruçar, com tempo, para dar continuidade às minhas investigações, em extensão e profundidade.

Depois de pronta a tese, se eu voltar e lê-la uma vez por semana, sei que acharia outras questões, autores, ideias ou informações que gostaria de acrescentar. Por vezes me dá a impressão de que é um trabalho inacabado, ainda que eu saiba que nenhum trabalho é completo. Entretanto, chega um momento que devemos dizer: está pronta!

Por outro lado, inúmeras foram as vezes que sentado à frente do computador as ideias se ausentavam, se recusavam a querer movimentar os dedos, pressionar as teclas, e começar a preencher páginas e mais páginas, afinal, neste nosso mundo atual há uma exigência cada vez maior em torno da competência e da produtividade, onde, por vezes, acabamos incorporando isso a nossa vida sem perceber.

Mas, quando as ideias não conseguiam ser expressas em palavras, nada melhor do que voar para outros recantos lúdicos, didáticos ou informais que contribuíssem na distração para, então, retomar o fôlego e novamente debruçar-se sobre os alfarrábios, mergulhar em textos e ideias novamente. Assim, uma música tocada ou ouvida, recorrer a outras formas de literatura, cinema ou passeio, matear com a companheira ou até mesmo dialogar com algum amigo, sempre ajudou a respirar novos ares, distrair. Ao final deste tempo fica uma lição: é preciso ter cuidado com os prazos, todavia, é preciso dar tempo ao pensamento e à criatividade.

Obviamente que nesse processo não posso deixar de fora a importância da orientação. Assim, fosse nas reuniões de nosso grupo de pesquisa em *Geografia Turismo e Patrimônio Cultural* ou em conversas individuais, os conselhos, ensinamentos e indagações da professora Tereza sempre davam rumo e sentido para as ideias. Recordo-me de Rubem Alves, nas *Lições do velho professor*, onde ele fala que tem um tempo em que o professor ensina o que sabe e, depois de navegar por muitos mares, ensina o que não sabe. Ajuda o aluno a singrar pelo inexplorado, pois já conhece os meios para fazê-lo: é o tempo da pesquisa. Este é o tempo em que sem uma boa orientação podemos ficar à deriva.

Bem, mas não cabe ficar apenas devaneando, afinal, se trata da apresentação de um trabalho científico. Por isso, neste momento, acho interessante partilhar algumas informações a respeito do período de campo, no sentido de dimensionar o quanto percorri para chegar a este momento atual.

Ao todo foram visitados 11 circuitos turísticos ítalo-descendentes em quatro estados das regiões Sul e Sudeste: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, alguns em municípios mais conhecidas, outros nem tanto. Para efetuar as entrevistas percorri aproximadamente sete mil quilômetros de automóvel, pois esta era a maneira mais fácil de chegar aos empreendimentos que, em geral, estão nas áreas rurais dos municípios e, por este motivo, difíceis de serem visitados utilizando o transporte coletivo disponíveis. Também foi necessário voar dois mil quilômetros, onde do próprio aeroporto aluguei um carro para chegar ao destino a ser pesquisado.

Ao todo, somadas as entrevistas, são aproximadamente 20 horas de gravações, em mais de 50 conversas com proprietários e gestores dos empreendimentos turísticos e representantes institucionais das secretarias e diretorias de turismo. Obviamente que as informações coletadas por meio das entrevistas não podem constar todas na íntegra, no corpo do trabalho, pois o tornaria demasiado grande e tedioso. Neste ponto percebe-se a importância da sistematização, capacidade de síntese e leitura das informações, o que esperamos tenha sido executada com qualidade satisfatória. Tarefa que, sabemos, não é tão simples quanto parece.

Uma outra parte da pesquisa de campo, tão importante quanto esta que relatei, é o que não posso mensurar. Inúmeras foram as boas conversas, a receptividade, o contato com pessoas simples e extraordinárias, com bonitas experiências de vida que, entre um copo de suco ou uma taça de vinho, um naco de salame ou de queijo, ou outras iguarias ítalo-descendentes, me fizeram mais apaixonado por minha pesquisa, renovaram algumas convicções, ainda que em se tratando de um trabalho científico, devamos usar mais a razão para que nossa visão da realidade não fique turva.

As páginas que se seguem, portanto, são o resultado deste processo, desse tempo de pesquisa. Não se compara a *Terceira* de Rachmaninoff, a *Pietà* de Michelangelo ou a *Monalisa* de Da Vinci, mas é o que de melhor consegui produzir.

Assim, sem mais delongas, tomado de uma imensa satisfação por esta obra finalizada, quero convidá-los para que apreciem a leitura deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A imigração italiana é um capítulo histórico dos mais importantes na formação socioespacial brasileira, não apenas pela quantidade de emigrantes que vieram para o país, mas, também, pelas contribuições dessa cultura em cada lugar que se fixou, fosse nas colônias de imigração, nas fazendas de café ou, ainda, no caso de São Paulo, nas áreas urbanas próximas a indústria que estava iniciando um processo de desenvolvimento.

A vinda desses emigrantes representou uma saída viável para os interesses do, então, recém-formado Estado Nacional Italiano e para o governo do Brasil, visto que a Itália necessitava “exportar” mão de obra das áreas em ampla industrialização, que atingiu diretamente o campo, pela ascensão do capitalismo industrial tardio que atingiu este país, enquanto que nas terras de cá, o Brasil necessitava de trabalhadores para substituir a mão de obra escrava que estava em vias de extinção.

A partir deste contexto histórico que milhares de imigrantes, legal e ilegalmente, rumaram para a *Merica* em busca de novas oportunidades, a terra da *cuccagna* como era divulgado na península, onde haveria fartura e trabalho para todos. De fato, trabalho não faltou, afinal, as regiões onde foram instaladas as colônias de imigração constituíam paisagens rústicas de desprovidas de qualquer infraestrutura, mas a fartura só viria anos mais tarde, depois de um longo e árduo processo de trabalho, por parte daqueles que prosperaram (DE BONI e COSTA, 1984).

Fato é que todos os imigrantes e seus descendentes que permaneceram no país, principalmente nas colônias de imigração, afora aqueles que não resistiram aos problemas e dificuldades e retornaram para a Itália ou reemigraram para outros destinos, fixaram-se nos lugares e constituíram no território uma identidade própria, com materialidades, práticas e saberes que passaram a serem marcas de uma *italianidade brasileira* (PANIS, 2009a).

Não é novidade dizer que nem todas as materialidades e práticas culturais ítalo-descendentes permaneceram preservadas nos lugares, pois é um pressuposto da própria dinâmica da cultura, por meio do contato, modificar-se, onde algumas práticas

externas são incorporadas e outras são abandonadas, além das materialidades que são desconstituídas do espaço para dar lugar a construções mais modernas e funcionais, enquanto outras passam a agregar novas funcionalidades, permitindo sua continuidade. Assim, são essas remanescentes e reminiscências que conectam o passado ao presente e dão o sentido de continuidade a cultura ítalo-descendente. Objetos, saberes e práticas que constituem conteúdos que fortalecem os nexos de pertencimento à cultura, à memória e às tradições.

São exatamente essas materialidades e práticas remanescentes que o olhar desse trabalho se direciona, heranças que resistiram às mudanças no tempo e no espaço, de grande valor histórico e social, que atualmente são considerados patrimônios, não apenas por estarem salvaguardados por instrumentos de proteção, mas por receberem o reconhecimento por sua importância histórica e social. E, para aproximar mais ainda do objeto de estudo dessa pesquisa, em especial em relação aos bens culturais ítalo-descendentes, objetos e práticas que são tomados como atrativos e distintivos e utilizados para a prática turística.

O turismo, desde o seu surgimento com a ascensão da sociedade industrial, tornou-se uma das principais atividades movimentadoras de fluxos de pessoas, capitais, mercadorias e serviços período contemporâneo (CRUZ, 2001a). Mas, sua ampliação não se deve apenas ao aumento do número de viajantes como, também, a multiplicação das tipologias turísticas que diversificaram as práticas a fim de atender a, cada vez mais, públicos específicos e diferenciados (MTUR, 2006). É nesse contexto que, a partir da segunda metade do século XX, cresceu a oferta e o interesse pela prática turística de cunho cultural, na qual estão inseridos os circuitos turísticos ítalo-descendentes.

Assim, atrelados às complexidades atuais, onde o mercado se impõe cada vez mais aos lugares e às relações sociais, os grupos sociais como os ítalo-descendentes necessitaram incorporar novas funções às velhas formas, de maneira que isto permita sua continuidade no espaço. Soma-se a esta perspectiva a crescente necessidade de incorporação de novas práticas econômicas, principalmente nas regiões rurais ou cidades de economias mais frágeis, em busca da melhoria dos rendimentos familiares, tendo no turismo uma das alternativas viáveis, em vista da disponibilidade de produtos,

objetos materiais, práticas culturais e, mesmo, a riqueza paisagística que se encontra nesses destinos, em especial, nos circuitos ítalo-descendentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Estas ideias apontadas até o momento, obtidas a partir de questionamentos, leituras e observações na relação entre cultura e turismo no período contemporâneo, foram as norteadoras para a elaboração da proposta de trabalho.

Para se chegar ao trabalho escrito que é apresentado neste momento foi necessário organizar fases e procedimentos, não apenas para estruturar as ideias, mas para estabelecer etapas na pesquisa, que se sucederam e permitiram obter uma leitura adequada da realidade, ancorada nas fundamentações teórico-metodológicas necessárias.

O objetivo principal, formulado para esta pesquisa, teve como finalidade estruturar uma reflexão teórica que possibilitasse analisar as especificidades dos processos constitutivos da cultura italiana no Brasil, suas permanências e preservação no território, além de analisar e interpretar o processo de refuncionalização turística deste patrimônio cultural em lugares com marcante identidade cultural ítalo-descendente, evidenciada na oferta de circuitos turísticos relacionados a esta cultura, bem como as estratégias de planejamento e gestão dos bens culturais nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A partir dessa perspectiva, a hipótese estabelecida para este trabalho, parte da concepção de que o turismo constitui-se como uma atividade que complementa os rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribui na preservação dos bens materiais e conteúdos simbólicos da cultura, uma vez que o uso turístico do patrimônio cultural, evidenciado na formatação dos circuitos turísticos ítalo-descendentes, garante sua continuidade no tempo e no espaço. Por outro lado, a incorporação do valor econômico pode levar uma produção estetizada da cultura, onde os bens materiais e imateriais são convertidos em mercadorias, alterando o sentido de pertencimento do indivíduo à cultura.

É importante ressaltar que os territórios onde originalmente se constituíram as colônias de imigração italiana, atualmente, são carregados de sentido, marcados pela identidade ítalo-descendente, tendo significado por estar localizada nesta porção

delimitada do espaço, impregnada de uma história que foi acumulada com o passar dos anos, dando o sentido de continuidade (SAQUET, 2003). Portanto, a territorialidade italiana está ligada a estes territórios por meio da presença das materialidades e dos conteúdos simbólicos que preenchem e dão sentido às formas, conectam o passado ao presente, reforçando não apenas os laços de pertencimento como, também, a importância da preservação destes bens culturais.

Neste processo, o turismo pode figurar como uma prática que contribui na manutenção do arcabouço cultural ou, então, representar um mecanismo de produção estetizada da cultura, no qual só existem encenações que remetem a práticas pretéritas não usuais pelos descendentes de imigrantes italianos. Assim, a formatação de produtos turísticos a partir do legado ítalo-descendente representaria a incorporação do valor econômico ao valor cultural. Tal processo alteraria os conteúdos e a carga simbólica dos bens e das vivências cotidianas, convertendo-as em mercadorias para serem consumidas enquanto atrativo e distintivo cultural, colocando em risco a teia de significações das práticas sociais que permitiram a produção e reprodução da identidade ítalo-descendente no tempo e no espaço.

Por outro lado, estando atrelados à complexidade da economia global, os grupos sociais, como os ítalo-descendentes, necessitam inserir novos conteúdos produtivos nos lugares, redefinindo ou ampliando o uso das formas culturais pretéritas por meio de novas funções. Neste caso, a promoção do turismo representa uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos, ao atrair um público diferenciado interessado em um consumo cultural e pode, também, reforçar as iniciativas de conservação do patrimônio e da identidade ítalo-descendente, permitindo sua continuidade no espaço.

Essas ideias nortearam a pesquisa e serviram como referência para o seu aprofundamento teórico e, como fundamento para organizar o trabalho de campo, que foi efetuado entre os meses de junho e setembro de 2013, nos municípios de Garibaldi, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Rolante, no Rio Grande do Sul; em Chapecó e Urussanga, em Santa Catarina; em Bituruna, São José dos Pinhais, Curitiba e Colombo, no Paraná; e em Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo.

Efetuada o trabalho de campo, os procedimentos utilizados para obtenção de dados e informações, bem como a sistematização e a análise dos resultados foram

preponderantes para responder às questões inicialmente levantadas e obter os resultados da pesquisa.

Certamente que para se chegar a este ponto foi necessário estabelecer um percurso metodológico que orientou os caminhos a serem seguidos, desde a escolha das referências bibliográficas, passando pelo planejamento e execução do trabalho de campo, o tempo de permanência nos circuitos e a elaboração do material de apoio para a aplicação da pesquisa *in lócus* e, finalmente, a elaboração do texto final da tese. Estes percursos, portanto, serão apresentados nas páginas que se seguem.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para dar conta da proposta assumida para esta pesquisa foi necessário organizar as etapas do trabalho, entre a pesquisa bibliográfica, as fontes primárias e secundárias, o período de campo e a consequente sistematização e análise dos dados e informações obtidas, de maneira que todo o material obtido se constituísse como a base concreta para a produção do texto final da tese.

O passo inicial foi a efetuação de uma revisão bibliográfica sobre a temática do patrimônio cultural, do turismo e da imigração italiana, temáticas estas que são norteadoras da pesquisa. Dessa forma, buscou-se o aprofundamento dos principais temas por meio de leituras de obras de referência, artigos científicos, teses, dissertações, documentos e outras fontes científicas, identificando as contribuições mais pertinentes ao tema e ao eixo teórico adotado. Tais referências foram lidas e interpretadas a partir da geografia, entendendo que os conteúdos desta ciência permitem não uma leitura exclusiva, mas uma leitura a partir de uma perspectiva distinta, onde as categorias centrais da geografia são tomadas como referência para a interpretação histórica e atual dos assuntos aqui tratados.

Neste passo, as fontes bibliográficas permitiram ampliar e aprofundar os conhecimentos a respeito do contexto histórico que envolveu a imigração italiana, um dos principais fenômenos migratórios dos últimos séculos. Da mesma forma, debruçar-se sobre os alfarrábios, permitiu conhecer mais as ricas discussões sobre patrimônio cultural no Brasil, em especial, levou a estabelecer ideias críticas sobre os bens

culturais ítalo-descendentes. Finalmente, as leituras e consultas às obras científicas, possibilitaram um maior conhecimento a respeito do turismo, atividade que, no período contemporâneo, exerce grande influência sobre as dimensões cultural, política e econômica na sociedade, na escala grande ou na escala pequena.

Obviamente que tais temas norteadores da pesquisa não se encerram em si, abrem conexão com as temáticas das ciências sociais as quais, apesar de universo amplo, permitiram selecionar as leituras que mais contribuíram para este trabalho.

Concomitantemente a revisão bibliográfica, que se estende por praticamente todo o período de realização da pesquisa, efetuou-se o levantamento de informações preliminares sobre os circuitos turísticos ítalo-descendentes, por meio do levantamento de informações junto a sítios das prefeituras, de associações culturais ítalo-descendentes, entre outras, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, etapa que, somada a parte da pesquisa histórica, permitiu elaborar uma representação cartográfica das antigas regiões coloniais italianas na região Sul e Sudeste do Brasil, bem como situar os circuitos a partir destas regiões de influência cultural ítalo-descendentes.

A escrita das imagens

Tendo por base a importância que as imagens e as representações da paisagem têm quando se está tratando de temas relacionados ao patrimônio, à cultura e ao turismo, percebeu-se a necessidade de constituir um banco de imagens fotográficas que viabilizassem observar cada um dos circuitos e seus empreendimentos visitados sob os mais variados ângulos, buscando, com isso, enriquecer visualmente a análise a respeito de cada lugar visitado.

Por este motivo, ainda que não seja possível utilizar todas as fotografias coletadas durante a etapa da pesquisa de campo, a riqueza desse material coletado permitiu uma seleção das imagens que melhor expressem a realidade dos circuitos e das expressões da cultura e corroborem para a análise do trabalho.

As imagens não utilizadas neste trabalho, organizadas e arquivadas em um banco de dados, constituem uma rica fonte de observação e conhecimento da realidade

dos lugares visitados podendo, futuramente, serem usadas em outras produções científicas que dão continuidade a pesquisa.

O olhar sobre os arquivos, documentos e outras fontes

A escolha e utilização de fontes adequadas para o trabalho é uma etapa das mais importantes para o desenvolvimento da pesquisa, pois são responsáveis pela orientação das ideias e permitem, a partir de sua consulta, o aprofundamento e a ampliação dos temas e assuntos centrais relacionados a temática de estudo.

Estas fontes de pesquisa podem ser classificadas, ao menos, de duas formas: primárias e secundárias. A primeira é composta por todo tipo de informações originais sobre determinado tema ou assunto, podendo ser obtidas por meio de estatísticas, entrevistas, diários e escritos, além de livros e artigos que apresentem ideias originais, artigos de jornal, quando são escritos na ocasião dos eventos, documentos oficiais de instituições governamentais e não governamentais, teses, entre outros. Já as fontes secundárias são aquelas que analisam ou interpretam as informações e dados obtidos pelas fontes primárias, onde há uma leitura a partir de um conteúdo já elaborado, podendo ser obtidas, por exemplo, por meio de revistas de títulos e de resumos, livros e artigos de jornal que relatem ou resumam as descobertas de autores originais, entre outros.

Além das referências já citadas, foram utilizados, entre as fontes secundárias, sítios das prefeituras e secretarias de turismo dos municípios e dos estados para o levantamento de informações preliminares sobre os circuitos turísticos ítalo-descendentes, de maneira a conhecer sua localização, organização e suas atratividades.

Por este motivo, durante o percurso desse trabalho, buscou-se a utilização do mais representativo número de fontes e referências possíveis, jamais visando a quantidade, mas a qualidade dos conteúdos em termos de abrangência e relevância teórica.

O campo e seus instrumentos

De maneira a conhecer o melhor possível às realidades nos circuitos turísticos ítalo-descendente, foi necessário organizar os procedimentos para a efetivação do trabalho de campo, elaborando instrumentos adequados para coletar informações distintas. Para tal, foram produzidos questionários e roteiros de entrevistas que foram aplicados a cada segmento envolvido na promoção do turismo nos municípios.

O questionário, de acordo com Lakatos e Marconi (1985, p. 178), “é um instrumento de coleta de dado, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Assim, adotando este princípio metodológico, para uma das etapas de pesquisa de campo foram produzidos dois questionários que dessem conta de obter o maior número de informações pertinentes a respeito do público específico a ser entrevistado, neste caso, os turistas e visitantes dos empreendimentos e atrativos em cada circuito ítalo-descendente selecionada para esta pesquisa, além das agências de turismo, que têm um papel importante, principalmente no que diz respeito ao turismo receptivo.

O primeiro instrumento de coleta de dados, **Questionário para entrevistas aos usuários dos atrativos turísticos**, foi dividido em partes distintas, utilizando perguntas abertas, perguntas fechadas, a opções em que poderia ser escolhida mais de uma opção. Assim, a primeira parte diz respeito ao perfil do entrevistado, que tinha por finalidade conhecer as características turistas e visitantes dos atrativos. Uma segunda parte destinada a questões que reúnem a temática do turismo e da cultura ítalo-descendente, que visa conhecer o que os turistas e visitantes pensam a respeito da cultura e dos bens culturais com os quais estão tendo contato durante a experiência da visitação.

Este questionário foi deixado em cada empreendimento visitado, para ser respondido pelos visitantes e reunidos por algum representante das secretarias de turismos e enviados mais tarde para o pesquisador, tudo isso previamente acordado entre as partes. Entretanto, uma dificuldade que de antemão se pode adiantar é que o retorno destes questionários não foi o esperado, tanto em relação ao número de estabelecimentos visitados, onde foram deixados os questionários, quanto ao número

de questionários devolvidos. Apenas no estado do Rio Grande do Sul retornaram questionários respondidos, o que infelizmente prejudica a leitura em relação aos outros estados.

Os motivos do não retorno são muitos, desde extravio do questionário pelos proprietários ou gestores dos atrativos, passando pelo esquecimento do empreendedor em disponibilizar o questionário para que o turista respondesse, até mesmo o não resgate desse instrumento pelos representantes das secretarias, conforme havia sido combinado com o pesquisador. Por certo que tal fato não inviabiliza a pesquisa, mas um maior retorno poderia ampliar a leitura e permitir um maior aprofundamento em relação a um universo mais representativo de respostas.

O segundo instrumento foi o **Questionário para entrevista às Agências de Turismo**. Nesse caso só seria disponibilizado o mesmo se houvesse alguma agência de turismo que promovesse, especificamente, ações de turismo receptivo no qual estariam inclusa a visitação a algum circuito turístico ítalo-descendente. As questões desse instrumento tinham por finalidade conhecer as possíveis ações das agências em relação a divulgação e promoção dos atrativos turísticos ítalo-descendentes.

Além dos questionários deixados nos empreendimentos para serem respondidos pelos turistas e visitantes, foram elaborados dois roteiros de entrevistas para serem aplicados com diferentes representantes de cada segmento responsável pela promoção dos circuitos turísticos em cada município: representantes do poder público e proprietários ou gestores dos empreendimentos.

De acordo com Lakatos e Marconi (1985, p. 173), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Neste caso, por ocasião da pesquisa de campo do trabalho de doutorado, foi possível efetuar inúmeras entrevistas com os representantes acima mencionados, de maneira a receber o maior número possível de respostas que, depois de feito o processo de sistematização, puderam ser utilizadas no corpo do texto da tese.

Assim, foram elaborados dois roteiros com perguntas padronizadas ou estruturadas, de maneira que fosse possível coletar respostas distintas para as mesmas perguntas, entre os entrevistados de cada circuito nos distintos municípios.

O primeiro foi um **Roteiro para entrevista aos proprietários ou gestores dos atrativos turísticos**. Este instrumento de coleta de dados foi elaborado com perguntas abertas e teve por finalidade entrevistar os proprietários dos empreendimentos ou gestores turísticos, que são na verdade àqueles que promovem a atratividade, organizado em quatro partes ou subtemas: perfil do entrevistado, questões relacionadas ao turismo, questões relacionadas à cultura ítalo-descendente e, sobre a institucionalidade. As respostas obtidas com cada questão dos subtemas foram agrupadas de acordo com a proximidade da ideia a ser expressa. A interpretação dessas respostas permitiu elaborar análises quantitativas, por meio da produção de tabelas e gráficos, além da análise qualitativa, quando da utilização das respostas de cada entrevistado diretamente no corpo do trabalho e sua interpretação a partir das temáticas em questão.

O instrumento seguinte é o **Roteiro de perguntas para entrevistas aos representantes institucionais**. Este instrumento, elaborado com perguntas padronizadas, foi utilizado para entrevistar aos secretários e secretárias de turismo de cada município visitado, ou diretorias e pastas equivalentes, onde existem os circuitos turísticos ítalo-descendentes. Reunindo questões relacionadas à importância da cultura ítalo-descendente e às políticas e ações das secretarias, este instrumento procurou buscar informações pertinentes a respeito da ação de cada secretaria com os circuitos ítalo-descendentes especificamente, de maneira a interpretar e compreender a ação do poder público em relação à promoção ou apoio a prática turística, considerando que a governança municipal é um dos principais atores envolvidos no processo turístico. Um detalhe sobre esta etapa é que foi possível conversar com o representante direto, secretários(as) ou diretores(as), na quase totalidade dos casos. Apenas em um município não se conseguiu uma entrevista, fato que em nenhum momento inviabiliza esta parcela da pesquisa, visto que a própria ausência de tal entrevista também se apresenta como uma leitura da realidade e situação institucional em relação às práticas turísticas ítalo-descendentes.

Cabe ressaltar que as entrevistas citadas no trabalho, obtidas a partir roteiro destinado aos empreendedores ou dos gestores dos empreendimentos turísticos, não indicam os nomes completos dos mesmos, apenas utilizam as iniciais, de maneira a

preservar os entrevistados de uma exposição pública. Diferentemente do roteiro destinado aos representantes institucionais, pois nesse caso se tratam de figuras públicas, não havendo problema em mencionar seu nome completo.

A organização dos resultados da pesquisa

Toda a trajetória da pesquisa, desde a elaboração do projeto, passando pelas distintas etapas do trabalho, possibilitou chegar a este momento, da elaboração do texto final que será apresentado nesse momento ao leitor.

A forma como foram organizados cada capítulo e subcapítulo do trabalho teve, na melhor das intenções, apresentar as discussões e aprofundamentos propostos para esta pesquisa, de maneira mais clara possível, pensada para que o leitor vá, aos poucos, conhecendo a temática e compreendendo as discussões apresentadas. Assim, a tese foi dividida em três partes, contendo três grandes capítulos nos quais dentro de cada um as principais abordagens são divididas em subcapítulos.

O primeiro capítulo do trabalho é intitulado de **As heranças ítalo-descendentes no Brasil**, onde o grande foco de discussão faz referência ao processo histórico da vinda dos primeiros italianos e permanência destes e seus descendentes no território brasileiro. Assim, o primeiro subcapítulo fala sobre *A importância da emigração italiana na formação socioespacial das regiões Sul e Sudeste do Brasil*, dessa forma, olhando para o contexto europeu, especialmente italiano, na segunda metade do século XIX, quando as transformações internas ocorridas na economia da península provocou um dos maiores movimentos migratórios da história contemporânea, evento que influenciaria, também, na formação socioespacial brasileira, por sua dimensão cultural e humana.

O segundo subcapítulo foi intitulado de *Entre as colônias imperiais e as fazendas de café: A imigração italiana para o Brasil (1875 - 1915)*, neste caso, voltando a atenção para o contexto brasileiro do final do século XIX e início do XX, que estava em processo de substituição da mão de obra escrava pela assalariada, principalmente, para trabalhar nas fazendas de café, que naquele momento histórico constituía a principal economia do país. Além disso, no sul do Brasil, havia a necessidade de povoamento, contexto no

qual foram criadas as colônias de imigração que estão na origem de muitos municípios dos estados sulinos. Ainda nesse subcapítulo percebeu-se a necessidade de criar *Uma nota sobre o São Paulo* que, por uma opção e necessidade metodológica, foi deixado fora desta pesquisa, pelo fato de que, apesar de ter sido o estado que mais recebeu emigrantes italianos, atualmente não possui nenhum circuito turístico ítalo-descendente.

No terceiro subcapítulo desta primeira parte do trabalho o assunto tratado são *As permanências no território: o patrimônio e a identidade cultural ítalo-descendente*. Assim, a abordagem nesta parte do trabalho visa apresentar e interpretar as permanências deixadas pelos primeiros emigrantes e seus descendentes no território brasileiro, entre as materialidades construídas e os saberes, conhecimentos e fazeres que preenchem as formas de conteúdo e são transmitidas de geração em geração, heranças que apresentam o passado no presente e demonstram a dinâmica da cultura ítalo-descendente no período contemporâneo.

O segundo capítulo do trabalho tem por finalidade apresentar e interpretar **Os usos contemporâneos: patrimônio cultural e turismo**, obviamente relacionado à cultura ítalo-descendente, onde a temática que irá permear esta parte do trabalho será o turismo. Assim, o primeiro subcapítulo logo apresenta as heranças culturais, versando sobre *A italianidade brasileira: bens e paisagens de valor singular no período contemporâneo*, onde serão demonstradas que heranças são essas, sua importância social, histórica e cultural na atualidade, motivo pelo qual, cada vez mais, são vistas como potenciais de incorporação de valor de mercado.

Apresentando essa mudança no uso dos bens culturais, onde a incorporação do valor de mercado, muitas vezes, subverte o sentido de pertencimento, é que se dá continuidade ao trabalho com a discussão sobre *A apropriação da cultura pelo turismo*, segundo subcapítulo desta segunda parte do trabalho, onde se discutem também os mecanismos do mercado em tomar o patrimônio como produto para o mercado turístico, concretizado por meio dos circuitos turísticos, onde faz-se a transição para o terceiro subcapítulo desta parte do trabalho, no qual será discutido *O papel dos circuitos turísticos no uso do território*. Neste subcapítulo a abordagem está em torno das diversas nomenclaturas utilizadas para formatar itinerários turísticos e sua relação de uso cada vez maior do patrimônio como elemento da atratividade. É a partir dessa

discussão que são apresentados os diversos circuitos turísticos ítalo-descendentes listados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo a serem selecionados para a pesquisa de campo.

A partir desse encaminhamento chega-se ao terceiro e último capítulo do trabalho onde o foco são **Os circuitos turísticos ítalo-descendentes no sul e sudeste do Brasil**. É neste capítulo que serão apresentados os circuitos visitados em cada estado visitados pelo pesquisador, e se dará o aprofundamento a respeito da relação de uso das heranças culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas no período contemporâneo.

Assim, o primeiro subcapítulo logo discute a questão que se intitula: *Chi siamo? O resgate da italianidade pretérita*, atentando para a importância do resgate e manutenção da memória e dos bens culturais ítalo-descendentes, pois estes constituem a riqueza cultural que é tomada por seus detentores para serem ofertadas enquanto atrativos turísticos. Essa ideia encaminha para a discussão onde o foco é *O uso turístico do patrimônio e da identidade cultural ítalo-descendente*, segundo subcapítulo desta parte do trabalho. Aqui o leitor irá encontrar exemplos de mapas e folhetos de divulgação turística dos circuitos ítalo-descendentes, de forma a visualizar a ampla e diversificada oferta turística nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

No subcapítulo subsequente *A valorização dos bens culturais ítalo-descendentes no período contemporâneo* é o tema central da discussão. Esse é o momento privilegiado de apresentação dos resultados do trabalho de campo, com imagens fotográficas, entrevistas, informações sistematizadas que foram convertidas em gráficos e tabelas, todo um repertório utilizado para aprofundar, cada vez mais, a relação de uso das heranças culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas no período contemporâneo. Todos estes recursos e resultados obtidos a partir do trabalho de campo continuam sendo apresentados no subcapítulo final do trabalho, onde o foco não poderia ser outro senão *Os circuitos turísticos ítalo-descendentes*. Esta última parte do trabalho é dividida por estados e, dentro desses, é apresentado os resultados do campo ao mesmo tempo em que procura-se demonstrar esta relação entre cultura e turismo.

São os circuitos que falam. Falam por meio dos entrevistados, das imagens fotográficas e de todo tipo de informação obtida durante os trabalhos de campo. Cabe ao pesquisador, procurar analisar e interpretar estas informações e dados da melhor maneira possível, de forma que o leitor, ao final da leitura com a *Conclusão* do trabalho, muito além de achar uma leitura agradável e informativa, consiga compreender e ter, também, a possibilidade de uma interpretação própria do tema abordado, uma vez que se trata de uma pesquisa que apresenta dados e informações novas, organizados de maneira a possibilitar um conhecimento mais aprofundado a respeito da relação de uso das heranças culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas no período contemporâneo.

Para finalmente convidá-los à leitura, é importante fazer uma ressalva: de modo algum este trabalho tem a pretensão de ser uma obra definitiva sobre o assunto ou, mesmo, achar que está completo. É uma etapa vencida a partir dos objetivos estabelecidos para este trabalho, mas a agenda de pesquisa que se descortina a partir de agora, abre precedente para outras abordagens sobre o assunto e para temas que têm tamanha importância, obviamente, com vistas ao futuro.

CAPITULO I – AS HERANÇAS ÍTALO-DESCENDENTES NO BRASIL

1.1 A importância da emigração italiana na formação socioespacial das regiões Sul e Sudeste do Brasil

A emigração italiana para o Brasil, no período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, representou um dos maiores movimentos migratórios da história contemporânea. Tal movimento não se deu ao acaso, sendo resultado de uma série de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que se sucediam no território europeu e brasileiro, em decorrência da transição da fase mercantil para a fase industrial do capitalismo¹.

Nestes termos se deve voltar os olhos aos processos pretéritos, históricos, de maneira a compreender o desenrolar dos eventos que se sucederam sobre a península italiana onde, após a unificação, se encontrava em plena expansão do liberalismo econômico, fato que provocou a emigração de milhares de pessoas de diversas regiões com destino ao Brasil, país que, por sua vez, se encontrava na transição do modo de produção escravista para o assalariado. Assim, entre Brasil e Itália, havia dois processos distintos, mas simultâneos. No caso do Brasil, induziu novos processos sociais e de valorização do espaço.

Para dar conta desta discussão, de maneira a compreender o processo histórico de emigração italiana para o Brasil, foi utilizada a categoria geográfica *formação socioespacial* (SANTOS, 1978), de modo a assimilar as transformações ocorridas no espaço durante diferentes períodos, em grande parte, impostas pelo modo de produção que se sobrepunha sobre o território.

A formação socioespacial, proposta por Santos (1978) para a geografia, tem origem nos estudos a respeito da *Economia Política* no qual Marx, na sua *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política* (2008 [1859])², analisa a organização da sociedade burguesa em torno da (re)produção do capital, discutindo a evolução diferencial da sociedade, por meio da categoria Formação Econômica e Social – FES, analisando as etapas do processo produtivo (produção, consumo, distribuição e troca

¹ Sobre o tema do movimento migratório de italianos para o Brasil, relacionado às transformações socioeconômicas do período, ver especialmente Pesciolini, 1914; Ianni, 1963; Malanima, 1982; Franzina, 1998, 2006; Bertanha, 2005; Grosselli, 2008, entre outros.

² A Formação Econômica e Social foi abordada por Marx em obras como: 18 Brumário (1852); O capital (1867), e por Marx e Engels em A ideologia alemã (1846).

das mercadorias), na maneira como a mudança do *modo de produção feudal* para o *modo de produção capitalista-mercantil* e depois *industrial* influenciou na formação da sociedade daquele período.

De acordo com ROSENTAL e IUDIN (1965, p. 192):

El concepto de «formación económico-social» se debe al marxismo y constituye la piedra angular de la concepción materialista de la historia. (...) el concepto de «formación económicosocial» permite considerar la sociedad humana, en cada período de su evolución, como un «organismo social» único, que incluye en sí todos los fenómenos sociales en su unidad orgánica y en su acción recíproca sobre la base del modo de producción. Las fuerzas productivas constituyen la base material y técnica de la sociedad; las relaciones de producción, su estructura económica o base. Las ideas, las relaciones ideológicas, así como las instituciones y organizaciones de distinto género surgidas sobre la base, forman la superestructura de la sociedad; finalmente, el idioma, la familia, las comunidades históricas concretas de los hombres (tribu, pueblo, nación) etc., constituyen fenómenos sociales de carácter especial que no pertenecen a la base ni a la superestructura, pero que son de importancia esencial para comprender el desarrollo concreto de tal o cual formación. Cada formación económicosocial posee sus propias leyes de nacimiento y evolución. Al mismo tiempo, en cada formación actúan las leyes generales que concatenan las formaciones en el proceso único de la historia mundial.

A posteriori, esta categoria de análise foi também utilizada por outros pensadores, entre os quais está Lênin (1894; 1899) que retoma o tema sob a perspectiva científica³ no qual analisa a realidade russa e procura entender o desenvolvimento diferenciado da sociedade, visto que a Rússia não possuía um único modo de produção em seu território.

Portanto, compreender os diferentes modos de produção que se sucederam ou sucedem sobre o espaço, permite entender melhor as determinações econômicas, políticas e, porque não dizer, culturais de cada período em determinados territórios, pois, o espaço pode comportar até mesmo mais de um modo de produção, mesmo que um predomine em relação aos outros. Para Texier,

³ As produções de Lênin são: “*L’Impôt en espèces*”, “*Qui sont les amis du peuple*” (1894); e, “*Le Développement du Capitalisme en Russie*” (1899). Estas obras podem ser consultadas na versão online em <http://www.marxists.org>.

O conceito de Formação Econômica e Social reveste-se de uma importância muito grande para todos os investigadores que estudam uma realidade concreta onde não encontram um, mais dois, três, ou quatro unidades de produção. A dificuldade consiste sem dúvida em forjar instrumentos conceituais para pensar a dominação de um modo sobre os outros. (TEXIER, 1974 apud REIS, 2000, p. 62)

Neste caso o autor está tratando de uma opção de método, necessária para levar à compreensão na forma como os modos de produção são impostos a sociedade, nas mais distintas escalas.

Santos (1978), ao propor a categoria Formação Socioespacial para a geografia, utiliza-se do próprio método dialético para argumentar que só é possível compreender a formação socioeconômica incluindo o espaço nas análises, isto porque as instâncias econômico-produtiva, político-institucional e ideológico-cultural, que constituem a base da formação social, não podem operar fora do espaço, necessitam, sobretudo, de uma base material-simbólica. Neste sentido, Reis (2000, p. 64) pondera que Milton Santos constata a “ausência do espaço nas análises orientadas pela categoria FES” (tese), explicitado que esta categoria “por seus traços constitutivos, não pode prescindir da dimensão espacial” (antítese), propondo, então, a *formação socioespacial* ou *formação espacial*, como categoria de análise (síntese). Em suma, conforme afirmou Santos (1978, p. 86), “Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes”.

Para Rocha (2001), as discussões a respeito dos estágios de desenvolvimento social, em relação à categoria formação econômica e social mais especificamente, foi aproximada da geografia quando Milton Santos pondera que as categorias modo de produção, formação social e espaço são interdependentes e inseparáveis, fazendo parte de uma totalidade. Nas palavras de Santos (1996, p. 18), “o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”, nos distintos momentos históricos.

Emilio Sereni foi outro pensador que teve grande contribuição no aprofundamento da categoria FES. Para Sereni (1974 apud SANTOS, 1978, p. 15), a categoria FES expressaria a unidade e a totalidade das esferas econômica, social, política e cultural da sociedade, derivando daí a ideia de continuidade e descontinuidade do desenvolvimento histórico. Segundo Sereni (1974, apud SILVA, 2009, p. 1) “a noção (...) se coloca

inequivocamente no plano da história, que é (...) o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supraestruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico”.

Isto significa dizer que não há como tratar de um desenvolvimento capitalista homogêneo, mas de condições nacionais ou regionais que propiciaram transformações nas estruturas produtivas, ou seja, “Não é à ‘sociedade em geral’ que o conceito de FES se refere, mas a uma sociedade dada” (SANTOS, 1978, p. 84), sendo assim, para compreender a FES no qual uma determinada sociedade está envolvida, é necessário buscar uma apreensão particular da realidade influenciada pelo quadro geral, pela totalidade social, num movimento que vai da generalização para o específico. No caso dos imigrantes foram condições histórico-econômico-político-sociais que fizeram com que saíssem da Itália em movimentos migratórios e viessem para o Brasil.

Neste sentido, o exercício de interpretar historicamente os modos de produção que se sucederam no Brasil, concretizados tardiamente em relação a alguns países da Europa, uma vez que nesse continente os modos de produção também se consolidaram desigualmente no espaço, tal como o processo de industrialização, permite compreender o complexo processo da emigração italiana para o país e as realidades sociais que derivaram deste processo e possibilitaram aos distintos lugares chegarem ao atual estágio de desenvolvimento social, identificando os eventos que propiciaram a sociedade se modificar no tempo e no espaço.

Para Bukharin (1972 *apud* SANTOS, 1978, p. 84) “encontramos à nossa frente tipos históricos definidos de sociedades. Isso significa que não há uma ‘sociedade em geral’, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa de seu tempo”. E o seu tempo pode conter tempos diversos.

Santos (1978, pp. 87-88), reforça este argumento quando analisa em seu trabalho que “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. (...) Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”. Ou seja, nenhum modo de produção pode operar fora de uma base concreta, fora do território, e este é historicamente (re)produzido pelas determinações socioeconômicas, políticas e

culturais e, portanto, as formas espaciais, resultado destas determinações, constituiriam uma linguagem, uma expressão dos modos de produção (SANTOS, 1977, p. 88).

Aproximando esta abordagem aos estudos da geografia histórica, Moraes (2011, p. 15) analisa que para interpretar os distintos modos de produção é preciso atentar para alguns pressupostos, tais como “as relações básicas de trabalho e propriedade, a forma de divisão do trabalho social, o arcabouço técnico das atividades produtivas”, além da “forma de estratificação social, os meios de dominação política básicos, as formas de legitimação das práticas vigentes, entre outros.”

Por meio desses pressupostos, portanto, é possível compreender tanto a estrutura de funcionamento socioeconômico de uma determinada sociedade no tempo e no espaço, quanto o seu conteúdo, uma vez que as ações internas de uma sociedade, sejam de ordem política, econômica ou social, revelam intencionalidades, finalidades passíveis de ser interpretadas.

Em se tratando da proposta deste trabalho, significa que tem-se um quadro geral, da emigração italiana para o Brasil, e um quadro particular, específico, relacionado aos distintos destinos destes italianos em cada estado brasileiro, estabelecidos de acordo com as necessidades de mão de obra imigrante para suprir cada região do país. Os diferentes estados para onde os italianos foram enviados, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, não foram escolhas aleatórias, mas representaram opções político-institucionais dentro do processo de formação socioespacial dos diferentes lugares. Para Santos (1978, p. 87):

(...) os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

Para Moraes (1996, p. 15), as formas espaciais constituiriam um produto histórico da ação da sociedade sobre o território, de maneira que sua parcela material, formas produzidas no transcorrer do tempo, contém representações simbólicas, propensas à valorização subjetiva do espaço. Assim, por trás do conjunto material, das obras, estão as intenções e concepções, valores e interesses de seus produtores. Segundo ele,

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. Isto é: a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço (MORAES, 1996, p. 24-25)

Isso significa que em todos os destinos para onde os imigrantes italianos foram enviados, as formas e funções espaciais constituem um produto da cultura, como também ação dos modos de produção que se impõem no decorrer da história do lugar, que respondem às determinações das estruturas político-econômicas impostas às sociedades.

No entanto, antes de se chegar aos destinos onde emigrantes italianos se instalaram no Brasil, é necessário compreender o processo histórico que fez com que estes deixassem sua terra, família e cultura, se desterritorializassem e reterritorializassem, conforme a análise de Saquet (2003)⁴, ou seja: Porque partiram da Itália em direção ao Brasil?

Dar atenção ao contexto no qual a Europa e, principalmente a Itália, estava inserida entre o século XIX, em especial a partir da segunda metade e o início do século XX, torna-se primordial para, de fato, compreender as transformações que se sucederam nestes territórios e, por conseguinte, suas influências sobre a população da península, pondo-os em movimento de migração, neste caso, para a América, especificamente, para o Brasil.

Para tal tarefa a contribuição da Geografia Histórica enquanto instrumento de análise para este período é de grande importância. Isto porque, todos os fenômenos que se desdobram sobre o espaço são sociais e temporais, acontecendo em um tempo e espaço determinados (ERTHAL, 2003).

Assim, o espaço é o resultado de um processo de produção e reprodução ininterrupto, um palco social de acontecimentos atuais que, também, são influenciados pelas heranças do passado, de acontecimentos pretéritos. Por isso, segundo Abreu (1997, p, 240), “Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe

⁴ Saquet (2003) aborda especificamente tal processo no contexto da emigração italiana para o Brasil. Para um maior aprofundamento teórico do processo de *des-re-territorialização*, a partir da abordagem geográfica, ver principalmente Haesbaert (1995; 1997; 2001; 2002, entre outros).

deu origem, pois aí estão, muitas vezes, os segredos da sua boa interpretação”. Isto significa dizer que não basta analisar as representações materiais e simbólicas atuais que se descortinam no espaço, é necessário, para além disso, buscar os fatos e acontecimentos que se sucederam no decorrer do tempo, determinações econômicas, sociais, políticas, culturais e, por que não dizer, naturais, que influenciaram no processo de (re)reprodução espacial. Dessa forma o passado apresentar-se-ia como um suporte sólido que contribui no conhecimento e compreensão dos diferentes lugares, entre suas cristalizações na paisagem, os documentos históricos preservados e, logicamente, as representações atuais ainda existentes, enquanto remanescentes de um passado que se consolida no presente e permite, por meio da visualidade, olhar para os tempos idos.

Para Saquet (2003, p. 18), a Geografia Histórica ganha força na medida em que permite “conhecer o passado, o processo de construção dos lugares, as mudanças e as permanências, para se compreender o presente e pensar o devir”. Além do mais, o uso da Geografia Histórica enquanto método, para interpretar os fatos históricos, permite “compreender o processo histórico e suas manifestações territoriais, as determinações no tempo e no espaço, ou, a dialética espaço-tempo, as mudanças e permanências e suas condicionantes” (SAQUET, 2003, p. 20), ou, como disse Abreu (1997, p. 11), “explicar o seu presente através do processo histórico que lhe deu forma e conteúdo”.

Assim, voltar os olhos ao passado histórico torna-se fundamental, de maneira a compreender a conjuntura vivida na península, no período que antecede ao processo de unificação e criação do Estado Nacional italiano, conhecido como *Risorgimento*, termo que significa ressurgimento, reaparecimento, renascimento (MICHAELIS, 2003, p. 298), ou seja, apesar da unificação, o uso do termo era uma opção do recém-criado Estado para indicar uma continuidade histórica, sendo apenas um novo período para o povo italiano. Entretanto, anterior ao *risorgimento*, o que havia eram histórias, de diferentes reinos e regiões, ou seja, não havia uma unidade interna política ou cultural na península. Como será visto, o desdobramento de tal processo teve influência sobre o evento da grande emigração italiana.

Parafrazeando Vasconcelos (2009, p. 148), este período vivido na Itália seria considerado um *período denso*, “porque representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano” e que colocaram a

sociedade italiana daquela época “diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem” socioeconômica. Dentro do método de interpretação proposto por Vasconcelos (2009), este período também pode ser considerado *denso* devido a grande produção histórica e documental, registros que permitem conhecer a fundo os fatos históricos que se descortinaram, no caso italiano, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Por tal entendimento compreende-se, da mesma forma, a necessidade de estabelecer uma periodização histórica, de maneira a conhecer melhor as especificidades do processo de emigração italiana para o Brasil.

Além dos *períodos densos*, Vasconcelos (2009) também fala sobre os *hiatos temporais*, que seriam períodos, mesmo em curtos espaços de tempo, em que não se encontrariam registros (mapas cartográficos ou dados estatísticos em períodos regulares, por exemplo), que correspondam a uma descontinuidade temporal, deixando assim longos intervalos sem informação espaciais, mesmo dentro de *períodos densos* ou até mesmo momentos de ruptura histórica.

Santos (1985) é quem afirma a importância da periodização. O autor considera o espaço como a acumulação desigual de tempos, e propõe uma periodização histórica em escala mundial para o entendimento do processo de modernização pelo qual passou a sociedade, ou seja, como forma de inferir os distintos momentos e acontecimentos históricos que acabaram por provocar mudanças nas forças e relações produtivas dos lugares. Com base nisso, o autor propõe cinco períodos ligados à modernização da sociedade: (1) o período do comércio em grande escala, que vai entre o final do século XV até aproximadamente 1620; (2) o período manufatureiro; (3) o período da revolução industrial, entre 1750-1870; (4) o período industrial, entre 1870-1945; e, (5) o período tecnológico, pós-II Guerra Mundial.

Em *A natureza do espaço*, Santos (1996), considera que espaço e tempo são influenciados por um arcabouço de técnicas e, por tal motivo, afirma haver a necessidade de elaborar periodizações em escalas menores, em subespaços, não apenas na escala mundial, ou seja, incluindo em sua análise a importância de pensar os lugares ou territórios mais delimitados.

No caso deste trabalho, a periodização que se propõe diz respeito ao período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A opção por este

período se explica uma vez que este corresponde ao imbricado processo de consolidação do Estado Nacional italiano e o início da grande emigração em massa.

De início, é importante contextualizar que durante o século XIX grande parte de Europa já havia ingressado efetivamente no período industrial, efeitos da Segunda Revolução Industrial que já demonstrava as transformações socioeconômicas, mas que, na Itália, ainda não havia chegado, somente algumas influências negativas deste processo sobre a economia deste país. Para Malanima (1982, p. 8)

Consideriamo alcuni aspetti fondamentali dell'economia moderna, quali l'inizio del processo d'industrializzazione, la formazione su ampia scala del sistema di fabbrica, la nascita del capitalismo, l'avvio di una crescita continua: ebbene, questi fenomeni si verificano tutti lontano dall'Italia, costretta ormai in posizioni di retroguardia. La precocità italiana, si rivela, insomma, una sorta di falsa partenza⁵.

Neste caso, o autor está analisando como o comércio do mediterrâneo foi importante para a economia italiana desde o período medieval, contudo, estes territórios não conseguiram acompanhar as transformações que se sucediam no continente, resultado da recente revolução industrial.

Da mesma forma Toniolo (1978), analisa que, no período entre a proclamação do reino e o início da II Guerra Mundial, embora a economia italiana tenha triplicado, a renda dos habitantes apenas duplicou, neste caso, porque o Estado estava ficando com uma parcela considerável da produção da riqueza dos habitantes por meio do aumento de taxas e impostos à população. Segundo o autor:

Questi valori di sintesi, qualunque sia stata la loro precisa dimensione che forse non conosceremo mai, risultano da un processo di sviluppo che è stato molto disuguale nel tempo e molto diverso per i singoli settori produttivi. L'Italia arriva all'unità nazionale in condizione di arretratezza economica rispetto ai paesi dell'Europa centro-settentrionale⁶. (TONIOLO, 1978, p. 4)

⁵ Consideramos alguns aspectos fundamentais da economia moderna, tais como o início do processo de industrialização, formação em grande escala do sistema de fábrica, a ascensão do capitalismo, o início de um crescimento contínuo: bem, estes fenômenos ocorrem todos longe de Itália, agora em posições de atraso. A precocidade italiana revela-se, em suma, um tipo de falsa partida. (Tradução do autor)

⁶ Esses valores resumidos, qualquer que seja sua dimensão exata que talvez nunca conheçamos, resultam de um processo de desenvolvimento muito desigual e muito diferentes para os distintos setores produtivos. A Itália chega à unidade nacional em condição de atraso econômico em comparação com os países do Centro-Norte da Europa. (Tradução do autor)

Isto significa que as grandes economias Europeias, como França, Alemanha, e Inglaterra, principalmente, já haviam presenciado a evolução de suas economias da fase comercial para a fase industrial do capitalismo. A Itália, entretanto, estava em meio ao processo de unificação e ainda não conseguia organizar seu território internamente, sendo marcada por diferenças regionais de norte ao sul da península.

Neste caso, não se pode esquecer que a Itália como se conhece atualmente não existia (Figura 2). Até 1860, ano do *Risorgimento*, o que conhecemos como território deste Estado, era, na verdade, um apanhado de muitos territórios independentes, reinos, feudos, principados, inclusive, alguns pertencentes a outros reinos, como no caso do Reino Austríaco que dominava um parcela considerável do norte da península.

Neste sentido, havia um problema central porque a Itália, como tal, ainda não existia, apenas territórios com significativa expressão cultural regional. De acordo com Bigazzi (2006, p. 5), “Podemos afirmar que eles não possuíam uma identidade coletiva, ou seja, não se apresentavam com uma nacionalidade definida: diziam-se vênnetos, lombardos, calabreses, toscanos, distintos por seu perfil regional”. Mesmo pós-unificação, continua a autora, não havia uma identidade italiana. Um exemplo disso, segundo aponta ela, é que existiam quatro regiões dialetais que conferiam à península uma diversidade linguística distinta: uma setentrional, ao norte da península; o dialeto toscano e o dialeto romano, ao centro; e, meridional, ao sul. Quando houve a unificação, a língua toscana é que foi adotado como língua oficial do Estado, por se tratar de uma língua mais culta.

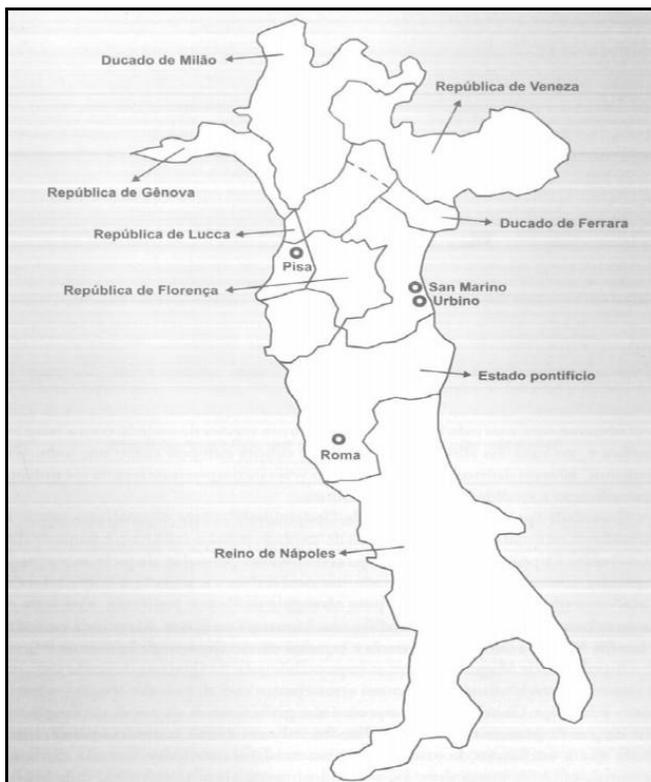


Figura 1: Itália no período anterior à unificação
Fonte: Bertanha (2005, p. 37)

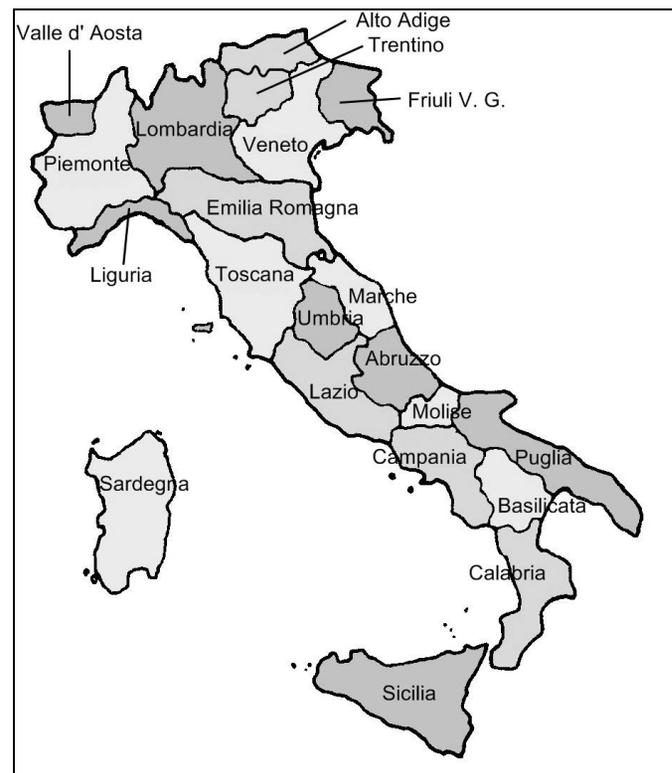


Figura 2: Itália no período atual
Fonte: Guia Geográfico – Itália (2012)

Bertonha (2005) também faz menção a esta questão. Segundo analisa o autor, neste período, não havia uma Itália. Os cidadãos da península se identificavam com as cidades e regiões as quais pertenciam, ainda que houvesse uma ideia de italianidade entre os pensadores e intelectuais. Para o autor, “(...) a Itália continuava existindo apenas como uma expressão geográfica e de uma cultura comum e admirada”. Além disso, ele argumenta que no que diz respeito identidade dos habitantes, “o termo *italiano* era mais um adjetivo para descrever os oriundos de uma península no meio do Mediterrâneo ou uma série de produtos culturais admirados em todo o ocidente do que o definidor de uma nacionalidade ou de cidadão do Estado” (BERTONHA, 2005, p. 39), porque a própria Itália era constituída de inúmeras identidades regionais.

Mas, sem sobra de dúvidas, o processo de unificação e criação da Itália representa um marco histórico de grande importância, isto porque, a partir de então, poder-se-ia investir na formação de uma identidade italiana, inexistente até o momento. Tal fato é refletido na ideia de Massimo d’Azeglio (1792-1866), pintor, escritor e político italiano, quando afirma que “Fatta l’Italia, facciamo gli italiani⁷”, ou seja, era necessário agora criar um idioma, uma cultura, uma literatura, enfim, uma história italiana (ou fortalecê-la) com base na memória, de maneira que contribuísse para a formação de uma identidade italiana, por isso a utilização do termo *Risorgimento*, ou seja, a ideia de que a Itália já existia, já possuía uma história que deveria ter continuidade.

Para Bertonha (2005), apesar de ter se unificado tardiamente, a Itália não podia deixar para trás uma história que de fato existia e que influenciou muitas pessoas e lugares na Europa e no mundo, herança, inclusive, herdada do império romano. De acordo com o autor,

O surgimento do novo país não significou, portanto, um marco zero, com a anulação de todas as heranças do passado e, se somente após 1860 os italianos efetivamente podiam dizer que vivam na Itália, a história da península nos milênios anteriores também era, e é, a sua história. (BERTONHA, 2005, p. 40)

Este é o ponto de maior interesse para este trabalho: a conjuntura italiana pós-unificação. Não apenas porque a partir deste momento haverá um Estado italiano, mas

⁷ De acordo com Gigante (2011, p. 5), esta “frase è trådita pure con qualche variante, del tipo: ‘L’Italia è fatta, facciamo gli Italiani’; o anche: ‘Fatta l’Italia, bisogna fare gli Italiani’; *et similia*”.

porque é a partir de então que haverá um governo unitário que será o responsável pela direção política e econômica do país, inclusive, pelo doloroso processo de emigração em massa dos habitantes da península.

De fato emigrar não era novidade para os italianos. Mesmo em períodos anteriores ao *risorgimento*, as populações, principalmente do norte, costumavam migrar temporariamente para outros países da Europa em busca de trabalho por um período de tempo, geralmente, em período de estiagem no campo. Assim, emigrar, fosse para outros territórios internos ou mesmo fora da península, era um movimento frequente entre os italianos. O ato de emigrar, de acordo com Bertonha (2005, p. 82), “Era um mecanismo de sobrevivência econômica e um modo de vida que se reproduzia por gerações e implicava viver e trabalhar pelo menos uma parte da vida fora de seu lugar de origem”.

Contudo, foram os efeitos da Revolução Industrial e da ação do, então, governo italiano que intensificam este fenômeno. A Revolução Industrial não causou apenas modificações nos modos de produção, mas também provocou transformações na sociedade, devido às melhorias no sistema de transportes (ferroviário e hidroviário), além da melhoria das condições sanitárias e permitiu uma melhor capacidade de produção de mercadorias.

Somado a isso, analisa Bertonha (2005), o processo de crescimento das grandes propriedades agrícolas e as novas indústrias que iam surgindo, arruinavam milhões de pequenos agricultores. Também, o rápido crescimento da população dificultava cada vez mais o acesso ao emprego. Além do mais, a unificação italiana teve papel fundamental na intensificação no processo de empobrecimento da população e acentuou a crise agrária, porque foi com a unificação que se formou na Itália um mercado capitalista unificado, permitindo a entrada de produtos estrangeiros a preços mais concorrentes que os produtos nacionais.

Além disso, de acordo com Ianni (1963), o novo Estado italiano necessitava cada vez mais de recursos e, como consequência, aumentava os impostos, numa política de opressão fiscal, inclusive os impostos territoriais, ao ponto que em muitos casos, inúmeros proprietários de terra perderam suas propriedades por conta do alto custo dos impostos. Tal opressão fiscal, cabe lembrar, era sentida pelas classes mais pobres, chegando a ser mencionada como algumas das causas da emigração. Corrobora com

esta afirmação o verso de um poema da época que dizia: “*Porca Italia, i bestiema: Andemo via!*” (Porca Itália, ele blasfema: Vamos embora!)⁸.

Tal processo intensificou o abismo social que existia entre os pobres e as classes dominantes na Itália e está na base do processo de emigração em massa para o Brasil no final do século XIX⁹. Grandi (1990) analisa que,

L'emigrazione è il più grande fenomeno sociale della storia dell'Italia contemporanea, ma per coglierne la volenza occorre appunto caratterizzare preliminarmente i contesti, così come la valenze economiche e culturali dei fattori di espulsione e di attrazione per i quali si muove l'esodo.¹⁰ (GRANDI, 1990, p. 394)

Isto significa que o fenômeno da emigração deve ser visto em sua complexidade, não apenas demográfico ou econômico. Para sua melhor compreensão, é fundamental o uso de fontes históricas que aproximem os fatos reais a serem interpretados, ou seja, é necessário atentar para os efeitos da intensificação do capitalismo sobre o território, o processo de industrialização pelo qual o norte da Itália estava passando, a fase industrial do capitalismo que alterou o modo de produção da época, além, evidentemente, do alto índice de miserabilidade da população italiana da época. Assim, para Grandi (1990, p. 395), “Quello che vogliamo dire è che i fenomeni migratori, come ormai chiarito, non sono generati ed alimentati de cause univoche. C'è sempre un concorso di fattori all'origine dei grandi processi migratori”¹¹.

Esta abordagem se deve ao fato de que inúmeros estudiosos do capítulo histórico da grande emigração italiana descartaram definitivamente a ideia de que este processo só foi necessário por conta dos altos índices demográficos da população, em um quase determinismo malthusiano, de que a miséria seria apenas um efeito, um resultado da grande massa populacional.

⁸ Verso do Soneto *I via in Merica*, de Berto Barbarani. In: *I due canzionieri*, Milão, ed. Mondadori, 1926, transcrito por Ianni (1963, p. 74)

⁹ Cabe ressaltar que os Estados Unidos e a Argentina, proporcionalmente, receberam mais emigrantes italianos que o Brasil, entretanto, para fins deste trabalho, apenas os dados da emigração para o Brasil são relevantes.

¹⁰ Emigração é o maior fenômeno social na história da Itália contemporânea, mas para compreender a violência deve ser precisamente caracterizar seus contextos prévios, bem como os valores econômicos e culturais dos fatores de expulsão e de atração para o qual se move o êxodo. (Tradução do autor)

¹¹ O que queremos dizer é que os fenômenos migratórios, como já foi dito, não são gerados e alimentados por uma causa única. Há sempre uma fonte de grandes fatores relacionados aos processos migratórios. (Tradução do autor)

Azevedo (1982, p. 63), discorrendo sobre esta questão é enfático ao afirmar que “A superpopulação, por si mesma, não explicaria o impulso emigrantista. Nem este era espontâneo”, no sentido de que o abandono da terra e da pátria é sempre uma imposição das condições socioeconômicas. Mais adiante, dando continuidade a sua análise sobre o tema, observa que foi a situação de miséria que levou os *contadini*, povos camponeses, a emigrar. De acordo com ele “Era evidente que o abandono da pátria recentemente unificada não era forçado pela superpopulação mas realmente pela miséria” (AZEVEDO, 1982, p. 73).

Além desses aspectos, Azevedo (1982) aponta ainda a organização do espaço agrário, relacionada à estrutura fundiária, ao uso e ao extremo fracionamento da terra e os sistemas de parcerias, entre os *contadini* e os proprietários de terras, somados aos baixos salários e elevados tributos, foram fatores que contribuíram na expulsão dos agricultores, impondo-lhes a emigração como saída.

Ianni (1963), em seu estudo sobre os conflitos e os bastidores da emigração italiana para o Brasil, intitulado *Homens sem paz*, já analisava criticamente esta situação de desamparo aos trabalhadores rurais, os *contadini*, pelo governo. Claro, neste caso, Ianni (1963), está referindo-se do trabalhador rural e não do grande proprietário de terra, uma vez que este último mantinha-se, desde o modo de produção feudal anterior a este período, mantendo altos índices de ganho, geralmente sobre o agricultor, por meio dos contratos de *mezzadria* ou *affitto a grano*¹². Segundo o autor, “O regime de propriedade da terra e a política econômica e financeira dos governos italianos de 1860 em diante atuaram de vários modos como um processo social, econômico e político de fabricação de emigrantes” (IANNI, 1963, p. 53).

O fato é que havia muitos condicionantes que forçavam os italianos a abandonar sua terra e emigrar, inclusive, algumas causas naturais e epidêmicas, tal como aponta Bigazzi (2006), entre outros, o ataque de pragas às plantações, a multiplicação das estradas de ferro e o serviço militar, afirmando ela, referente a esta realidade: “Diante de tantos problemas econômicos e sociais, os camponeses e artesões italianos não tiveram outra opção senão emigrar” (BIGAZZI, 2006, p. 30).

¹² A *mezzadria*, ou meação, correspondia a divisão do da produção, um sistema de contrato misto com o proprietário da terra, enquanto que o *affitto a grano* significava o pagamento, do *contadini*, ao proprietário da terra, em espécie, mercadoria, pelo arrendamento de uma porção de terra para cultivar.

Franzina (2006, p. 62), tratando sobre os motivos que levaram os italianos a emigrar questiona: “atração pela América ou expulsão pela Europa? Evento eminentemente demográfico, e ‘autodinâmico’ ou resultantes de processos econômicos, sociais e políticos bem precisos?” (‘grifo do autor’). O autor já havia observado em sua análise que:

A emigração representa um fenômeno demográfico e econômico caracterizado pela duplicidade dos seus fatores formativos. Há uma área de partida e uma área de destino, estímulos ‘expulsores’ e estímulos ‘atrativos’: a importância de cada um, ou mesmo o seu caráter nos remete a um quadro complexo, que é o da evolução do capitalismo a partir dos anos 50 de século XIX. (FRANZINA, 2006, p. 33) (‘grifo do autor’)

Isto significa que apesar de os habitantes da península, principalmente na sua porção norte, ter uma tradição emigrantista temporária, o processo de emigração em massa para a América, neste caso analisado em relação ao Brasil, representava uma necessidade de partir, fugir da miséria que assolava as populações agrícolas e carentes, e buscar novas perspectivas de vida em terras distantes.

Na conjuntura da época, em geral, diversos estudiosos do tema sobre da emigração analisam que o cenário era favorável a esta. Grandi (1990), por exemplo, analisa que a abolição da escravatura facilitou o processo de emigração. De acordo com a autora, tal contexto seria bom para todas as partes:

(...) per i coloni che agognavano a diventare proprietari diretti delle terra da lavorare; per Il Governo italiano che pensava attraverso La colonizzazione, cioè il formarsi di nuclei compatti di piccoli agricoltori italiani negli stati meridionali del Brasile; (...) per il Governo brasiliano che voleva colonizzare le terre vuote, le terre vergini, ma che sperava anche, e più i fazenderos, di avere altra manodopera per soddisfare le esigenze delle loro grandi tenute, una volta proibita l’importazione di manodopera nera e abolita la schiavitù; ed infine per le compagnie di navifazione europee ed italiane che gestivano il traffico in accordo con le compagne di colonizzazione e di arruolamento ed ingaggio dei coloni con biglietti prepagati e promesse di assegnazione di terre¹³. (GRANDI, 1990, p. 397)

¹³ (...) para os colonos que desejavam tornarem-se proprietários de terra para trabalhar; para Governo italiano que pensava através da colonização, a saber, formar núcleos de pequenos agricultores italianos nos estados do Sul do Brasil; (...) para o governo brasileiro, que queria colonizar as terras ociosas, as terras virgens, mas que também esperava, bem como os fazendeiros, de ter outra mão de obra para atender as necessidades das grandes propriedades, uma vez proibida a importação de trabalho e abolida escravidão; e, finalmente, para as empresas de navegação europeias e italiana que geriam o tráfego em

Isto significa que no cenário daquele período, tudo conspirava para o movimento migratório: de um lado, a Itália não tinha condições de resolver todos os problemas socioeconômicos que assolavam seu território recentemente unificado, assim, emigrar era uma saída para amenizar a fome e a miséria da população; de outro, a pressão internacional, principalmente inglesa, pelo fim da escravidão, por conta da difusão da sociedade industrial por todo o mundo e a conseqüente necessidade de aumento dos mercados consumidores, inclusive, nos recentes Estados independentes na América; e, a necessidade brasileira de dar uma resposta rápida à substituição do trabalho servil e à utilização das terras ociosas no Sul do país.

Além de todos estes fatores que influenciaram na emigração, não pode-se descartar o fato de que os próprios habitantes da península queriam fugir daquela situação de miserabilidade que crescia cada vez mais. Ou seja, a fuga da pátria impunha-se como uma alternativa para tentar uma vida nova. A esperança de, mesmo viajando apenas com a roupa do corpo e quase nenhuma bagagem, fazer da América a terra da *cuccagna*, ou seja, a terra da fartura e da abundância.

Santin (1990, p. 450), afirma que “não há nenhum exagero em afirmar que a ideia de tornar-se proprietário de terras significou a força máxima para convencer os camponeses italianos de emigrar”. Obviamente que a propaganda e a intensa ação dos agentes de viagem tinham um papel sedutor que influenciava na decisão de emigrar. Entretanto, este já é assunto para o próximo capítulo.

Até o momento, discorreremos sobre as transformações econômicas que se sucederam em parte da Europa, em especial, na Itália recém-unificada, em relação a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, os problemas socioeconômicos e as influências desse processo sobre os habitantes da península italiana.

Se o ato de emigrar significa, grosso modo, a existência de forças que expulsam o(s) indivíduo(s) do território, por outro lado, não se pode deixar de investigar os contextos que atraem aqueles que emigram para um determinado destino, neste caso o Brasil. Portanto, é mister dedicar-se a análise das condições e ações que atraíram os

acordo com as companhias de colonização para o recrutamento e contratação dos colonos, com bilhetes pagos e promessas de alocação à terra. (Tradução do autor)

italianos para o país e, de maneira especial, os destinos para onde foram enviados, entre as colônias de imigração na região Sul do país e as fazendas de café na região Sudeste.

1.2 Entre as colônias imperiais e as fazendas de café: A imigração italiana para o Brasil (1875 - 1915)

Depois de haver tratado sobre as condições socioeconômicas na Europa e na Itália a partir da segunda metade do século XIX, considerando as consequências da intensificação do modo de produção capitalista-industrial sobre as sociedades da época, processo que está na gênese de um dos maiores movimentos migratórios registrados na história da sociedade contemporânea, quer-se voltar os olhos ao Brasil. Porque o Brasil se tornou um destino para milhares de emigrantes italianos? Como se deu este processo? E, chegados ao país, para onde estes emigrantes foram enviados?

Buscar respostas para estas questões, certamente, será um considerável avanço para entender não apenas onde estes imigrantes se fixaram, como também a gênese do processo de formação de muitos lugares onde ainda hoje é possível identificar sinais marcantes da presença e permanência dos primeiros imigrantes italianos e seus descendentes, representados por meio da cultura material e imaterial remanescente que em muitos lugares são convertidas em objeto do uso turístico no período atual.

Como foi visto até o momento, as transformações que se sucederam na Itália pós-unificação, não foram tão favoráveis aos habitantes pobres da península, de tal maneira que a única saída para milhares deles foi fugir da miséria que assolava o país, na maioria dos casos, sem levar praticamente nenhuma bagagem.

Tal processo foi, e é, rememorado por muitos descendentes de imigrantes na estrofe da conhecida canção *Mérica Mérica*, quando entoam o seguinte verso: “*Dalla Italia noi siamo partiti, Siamo partiti col nostro onore*” (Da Itália nos partimos, partimos com nossa honra. Tradução nossa)¹⁴, versos que representavam bem a situação de miserabilidade

¹⁴ A épica canção Angelo Giusti, *Mérica-Mérica*, Canto Popular dos Emigrados Vênetos para o Brasil, traduz o anseio da partida e da chegada ao país. Esta Canção é hino oficial da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, de acordo com a Lei 12.411, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de

que não lhes permitiu portar muitos bens consigo. Neste momento, lembrar-se Franzina (2006, p. 62) que indagava: “atração pela América ou expulsão pela Europa?”. Mas, o fato é: independente de serem expulsos ou não, o Brasil representava um destino atrativo aos emigrantes italianos, ou seja, as políticas e ações imigratórias aos italianos tinham uma finalidade objetiva para o governo brasileiro.

Desde a primeira metade do século, por efeito da mudança da fase comercial para a fase industrial do capitalismo, a Inglaterra já dava indícios de que iria aumentar as pressões internacionais pelo fim da escravidão na América. A iniciativa inglesa visava diminuir o trabalho servil para aumentar o trabalho assalariado, ampliando o mercado consumidor mundial, afinal, escravo não possui salário e, por este motivo, não consome produtos industrializados de nenhuma natureza, ou seja, a pressão pelo fim da escravidão era antes um desígnio comercial para aumentar a mão de obra assalariada e, conseqüentemente, os mercados consumidores no mundo e não uma nobre iniciativa humanitária.

De toda maneira, no Brasil, a coroa cedeu às pressões inglesas, promulgando a partir do início da segunda metade do século XX, uma série de leis que tinham por finalidade acabar com o tráfico de escravos para o Brasil, entre as quais estão: Lei Eusébio de Queiros, Lei no 581, de 4 de setembro de 1850; A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871; a Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei do Sexagenários, de 1885; e, finalmente, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que pôs fim oficialmente a escravidão no Brasil.

Assim, o eminente fim do trabalho servil, somado à necessidade de ocupar as terras incultas ao Sul do país e o imperativo de prover com mão de obra as fazendas de café do Sudeste, principal produto que encabeçava a atividade comercial-exportadora brasileira naquele período, configurou-se uma equação que favorecia a buscar na imigração uma saída necessária tanto para o processo de colonização nos estados do Sul quanto para suprir as plantações de café no Sudeste do país. Azevedo (1982) analisa que havia duas políticas de emigração no Brasil: a política imperial, baseada na criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários agrários; e a política dos fazendeiros, que buscavam emigrantes para as lavouras de café, na medida em que

dezembro de 2005, pelo então Governador Germano Rigotto. Sem sombra de dúvida é uma canção marcante para todos os ítalo-descendentes no Brasil, independente de onde estejam.

percebiam os braços da mão de obra escrava escasseando. Assim, de acordo com Azevedo (1982, p. 97), o que “se propunha como *emigração* era a simples importação de braços para a lavoura nas grandes fazendas de café, em oposição à política imperial de formar núcleos coloniais constituídos de pequenos proprietários”.

Enquanto isso, na Itália, segundo Azevedo (1982, p. 79), era comum nos campos, em meio aos tumultos provocados pelo descontentamento com a situação de miséria, ouvir os gritos de “*Vogliamo andare in América*” (Queremos ir para a América), ou seja, tudo favorecia a este processo de emigração, tanto ao Brasil como à Itália, bem como aos Estados Unidos e Argentina, países que igualmente receberam grandes levas de imigrantes italianos.

Por parte do governo imperial, era clara a necessidade de ocupar as terras que estavam ociosas para produção de alimentos às cidades que se encontravam em processo de expansão. Estas terras que o governo destinava para a formação das colônias de imigração eram devolutas, ou seja, possessões que não haviam sido pagas ou abandonadas pelos proprietários originais, tomadas pelo governo para a instalação das colônias (GRANDO, 1990, p.71). Tal ação do governo imperial estava respaldada na própria Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a conhecida Lei de Terras, instrumento jurídico que instituiu a posse da terra apenas por meio de compra ou herança, dessa forma instituída:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.

(...)

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou

Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1850, V. 1, p. 307)

Para Silva (2008, p. 15), a Lei de Terras tinha por finalidade “promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra”, e não se está falando apenas de tamanhos de propriedade, mas também ao que diz respeito à posse propriamente dita, uma vez que no período colonial predominou o sistema de doação, de concessão de terras a particulares. Além disso, conforme aponta a autora, estudar a Lei de Terras significa investigar o processo de ocupação territorial, atentando para o processo de passagem das terras públicas para a propriedade privada.

Esta situação já havia sido referenciada em outro trabalho, quando foi tratado a respeito da formação das colônias de imigrantes na área rural de Pelotas e, naquela ocasião, verificou-se como um grande número de colônias foram constituídas a partir de iniciativas particulares, ainda que com o uso de terras públicas (PANIS, 2009a).

O fato é que, em muitos casos, foi por meio do uso de terras devolutas que o governo imperial constituiu as colônias de imigração na porção meridional do país, onde milhares de imigrantes se instalaram e fortaleceram sua identidade junto ao território, afinal, segundo afirmou Quintino Sella em seu discurso na Câmara dos Deputados Italiana, “onde há trabalho, lá é pátria”. (apud FRANZINA, 2006, p. 40). No limite da questão, significa que a possibilidade de ter acesso à terra contribuiu para estimular e intensificar o movimento migratório dos italianos em direção ao Brasil e, além disso, dar conta de atingir as metas do governo imperial em ocupar as terras incultas para a produção de alimentos e a substituição da mão de obra escrava nas fazendas de café da região Sudeste do país.

Além das colônias instaladas em terras públicas pelo governo, não se pode esquecer, ainda, a grande quantidade de colônias que foram criadas por particulares, que também tinham o intuito de aumentar a produção de alimentos, obviamente gerando lucro para os proprietários ou mediadores deste processo colonizador. Assim, como lembravam na canção os primeiros imigrantes e seus descendentes, depois de

“*Trentasei giorni di macchina e vapore, e nella Merica noi siamo arriva*”¹⁵, é que sucessivamente chegavam aos portos brasileiros estes imigrantes para, então, serem enviados para diferentes destinos.

Não há, pois, precisão na quantidade de italianos chegados ao Brasil, isto porque, segundo aponta Franzina (2006), muitos italianos emigravam clandestinamente. Por tal motivo só é possível ter uma estimativa do número de italianos chegados ao país que, de acordo com os pesquisadores do tema, é um número próximo de 1,4 milhões de italianos (FRANZINA, 2006; ITIENES, 2003; PESCIOLINI, 1914; CARVALHO, 1925; MINISTERO DELLE RELAZIONI ESTERE, 1951) (Figura 3).

Este contingente de italianos que emigrava para o país se perguntava: “*Cossa saràlo 'sta Merica? Un bel mazzolino di fior*”¹⁶. Isto significa que apesar da dúvida em estar indo para um destino desconhecido, habitar outro território com uma cultura diferente, tinham a esperança de fazer da *Merica* o lugar onde seriam felizes, onde não sofreriam mais com a miséria, a terra da *cuccagna*, ou seja, onde haveria muita fartura, uma terra de abundância. Mas, cabe a pergunta: de onde eles tiraram esta ideia?

Para entender este processo é preciso voltar os olhos para a ação do governo brasileiro e dos agentes particulares de viagem que tinham a função de arregimentar o maior número de italianos para emigrarem para o Brasil. Segundo Bigazzi (2006), terras para trabalhar não faltavam no país e, além disso, os agentes de imigração ganhavam *per capita*, o que significa que quanto maior fosse o número de italianos a emigrar para o Brasil, maior seria o ganho dos agentes particulares.

Além disso, Saquet (2003) analisa que em vista das inúmeras dificuldades que os italianos enfrentavam na península, conforme foi tratado no capítulo anterior, a oportunidade de trabalhar e de melhoraram suas condições de vida representava o principal impulso para emigrar, superando medos e incertezas pela esperança de êxito, de conquistar terra e riqueza. Para o autor, “A possibilidade de ser proprietário e de ter trabalho mexeu com aqueles sem-terra e sem-trabalho” (SAQUET, 2003, p. 67).

¹⁵ “Trinta e seis dias de maquina e vapor, e na América chegamos.” (Tradução do autor)

¹⁶ “O que será esta América? Um belo ramalhete de flores.” (Tradução do autor)

De acordo com Azevedo (1982, p. 85), havia um conjunto de circunstâncias, fossem econômicas, políticas ou, mesmo, de ordem religiosa, que favoreciam o trabalho dos agentes no recrutamento dos emigrantes. O próprio governo do Brasil, no intuito de aumentar o número de emigrantes, distribuía livretos e outros materiais aos italianos contendo informações para atraí-los ao país, por exemplo, o lançamento na Itália do *“Avvertimenti agli emigranti pel Brasile”* (“Instruções aos emigrantes para o Brasil”), impresso em Roma e largamente distribuído à população (AZEVEDO, 1982, p. 86).

O caso é que, somada a situação de miserabilidade à necessidade do Brasil em substituir a mão de obra escrava e ocupar as terras ociosas para produção de alimentos, constituiu-se um cenário propício para a grande emigração, motivo o bastante para os italianos abandonarem sua pátria e partir para a aventura de reconstruí-la na América, ou, como analisou Saquet (2003), desterritorializar-se da Itália, para reterritorializar-se no Brasil.

Apesar de a imigração italiana ter ocupado uma parcela considerável do território nacional, pode-se dizer que as realidades encontradas, quando da chegada, eram bastante semelhantes.

Nas colônias, principalmente instaladas na região Sul do país, os emigrantes se deparavam com uma paisagem rústica, totalmente desprovida de qualquer infraestrutura, ou seja, deviam trabalhar desde a derrubada das matas, construir lugares para habitação e para criação, preparar a terra para a produção agrícola, até aguardar o período da colheita para começarem, assim, a obter os primeiros resultados de seu esforço. Esta difícil realidade encontrada nas colônias também era expressa nos versos da canção, quando cantavam que: *“E alla Merica noi siamo arrivati; No' abbiam trovato nè paglia e nè fieno; Abbiam dormito sul nudo terreno; Come le bestie andiam riposar”*¹⁷.

¹⁷ “E na América chegamos; Não encontramos nem palha e nem feno; Temos dormido no nu terreno; Como os animais vamos descansar”. (Tradução do autor)

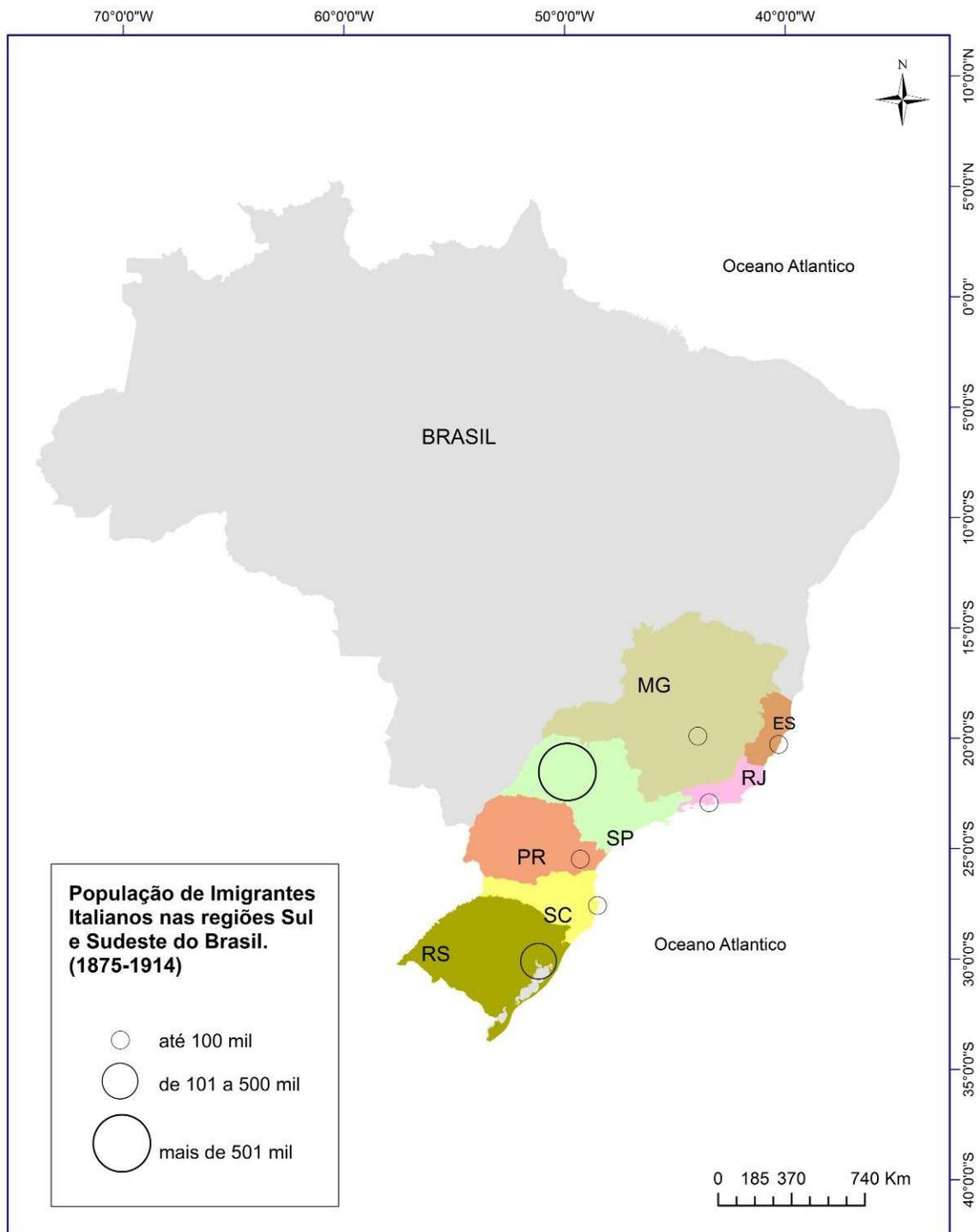


Figura 3: População de imigrantes italianos chegados aos estados brasileiros
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Muitos são os relatos dos primeiros emigrantes e seus descendentes sobre as condições de vida e os primeiros meses e anos vividos nas colônias, entre as quais podemos destacar as obras de Lorenzoni (1975) e Bissoli (1979), onde é possível conhecer um pouco das dificuldades enfrentadas e, também, das conquistas que vieram com o passar dos tempos.

Conhecer, ainda que brevemente, as dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes, tanto na Itália quanto no Brasil, bem como as vitórias e conquistas que vieram com o passar dos anos, suas realidades vividas, é uma tarefa importante para compreender a complexidade do processo emigrantista, a partir do qual irão se formar os laços culturais da *italianidade* no Brasil, ou seja, tais realidades vividas estão na gênese da constituição dos bens culturais ítalo-descendentes, que serão a temática dos capítulos subsequentes deste trabalho.

Ciuffoletti (1990) aborda algumas das dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes italianos nas colônias. Segundo o autor,

L'ambiente montagnoso, isolato, coperto da foreste vergini, e spesso i duri scontri com gli 'indios bugres', Le incompressioni com le autorità locali, lo sfruttamento dei mercanti e dei medici, la lotta continua contro gli animali selvatici, come il cinghiale¹⁸ e le cavallette diedero alla storia dell'emigrazione veneta un impronta di trafica e umana grandezza¹⁹. (CIUFFOLETTI, 1990, p. 402) ('grifo do autor')

Isto significa que as dificuldades encontradas eram de toda ordem, desde a cultural, pelo contato com outros hábitos e o idioma diferente, por exemplo, até mesmo físicas, por conta das condições encontradas no território, no qual tiveram que se adaptar e enfrentar as dificuldades para minimamente prosperar. Tal situação é estudada por Brunello (1994), quando analisa a densa ocupação do território colonial Rio-Grandense e Catarinense pelos italianos, em sua empreitada no processo de disputa e domínio destes territórios com os índios, em muitos casos, por meio do uso de armas de fogo, além dos perigos naturais que a mata fechada oferecia.

¹⁸ O javali é um animal encontrado na Europa e não no Brasil, ou seja, o autor utiliza este termo para descrever o porco do mato, semelhante a espécie conhecida por ele.

¹⁹ O ambiente montanhoso, isolado, coberto por floresta virgem, e, frequentemente, duros confrontos com 'índios'. Os mal-entendidos com autoridades locais, a exploração dos comerciantes e dos médicos, a luta constante contra animais selvagens, tais como os javalis e os gafanhotos, deram a história da emigração Vêneta uma marca de tragédia e grandeza humana. (Tradução do autor)

Azevedo (1982, p. 158), fazendo menção a este período histórico da imigração, afirma que “O bem-estar e o êxito dos colonos dependia, além do mais, de suas capacidades e disposições para o trabalho. Era-lhes necessário uma fibra espartana para se dedicarem à agricultura e se constituírem em pequenos proprietários”. O autor ainda referêcia de como as estradas, ou melhor, os caminhos dificultavam o acesso a outras colônias ou cidades, de forma que as distâncias e a dificuldade do contato com outras famílias colocavam estes imigrantes em situação de isolamento, isto sem contar que nos primeiros tempos, antes de encaminharem-se para os seus lotes, acampavam em barracões, amontoados entre várias famílias, sem privacidade nenhuma, para somente depois começarem a construções das primeiras casas, fosse de taquara e barro, de madeira ou, em alguns casos, de pedra²⁰. Ainda assim, Azevedo (1982, p. 212) destaca que “(...) o colono, como indivíduo, não depende patrimonialmente senão de seus próprios recursos e capacidades”.

Por conta das dificuldades, não apenas no desbravamento das colônias, mas também pela dificuldade nos primeiros tempos, se explica a preferência do governo por agricultores de profissão para ocupar as colônias, trabalhadores habituados à lida com a terra que pudessem dar retorno rápido aos anseios de produzir alimentos às cidades, motivo pelo qual muitos italianos mentiam sua profissão para emigrarem para o Brasil, segundo apontam De Boni e Costa (1984).

Nos primeiro tempos, quando chegados às áreas destinadas a formação das colônias, os imigrantes contavam com alguma ajuda do governo, que disponibilizava sementes, ferramentas e algumas provisões para que as famílias se alimentassem até que comesçassem a produzir para o seu sustento. Assim, para organizar todo este processo, o governo cria, por meio do Decreto nº 6.129, a Inspetoria de Terras e Colonização, com a incumbência de organizar e administrar as colônias nos primeiros tempos (HUTTER, 1987).

²⁰ A diferença entre as construções se deve às condições econômicas que os italianos traziam consigo. Alguns deles, apesar das dificuldades enfrentadas na Itália, conseguiam trazer algum dinheiro para os primeiros meses na colônia. Outra diferença se deve ao fato de que com o tempo os imigrantes foram aperfeiçoando suas habitações, conforme melhoravam suas condições de vida devido aos ganhos obtidos com a produção agrícola e a criação de porcos.

Ainda no que diz respeito a chegada e instalação, de acordo com Manfroi (1975), nas colônias, os imigrantes recebiam seus lotes rústicos, em geral medindo de 15 a 30 hectares, que deveriam ser pagos no período entre 5 e 10 anos, podendo ser liquidado em parte com trabalho na abertura das estradas de ferro.

Em trabalho anterior (PANIS, 2009a), foi analisado o processo histórico em torno das colônias no Sul do Rio Grande do Sul, no município de Pelotas. Na ocasião, foi possível ter contato com entrevistas realizadas pela equipe do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, arquivos de História Oral que fazem o resgate do processo de instalação das colônias nesta região. Sobre esse processo, uma moradora relatava que:

Meu pai veio da Itália com 18 anos, e como vieram muitos italianos se estabeleceram na Maciel, num *barracon*, que foi feito pelo governo (...). Então o governo colocou todos esses italianos ali debaixo, nessa barraca. Acho que naquele tempo, quando o papai era vivo o governo fornecia só farinha de milho, porque eles viviam só comendo polenta.

(...)

O governo ajudava com a comida, eu acho. Bem, o falecido papai disse que passaram muita fome, pois vieram sem nada. Mas o governo dava farinha de milho e as coisas para comida. (Irene Scaglioni, MECOM/ LEPAARQ, 2008) (grifo do registro)

Estes relatos e memórias que são coletadas e guardadas, sejam em arquivos de museus ou livros, são uma rica fonte de consulta histórica que permite conhecer algumas peculiaridades do processo de constituição das regiões coloniais na Brasil, processo não apenas importante para a gênese de algumas cidades, como também à formação da identidade cultural dos estados brasileiros, com destaque para os estados da região Sul e Sudeste, onde a influência das colônias de imigração e da cultura ítalo-descendente é mais facilmente identificada.

No Rio Grande do Sul, em 1869, já havia sido formada duas grandes colônias: Conde d'Eu, que deu origem às cidades de Garibaldi e Carlos Barbosa, e Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves (DE BONI E COSTA, 1984, p. 69). Entretanto, neste período, estas colônias ainda eram de propriedade do governo geral.

De acordo com Manfroi (1987), por volta de 1875, estas colônias foram reivindicadas pelo governo imperial por entender que a província se mostrava incapaz de povoá-las. Assim, tomados estes dois territórios, o governo imperial passou a administrar e povoar de maneira mais intensa estas colônias que, no decorrer dos anos,

se mostraram marcantes núcleos ítalo-brasileiros, ainda hoje com acentuada identidade cultural ítalo-descendente.

Além disso, segundo De Boni e Costa (1984), também em 1875 o governo imperial fundava a colônia “Fundos de Nova Palmira”, que em 1877 passou a ser denominada Colônia Caxias, dando origem a cidade de mesmo nome, além das cidades de Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos. Em suma, neste período já estavam fundadas três das principais colônias do estado, ainda hoje uma região em que se pode verificar a presença da cultura e identidade ítalo-descendente, inclusive, onde se localizam alguns dos circuitos turísticos ítalo-descendentes investigados por este trabalho.

Já em 1877 o governo imperial cria a colônia de Silveira Martins, na região central do estado, atualmente conhecida como a região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Ainda hoje esta região é marcada pela presença de bens materiais e imateriais ítalo-descendentes, como será visto em capítulo posterior, e integra um importante polo turístico, mas ainda em formatação, nesta região do estado. “Estas 4 colônias foram o núcleo básico da imigração italiana, sendo que as outras, de certa forma, delas promanaram” (DE BONI e COSTA 1984, p. 65) (Figura 4).

Além dessas colônias a região sul do estado, de conhecida tradição portuguesa e açoriana, foi da mesma forma palco da imigração de italianos, além de alemães, pomeranos²¹, franceses e outras culturas europeias (PANIS, 2009b; PANIS e OLIVEIRA, 2009). Esta região presenciou a criação de aproximadamente sessenta colônias de imigração, em sua maioria mista e de iniciativas particulares (FETTER, 2002).

Nesta região está situada a Colônia Maciel, criada em 1884 por iniciativa do governo imperial, a qual foi considerada a Região da Quinta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Esta colônia, como outras na região, adquiriu relevância pelo contexto no qual foi constituída, nas proximidades da cidade de Pelotas, uma das cidades mais importantes no estado naquele período por conta da presença da indústria saladeril que utilizava, sobretudo, a mão de obra escrava para o trabalho nas charqueadas, deixando as colônias de imigração relegadas a um plano secundário na sociedade local (PANIS, 2009a).

²¹ No período atual são conhecidas apenas três remanescentes pomeranos no país: São Lourenço, no Rio Grande do Sul; Pomerode, em Santa Catarina; e, Santa Maria do Jetibá, no Espírito Santo.

Ainda neste período foram criadas pelo governo imperial outras colônias, uma vez que a contínua chegada de italianos ao estado exigia a expansão da política de colonização sobre outras terras. É neste contexto que está a criação das colônias de Alfredo Chaves, que deu origem as cidades de Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Cotiporã; a Colônia de Antônio Prado, que deu origem a cidade de mesmo nome e que, por sua importância e preservação, teve seu centro histórico tombado como patrimônio material pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1990; a colônia de Guaporé, que originou as cidades de Guaporé, Muçun, Serafina Correa e Casca; e, ainda, a Colônia de Encantado, donde surgiu a cidade de Encantado e Nova Bréscia (DE BONI e COSTA, 1984).

Este é o contexto da criação das colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul. É importante lembrar que, depois de São Paulo, este estado foi o que mais recebeu imigrantes italianos, em torno de 300 mil (PESCIOLINI, 1914; FRANZINA, 1998).

Mas, não apenas neste estado mais ao sul do Brasil foram criadas colônias de imigração, na verdade, tal política governamental de ocupação territorial se estendeu por toda a região sul do país e, entre o período que vai do último quartel do século XIX até o primeiro do século XX, inúmeras colônias italianas e mistas foram criadas.

Santa Catarina tem algumas similaridades com a imigração no Rio Grande do Sul e no Paraná. Isto porque, da mesma forma que estes, o estado catarinense foi palco da criação de colônias alemãs na primeira metade do século XIX, processo que deixou marcas históricas que, igualmente, permanecem existentes por lá, somente depois, com as levas de grande imigração, formaram-se as colônias italianas (Figura 5).

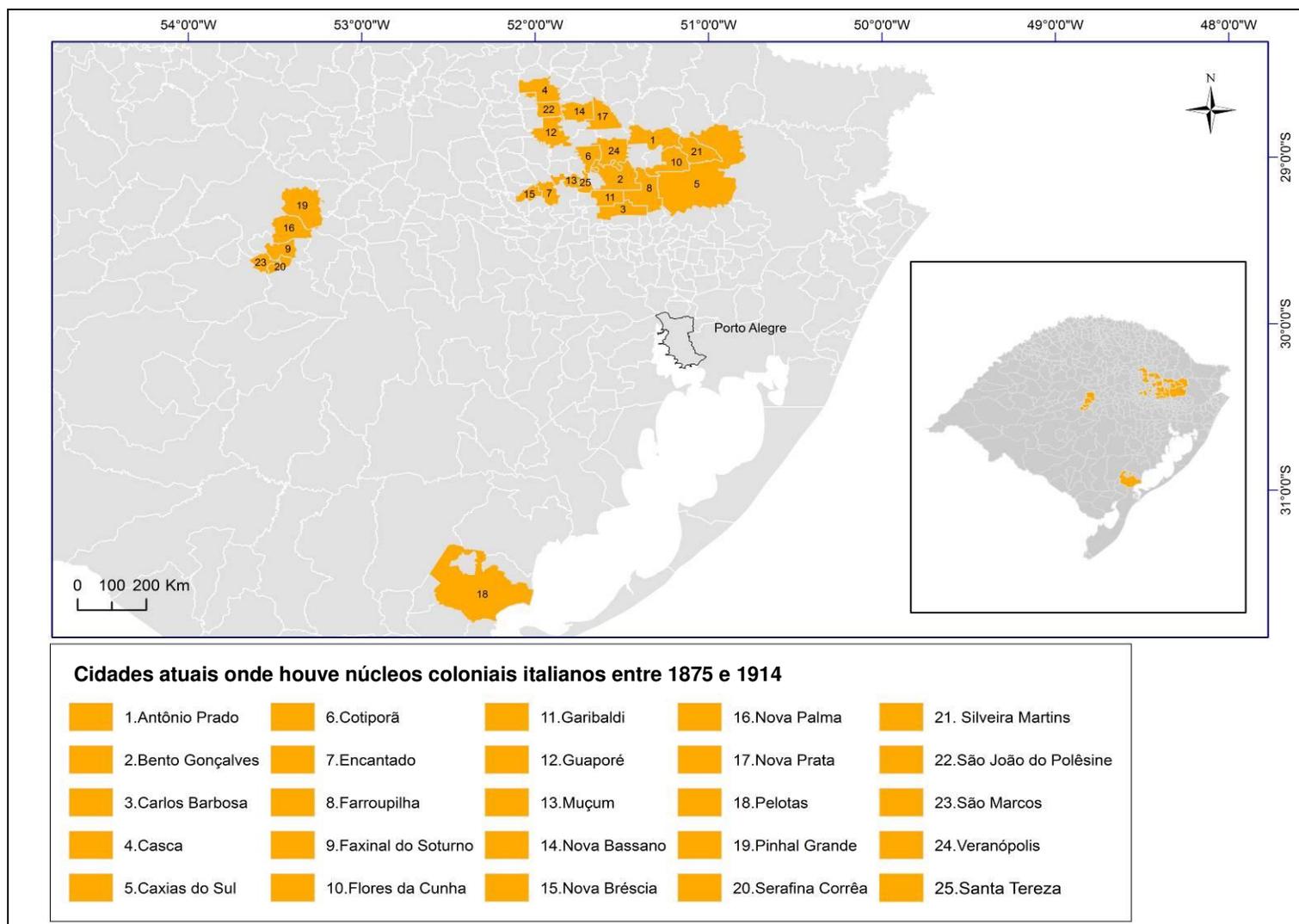


Figura 4: Italianos no Rio Grande do Sul
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Santa Catarina recebeu um menor número de imigrantes italianos em relação ao contingente vindo para o Brasil, entretanto, conforme será demonstrado no decorrer deste trabalho, a imigração italiana teve um papel importante, tal como nos outros estados da região Sul, não apenas na ocupação do solo ocioso para a produção agrícola, conforme o desejo do governo imperial, segundo foi abordado em capítulo anterior, como, também, na constituição de cidades, com marcantes contribuições para a sua formação cultural.

Anterior ao processo de grande imigração italiana para o país houve uma tentativa de iniciar o processo de colonização em Santa Catarina, apontada por Dall’Alba (1987), como a primeira iniciativa colonial no Brasil, quando da criação da Colônia Nova Itália, em 1836, que não prosperou tanto pelas condições naturais inóspitas, por doenças, quanto pelo constantes ataques dos *bugres*, como eram chamados os índios brasileiros pelos imigrantes. Boiteux (1998 [1939], p. 11) já havia analisado que o malogro desta primeira página da imigração italiana em Santa Catarina deveu-se, também, ao “despreparo dos empreendedores nas tarefas de colonização; o descontentamento dos imigrantes em face dos percalços da viagem e da dificuldade de adaptação às novas terras e seus costumes”.

Passada esta experiência insucesso, a imigração de italianos em Santa Catarina somente seria retomada no último quartel do século XIX, inicialmente com colônias mistas ou em regiões onde já estavam assentadas as colônias alemãs e, a partir de 1877, com a criação de colônias exclusivamente italianas.

É o caso da criação dos núcleos italianos criados na, então estabelecida, colônia de Blumenau, mais ao norte do estado, que já abrigava um considerável número de imigrantes de origem alemã, além de alguns austríacos, belgas, holandeses, dinamarqueses e suíços (DALL’ALBA, 1987).

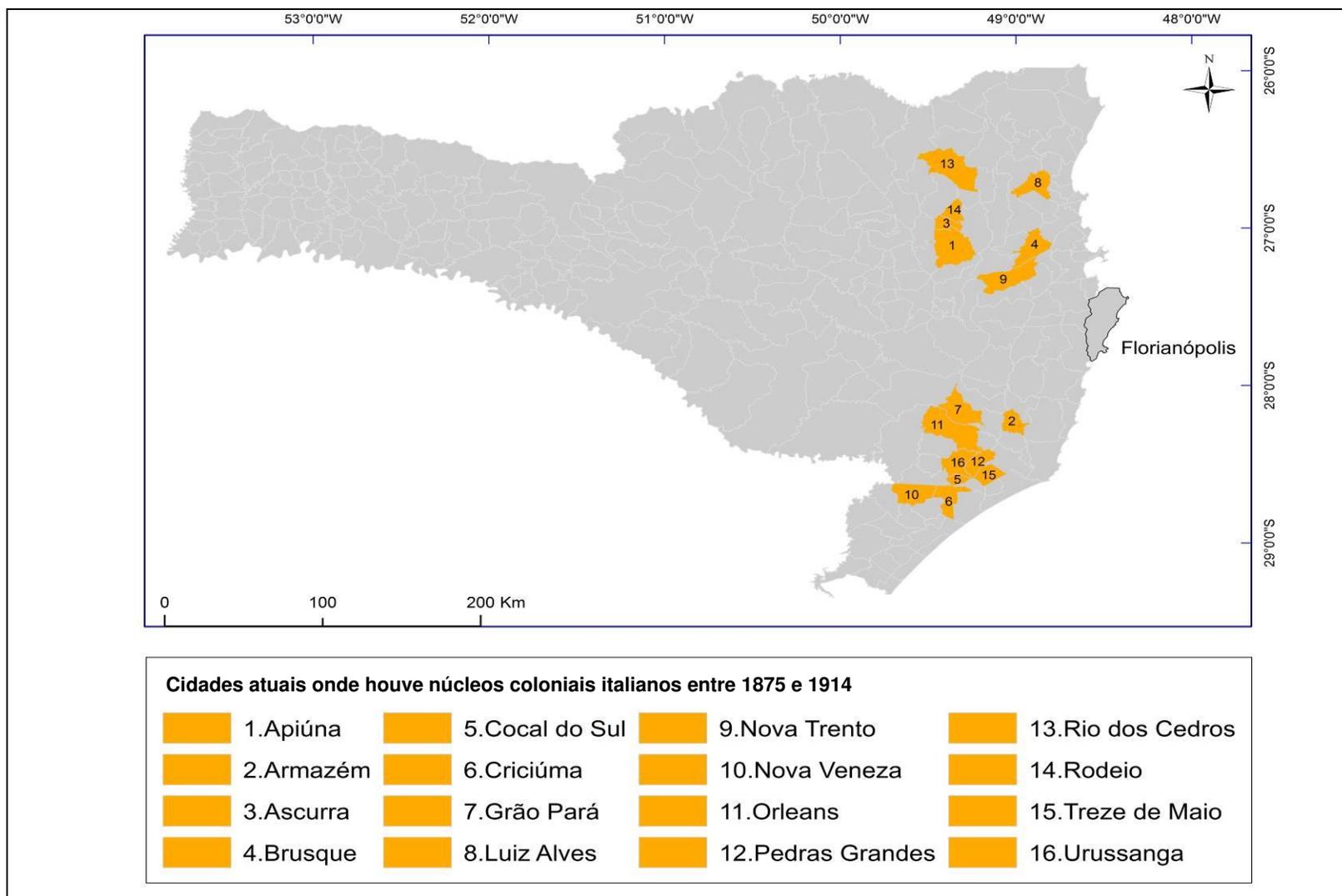


Figura 5: Italianos em Santa Catarina
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Com a chegada dos italianos²² a esta região do estado foram criados os seguintes núcleos coloniais: Aquidaban, Guaricanas, Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros, as três últimas dando origem a cidades de mesmo nome que permanecem existindo atualmente. Por um lado, conta como aspecto positivo o fato destes imigrantes haverem encontrado em Blumenau uma colônia já estabelecida, com uma organização comercial e política implantada, por outro, aspecto pouco favorável a estes novos habitantes é o fato de que o poder político, econômico e religioso já estava sob o domínio dos alemães, ficando mais difícil para os italianos ocuparem posições de maior destaque nesta colônia, ao menos nos primeiros tempos (DALL'ALBA, 1987).

Em 1875 cria-se a colônia Nova Trento, no distrito colonial de Itajaí-Brusque, com a fixação de 3 mil trentinos e 1.125 italianos de origem veneta, lombarda e emiliana, afora outros 675 brasileiros. Tal núcleo prosperou e se destacou ao longo das décadas como o principal núcleo de cultura italiana ao norte do estado (DALL'ALBA, 1987).

Além desses núcleos coloniais, houve outros que não prosperaram nesta região do estado. Um deles foi o núcleo colonial de Porto Franco, na colônia de Itajaí-Brusque, criado com mais de 5 mil italianos, muitos dos quais reemigraram para outras colônias. Outros dois núcleos conhecidos pela historiografia foram o de Brusque e Luis Alves, que receberam poucos italianos e não prosperaram como outros núcleos coloniais (DALL'ALBA, 1987).

A colonização ao sul de Santa Catarina, entretanto, não teve a mesma peculiaridade em relação ao norte. Isto porque nesta porção do estado não haviam núcleos alemães constituídos, o que significa que os italianos encontrariam territórios absolutamente desprovidos da qualquer infraestrutura, cabendo-lhes todo o trabalho para seu estabelecimento. Além disso, segundo destaca Brunello (1994), um dos principais problemas dos primeiros imigrantes assentados nas colônias da parte sul do estado, era o constante ataque dos índios (bugres), habitantes daquela região que, no limite da questão, estavam defendendo seu território. Sobre estes primeiros meses e anos nas colônias Dall'Alba (1987, p. 155) afirma que:

²² Dall'Alba (1987, p. 151) dividiu os primeiros habitantes destes núcleos coloniais como sendo "1315 indivíduos italianos e 1499 trentinos". Esta distinção se deve ao fato de que anterior à unificação, os trentinos pertenciam ao território austríaco, só sendo anexados à Itália após a Primeira Guerra Mundial.

Os inícios são difíceis. A floresta, cheia de mosquitos, é um desafio misterioso para os imigrantes. Aos poucos aprendem a dominá-la e vão assentando em ranchos de pau-a-pique nos lotes coloniais que lhe são destinados. Queixam-se muitos os colonos. Isto não impede que cantem em toda a parte: nas reuniões ao ar livre, no barracão, nas roças (DALL'ALBA, 1987, p. 155).

A primeira colônia criada na região sul catarinense foi Azambuja, no ano de 1876, mas só eminentemente ocupada em 1877. De iniciativa do governo do estado, por meio da utilização de terras devolutas, sua ocupação seria facilitada pela instalação da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina que logo seria construída para o transporte de minérios ao porto de Laguna, onde desembarcavam milhares de imigrantes italianos. A partir desta colônia cria-se um núcleo que, *a posteriori*, tornar-se-ia o centro da colonização italiana no estado: Urussanga, criado em 1878 (FERRARINI, 1973).

Da mesma forma que as colônias do sul, Urussanga também constituía um território rústico, entretanto, tais dificuldades não impediram que já em 1895 mais de 5 mil imigrantes italianos tivessem se fixado na região. Por sua dimensão, esta colônia possibilitou a criação de outros núcleos, também de iniciativa governamental, com destaque para Treze de Maio, que era uma colônia mista; Cocal (de nome original Accioly Vasconcellos), criada em 1885 e, apesar de ser uma colônia mista, metade de sua população era constituída de italianos; e, Criciúma, também mista e próxima a outros núcleos italianos, dentre outras seções criadas no decorrer dos anos (FERRARINI, 1973).

Apesar do grande número de imigrantes destinados para esta colônia, Urussanga carecia de boas estradas que permitissem escoar seus produtos, fato que contribuiu decisoriamente no isolamento desta região colonial e, com o decorrer dos anos, fez com que muitas famílias abandonem esta região em busca de outros lugares com mais oportunidades. Ainda assim, no ano de 1900, Urussanga é elevada à condição de município, com uma ressalva a ser feita, era um município exclusivamente italiano, onde o dialeto italiano era a língua falada no município (DALL'ALBA, 1987).

Ainda nessa região foram criados outros núcleos coloniais, muitos dos quais não prosperaram e outros que, mesmo não obtendo o resultado esperado nos planos imigrantistas, mantiveram-se existindo no estado catarinense. É o caso de colônias como Grão Pará, de iniciativa particular, fundada em 1883 para ser um modelo, não fosse pelo descaso no trato aos imigrantes que se espalhou entre seus paisanos,

diminuindo o anseio em rumar para estas regiões. Além dessa colônia, foram fundadas ainda as colônias de Armazém e Pedras Grandes na região (DALL'ALBA, 1983).

Nova Veneza também foi uma colônia de iniciativa particular, fundada em 1891 pela Sociedade Angelo Fiorita e Cia, empresa que tinha sede no Rio de Janeiro, tendo dividido esta colônia em quatro núcleos principais: Veneza, Beluno, Belvedere e Treviso (DALL'ALBA, 1983). Segundo Dall'Alba (1987), muitos imigrantes chegavam e saíam, alguns dos quais retornavam à Itália. Entre outros motivos, a sede não progrediu porque o sistema de transporte para ligar a colônia a outras regiões não era bom, fato que contribuiu para isolar estes imigrantes e que, de certa forma, foi preponderante para o não desenvolvimento de muitas outras colônias fundadas no estado de Santa Catarina.

Este é um breve retrato da imigração italiana em Santa Catarina. Cabe lembrar que foi por conta deste capítulo histórico que ainda hoje é possível encontrar no estado inúmeros bens representativos da cultura ítalo-descendentes, alguns dos quais serão conhecidos no decorrer deste trabalho, quando da abordagem dos circuitos turísticos relacionados a esta cultura no estado catarinense.

Dando continuidade à análise das referências históricas a respeito da imigração na região Sul do país, torna-se importante neste momento direcionar a atenção ao estado do Paraná que também se consolidou como o destino de milhares de imigrantes europeus, da mesma forma que os outros estados desta região, recebendo os alemães no início do século XIX e os italianos entre o último quarto deste século e o início do século XX (PESCIOLINI, 1914; FERRARINI, 1974; BALHANA, 1987).

Se comparado a outros estados, o Paraná recebeu um menor contingente de italianos durante o período da grande imigração para o Brasil, o que não impediu a formação de alguns núcleos coloniais importantes, principalmente, para a constituição da região metropolitana de Curitiba, município que recebeu considerável quantidade de imigrantes de todas as nacionalidades²³ (Figura 6).

²³ O oeste do Paraná, hoje, constitui-se como uma região de marcante característica agrícola. Esta região do estado originada pelo processo de re-imigração de ítalo-gaúchos em sua maioria. Entretanto, no decorrer do trabalho, descobriu-se na metade sul do estado um roteiro turístico ítalo-descendente no município de Bituruna que, por suas características, será incorporado à pesquisa.

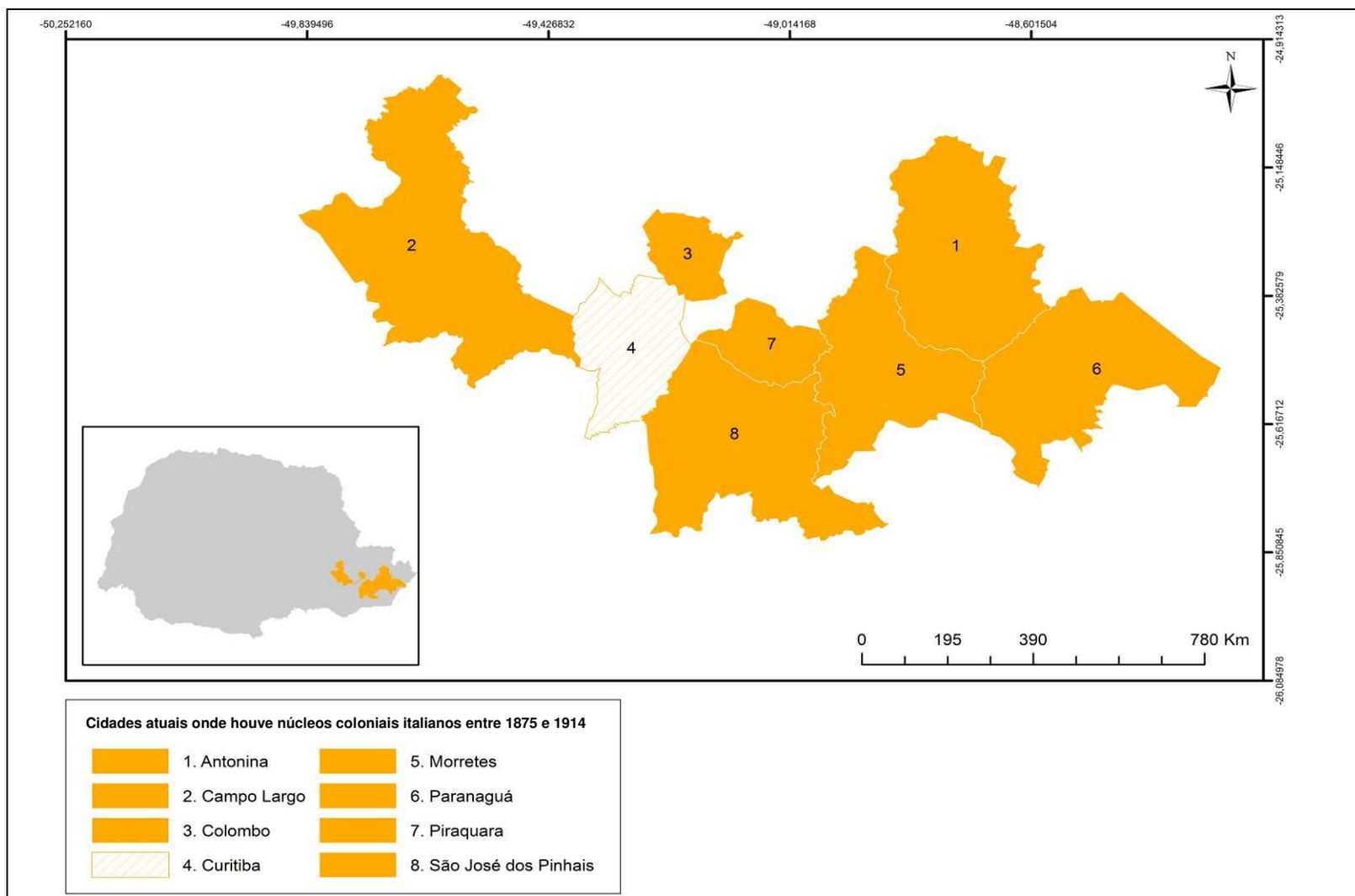


Figura 6: Italianos no Paraná
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Balhana (1987), examinando a imigração de italianos no Paraná, opta por dois campos de influência desta cultura sobre o estado: demográfica e econômica. No que diz respeito à primeira, analisa que apesar dos imigrantes italianos terem se fixado na capital ou arredores, no que hoje compreenderia a região metropolitana, e que a presença numérica tenha sido relativamente pequena se comparada ao total dos imigrantes vindos para o Brasil, ainda assim os italianos e seus descendentes se multiplicaram demograficamente, com isso, tornando-se uma cultura marcante na região. Já no que diz respeito ao aspecto econômico a autora analisa que os italianos não apenas ocuparam terras nas colônias para produzir alimentos, dentro do contexto geral que se propunha a imigração subsidiada pelos governos para criar uma agricultura de abastecimento, mas ocuparam setores econômicos importantes na cidade tendo chegado a abarcar, até os primeiros anos do século XX, mais da metade das firmas e atividades comerciais existentes na capital.

Em se tratando da constituição das colônias no estado do Paraná, da mesma forma que as colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estas tinham por finalidade abastecer os mercados consumidores das cidades próximas, neste caso Curitiba, capital da província. Isto significa que mesmo estabelecendo-se próximo aos centros urbanos, as colônias de imigrantes tinham um caráter agrícola. Assim, já na década de 1870 existiam 26 núcleos coloniais, entre alemães e outras etnias, mas era intenção do governo constituir colônias no Litoral e nos Campos Gerais, em direção a oeste, que neste caso seriam povoadas pelos imigrantes italianos (BALHANA, 1987).

A primeira colônia italiana fundada foi a de Alexandra, no município de Paranaguá, região litorânea. Entretanto, esta colônia não prosperou devido, principalmente, às condições insalubres do clima e porque estes imigrantes, em geral oriundos do norte da Itália, não estavam habituados às condições climáticas litorânea do Brasil. Por este motivo os italianos da colônia Alexandra foram enviados para a Colônia Nova Itália, com sede no município de Morretes, região que deveria abranger em torno de doze núcleos coloniais se estendendo até o município de Antonina. Contudo, devido à experiência da Colônia Alexandra, os imigrantes italianos não queriam mais continuar nos núcleos coloniais do litoral paranaense. Assim, apenas um pequeno contingente permaneceu na região de Morretes e Antonina enquanto que os

outros imigrantes dirigiram-se para as colônias situadas no Planalto, em alguns em bairros de Curitiba, outros para colônias já estabelecidas próximas a capital da província (BALHANA, 1987).

Entre os principais núcleos coloniais formados no Planalto curitibano, Ferrarini (1974) destaca os seguintes: Antônio Rebolças (atual município de Campo Largo), Novo Tirol (município de Piraquara), Mergulhão e Inspetor Carvalho (município de São José dos Pinhais), Alfredo Chaves (município de Colombo)²⁴, entre outras. No município de Colombo, atualmente, está situado um dos circuitos turísticos ítalo-descendentes que esta pesquisa irá investigar, outro está nos limites do município de São José dos Pinhais, no que representou a antiga Colônia Mergulhão.

Há um trabalho de Cusano ([1911] *apud* FERRARINI, 1973, pp. 78-79), intitulado “*Italia D’Oltre Mare – Impressioni e Ricordi Dei Mieì Cinqui Ani di Brasile*”, impresso em Milão no início do século XX, que Ferrarini (1974) transcreve na íntegra um de seus trechos sob a alcunha de “*Le nostre Colonie*” no qual o autor analisa a prosperidade da imigração italiana no Paraná, evidenciando a existência em torno de 45 centros coloniais nos quais estavam estabelecidos os compatriotas italianos, com destaque a algumas colônias que, segundo ele, eram praticamente formadas apenas por italianos, entre as quais estavam: Santa Felicidade, Água Verde, Novo Tyrol, Pilarzinho, Wirmond, Villa Colombo²⁵, Senador Dantas, Maria Luisa, Alexandra, Santa Cruz, D. Mariana, Sítio Grande, Umbará e América, todas situadas dentro do atual território do município de Curitiba ou constituindo cidades da Região Metropolitana de Curitiba, no período atual, demonstrando que, de fato, apesar de numericamente pequena, a imigração italiana no Paraná foi fundamental para o desenvolvimento desta região do estado. O bairro da Santa Felicidade, inclusive, hoje representa uns dos principais destinos gastronômicos na capital curitibana, onde é possível encontrar produtos de origem ítalo-descendentes, entre vinícolas e restaurantes, todos constituem atrativos

²⁴ Ferrarini (1974) destaca que existem três colônias Alfredo Chaves: uma no Paraná, atual município de Colombo; uma no Espírito Santo, hoje município de mesmo nome; uma no Rio Grande do Sul, atual município de Veranópolis. A origem do nome destas colônias é um reconhecimento ao Conselheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Inspetor Geral de Terras de Imigração, naquele período.

²⁵ Colombo foi elevada à categoria de Município no final do século XIX, entretanto, entre as décadas de 1930 e 1950, Colombo chegou a ter sua territorialidade alterada, inclusive, deixando de ser um município num determinado período. Para maiores detalhes sobre o assunto ver Ferrarini (1974).

aos visitantes, e mesmo aos habitantes locais, para consumo de produtos de inúmeras variedades que tornam este bairro em um reduto ítalo-descendente em Curitiba.

Este é o contexto da imigração italiana e da formação das colônias no estado do Paraná. Um aspecto importante de ser mencionado é o fato de que as colônias de imigração no Paraná se instalaram, em geral, bastante próximas à capital da província, no que hoje corresponde a Região Metropolitana de Curitiba. Isto significa que, diferentemente d'algumas colônias do sul, no Paraná as colônias não ficaram isoladas e nem distantes do grande centro urbano. Este fato tem relevância no que diz respeito às trocas culturais entre os italianos e outras etnias, análise prévia neste momento, que poderá ser melhor interpretada quando da aplicação do trabalho de campo da presente pesquisa.

Já no sudeste do país o Espírito Santo foi um estado que, igualmente aos estados do sul, recebeu considerável quantidade de imigrantes italianos e, da mesma forma, constitui núcleos coloniais, além de também haver recebido imigrantes para lavouras de café. Por este motivo o Espírito Santo conheceu um processo ímpar no que diz respeito à imigração italiana. Isto porque se, de um lado, até o final do século XIX era um estado pouco povoado, uma vez que não havia participado da economia aurífera, de outro, o território capixaba compunha grandes vazios demográficos de terras incultas que passaram a ser objeto de uso tanto do governo, para a formação das colônias de imigração, quanto para particulares que estavam investindo na, agora, ascendente economia cafeeira. Assim, a colonização do Espírito Santo será contrastante, pois, a exemplo de São Paulo, também terá na economia cafeeira um dos argumentos para atrair o movimento imigrantista para o estado, com a particularidade que o fará por meio do povoamento do território com pequenas propriedades, ainda que vinculadas à economia cafeeira. Por este motivo, Abreu (1987, p. 192), aponta que o processo de povoamento do estado gerou "(...) conflitos e desentendimentos entre o governo, os fazendeiros e os imigrantes, pois a colonização evoluía em um quadro de profundas contradições, na medida em que contrariava os interesses dominantes da cafeicultura" (Figura 7).

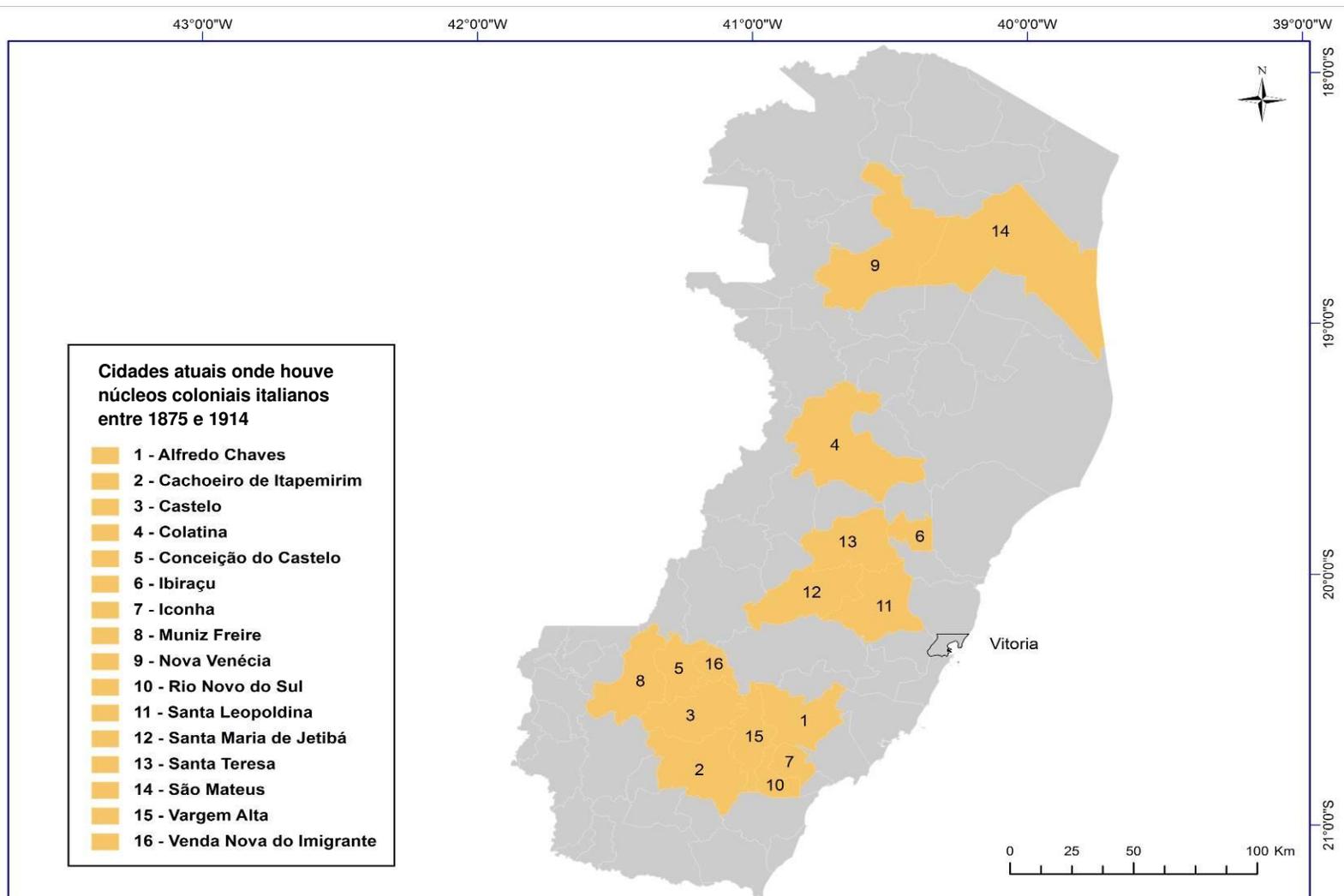


Figura 7: Italianos no Espírito Santo
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Analisando a iniciativa da ocupação das terras ociosas por imigrantes, a partir destas estratégias econômico-produtiva no estado, Franco (1998, p. 32) afirma que “(...) a colonização com imigrantes europeus foi um êxito: preencheu vazios demográficos e tornou produtivas extensas áreas incultas”.

De acordo com Abreu (1987), no período entre 1874 e 1895, praticamente 75% da população estrangeira no Espírito Santo era de origem italiana, ou seja, a grande maioria da população além de ser imigrante, pertencia à etnia italiana. Isto significa que esta cultura teve grande influência na constituição do estado, não apenas pelos seus primeiros imigrantes, como por seus descendentes. Por tal motivo, a partir de uma abordagem demográfica no trato do tema, Castiglioni e Reginato (1997) analisam que o crescimento da população deste estado se deve, em muito, aos imigrantes italianos e as altas taxas de fecundidade que, em geral, as famílias possuíam, ainda que no ano de 1872 o estado possuísse uma das menores populações do Brasil²⁶. Assim, para Castiglioni e Reginato (1997, p. 15)

Durante mais de três séculos de colonização, o Espírito Santo apresentou-se como o menos desenvolvido e despovoado dos estados da região. Foi a expansão da cultura cafeeira, na segunda metade do século passado, que impulsionou a economia local exigindo a adoção de políticas que promovessem a ocupação do solo. O Espírito Santo apresentava então condições propícias para a implantação do programa imigratório, tais como a existência de vastas terras desocupadas e inexploradas, a viabilidade de implantação de um programa de venda de pequenas propriedades devido à pequena representação da classe latifundiária na região, assim como a disposição do Governo em atrair e fixar imigrantes.

Dessa forma, destacam que os italianos foram a principal etnia a povoar os espaços vazios do estado do Espírito Santo e, com isso, contribuíram intensamente para as transformações sociais e econômicas ocorridas no estado, que até então era despovoado e formado por grandes propriedades agrícolas, passando a contar com o aumento de sua população e a constituição da pequena propriedade rural. Por isso afirmam eles que “A maioria da população atual do Estado é constituída por

²⁶ Segundo os autores a população deste estado era de 82.000 habitantes em 1872, passando para 210.000 habitantes em 1900, e chegando a 460.000 em 1920, o que comprova sua tese de que as famílias de imigrantes cresciam vultuosamente. (CASTIGLIONE e REGINATO, 1997, p. 15)

descendentes de italianos e os traços desta colonização estão marcados nos costumes, na arquitetura, na cultura” (CASTIGLIONI e REGINATO, 1997, p. 16).

Não por acaso, a imigração italiana no Espírito Santo é um assunto amplamente pesquisado e discutido, com uma produção bibliográfica bastante vultosa, tamanha é a influência e contribuição que esta cultura teve na constituição do estado capixaba. Por este motivo, já em fevereiro de 1895, o Consul Real de Vitória, Carlos Nagar, fazia um relatório no qual abordava “O estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana”. Ainda que de cunho mais descritivo do que analítico, este relatório permite, mesmo nos dias de hoje, conhecer onde foram inicialmente implantadas as colônias de imigração italiana no território capixaba e como foram os primeiros anos de desenvolvimentos destas regiões²⁷.

No que diz respeito à chegada e permanência dos primeiros italianos ao Espírito Santo, Derenzi (1974, p. 64), aponta que inicialmente os imigrantes foram destinados às colônias de Conde d’Eu (hoje município de Ibirapu), Santa Teresa (fundada em 1874) e Santa Leopoldina (1875), primeiras colônias criadas ao norte de Vitória, capital do estado. Também seriam criados os núcleos colônias de Nova Venécia, que inicialmente era uma colônia isolada, e Colatina, que também contou com chegada de muitos imigrantes italianos. Em 1877 é criado o núcleo Colonial de Santa Cruz, que no ano seguinte foi assolado por uma epidemia de febre amarela.

Importante ressaltar que cada núcleo colonial era, na maioria das vezes, dividido em diversas seções, multiplicando, assim, a quantidade de nomes de lugares que receberam imigrantes italianos no Espírito Santo. Por este motivo, para não povoar este capítulo com incontáveis nomes, está-se optando em apenas relatar os núcleos coloniais que seriam referência em cada região ou, eventualmente, alguma seção que tenha tido particular importância histórica a ser destacada.

Mais tarde seriam criadas algumas colônias ao sul da capital, entre as quais estão as colônias de Rio Novo (1875), Castelo (1880) Alfredo Chaves e São Mateus. Segundo Derenzi (1974, pp. 64-65), “Estes pólos foram geratrizes das incontáveis

²⁷ Para maiores aprofundamentos consultar: Nagar (1995[1895]); Grosselli (2008); ou, ainda, o sítio do Arquivo Público do Estado, em <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.

colônias que se formaram por iniciativas exploradoras dos próprios colonos, à medida que se iam aclimatando e tomando conhecimento da região”.

Rio Novo foi uma das colônias ao sul da capital que gerou inúmeros outros núcleos coloniais, que mais tarde tornar-se-iam cidades capixabas, entre as quais podemos destacar: Iconha, Guiomar, Vargem Alta, Castelinho, Venda Nova, Conceição do Castelo, todas nas proximidades de Cachoeira do Itapemirim.

Além desses núcleos coloniais, ABREU (1987), destaca que entre 1887 e 1893, seriam criados mais oito núcleos coloniais: Antônio Prado e Accioli Vasconcelos, em 1877; Afonso Cláudio e Demétrio Ribeiro, em 1890; Nova Venécia, em 1892; e, Muniz Freire, em 1893, além de outros dois que não chegaram a ser povoados. Alguns destes núcleos tiveram grande prosperidade e, com o passar dos anos, tornaram-se municípios ainda hoje existentes. Com base nisso é possível entender porque os italianos cantavam que *“e con la industria dei nostri italiani, abbiám formato paesi e città”*²⁸, sendo o Brasil um desses casos mais marcantes.

Esta marcante presença dos imigrantes ítalo-descendentes ainda hoje pode ser observada no estado, não apenas pelas construções e pela presença de inúmeros bens materiais que ainda permanecem existindo em algumas das principais cidades criadas pelos primeiros imigrantes italianos e seus descendentes, como também por meio das festividades que celebram a memória e a tradição ítalo-descendente no estado como, por exemplo, a Festa da Polenta, em Venda Nova do Imigrante.

Em termo de práticas turísticas, a opção do estado foi em promover roteiros temáticos, aglutinando os imigrantes europeus não ibéricos (descendentes de imigrantes alemães, italianos e pomeranos) em um único itinerário, a “Rota Caminhos dos Imigrantes”, em que o viajante pode ter contato com representantes de todas estas etnias, a partir dos remanescentes culturais que foram herdados pelas gerações passadas às gerações presentes e, hoje, constituem atrativos turísticos. Um segundo roteiro, que leva o nome de “Rota da Costa e da Imigração” está mais voltado para o turismo de aventura, no qual utiliza as paisagens naturais que, segundo a rota indica, condiz com as paisagens encontradas pelos primeiros imigrantes europeus no território capixaba. Ambas as rotas não podem ser tomadas como objeto deste trabalho, uma

²⁸ “Com a indústria dos nossos italianos, formamos países e cidades” (Tradução do autor).

vez que não são itinerários eminentemente ítalo-descendentes, estando os bens representantes desta cultura agrupados a outros bens culturais e naturais.

Além dessa proposta de roteiro, foi verificada a existência de um itinerário turístico em Venda Nova do Imigrante, constituindo uma iniciativa local em promover a cultura ítalo-descendente neste município, principal, senão a única, cultura que povoou tal território. Tal circuito se adéqua como um itinerário a ser conhecido e pesquisado, uma vez que utiliza a cultura ítalo-descendentes como atrativo e distintivo para a promoção do turismo local.

O Espírito Santo foi um estado que também investiu no empreendimento colonial, procurando povoar seu território, que até então tinha uma visibilidade periférica no cenário nacional, ainda que a economia cafeeira fosse uma das principais atividades praticadas neste estado. Entretanto, na ânsia de efetivamente povoar o estado com colônias de imigrantes, por meio do investimento para trazer italianos para as terras capixabas, alguns pré-requisitos foram negligenciados pelas autoridades, tais como o transporte dos imigrantes entre a capital e os núcleos coloniais, as condições precárias de alojamentos nos barracões, a demora na obtenção do lote e imprecisão nas demarcações, a deficiência do atendimento médico, escolar, religioso e, mesmo, a insuficiência de gêneros alimentícios para o sustento dos imigrantes nos primeiros meses nos núcleos colônias, entre outros problemas apontados por Castiglioni (1998, pp. 104-105), além da corrupção que eventualmente existia entre os funcionários do governo em prol dos latifundiários naquele período ou, mesmo, na falta de escrúpulos por parte dos agenciadores que apenas se preocupavam em aliciar um número crescente de emigrantes, uma vez que recebiam *per capita* para desempenhar este papel (COLBARI, 1998, p. 135).

De toda maneira, é importante lembrar que o processo de emigração para o Brasil e o assentamento dos italianos nas colônias, fossem elas de iniciativa governamental ou particular, está situado dentro de um contexto histórico que, de certa forma, não distinguia o destino destes imigrantes. Contudo, uma vez chegados ao Brasil, o destino para onde seriam enviados, este sim, proporcionaria diferentes formas de fixação e adaptação aos lugares. No caso dos estados do Sul do Brasil a imigração estava vinculada a ocupação das terras incultas para a produção agrícola, ainda assim,

cada estado possuía uma característica econômica, política e cultural já estabelecida e, por este motivo, os rumos destes imigrantes nos estados não poderiam ser os mesmos. No limite da questão, significa que os imigrantes italianos deram contribuições peculiares a cada lugar.

Ao estudar este capítulo histórico da imigração, entre as dificuldades vividas na Itália e a decisão de emigrar para o Brasil, a viagem, a chegada e instalação das colônias e os primeiros anos no país, Derenzi (1974, p. 17) enfatiza que toda esta sucessão de acontecimentos constitui fatos e memórias que não podem ser esquecidos, que dimensionam a grandeza deste processo no estado. Para o autor “Recordar esses heróis, reviver esses dramas e preservar essas lendas é engrandecer, para a posteridade, o patrimônio cultural do povo”, o que acreditamos, tal afirmação, pode e deve ser estendida a todo o contexto da imigração italiana para o Brasil.

Este é um aspecto interessante nos estudos que se propõem analisar o processo de imigração e a permanência dos italianos no Brasil, seja nas colônias de imigração na região Sul, seja nas fazendas de café da região Sudeste do país. Isto porque, como indaga De Boni e Costa (1984), onde estão as histórias dos que não venceram? Não se está refutando a importância das histórias de conquistas e vitórias, muito pelo contrário, pois estas permitiram reconhecermos a importância desta cultura em território nacional e nos estados. Mas, no trato desta questão, como lembra Biggazzi (2006, p. 180), “Do ponto de vista histórico, a imigração é um capítulo doloroso na vida desses indivíduos, um capítulo marcado com sangue e sofrimento, quando não pelo desespero e morte”, fatos que não devem ser negligenciados pela história oficial.

Dessa maneira, os bens culturais remanescentes dos primeiros imigrantes e seus descendentes, sob os quais este trabalho dará mais atenção no próximo capítulo, constituem a expressão de uma história marcante preservada no espaço enquanto materialidade, formas que resistiram a ação do tempo e foram preservadas, e enquanto imaterialidade, representadas por saberes, práticas, técnicas e todo o tipo de conhecimento transmitido através das gerações, permitindo sua continuidade no tempo e no espaço. Contudo, antes de avançar para o próximo capítulo do trabalho, faz-se necessário dedicar uma atenção especial a São Paulo, de maneira a esclarecer a

opção de haver deixado este estado fora da pesquisa de campo, ainda que tenha sido o que mais recebeu imigrantes italianos.

1.2.1 Uma nota sobre São Paulo

Do montante de italianos emigrados para o Brasil, aproximadamente metade tinha como destino São Paulo, mais precisamente as fazendas de café, principal economia nacional naquele período, que necessitava substituir a mão de obra escrava em vias de extinção nas propriedades rurais. Apesar de Rodrigues (1987) analisar que houve expressiva formação de colônias no estado, ainda assim, prevaleceu a realidade do trabalho na grande propriedade rural.

Pereira (1987, pp. 226-227), considera que a imigração de italianos para São Paulo constituiu um modelo completo, pois: fixou imigrantes na capital do estado, onde foram estratégicos para o desenvolvimento urbano-industrial; nas fazendas de café, atendendo a necessidade da substituição da mão de obra escrava pela assalariada; e, nos núcleos coloniais que se transformaram em uma “espécie de territorialidade étnica italiana”, tal como no modelo adotado no sul do país, possibilitando a manutenção da cultura, bem como a atender à necessidade da produção de alimentos para as cidades próximas que estavam em plena expansão, impulsionadas pelo modelo urbano-industrial que a capital exercia sobre o estado (Figura 8).

Mas, a partir do contexto historiográfico, o próprio autor faz uma crítica de como a literatura deu ênfase apenas aos imigrantes que foram utilizados como mão de obra assalariada nas fazendas de café, não dando a devida importância aos núcleos coloniais criados no mundo rural paulista como um todo. Segundo ele, representaria um montante de mais de 40 núcleos coloniais, de iniciativa governamental, muitos dos quais se situavam próximos a capital do estado irradiando em todas as direções até as fronteiras estaduais, seguindo os rumos das ferrovias, aspecto que consideramos estratégico para o desenvolvimento dos núcleos coloniais por representar um eixo de ligação aos grandes centros e outras cidades, não deixando os núcleos coloniais em absoluto isolamento (PEREIRA, 1987).

Tal fato é abordado por Truzzi (1990a; 1990b), quando analisa a presença dos imigrantes no interior do estado, neste caso especial, na cidade de São Carlos, e de como a presença italiana contribuiu no desenvolvimento industrial destes municípios do interior paulista, mesmo depois da decadência da economia cafeeira, por conta do acúmulo técnico deixado por esta cultura do café e a preponderante participação dos imigrantes italianos e seus descendentes neste processo.

Ainda sobre as colônias, Monbeig (1998 [1952], p. 160) destaca como os núcleos coloniais tinham uma importância estratégica para as fazendas de café. Isto porque, segundo ele, as colônias fixavam os imigrantes nas proximidades das fazendas. Esta localização estratégica representava uma equação favorável aos fazendeiros que, além de não ter que sustentar as famílias de colonos, tinha na mão de obra imigrante um recurso útil durante o período agrícola, ou seja, a colonização no estado “permanecia integrada no sistema de plantação ou da grande lavoura”.

No que diz respeito aos imigrantes italianos que fixaram-se na capital do estado, é de amplo conhecimento a contribuição que estes deram não apenas ao desenvolvimento industrial como, também, na constituição de bairros tradicionais que marcaram a história de São Paulo e, ainda hoje, são característicos e mantêm uma marca, uma identidade italiana, como destaca Andrade (1994) em relação aos bairros do Brás, da Moóca e do Belenzinho que, segundo a autora, mesmo estando marcados pela presença de outros migrantes, sobretudo nordestinos, ainda guarda a identidade de bairros italianos. O bairro da Moóca é, inclusive, estudado por Castro e Antonio Filho (2007) ao analisarem o uso da cultura como forma de resistência ao processo de metropolização, no sentido de restaurar ou preservar elementos da cultura, de forma a não serem completamente substituídos ou absorvidos pelo consumo cultural urbano.

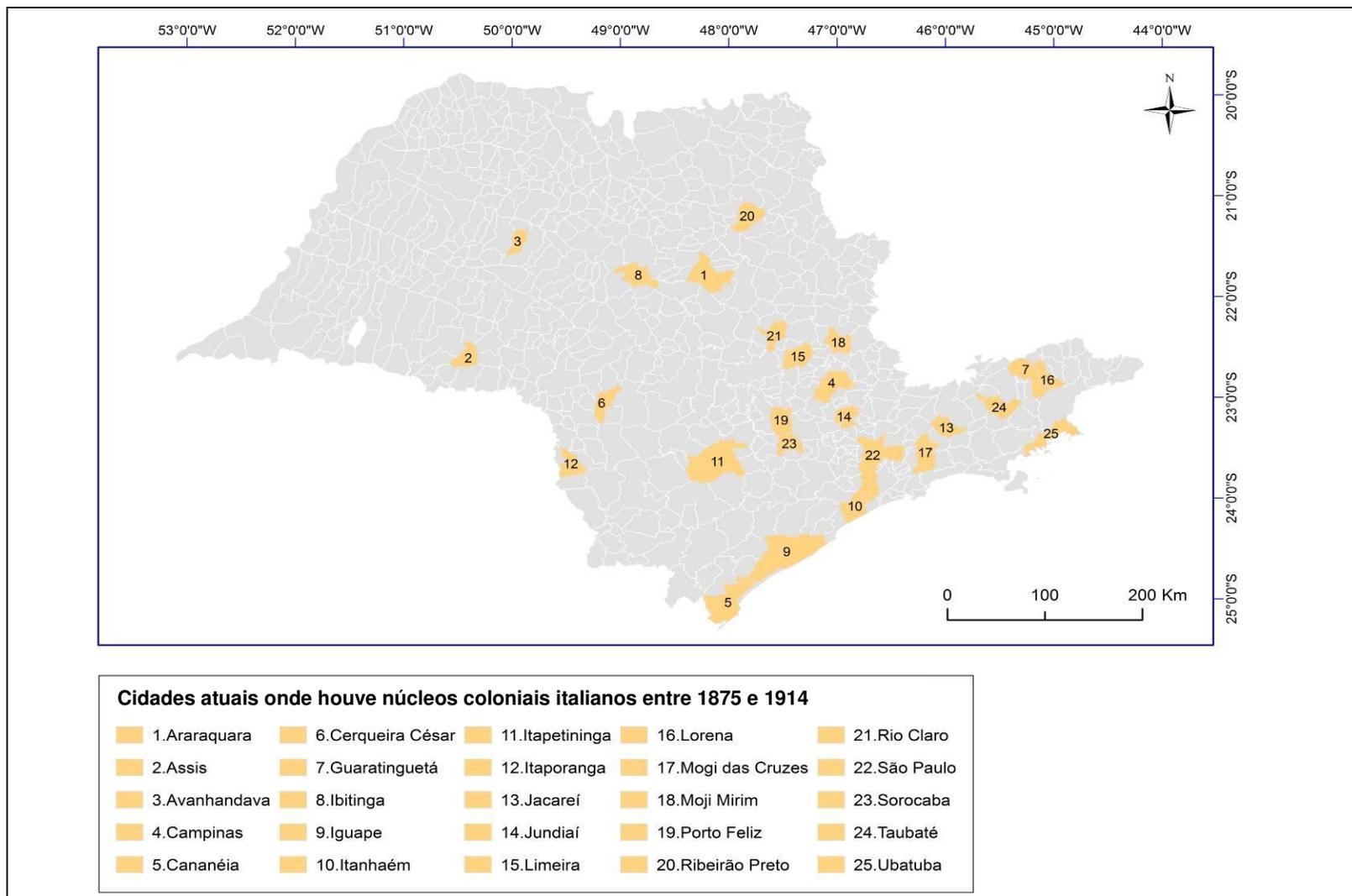


Figura 8: Italianos em São Paulo
Fonte: IBGE (Base cartográfica, 2007)
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2012)

Rogatto (1990), em um artigo que se propõe a interpretar a italianidade em São Paulo, em um período compreendido entre a grande imigração, passando pela II Guerra até chegar ao pós-Guerra, lembra ainda que os italianos se distribuíam nos bairros de acordo com suas regiões de origem, por exemplo, napolitanos e polignaneses no Brás; os calabreses no Bexiga; e, os vênnetos no Bom Retiro. Além disso, o autor analisa como o colono e trabalhador italiano era considerado o “trabalhador ideal” por sua dedicação, pela peculiaridade de ser branco, europeu, latino, católico e frugal. Sobretudo, reforça que o uso dos imigrantes italianos como braços para lavoura ou trabalhadores das fábricas representava uma solução para as preocupações das elites em relação a não deixar que a economia nacional (paulista) entrasse em declínio (ROGATTO, 1990, pp. 412-414).

No que diz respeito aos imigrantes destinados às fazendas de café, vale lembrar que a substituição da mão de obra escrava pela assalariada foi um dos principais motivos que impulsionou as políticas imigrantistas do governo brasileiro. O café era uma economia em expansão, principalmente em direção ao oeste paulista, e representava o fortalecimento do capitalismo no país. Não obstante às histórias e relatos amplamente conhecidos em relação a este trabalhador agrícola, desde os percalços da chegada e, muitas vezes, as difíceis condições oferecidas nas fazendas, que resumem inúmeras narrativas individuais e coletivas, entre êxitos e fracassos, por vezes diluídas ou obscurecidas pela história oficial, cabe lembrar que os imigrantes italianos representaram uma mudança no rumo na propriedade da terra no estado e no Brasil. Isto porque, apesar de representarem o fortalecimento das estruturas latifundiárias da propriedade monocultural, o estabelecimento das pequenas propriedades constituiu uma extensão da política cafeeira, mas, num segundo momento, significou a multiplicação das propriedades e a conquista da terra e a autonomia em relação ao patrão, ao fazendeiro (PETRONE, 1987).

Importante ressaltar, no âmbito do que esta pesquisa se propõe a investigar, que esta breve nota sobre São Paulo tem por intuito justificar a opção de deixar de fora de nossa análise este estado, principal destino da maioria dos italianos emigrados para o país.

Tal escolha se deve ao fato de que, apesar da marcante presença dos ítalo-descendentes na capital do estado ou mesmo em cidades do interior originadas a partir do processo de imigração e da fixação dos italianos e seus descendentes no território, o que se observa são os remanescentes arquitetônicos e uma gama de bens materiais que permanecem existindo, em grande parte das vezes, refuncionalizados para abrigar novas e distintas funções, o que garante sua continuidade no espaço. Além disso, outra característica marcante neste estado, de maneira especial na capital, são as festas tradicionais que celebram a memória e as tradições ítalo-descendentes, tais como a Festa de San Genaro, Achirópita, entre outras, que evidenciam a influência que esta cultura teve, e ainda tem, para o estado. Tais festas, além de celebrar a memória e a tradição ítalo-descendente, constituem um instrumento de manutenção de práticas culturais dos primeiros imigrantes e seus descendentes e, mesmo que sejam incorporadas a uma experiência popular urbana, ainda assim, fazem parte do arcabouço imaterial da cultura ítalo-descendente.

Não obstante, aos remanescentes materiais e às festas tradicionais existentes, inexistem circuitos turísticos que tomem a cultura e o patrimônio cultural ítalo-descendente como principal atrativo para a promoção de práticas turísticas, nem na capital, nem nas cidades interioranas surgidas a partir da fixação de imigrantes italianos, como é o caso, por exemplo, das cidades de Vinhedo e Limeira, na região de Campinas, onde é possível encontrar propriedades produtoras de vinho e outros artigos de origem agrofamiliar, mas que não dispõe de nenhum itinerário turístico que tenha na cultura ítalo-descendente sua principal atratividade.

No tocante à questão, significa dizer que mesmo sendo amplamente presente a cultura ítalo-descendente em São Paulo, representada nas festas tradicionais, na gastronomia e na arquitetura conservada, por exemplo, ainda assim, tal ocorrência não foi suficiente à constituição de circuitos turísticos ítalo-descendentes. Entre os motivos que podem explicar a inexistência de circuitos turísticos ítalo-descendentes em São Paulo, tem-se o fato de ser esta a principal cidade de circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas do Brasil, ou seja, é uma cidade da fluidez, onde as transformações são dinâmicas e tendem a acompanhar as mudanças globais. Neste caso, São Paulo apresenta-se como a cidade corporativa, e como tal, todo seu arranjo é organizado de

maneira a favorecer ao trânsito mercadológico. Por este motivo, também, a cidade é um dos principais destinos do Turismo de Negócios e Eventos no Brasil, segmento que se caracteriza por um “conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (MTUR, 2006, p. 46). Assim, os elementos materiais e imateriais da cultura ítalo-descendentes, bem como de outras etnias, podem ser facilmente identificados, pois tiveram importante influência na constituição da cidade, mas não são organizados de maneira a promover um circuito turístico específico, uma vez que a cidade se organiza seu espaço urbano para os negócios.

A grandeza e a influência que a imigração italiana teve para o estado de São Paulo, já foi objeto de inúmeros trabalhos de pesquisa que não esgotaram o assunto, ao contrário, sempre surgem novas perspectivas de análise e propostas de investigação dos bens históricos e culturais relacionados aos ítalo-descendentes, o que revela a importância que esta cultura teve, e tem, para a constituição da cidade.

Portanto, outro dos motivos pelos quais tanto a capital quanto o interior do estado foram deixados fora deste trabalho, se deve ao fato de que a presença dos ítalo-descendentes no território paulista significou a produção de um espaço complexo que, por sua extensão e diversidade, entre a ocupação urbana, as fazendas de café e os núcleos coloniais, com a presença de inúmeras materialidades e imaterialidades remanescentes no período atual, constituem, no entendimento deste pesquisador, por si só, uma agenda de pesquisa ampla e variada que necessita um esforço específico de conhecimento e interpretação das permanências e representações desta cultura no espaço.

Passada esta breve nota, cabe agora dedicar o próximo capítulo ao aprofundamento teórico a respeito do patrimônio cultural, de maneira especial, aproximando as teorizações aos remanescentes culturais ítalo-descendentes, hoje representados por materialidades e expressões simbólicas, que denotam a identidade que resiste às transformações do espaço e conectam o tempo passado ao presente.

1.3 As permanências no território: o patrimônio e a identidade cultural ítalo-descendente

Até o momento foi abordado o contexto histórico do movimento migratório dos italianos para o Brasil, de maneira especial, direcionando o olhar à realidade italiana, a partir do desenvolvimento capitalista industrial neste país e, ainda, compreendendo o processo de transformação na matriz produtiva brasileira, passando da utilização da mão de obra escrava para a mão de obra imigrante, no qual os italianos tiveram uma participação de grande importância tanto nas lavouras de café, quanto na constituição e fortalecimento das pequenas propriedades agrícolas brasileiras.

Apesar de todas as dificuldades relacionadas ao processo migratório dos italianos ao Brasil, desde a saída ou a fuga da miséria provocada pela consolidação do modo capitalista de produção, orquestrado pela ascensão do capitalismo industrial que atingiu tanto as cidades quanto o campo, passando pelos percalços da viagem, entre a travessia do atlântico e os caminhos nem sempre fáceis por água ou terra em território brasileiro, até a chegada às colônias ou às fazendas de café, onde os imigrantes tiveram que persistir em meios às dificuldades para criar inicialmente as mínimas condições de vida, conforme foi abordado nos capítulos anteriores, ainda assim, estes italianos prosperaram em seu intento de conquistar a terra própria e, mesmo, contribuíram de maneira decisiva para a consolidação da ocupação territorial do país.

Aproximando a abordagem geográfica a este processo migratório, consideramos, para fins deste trabalho, que a saída da Itália corresponde ao processo de *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004), uma vez que diz respeito a perda de um referencial material e simbólico, sendo a chegada ao Brasil, quando da instalação destes imigrantes nas colônias ou nas fazendas de café, o momento de um novo territorializar-se.

Haesbaert (2005, p. 6774) sublinha que “a desterritorialização seria uma espécie de mito” e que a multiterritorialidade se apresenta como uma resposta àqueles que identificam naquele processo a perda ou o desaparecimento dos territórios. Entretanto, no que diz respeito ao capítulo da emigração, consideramos, este sim, um processo de desterritorialização, uma vez que os italianos tiveram que abandonar suas terras ou as

terras nas quais cultivavam, forçados pelo processo de transformação na estrutura e uso da propriedade agrícola na Itália. No entanto, a complementaridade deste processo significou, então, não um reterritorializar, mas um novo territorializar, uma vez que não foi sobre a mesma base territorial que os italianos incorporaram outras territorialidades complexas que se impunham a sua base territorial, mas, necessitaram mudar o cenário, estavam diante de uma nova base material, um novo país, com características culturais, físicas e naturais distintas de seu país de origem, sob a qual tiveram que intervir para criar minimamente condições de (re)produção social e, a partir desta nova base material, que é sempre inacabada, (re)produziram sua identidade italiana no Brasil, uma *italianidade brasileira*. Em se tratando da multiterritorialidade, considera-se esta como uma característica atual do território que agrega uma sobreposição da cultura e identidade ítalo-descendente e uma territorialidade turística e altera as formas de uso do espaço. Neste processo, o turismo pode figurar como uma prática que contribua na manutenção do arcabouço cultural ou, então, representar um mecanismo de produção estetizada da cultura, no qual só existem encenações culturais que remetem a práticas pretéritas não usuais pelos ítalo-descendentes.

Concordamos com o pressuposto de Haesbaert (2004), no qual o território possui uma dupla conotação, material e simbólica. Assim, o território não representa apenas um espaço delimitado pela dimensão jurídico-política²⁹, uma vez que estaria preche de objetos e ações simbólicas de preenchem de sentido este território, da mesma forma, se consolidam no território representações das relações de poder dos grupos sociais que marcam e delimitam o território, sem esquecer, também, da dimensão econômica que está presente nas relações produtivas que se concretizam no território e que está, da mesma forma, atrelada a consolidação das relações de poder.

Nesta abordagem, aproximando às ideias de Lefebvre (1986), percebe-se que o autor utiliza os termos *apropriação* e *dominação* para a relação sociedade-espaço, de maneira a expressar as relações de poder que se estabelecem na base territorial. A *dominação* estaria atrelada a um sentido concreto e funcional, de posse do território pela

²⁹ A categoria território, após um período de esquecimento, ganha novo fôlego na geografia a partir da década de 1970, quando geógrafo estadunidense Jean Gottmann em seu *The significance of territory*, de 1973, reaproxima de maneira mais pontual a constituição do território vinculado à nação. Para maior aprofundamento do território enquanto instrumento para o fortalecimento do estado, consultar a bibliografia indicada.

dimensão política e, por que não dizer, econômica, expressa pela valorização deste território como valor de troca, enquanto que o processo de *apropriação* tem um caráter simbólico, que expressa a dimensão cultural do território, em que este é carregado de marcas das experiências cotidianas pretéritas e atuais, apregoada aos valores de uso. Por este motivo, observando estes aspectos, Haesbaert (2004, pp. 95-96) interpreta que “o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espaco, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômico mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural/simbólica’” (grifo do autor).

Neste caso, além de admitir a importância do território como palco onde se materializam as relações de poder, Haesbaert (2004) está, da mesma forma, reforçando a noção de territorialidade, que se concretiza por meio da construção de uma relação identitária dos grupos sociais com o território. Assim, território e territorialidade demarcam, ao mesmo tempo, pertencimento e influencia ao modo de vida do indivíduo na coletividade. Por este motivo, para o autor, “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais”, bem como, “todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflitos e/ou negociações” (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Em concordância com Sack (1986), o autor analisa que a territorialidade não é restrita apenas a dimensão política do território, mas diz respeito a incorporação da dimensão econômica e cultural, uma vez que estas se referem as formas de uso e, mesmo, de troca, um par dialético que denota a valorização econômica das formas e conteúdos simbólicos do território ao mesmo tempo em que estes conteúdos simbólicos preenchem o território de significado, por meio das representações materiais e imateriais, não apenas como relação de poder, mas, como disse Sack (1986, p. 219), como “(...) uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”.

Interpretando o trabalho de Raffestin (1993) sobre o tema, compreende-se que a análise do território leva a duas questões básicas: os *limites* que se consolidam por meio da correlação de forças dos diferentes atores sociais e as *relações de poder* que se materializam, inclusive, definindo os limites espaciais.

No que diz respeito aos limites territoriais, Raffestin (1993, p. 153) afirma que “falar de território é falar de uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação”. No trato das relações de poder que delimitam o espaço e estabelecem o território o autor afirma que “Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais” (RAFFESTIN, 1993, pp. 158-159).

Segundo o autor, a ascensão da cartografia moderna se tornou um instrumento de poder por meio de suas representações do espaço. Estas representações permitiram que os atores estabelecidos pelas relações de poder, fragmentassem o espaço criando diferentes superfícies, a partir das quais surgem as tessituras, nós e redes, configurações que delimitam campos operatórios dos distintos campos de poder sobrepostos (político, econômico, social e cultural) na produção territorial, promovendo o controle *do* e *no* espaço.

Raffestin (1993) aprofunda a discussão sobre a categoria território, bem como a territorialidade, a partir da perspectiva relacional, na qual é a relação entre a sociedade e sua dinâmica através do tempo, mediada pelo poder exercido pelos grupos sociais, que criam o território, neste caso, o autor admite a importância do nexo histórico-temporal, da sucessão de eventos representado pelo caráter fluído das ações políticas, econômicas e culturais que se descortinam sobre o território.

Apesar de relacionar a existência do território às relações de poder, Raffestin (1993) não pormenoriza a importância da territorialidade como definidora da identidade social de um grupo. Segundo ele a territorialidade é “(...) *l'ensemble des relations entretenues par l'homme, en tant qu'il appartient à une société, avec l'extériorité et l'altérité à l'aide de médiateurs ou instruments*”³⁰ (RAFFESTIN, 1987, p. 5).

De fato há uma concordância por parte desse trabalho de que não pode haver territorialidade se não houver o sentido de pertencimento, pois dessa forma não haveria a manutenção da unidade simbólica, uma vez que as representações são fundamentais

³⁰ “(...) o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos”. (Tradução do autor)

para conectar o indivíduo ao grupo, identificá-lo como pertencente a uma determinada cultura. Da mesma forma, quando este se reconhece e se identifica como pertencente a uma identidade não está apenas fortalecendo suas relações territoriais está, também, reconhecendo o diferente, é o momento da alteridade, de reconhecer a outra cultura, outra identidade, que é distinta da sua³¹.

Recorrendo a obra de Santos e Silveira (2001, pp. 19-22), verifica-se que a consolidação das relações de poder no território não estão centradas apenas nas decisões estatais, mas determinadas por atores hegemônicos, globais e locais, que promovem a fluidez no território de maneira a converterem este território em um receptáculo que atenda às necessidades mercantis destes agentes.

Neste caso, para os autores, o território por si só não tem importância, somente assume tal importância quando é substanciado pelas determinações econômicas, propondo, então, a categoria de *território usado* (SANTOS e SILVEIRA, 2001) para explicar como o território é tomado como recurso para a realização dos interesses particulares dos atores hegemônicos, enquanto que de outro lado, aos atores hegemônizados, o território constituiria apenas um abrigo no qual estes buscam, por meio de adaptações constantes, garantir a continuidade *no* e *do* território.

Evidentemente que esta é uma análise geral, portanto, não se pode perder de vista que as determinações dos atores hegemônicos é mais intensa nas grandes concentrações urbanas e, além disso, se consolida de maneira desigual o que sugere, da mesma forma, que as transformações ocorridas nos territórios no decorrer do tempo, obedecem às peculiaridades locais. Em outros termos, significa dizer que as transformações ocorridas nas colônias italianas no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram menos intensas do que nas colônias no estado de São Paulo, onde a fluidez das determinações econômicas é mais dinâmica. Além disso, dentro do próprio estado do Rio Grande do Sul, as transformações também ocorreram de forma desigual, por exemplo, entre Caxias do Sul, Silveira Martins e Pelotas, três regiões que abrigaram

³¹ No livro *Por uma geografia do poder* o autor utiliza o exemplo da territorialidade siciliana, no qual argumenta que "constituída pelo conjunto daquilo que ele vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, a mulher, a autoridade política etc.". Neste caso Raffestin afirma haver uma parte interna, um núcleo denso da territorialidade siciliana, e outra externa, importada pelos não-sicilianos. Destaca, com isso, a luta para preservar a identidade, por meio das relações conflituosas de poder, que podem ser assimétricas ou dessimétricas (RAFFESTIN, 1987).

fluxos migratórios de italianos. As determinações econômicas tiveram diferentes amplitudes no desenrolar do processo histórico o que, direta ou indiretamente, influenciou nas transformações materiais e simbólicas da cultura ítalo-descendente em seus territórios, seja na manutenção de traços culturais por conta do isolamento, seja pela substituição de saberes e conhecimentos pelo contato com outras práticas culturais externas (PANIS, 2009a).

A abordagem a respeito das concepções teóricas sobre o território e a territorialidade tem por intuito, além de delimitar o território enquanto uma importante categoria geográfica para este trabalho, introduzir o debate a respeito do patrimônio cultural ítalo-descendente, isto porque o território abarca as dimensões política, econômica e cultural dos grupos sociais. Assim, tomadas as regiões coloniais ítalo-descendentes de outrora, compreende-se como estas herdaram ao longo dos anos, na relação espaço-temporal, um conjunto de bens materiais que permanecem existindo de maneira bastante representativa ainda nos dias de hoje, nos quais podemos destacar, por exemplo, a materialidade construída representada por casas, igrejas, moinhos e outras edificações, as vinícolas e cantinas que passam de geração em geração, objetos de trabalho e ferramentas, objetos de lazer, entre outros. Soma-se a estas materialidades, os conteúdos que substanciam estas formas de sentido identitário, representados por saberes, conhecimentos, técnicas de trabalho, da produção do vinho, da religiosidade, nas canções, nos dialetos, o *modus vivendi* e o *modus operandi* que, juntos, permitem reconhecer a identidade cultural ítalo-descendente no território, ou seja, estas regiões que outrora abrigaram as colônias de imigração italiana são reconhecidas como territorialidades com expressivas representações culturais ítalo-descendentes, porque conservam contemporaneamente um conjunto de bens materiais e imateriais, muitos dos quais ainda funcionais, e em alguns casos, convertidos em atrativos e distintivos turísticos, assunto que trataremos em capítulo posterior deste trabalho.

O argumento, portanto, é que os territórios onde originalmente se constituíram as colônias de imigração italiana, hoje, são carregados de sentido, marcados pela identidade ítalo-descendente, a qual só tem sentido por estarem localizadas nesta porção delimitada do espaço, impregnada de história acumulada com o passar dos anos. Além disso, só se reconhece a territorialidade italiana vinculada a estes territórios

por meio da presença das materialidades e dos conteúdos simbólicos que preenchem e dão sentido às formas, conectam o passado ao presente, reforçando não apenas os laços de pertencimento como, também, a importância da preservação destes bens culturais (PANIS, 2009a).

Estas materialidades herdadas do passado representam o que Santos (1999) denominou de *rugosidades*, formas dotadas de valor simbólico e perpetuadas na história dos lugares, testemunhos do passado que representam momentos históricos distintos, em que se pode perceber a acumulação dos tempos à sucessão de distintos processos socioespaciais, ainda que parcialmente conservados, revelando uma acumulação peculiar do território, constituindo formas duráveis que perduram, muitas vezes, acolhendo novos processos e usos que renovam de sentidos estas formas, entre as quais podemos citar como exemplos as construções e representações arquitetônicas, os instrumentos de trabalho e de lazer, entre outros.

Da mesma maneira que as materialidades, os bens imateriais constituem rugosidades. Representam tradições e heranças históricas e culturais transmitidas através das gerações, revividas como práticas e saberes do passado no presente e que se renovam quando reproduzidas cotidianamente, tais como as técnicas de trabalho, a religiosidade, o lazer, a culinária, a musicalidade, a linguagem e os modos de fazer, o conhecimento acumulado e reproduzido como traços da cultura, transmitidos por gerações.

Assim, somadas as materialidades e imaterialidades sintetizam na paisagem um conjunto entre as formas e a memória dos grupos sociais, neste caso, dos ítalo-descendentes, que fortalecem os vínculos de pertencimento de um grupo às representações culturais de seu passado remanescentes no presente. Por sua importância histórica, social e cultural é que estes bens podem ser reconhecidos como patrimônio, conjunto de materialidades e símbolos que denotam sucessão e continuidade de valor inestimável para a sociedade.

Contudo, esta visão mais abrangente a respeito do patrimônio é resultado de décadas de discussões e controvérsias, uma vez que sua definição nem sempre foi consenso. Isto foi possível graças às transformações que se sucederam na sociedade, pois, na medida em que o processo de modernização e as transformações se

consolidavam no espaço, se impunha como desafio lançar um novo olhar ao patrimônio para ampliar não apenas sua carga conceitual, como também, sua abrangência.

Com relação à etimologia, a palavra patrimônio tem origem no latim: *patrimonium*, que para os romanos diria respeito a tudo o que pertencia ao pai, ao *pater familias*, pai de família (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 10), ou seja, a ideia de patrimônio estava associada à propriedade particular, diferente da representação atual, visto enquanto bem público e coletivo. Para Choay (2001, p. 11), a origem do termo patrimônio estava “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”, o que reforça a ideia de que sua origem está na propriedade familiar e particular, transmitidos aos filhos e às gerações futuras, ou seja, todas as heranças de família passadas de geração em geração.

Desta maneira o patrimônio se reportaria a ideia de construção e herança legada do passado aos descendentes familiares, pelo qual é possível conhecer os processos históricos que produziram os objetos e a vivências de cada geração em cada tempo e lugar. Por este motivo, Barretto (2000, p. 11) entende o patrimônio como sendo um “conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças, formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”.

Mas, historicamente a ideia de patrimônio está atrelada ao contexto da revolução francesa. Isto porque os revoltosos, representantes do povo, quando tomaram o poder criaram uma ruptura com as representações do poder político, social e cultural das elites dominantes. Neste processo, obras de arte e monumentos que simbolizavam, na ideia dos insurretos, o antigo regime, corriam o risco de sofrerem atos de vandalismo. Isto porque os comitês revolucionários, além de transferir os bens do clero, da coroa e dos emigrados para a nação, também tinham por finalidade a destruição dos bens que ideologicamente representassem o antigo regime. Neste caso, Choay (2001, p. 97) analisa que este “processo destruidor suscita uma reação de defesa imediata”, que assumia um caráter político, uma vez que não visava “apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, à totalidade do patrimônio nacional”, ou seja, é deste processo que surge a necessidade de preservar obras de arte e monumentos de valor estético e artístico que fossem tributários da construção da identidade nacional.

Para isso, foi necessário mudar o caráter destes bens que estavam sendo herdados do antigo regime, pois, aos olhos do povo, estes bens devolvidos a propriedade popular denotava mais um valor econômico do que simbólico, portanto, havia a necessidade de mudar seu caráter simbólico. Assim, de acordo com Choay (2001, p. 98)

Os responsáveis adotam imediatamente, para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora de espólio. Palavra-chave: herança, sucessão, patrimônio e conservação. Eles transformaram o *status* das antiguidades nacionais. Integrados aos bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização, estas se metamorfosearam em valores de troca, em bens que, sob a pena do prejuízo financeiro, será preciso preservar e manter. Não depende mais de uma conservação iconográfica.

A autora destaca também duas ações voltadas à defesa do patrimônio no período da Revolução Francesa: uma medida de caráter imediato, que ela denominou de “primária ou preventiva”, que transformou os bens da antiguidade em patrimônios nacionais, e outra denominada de “secundária ou reacional”, baseada em procedimentos mais metódicos, na qual se funda a política de preservação e cria-se a Comissão dos Monumentos Históricos (1837). Ambas as ações visavam a proteção do patrimônio nacionalizado contra os atos de vandalismo (CHOAY, 2001, pp. 105-106).

A ideia de criar comissões e um *corpus* jurídicos para a proteção do patrimônio estava relacionada à construção da identidade nacional. Isto porque muitos revolucionários sabiam que “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória”, ou seja, este rompimento com o passado não significava “abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-se num novo estrato semântico” (CHOAY, 2001, pp. 112-113).

Já no século XIX a Europa conheceu os efeitos da transformação provocada pela Revolução Industrial, o qual inscreve a Inglaterra em um período de intensa modernização em que a produção artesanal é gradativamente substituída pelos processos produtivos industriais, ou seja, promove uma ruptura com um modo de vida e na forma de relacionamento dos grupos sociais com o espaço e as formas constituintes deste, alterando o modo de vida das cidades. E, em meio a este processo de

transformação, percebendo que o patrimônio corria um sério risco de ser profundamente substituído pelas novas construções, ancoradas no movimento inovador da industrialização, uma série de associações surgem e se organizam em prol da defesa dos bens materiais. É neste período que emergem duas teorias conflituosas entre si, relacionadas à conservação dos monumentos históricos: o intervencionismo e o anti-intervencionismo (CHOAY, 2001; FONSECA, 2005).

Na França ganha fôlego as ideias e propostas de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, um dos primeiros a pensar sistematicamente a restauração. Este teórico executou uma série de obras de restauração e sua técnica, ainda hoje, é classificada como *intervencionista* (CHOAY, 2001). Em sua afirmação mais clássica sobre o restauro diz que: “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em dado momento” (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 29). Por este motivo Viollet-le-Duc fazia prevalecer suas concepções nos bens arquitetônicos que intervira, modificando-os segundo seu entendimento de como determinada obra deveria ser em termos de representação artística e arquitetônica, interna ou externamente.

De outro lado, de acordo com Fonseca (2005, p. 63), “eivada de um matiz puritano”, estava o inglês John Ruskin. Em termos teóricos e de procedimentos metodológicos Ruskin contrapunha-se as ideias e a *práxis* de seu contemporâneo francês. Defendia a não intervenção nos monumentos históricos, considerando que qualquer interferência imprimiria novo caráter a obra, tirando sua autenticidade, ou seja, pela intervenção estar-se-ia criando outra obra, um novo monumento, um novo patrimônio. Na concepção de Ruskin a história e a condição atual de uma construção ou monumento devem ser respeitadas, somente sendo admitidas intervenções para sua conservação. Para ele “A restauração é a destruição do edifício, é como tentar ressuscitar os mortos. É melhor manter uma ruína do que restaurá-la” (RUSKIN, 2008, p. 23).

Após algumas décadas o debate em torno da restauração ganhou novos contornos pelo velho continente, chegando até a Itália. Neste país surgem as contribuições de Camillo Boito sobre a prática e a teoria da restauração. Boito teve relevante contribuição do desenvolvimento de procedimentos teórico-metodológicos da restauração e conservação dos bens arquitetônicos. Uma de suas grandes

contribuições está na ênfase que dá ao valor documental das obras. A partir de seus estudos defendia a necessidade de conservações periódicas aos objetos materiais como forma de evitar a restauração, salvo, em casos de conservação da memória, todavia, distinguindo as intervenções do conteúdo original dos objetos. Com base nisso, indicou duas premissas básicas: na primeira afirma que “É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco” (BOITO, 2002, p. 60). Na segunda sustenta que “É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje” (BOITO, 2002, p. 61).

Esta ideia de destacar as intervenções na obra garantiria assim, segundo Boito (2002), que não falseasse aos olhos do observador a originalidade da obra, seria possível, portanto, apreciar tanto sua parcela antiga quanto recente.

A ideia de destacar não apenas no monumento, mas no conjunto arquitetônico as interferências construtivas e desiguais no tempo polemizaram por vários anos as decisões dos órgãos preservacionistas no Brasil, com base no conhecido “estilo patrimônio” (MOTTA, 2000; FONSECA, 2005), assim denominado, as orientações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no que diz respeito às intervenções ou novas construções no Centro Histórico de Ouro Preto, em Minas Gerais. Neste caso, o SPHAN só autorizava novas construções ou reformas no Centro Histórico de Ouro Preto, desde que estas estivessem em harmonia com as técnicas e estilos construtivos do conjunto arquitetônico da cidade, neste caso, representado pelo Barroco brasileiro, afinal de contas, este estilo havia sido elegido como representante da identidade nacional que se queria construir, ideia herdada do modelo preservacionista francês, e para o qual o estado brasileiro, a partir da década de 1930, dedicou sua atenção (MOTTA, 2000; FONSECA, 2005).

Dando prosseguimento às teorias da restauração que contribuíram na ampliação e aprofundamento do conceito de patrimônio cultural, destaca-se as contribuições do austríaco Alois Riegl. Este teórico procurou estabelecer uma *práxis* da conservação baseada no respeito pelo valor da antiguidade da obra, como um modo de fundamentar a tutela dos monumentos que não mais teria como objetivo a unidade de estilo, pensamento predominante na Áustria neste período. Em outras palavras, para Riegl, o

interesse da tutela não está na retomada de formas antigas, mas nos próprios traços de antiguidade (KÜHL, 2004).

Riegl considerava monumentos históricos não apenas as obras de arte, mas qualquer obra humana com certa antiguidade (obras com mais de 60 anos) e cujo valor de antigo era justamente o mais prezado por ele (KÜHL, 2004). Assim, uma das principais contribuições de Riegl está no fato de este ter destacado a importância do valor inerente ao monumento, como principal fonte de valorização das materialidades.

Finalmente, entre os clássicos que se optou por destacar, entre as principais contribuições relacionadas à preservação dos monumentos históricos, está o italiano Cesare Brandi, que deixou um considerável legado teórico-metodológico sobre a prática da restauração e da preservação. Para Brandi (2004) restaurar diria respeito a qualquer intervenção que tivesse por objetivo devolver a eficiência, em resumo, a funcionalidade aos produtos da atividade humana. Neste sentido, alega Brandi (2004) que o procedimento metodológico do restauro deveria reconhecer a expressão estética e histórica da obra de arte, vislumbrando sua transmissão para o futuro. Em termos de procedimentos metodológicos adotados para os monumentos Brandi (2004) destaca que “(...) restaura-se só a matéria da obra de arte (...); o restauro deve observar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar os traços da passagem da obra no tempo” (BRANDI, 2004). Brandi (2004) destacava a importância da representação imagética do objeto de arte, por tal motivo, admitia modificações na estrutura da obra, mas não em sua imagem.

Assim, esta passagem por algumas teorias de restauração quis demonstrar como as contribuições destes teóricos colaboraram para o aprofundamento e alargamento das concepções e conceitos a respeito do patrimônio cultural no mundo. Suas teorias vão ecoar no século XX nas orientações internacionais que conhecemos como Cartas Patrimoniais³², que representam uma coletânea de documentos e

³² De maneira especial a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964), o Compromisso de Brasília (1970), a Carta do Restauro (1972) e a Carta de Burra (1980) são os principais documentos que aproximam a salvaguarda do patrimônio à teoria do restauro, com conclusões desde a autenticidade dos monumentos, passando pelo emprego de materiais e técnicas construtivas, antigas e modernas. Para maior aprofundamento ver Isabelle Cury (2000).

recomendações elaborados por entidades internacionais ou nacionais³³, que tem por finalidade definir procedimentos, normas e conceitos balizadores relativo à proteção e salvaguarda dos bens culturais, materiais e imateriais, no mundo e que irão refletir diretamente nas ações sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade. Assim, conhecendo o conteúdo das Cartas Patrimoniais é possível entender o processo de modificação das ideias e conceitos de patrimônio no decorrer do século XX.

A Carta de Atenas (1931) é o primeiro documento elaborado internacionalmente vinculado a proteção dos monumentos contra a destruição. Não se pode esquecer que este era um período entre guerras que, somado ao amplo crescimento urbano, denotava a necessidade de instrumentos específicos de proteção. Embora tenha sido um avanço, cabe ressaltar que a Carta de Atenas compunha-se como um instrumento ainda restritivo e seletivo, pois sua abrangência estava atrelada apenas aos monumentos isolados, ou seja, neste período não se pensava na preservação dos centros históricos e ou conjuntos urbanos (Funari e Pelegrini (2006). Sobre esta abordagem, analisam Funari e Pelegrini (2006, p. 21-22) que,

A ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Alguns exemplos (...) mostram como mesmo os vestígios mais distantes, no tempo e no espaço, podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade. (...) os italianos usavam os vestígios dos romanos para construir uma identidade calcada nesse patrimônio, restaurado, glorificado, exaltado como exemplo do domínio do mundo pelos romanos e seus herdeiros (...) Na Alemanha nazista (...) usavam-se vestígios dos germanos, considerados antepassados dos alemães, encontrados em territórios de outros países, como a Polônia, para justificar reivindicações territoriais e invasões militares.

Ao considerar apenas os monumentos isolados a Carta de Atenas não consegue abranger a noção de *totalidade* (SANTOS, 2002), hoje considerada uma perspectiva fundamental como atributo do espaço para compreender os processos políticos, econômicos e culturais que se descortinam sobre o território. Para Santos (2002) a totalidade significa dizer que “todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é

³³ Entre os quais podemos destacar como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS; a *United Nations Organization for Education, Science and Culture* - UNESCO, órgão integrante da – Organização das Nações Unidas – ONU; e, a Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus – ICOM.

uma simples soma das partes”, portanto, de fundamental importância compreender que “As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes”, motivo pelo qual (...) “o todo é maior que a soma de suas partes”. Assim, podemos compreender que “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, em seu movimento” (SANTOS, 2002, pp. 115-116).

Obviamente, não se pode deixar de ressaltar que as Cartas Patrimoniais são resultado do seu tempo, ou seja, por mais que pareçam incompletas e pouco abrangentes, se observada a ampliação da profundidade dos conceitos, é possível perceber o processo de expansão teórico-conceitual, influenciado pelas transformações na sociedade e influenciador dos mecanismos de preservação que, por necessidade, acompanharam as mudanças das dimensões políticas, econômicas e culturais neste mundo cada vez mais globalizado.

A evolução no conceito pode ser percebida na Carta de Veneza (1964), outro importante documento de orientação de salvaguarda e preservação dos bens culturais, que amplia a noção de monumento e insere a necessidade de pensar o monumento vinculado ao sítio, ao território do qual faz parte e, da mesma maneira, a necessidade de gerir este território, embora o foco permaneça na visibilidade estética do patrimônio. Além do mais, a Carta de Veneza, já em seu primeiro artigo estende a noção de monumento “não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º).

Tal processo de mudança na noção de monumento, que ecoará na ampliação do conceito de patrimônio cultural nas décadas subsequentes, é destacado por Canclini (1994, p. 96), quando este autor analisa que o conceito de patrimônio cultural marca uma *cumplicidade social*, não mais sendo representado apenas pelos grandes monumentos, como também as práticas sociais e bens que simbolizam os processos históricos das sociedades nos lugares, próximos da vida cotidiana do grupo, que expressam sua identidade. Aproximando estas ideias de Canclini (1994) a este trabalho, significa dizer que as técnicas, os saberes e os conhecimentos herdados do passado e praticados contemporaneamente na cotidianidade dos ítalo-descendentes, como “a culinária, a produção do vinho ou a religiosidade e o lazer, dentre outros

aspectos (...) constituem uma solidariedade e uma identidade local” (PANIS, 2009a, p. 46). Portanto, de acordo com Canclini (1994, p. 99), excetuando os monumentos históricos, os desenhos urbanísticos e outros bens físicos que não podem deixar de ser valorizados por sua importância histórica, o patrimônio cultural seria aquilo que “um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos”, seria composto, também, pela “experiência vivida”, relevada por meio das “linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos”.

Assim, a Carta de Veneza foi um passo em direção à ampliação da ideia de patrimônio. Suas orientações acompanhavam as transformações do período histórico e a crescente utilização das materialidades construídas, preconizando que “A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade” (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 5º), ou seja, o patrimônio poderia agregar novas funcionalidades desde que estes novos usos não alterassem a sua essência material e simbólica.

Visto dessa perspectiva, tem-se neste momento a gênese do processo de *refuncionalização* das formas-conteúdos do espaço, processo que diz respeito à determinação de novos conteúdos, de natureza variada, às formas e às dinâmicas socioespaciais, revelada na intensificação dos fluxos de mercadorias, serviços, capitais, pessoas e informações (EVASO, 1999), no limite da questão, podendo converter os bens culturais em mercadorias para o consumo cultural (LUCHIARI, 2005), processo pelo qual se dá a incorporação do valor de uso ao valor de troca, ou do valor mercadológico ao valor cultural (MENESES, 1999), assunto que será melhor tratado em capítulo subsequente, quanto será abordada a relação entre patrimônio e turismo.

Seguindo a frente no tempo, em 1972, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO³⁴, aprova a Recomendação de Paris para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. A Recomendação é mais um passo na ampliação do conceito de patrimônio e estabelece uma definição para o patrimônio cultural sendo composta pelos *monumentos* e *conjuntos*, que agregam construções isoladas ou em conjunto e que sejam possuidores

³⁴ Oriundo do inglês *United National Educational Scientific and Cultural Organization*.

de excepcional valor histórico, artístico ou científico; e, os *lugares notáveis*, obras dos homens conjugadas ou não com a natureza, de valor histórico, estético, etnológico ou antropológico. Também fazem parte desta recomendação o patrimônio natural os, assim definido, “monumentos naturais construídos por formações físicas ou biológicas ou por grupos de tais formações” e “as formações geológicas e fisiográficas”, ambos de valor estético ou científico excepcional; além dos “lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas”, de valor excepcional científico, de conservação ou de beleza natural (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1972).

Na mesma década a Declaração de Amsterdã (1975), percebe-se um avanço em direção a uma definição mais abrangente sobre o patrimônio, definindo de maneira mais pontual como sendo “não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, p. 1). Além disso, a Declaração afirma a importância da conservação do patrimônio integrada ao planejamento das áreas urbanas e ao planejamento físico territorial, incluindo os poderes locais como responsáveis pela proteção e conservação do patrimônio, evidenciando a necessidade da promoção de políticas de conservação que integrem os diferentes níveis institucionais, bem como ampliam a participação da população local na tomada de decisões a respeito do uso e conservação de seu patrimônio local, segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 33), “de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude de especulação”, o que significa incluir população na participação ativa e democrática no âmbito do planejamento e dos processos decisórios a respeito do uso do patrimônio cultural, sem que este fique a cargo apenas de especialistas, uma forma de reforçar a identidade coletiva e a ideia de pertencimento.

No trato sobre as Cartas Patrimoniais, ou recomendações, acrescenta-se a Carta de Burra (1980), que amplia a noção de patrimônio, entre materialidades e imaterialidades, sem que estes necessitem de tombamento para serem declarados como importantes bens culturais a serem conservados por seu valor estético, histórico, científico ou social, garantindo sua continuidade e manutenção para as gerações futuras. A importância desta carta está no fato de que os bens materiais e imateriais dos

grupos sociais, como os ítalo-descendentes, por exemplo, não precisam ser tombados para serem reconhecidos como patrimônio, desde que possuam um reconhecimento por sua importância histórica e social.

Finalmente, cabe lembrar do Documento de Nara, de 1994, que não é uma carta, mas representa uma importante recomendação sobre a autenticidade, tema bastante polêmico em relação às discussões sobre a cultura e longe de ser uma unanimidade. De acordo com Kühn (2010, p. 292), um documento que reafirma os postulados da Carta de Veneza, pois “No Documento de Nara, são reconhecidas a diversidade cultural e a pluralidade de formas ao lidar com o passado; suas implicações para a preservação são tratadas mais adiante”. O argumento principal do documento é que:

Num mundo que está cada vez mais sujeito às forças da globalização e da homogeneização, e num mundo em que a procura da identidade cultural está, por vezes, afetada por nacionalismos agressivos e pela supressão das culturas das minorias, a contribuição essencial que é dada pela consideração da autenticidade na prática da conservação consiste na clarificação e na iluminação da memória coletiva da humanidade (DOCUMENTO DE NARA, 1994, p. 1).

Este reconhecimento a respeito da força homogeneizante da cultura pelo capitalismo global é importante, visto que realça a necessidade de utilizar os instrumentos para a valorização local da cultural, de maneira a garantir ao máximo a preservação de suas representações materiais e imateriais. Da mesma forma, seu conteúdo sublinha o reconhecimento que a cultura é fruto dos processos socioespaciais e socioeconômicos, obtidos pela dinâmica da sociedade no tempo e no espaço.

A escolha destas Cartas Patrimoniais (Atenas, 1931; Veneza, 1964, Recomendação de Paris, 1972; a Declaração de Amsterdã, 1975; e, a Carta de Burra, 1980), além do Documento de Nara, não foi uma escolha aleatória. Existe uma série de outras Cartas³⁵, diretrizes e recomendações, de caráter internacional, nacional ou estaduais que orientam desde a forma técnica de proceder com as práticas de restauro, passando pela ampliação dos conceitos e definições, até indicação da participação popular junto às instâncias deliberativas do patrimônio cultural.

³⁵ Para ter acesso a outras Cartas Patrimoniais, pode-se acessar o sítio do IPHAN: www.iphan.gov.br.

Sobretudo o que se pretendeu até o momento é demonstrar que a concepção de patrimônio resulta de todo um desenrolar histórico que acompanhou as transformações da sociedade, desde sua gênese com a Revolução Francesa, enquanto ícone da constituição e fortalecimento da identidade nacional, chegando mesmo ao período contemporâneo dotado de uma maior complexidade de acepções, amalgamado às dimensões política, econômica, cultural e espacial da sociedade³⁶.

Castriota (2009) analisa que o século XX representou um período de ampliação e aprofundamento do debate relacionado à preservação e conservação do patrimônio cultural devido, inclusive, à conversão dos bens culturais, materiais e imateriais, em atrativos turísticos. Segundo o autor “O patrimônio constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança”, isto porque “nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele”, bem como “nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais” (CASTRIOTA, 2009, p. 11).

No caso do Brasil, Castriota (2009) destaca a expansão do campo patrimonial proposto pela Constituição de 1988 que suplanta a mera noção de “monumentos históricos e artísticos” chegando mesmo a noção de bens culturais. De acordo com ele “(...) não apenas os monumentos já consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos passaram a ser reconhecidos como patrimônio nacional, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito” (CASTRIOTA, 2009, p. 12). Essa tendência a patrimonialização foi denominada por Choay (2001) como “inflamação patrimonial”.

A ampliação da base conceitual, tanto em nível mundial quanto nacional, diz respeito a um percurso de ampliação e aprofundamento da produção científica que contribuiu na “evolução” teórico-metodológica do patrimônio e se impôs como uma necessidade na perspectiva de acompanhar as transformações pelas quais a sociedade passou, principalmente, no pós-guerra. Este período marca, de acordo com Featherstone (1995), o início da pós-modernidade, no qual as mudanças no regime de significações são mais intensas e alteraram profundamente a ideia de cultura. Para

³⁶ Não é nosso objetivo propor uma discussão a respeito das Cartas Patrimoniais. Assim, para maior aprofundamento do tema consultar IPHAN (1995); Cury (2004); Funari e Dominguez (2005), entre outros.

Harvey (1993) este período e as transformações que ele engendra nos encaminham a uma *Condição pós-moderna*, tendo atingido o sistema de ideias e representações das dimensões política, econômica e cultural da vida, evidentemente orquestrados pela hegemonização capitalista do mundo que, por meio dos avanços do período técnico-científico, alterou a dinâmica espaço-temporal da sociedade tornando o mundo mais fluído e dinâmico. Tal processo, aponta ainda Harvey (1993), ampliou a importância das representações estéticas da materialidade e modificou o códigos de pertencimento dos grupos sociais com as formas da cidade que, por meio da cultura de massa e da padronização do consumo, subverteu a ordem simbólica dos lugares substituindo os nexos de pertencimento ao lugar.

Este entendimento de que no século XX assistimos uma série de transformações nas dimensões político, econômico e cultural da vida, remete para a necessidade de observar mais pontualmente, em se tratando de nosso objeto de pesquisa, quem são estes ítalo-descendentes nos dias atuais, quais os conteúdos materiais e simbólicos foram herdados e ainda constituem o arcabouço cultural destas populações. Além disso, como este patrimônio figura atualmente como produto atrativo e distintivo para as práticas turísticas que buscam nestas representações culturais uma aproximação com o passado, com o diferente. Estas são algumas questões que pretendemos nos dedicar nos próximos capítulos.

**CAPITULO II – OS USOS CONTEMPORÂNEOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E
TURISMO**

2.1 A *italianidade brasileira*: bens e paisagens de valor singular no período contemporâneo

É de amplo conhecimento o capítulo histórico a respeito da constituição da identidade nacional e a forma como o Estado brasileiro, principalmente a partir da década de 1930, construiu toda uma retórica em torno deste empreendimento, no qual concentrou forças no apagamento de identidades distintas da vertente luso-brasileira chegando, inclusive, a escolher como principal representação material da identidade nacional o barroco brasileiro, ou seja, todas as outras expressões culturais que não convergiam para esta construção, deveriam ser extintas da memória nacional (GONÇALVES, 2005; FONSECA, 2005; MOTTA, 2001).

Tal fato fez com que, em algumas décadas, inúmeras expressões culturais que não as de herança luso-brasileiras (europeias não ibéricas, indígenas, africanas, entre outras), sofressem um lento processo de abandono e esquecimento, pois, naquele momento da história do Brasil não eram consideradas importantes a construção da nação.

Não é possível ter a noção concreta da quantidade de dialetos e outras expressões da cultura imaterial que caíram no esquecimento durante o século XX. Entretanto, o fato é que, mesmo o esforço do Estado não conseguiu extinguir a diversidade cultural que existia no território brasileiro e, nas últimas décadas, estas expressões culturais ganham fôlego exatamente por constituírem uma variedade de tamanha riqueza, contribuindo para a mudança no entendimento do que seria a identidade nacional: a diversidade e as múltiplas expressões culturais.

É neste contexto que estão inseridos o ítalo-descendentes que habitam o território brasileiro. Tendo vindo da Itália e se instalado em colônias de imigração, fazendas de café ou em vilas industriais, entre o final do século XIX e o início do XX, estes imigrantes passaram a imprimir no território e na paisagem marcas de sua presença, expressões da cultura, fosse por meio de materialidades construídas ou pelas práticas culturais reproduzidas cotidianamente e, algumas delas, transmitidas as gerações futuras, imprimindo assim uma identidade *no* e *do* território e produzindo uma paisagem que é culturalmente constituída, também moldadas pelas influencias externas

e pelas transformações político e econômicas próprias da dinâmica social. Mas, que italianidade brasileira é esta?

Antes de apontar quais são estes bens materiais e imateriais que caracterizam esta cultura, é importante pontuar algumas questões importantes em termos da problemática da identidade no período contemporâneo, não no sentido de buscar uma definição conceitual em si, mas, sim, no intuito de delimitar dentro de quais parâmetros entendemos a existência de uma identidade cultural, ainda que no período atual as identidades pareçam tão fluídas e frágeis.

Tal ideia toma como referência a tese de Harvey (1993), para quem a *condição pós-moderna* marcaria uma nova complexidade da sociedade, assinalando a ascensão de novos nexos culturais que atingem não apenas as expressões artísticas, mas todas as expressões e práticas culturais que, neste período, são valorizadas pelas representações estéticas e simbólicas. A complexidade das transformações sociais, para Harvey, engloba todas as dimensões da vida e, com o completo estabelecimento da globalização pelo mundo, que Giddens (1991, pp. 60-70) definiu como o fenômeno responsável por intensificar as relações sociais em escala mundial em que a noção de espaço-tempo também se modifica, fez com que os lugares estejam cada vez mais interconectados, influenciando no mundo e sofrendo influências do mundo, num movimento constante que revela a dialética entre o global e o local.

Featherstone (1996, pp. 10-11) sublinha que, em meio a este processo, longe da globalização tornar o mundo em “um só lugar”, com uma tendência a homogeneização e a unificação das representações e formas de pensar a vida, dever-se-ia compreender o mundo como um espaço complexo de atores sociais conectados e interdependentes, no qual, inclusive, as novas tecnologias ampliariam a possibilidade de diálogo e intensificariam os fluxos de informações, mercadorias, capitais e pessoas, fenômeno que indiscutivelmente afetaria as culturas locais e poderia influenciar nos nexos de pertencimento e identificação às representações culturais próprias de cada lugar.

É a partir deste entendimento que vemos importante situar o debate em torno da identidade cultural, uma vez que para entendermos a *italianidade brasileira*, essa forma de ser, fazer e agir peculiar dos descendentes dos imigrantes italianos, é necessário interpretar o que os define enquanto pertencentes a esta italianidade.

Hall (1998, pp. 7-8) já enfatizava que o conceito de identidade é deveras complexo e ainda não suficientemente desenvolvido nas ciências sociais e, por este motivo, ainda é um conceito inacabado e discutível. Aborda, além disso, seu entendimento quanto a fragmentação das identidades no período atual, por conta das mudanças constantes e rápidas pelas quais a sociedade tem passado, inclusive, pela perda do referencial com o espaço, este cada vez mais fluído, fato que levaria a uma *crise de identidade*. Segundo ele, este sujeito pós-moderno não possuiria mais uma identidade fixa ou permanente, isto porque “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1998, pp. 12-13) (grifo do autor).

A grande polêmica em torno desta questão estaria situada nesta transição da modernidade para a pós-modernidade. Isto porque a identidade, outrora como um fator essencial para a construção da unidade da nação, enquanto uma “comunidade imaginada”, no sentido como Anderson (1983, p. 14) havia interpretado, identidades formadas e baseadas em representações, construídas como parte das memórias do passado e transmitidas e incorporadas pelos membros da nação, teriam entrado em crise justamente porque há uma crescente perda de referência provocada pela criação de um mercado global, inclusive, pelo apagamento das fronteiras nacionais que tende a diluir uma identidade nacional e fortalecer as identidades locais, ou, o que é mais polêmico, a ideia de que algumas culturas, neste mundo globalizado, acabam sendo influenciadas por outras culturas, incorporando um conjunto de representações externas que levaria a descaracterização e a perda dos referenciais culturais. Para Hall (1998, p. 9),

(...) as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo. (‘grifo do autor’)

Assim, como resultado deste novo mundo globalizado e pós-moderno, cada vez mais as pessoas têm suas referenciais culturais e sociais diluídas num processo global de construção de novas referências e valores, fazendo com que este homem contemporâneo não se sinta mais inserido no ambiente do qual faz parte. Em contrapartida, diferente do que poderia se pensar, ou seja, no apagamento completo das identidades locais, o que tem-se verificado é um processo de revalorização cultural, no qual as representações culturais locais ressurgem com um renovado sentimento de pertencimento, pois é só pelo sentimento de pertencimento que se pode renovar os vínculos identitários com a cultura.

Meneses (1984) referenciava que para haver identidade é necessário que haja reconhecimento, inclusive, aos elementos do passado. Nesse caso, tem papel fundamental a memória, que é o suporte da identidade, segundo ele “mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência, quer no nível individual, quer social” (MENESES, 1984, p. 33). Esta memória que representa a identidade dos grupos sociais é revelada tanto pela imaterialidade, manifestada pelos conhecimentos, saberes e práticas dos participantes da cultura, quando pela materialidade, formas construídas e herdadas que explicitam determinadas características culturais dos indivíduos e grupos.

Neste caso, é mister lembrar que para haver memória e para haver identidade deve existir uma continuidade social, ou seja, um tempo passado lembrado no presente por meio não apenas de históricas e tradições, mas praticados individual e coletivamente pelos pertencentes a cultura, como também por meio de objetos e todo tipo de materialidade que representam formas herdadas com conteúdos histórico, social, cultural e econômico. Neste caso, a memória não está apenas nas pessoas, mas está da mesma forma nos objetos e nas paisagens histórica, cultural e socialmente constituídas.

Para Wasserman (2001) “A identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas, ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos”, assim, para a autora, “essas experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que se vinculam sempre a significados ampliados da identidade a ser construída” (WASSERMAN, 2001, p. 9).

Este mosaico seria o resultado do tempo, objetos e práticas simbólicas construídos e acumulados por gerações, transmitidos e herdados na memória coletiva dos grupos sociais. Mas, além do evidente vínculo que a identidade tem com o tempo, é importante lembrar a relação que esta tem, também, com o espaço, enquanto referência geográfica (o pertencer a algum bairro, cidade, estado, país, etc.), que, no mínimo, sugere alguma localização o distingue das demais (WASSERMAN, 2001).

De acordo com Hall (1998, p. 13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, e isto corrobora com a ideia de que no período atual as mudanças influenciam individual e coletivamente nos grupos sociais. No entanto, mesmo com as transformações da sociedade não se pode imaginar que as identidades locais irão sumir, muito pelo contrário, pois o próprio fenômeno da globalização valoriza o diferente, o distintivo cultural, principalmente por conta da maior ascensão das práticas turísticas.

Barretto (2000, p. 46), analisando a relação entre práticas turísticas e legado cultural, afirma que “o conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição”, o que reforça o argumento que mesmo em meio a um processo dinâmico de transformações econômicas, políticas e culturais, os grupos sociais conseguem reorganizar seus vínculos de pertencimento a cultura, adaptando seu arcabouço cultural as transformações do mundo, num processo dialético de ininterrupto de manter e renovar.

Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam que são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece (BARRETTO, 2000, p. 46).

Isto significa que é próprio da identidade o movimento, a mudança, e as referências materiais e imateriais herdadas e transmitidas através das gerações, simbolizam a continuidade cultural que, frente ao dinâmico processo de transformação nas referências culturais mundiais, nacionais ou locais, se fortalece por ser diferente e

por este motivo é valorizada, reforçando os vínculos de pertencimento tanto a cultura, quanto ao lugar.

Ainda que nas primeiras décadas do século XX a ideia de constituição da identidade estivesse relacionada a construção da ideia de nação, Gonçalves (1998) analisa que mesmo este processo foi importante. Segundo o autor, “De um modo ou de outro, a nação é identificada com indivíduos reais, sendo portadores dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória, etc.” (GONÇALVES, 1998, p. 266), e soma-se a estes os atributos físicos, entre objetos e símbolos que também representam expressões da identidade, alguns dos quais convencionamos em chamar de patrimônio. Assim, de acordo com Gonçalves (1998, p. 266), “Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.”, neste caso, também são contemplados os objetos e bens culturais ítalo-descendentes.

Dando continuidade a sua linha de raciocínio, o autor interpreta que este patrimônio, representado por meio de “reliquias” ou “monumentos”, expressam e evocam o “passado” e a “história” da nação, ou dos grupos sociais e, tal como a identidade de um indivíduo ou de uma família (nacional), é reconhecido por bens que herdados revelam um passado compartilhado.

No entanto, cabe lembrar que as distintas culturas que estavam presentes no território brasileiro foram negligenciadas em prol da ação do Estado Brasileiro, a partir da década de 1930, em constituir uma identidade nacional para o país.

Correa (2001, p. 128) analisa que a “A integração dos descendentes de alemães e italianos na sociedade do Rio Grande do Sul foi considerada (...) como fruto de uma imposição”. Neste caso, a imposição do estado em assumir uma identidade nacional brasileira, de tradição e herança luso-brasileira, significava abandonar expressões próprias de cultura de cada etnia, em especial, os dialetos, principal elemento de fortalecimento e da continuidade cultural.

Barretto (2003) relata os resultados de uma pesquisa efetuada com os teuto-descendentes de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Ela analisa a resistência da população desta origem étnica em resgatar sua germanidade na década de 1980,

incentivada pelo governo municipal como forma de fortalecer a identidade germânica para a promoção do turismo no município. Assim, por meio de uma investigação com a população local, ela compreendeu o motivo da resistência: ora, o mesmo poder institucional que há aproximadamente 40 anos havia obrigado os teuto-descendentes a abandonarem sua identidade e práticas culturais e assumir uma identidade brasileira, agora estava empenhado em institucionalmente apoiar políticas e iniciativas de fortalecimento com os vínculos do passado que forçadamente fora amputado da vida cotidiana da população local. Como o que outrora era inaceitável agora se tornara um elemento principal na promoção do município? Tal processo demonstra o poder que a *indústria cultural* (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) tem na formatação de produtos a partir das representações materiais e simbólicas dos grupos sociais, por isso, pela importância que tal tema possui no debate a respeito das práticas turísticas, este assunto que será especificamente tratado no capítulo seguinte.

Antes de passarmos a este ponto, no entanto, é importante situar que paisagens culturalmente constituídas são estas que, no entendimento deste trabalho, possuem uma dupla conotação no período atual: expressam o caráter identitário de um determinado grupo cultural no qual a paisagem revela uma construção histórico-social verificada por meio das formas constituídas através do tempo, formas antigas e novas, e preenchidas de conteúdos culturais que dão sentido e significado a existência das formas, e, paisagens que representam parcelas do espaço seletivamente valorizadas por seu conteúdo material e simbólico para serem convertidas em objeto das práxis turística, neste caso específico, nos debruçamos sobre as paisagens ítalo-descendentes. O que nos parece interessante é que uma possibilidade não exclui a outra.

Historicamente, importantes contribuições a respeito da paisagem vieram de Sauer ([1925] 1998, p. 23), para quem a paisagem não figurava apenas como uma expressão física do espaço, mas uma “área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Contudo, Ribeiro (2007, p. 20), ao analisar as proposições de Sauer, afirma que para este autor as “dimensões estéticas e subjetivas da paisagem existem, são reconhecidas, mas não *[faziam]* parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas” *[grifo nosso]*,

revelando, assim, o limite próprio da ciência naquele período, ainda influenciada sobremaneira pelo positivismo.

Após aquele período a paisagem cairia em um certo esquecimento dentro do debate geográfico, sendo retomada pós década de 1980, com a ascensão da “Nova Geografia Cultural”, ancorada na ruptura com o sistema de ideias positivistas e oposta a “Geografia Cultural Tradicional”, assim nomeada as teorias advindas de Sauer e da Escola de Berkeley (RIBEIRO, 2007).

Dentro deste contexto tem importância os trabalhos de Cosgrove ([1984] 1998), para quem a paisagem deveria ser interpretada a partir de um conceitual teórico marxista. Para este autor, a paisagem revela os modos de produção presentes em uma determinada sociedade, e suas representações materiais e simbólicas expressam na paisagem o movimento historicamente constituído pela sociedade, o que justifica a existência de uma grande diversidade de paisagens.

Outra importante contribuição advém das concepções de Berque ([1984] 1998), no qual propõe que a paisagem é marco e matriz, pois a paisagem é expressa tanto por materialidades e expressões técnicas reveladas nos objetos, portanto, marco, e porque é expressa pelo próprio sujeito produtor e produto da paisagem, que preenche esta de conteúdos simbólicos que remetem a paisagem, numa relação complexa entre o sujeito, produtor da cultura e a natureza.

Luchiari (2001) aborda a transformação da natureza em paisagem, percurso mediado pelo processo de tecnificação da sociedade, que permitiu o afastamento e o domínio da natureza e possibilitou à sociedade introduzir no espaço novas funções, valores e objetos. Dessa forma, a paisagem deixa de ser apenas uma representação estética e aparente e, preche de conteúdos sociais, constitui-se na expressão do desenrolar histórico dos grupos sociais. Segundo a autora, a paisagem seria, “ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem”, afinal, por mais tecnificado que seja o espaço, as transformações naturais continuam acontecendo, e, “acima de tudo, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente, no tempo e no espaço, pela percepção humana” (LUCIARI, 2001, p. 7). Isto significa considerar a paisagem como um complexo entre a sociedade e natureza, ainda que nos grandes centros urbanos

sejam mais visíveis as formas socialmente constituídas e, no campo, um aparente predomínio das formas naturalmente constituídas.

A paisagem, portanto, revela-se como um documento que registra historicamente o percurso dos grupos sociais no território, numa mescla entre formas recentes e formas antigas herdadas de tempos pretéritos e preenchidas de conteúdos culturais que lhes dão sentido e funcionalidades. Assim, pode-se interpretar as paisagens nas regiões onde outrora se localizaram as colônias de imigração nas regiões Sul e Sudeste do Brasil como um misto entre bens materiais imóveis, revelados na paisagem por meio das construções (casas de madeira e de pedra, cantinas, moinhos, galpões, igrejas, capelas, etc.) (Figura 9 a Figura 12).



Figura 9: Casa Italiana na região serrana do RS
Fonte: Foto do Autor, 2013

Estas construções, além de revelar métodos, conhecimentos e técnicas construtivas dos primeiros imigrantes e seus descendentes, constituem objetos que guardam evidências históricas da chegada e permanência dos ítalo-descendentes nas regiões coloniais. Alguns desses bens materiais hoje são refuncionalizadas, ou seja, passam a agregar novas formas de uso que lhes garantiram sua continuidade no tempo e no espaço.



Figura 10: Casa da Erva-mate - Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do Autor, 2013

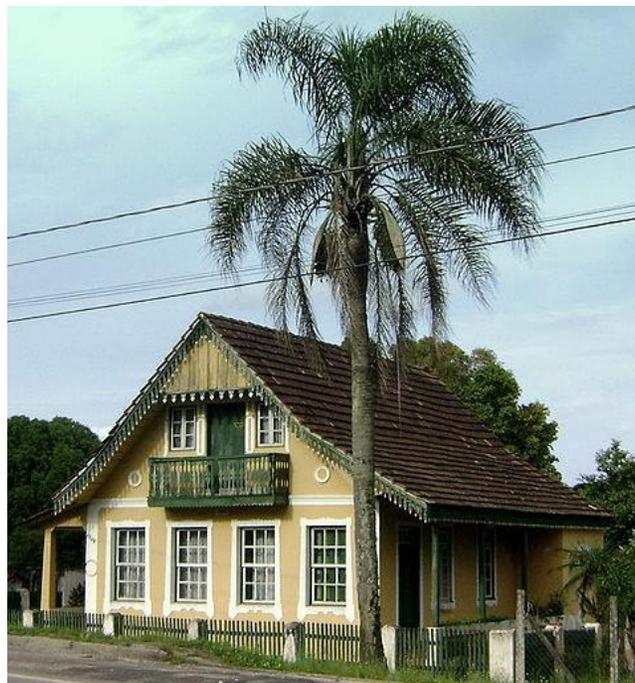


Figura 11: Casa de Italianos – Colombo/PR
Fonte: Correa, K., 2009



Figura 12: Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS
Fonte: Setur/RS, 2011

Também os objetos móveis, tais como instrumentos de trabalho, instrumentos de lazer, equipamentos artesanais produzidos para o uso cotidiano e todo tipo de construção material, que manifesta e sintetiza na paisagem a cultura ítalo-descendente, constituem parte desse arcabouço cultural (Figura 13 e Figura 14).



Figura 13: Produção do Vinho – Colônia Maciel/RS
Fonte: Foto do Autor, 2008



Figura 14: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa – Colônia Maciel/RS
Fonte: Foto do Autor, 2008

Os objetos, remanescentes de tempos pretéritos, têm sentido de continuidade uma vez que representam formas e materialidades antigas herdadas do passado que ainda possuem alguma função, mesmo que nos dias atuais seja por meio de sua conversão em objetos atrativos para as práticas turísticas. Tais bens móveis, por vezes abandonados ou esquecidos em meio a velhos galpões, muitas vezes, passam a compor acervos de museus ou memoriais destinados a homenagear a cultura e tradição ítalo-descendente de um município ou região, é o caso do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, em Pelotas/RS; do Museu Italiano da Colônia Cela, em Chapecó/SC; Museu da Família Bertoleti, em Bituruna/PR; e, do Museu Cristóforo Colombo, em Colombo/PR, entre outros inúmeros que podem ser encontrados espalhados Brasil a fora. Estas instituições, além de se proporem em resgatar a memória através dos objetos históricos, em geral, também possuem uma importante função aos habitantes locais, o de garantir a preservação material de bens que poderiam se perder em meio à poeira e ao esquecimento ou, ainda, de garantir a preservação na cultura na unidade familiar.

As materialidades ganham sentido na medida em que são substanciadas pelos conteúdos simbólicos, práticas cotidianas, saber e conhecimentos que dão sentido a existência das formas. Isto não significa que formas herdadas do passado que estejam sem usos socioeconômicos sejam irrelevantes, muito pelo contrário, as taperas, assim chamadas construções antigas abandonadas e sem uso nas áreas rurais, também,

revelam um conteúdo histórico e cultural que marcam a paisagem e, muitas vezes, perdidas em meio a cenas bucólicas, são motivo de apreciação dos passantes, sejam eles turistas ou apenas viajantes que transitam pelo lugar (Figura 15 e Figura 16).



Figura 15: Casa de Família Onzi – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do Autor, 2013



Figura 16: Casa de Pedra do Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do Autor, 2013

Ainda, no que concerne a paisagem, cabe reforçar que esta representa o resultado entre as materialidades construídas, móveis ou imóveis, junto com as imaterialidades, ou seja, conteúdos sociais, econômicos e culturais que preenchem as formas e dão sentido a sua existência, além dos elementos da natureza que, no caso das regiões em que

foram instaladas as colônias de imigrantes italianos se compunham de áreas rurais, ainda se pode observar este conjunto entre os elementos da natureza e as modificações da sociedade local que, amalgamados entre o antigo e o recente, constituem paisagens ímpares, preenchidas de conteúdos culturais e simbólicos (Figura 17 e Figura 18).



Figura 17: Paisagem do Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS
Fonte: Setur/RS, 2011



Figura 18: Paisagem do Circuito Pelotas Colonial – Colônia Maciel/RS
Fonte: Foto do Autor, 2008

Os saberes, os conhecimentos, os modos de fazer, as práticas cotidianas, o dialeto, entre outros, constituem parte da italianidade brasileira e, no período atual, representam uma importante expressão cultural que diferencia estes grupos de outros.

No jogo das transformações da sociedade, mesmo pelo desenvolvimento tecnológico transferido a sociedade civil, inúmeras práticas e saberes foram sendo

abandonado, substituídos por formas de fazer menos desgastante ao trabalho humano, processo que está diretamente ligado a melhoria das condições de vida da sociedade e que, no limite da questão, tem influencia na substituição de práticas produtivas tradicionais por outras mais modernas como, por exemplo, o uso de máquinas e implementos no trabalho agrícola. De outro lado, muitas práticas e saberes foram conservados e transmitidos através das gerações, permitindo sua continuidade no tempo e, com isso, permanecendo usuais entre os ítalo-descendentes, como é o caso de uso do dialeto, a prática de jogos como a bocha e os jogos de baralho, as canções e danças típicas e, ainda, a produção artesanal de conservas, geleias e compotas, embutidos, queijos, vinhos e outros produtos tradicionalmente conhecidos como “coloniais” que recebem este nome exatamente por estarem vinculados historicamente a colônia (Figura 19 a Figura 22).



Figura 19: Gastronomia ítalo-descendente – Circuito Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS
Fonte: Setur/RS, 2011



Figura 20: Produção de compota de uva – Família Casarin – Colônia Maciel/RS
Fonte: Foto do Autor, 2008



Figura 21: Produtos Coloniais – Família Carmelatto – Colônia Maciel/RS
Fonte: Foto do Autor, 2008



Figura 22: Cantina Nardello – Circuito Pelotas Colonial – Pelotas/RS
Fonte: Finatto, R., 2008

Estas imagens, como outras que farão parte do trabalho no decorrer da pesquisa, possibilitam ter uma breve noção de algumas representações materiais e dos conteúdos simbólicos que, somados, constituem algumas paisagens culturais ítalo-descendentes.

Estas heranças culturais ítalo-descendentes verificadas nas antigas regiões de imigração, que são conservadas ainda no período atual, representam uma paisagem própria de uma italianidade brasileira, da preservação de práticas e formas de fazer que foram sendo adaptadas às condições climáticas e socioeconômicas no Brasil e, em cada região onde estes colonos fixaram-se, manifestadas por meio de ritos, dialetos e práticas cotidianas, fortalecem os vínculo de pertencimento a uma Itália de outro tempo, que não mais existe, mas que permaneceu no imaginário destes ítalo-descendentes (PANIS, 2009a).

Petrone (1996, p. 629) analisa que estas práticas culturais encontradas no Brasil “seriam expressões ‘*di un’Itália che fù*’ (grifo da autora), que é passado, que, trazida na memória dos primeiros imigrantes foi transmitida aos descendentes que permaneceram no país, reforça os vínculos de pertencimento a cultura e a identidade, ainda que no período atual a cultura praticada na península tenha tomado outros rumos e práticas, influenciadas pelos próprios acontecimentos históricos, bastante distintos das terras de cá. Sobre isto, Hall (2000) lembra que,

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo no qual nós nos tornamos (HALL, 2000, pp. 108-109).

Isto significa que os elementos da cultura possuem um papel fundamental da criação e fortalecimentos dos vínculos de pertencimento dos indivíduos participantes da coletividade social, de maneira a partilhar valores e heranças comuns.

Giron (2007, p. 43) tratando especificamente dos ítalo-gaúchos, afirma que esta italianidade é uma construção identitária, constituída a partir de um passado comum no qual foram transmitidos valores, práticas e saberes presentes nas expressões culturais cotidianas, elementos agregadores dos indivíduos a coletividade ítalo-descendente, verificáveis no modo de falar (dialeto), nos costumes, nos valores, na religião, nas técnicas de produção artesanal e culinária, nas técnicas produtivas, entre outros elementos que os caracterizam como pertencentes à italianidade e os diferenciam de outros grupos culturais-étnicos.

Somados todos estes elementos da cultura, os identificam a um passado e história comuns, outrora de um passado depreciativo, o *colono*, mas, nos dias atuais, assumindo outro sentido e valor, enquanto elemento pertencente a uma cultura historicamente marcante e rica. Nas palavras de Giron (2007, p. 53),

Tal vontade de se apresentar como colono ou ligado à região colonial parte, de um lado, da construção de um passado comum apresentado como heróico e, de outro, da importância do colono em tempos de abundância turística, onde a imagem do colono, agora construída, tornou-se, ela também, parte do modo de ser regional.

É por meio deste processo de valorização dos bens culturais e paisagens ítalo-descendentes, pela construção de um passado de grande valor histórico que, remanescente nos dias atuais, ganha novas funcionalidades de uso, agora, produto atrativo e distintivo turístico.

A questão que perpassa este trabalho é exatamente de compreender como este processo de uso turístico dos bens materiais e imateriais se manifesta a cultura ítalo-descendente: seria uma forma de contribuir na sua conservação, na medida em que os turistas buscam o contato e os produtos da cultura? Contribuem para que as famílias

continuem praticando e reproduzindo saberes, práticas e conhecimentos, fortalecendo os nexos de pertencimento dos indivíduos a cultura? Ou, as práticas turísticas produzem uma estetização da cultura, recriando formas e saberes que não mais fazem parte do cotidiano dos ítalo-descendentes, não vinculam mais os indivíduos a cultura?

Para Lazzarotti (2003), o patrimônio cultural diz respeito àqueles bens que adquiriram o direito de serem transmitidos do passado para encontrar seu valor no presente, o que se pode interpretar como sendo a importância que o patrimônio cultural tem como um elemento de fortalecimento dos indivíduos a cultura³⁷. No entanto, a conservação do patrimônio não está apenas no âmbito da racionalidade, pois isto significaria dizer que toda a preservação é uma ação objetivamente pensada e planejada. Nestes termos, Cruz (2012), analisa que, algumas vezes, a conservação do patrimônio cultural pode ser resultado de seu esquecimento por parte dos grupos sociais e, justamente pelo “desprezo”, termo utilizado pela autora, é que este patrimônio teria sobrevivido às transformações no tempo e no espaço.

O sentimento de pertença que o patrimônio cultural produz, de acordo com Bonérandi (2005, pp. 2-3), pode ser interpretado como uma construção cultural enraizada no território e expressa na paisagem, em que os indivíduos e os grupos sociais identificam-se por meio dos bens materiais e imateriais, neste caso, o patrimônio é a própria expressão do território, da paisagem ou do lugar. O lugar, categoria analítica muito cara a geografia, é a dimensão do espaço no qual os laços de pertencimento podem ser observados pelo vivido, onde as relações (sociais, políticas e econômicas) ganham singularidade e concretude, onde se pode observar os usos e costumes dos grupos sociais cotidianamente. Contudo, deve-se sublinhar, que se desconstruído em sua materialidade ou expressão simbólica, o lugar perde seu sentido de existência.

Assim, cabe agora, analisar de maneira mais específica o processo de uso turístico da cultura, por meio da valorização das práticas e bens materiais e imateriais herdados de tempos pretéritos e que, no período atual, adquirem uma nova funcionalidade, sendo convertido em distintivos e atrativos turísticos.

³⁷ Nas palavras de Lazzarotti (2003) “*ce qui est censé mériter d’être transmis du passé, pour trouver une valeur dans le présent*”.

2.2 A apropriação da cultura pelo turismo

Desde a ascensão da sociedade industrial, a partir do século XVIII, quando o processo de urbanização, o desenvolvimento e a multiplicação das cidades conhece um crescimento ininterrupto e irreversível, ainda que desigual pelo mundo, corresponde ao estabelecimento do capitalismo como principal norteador das relações sociais, no qual o mercado passa a ser o balizador da valorização dos produtos da escala local a mundial. Mais recentemente, as expressões e bens culturais adquiriram novas formas de valorização, que não apenas pelo uso e funcionalidade a seus possuidores, sendo incorporadas às dinâmicas comerciais e passam a serem convertidas em produtos distintivos ao mercado, em muitos casos, mediada pelas práticas turísticas. Assim, economia, cultura e turismo engendram uma tríade consolidada em todas as dimensões da vida e que, no período atual, ressemantizam as relações sociais dos indivíduos entre si e com os objetos da cultura.

Em termos históricos o advento do turismo está atrelado ao progresso da industrialização pós século XVIII e, de maneira especial, às conquistas dos trabalhadores deste período, principalmente com relação ao direito as férias (CRUZ, 2001a). Naquele período, indica Urry (1999), de um lado estavam as viagens de verão da burguesia e, de outro, estavam as excursões em massa da classe trabalhadora, ou seja, o próprio ato de viajar a lazer expressava a profunda divisão de classes da sociedade.

Para Chauí (2000), na introdução de *O direito à preguiça*, de Paul Lafarge, as viagens de férias dos trabalhadores naquele período, mesmo que representassem uma conquista, configurava-se também numa forma de controle da sociedade capitalista. Além do mais, a estratégia que mercado capitalista consistiu em transformar o tempo livre (*ócio*), em lazer (*negócio*), para que o tempo de não-trabalho de uns, consistisse no tempo de trabalho de outros e, com isso, a manutenção constante das práticas de consumo, processo que Cruz (2001a) analisou como sendo a lógica da produtividade e da improdutividade. É com base nessa ideia que Rodrigues (1997, p. 26) ressalta que “a necessidade imperiosa de viajar é fabricada, sendo incorporada mercadologicamente ao rol das necessidades básicas do homem”.

Em tal processo, de acordo com Hiernaux-Nicola (1996, p. 47):

(...) las das lógicas se contraponem, entre otros en matéria de producción espacial. Existe una lucha constante, tenas y feroz entre el mundo del turismo y el mundo de la producción, que se debe a la oposición irreconciliable entre la lógica de ganancia que sostiene el segundo, y la lógica del ocio que sostiene el primero.

Por estar subordinada a lógica de mercado é que se verifica, nas últimas décadas, um crescimento exponencial não apenas na quantidade de turistas como, também, na multiplicação da oferta e na diferenciação tipológica das atratividades que visam, cada vez mais, englobar públicos variados. Por este motivo, se observa o surgimento de modalidades como turismo religioso, ecoturismo, turismo rural, turismo de sol e praia, turismo de aventura, turismo histórico-cultural, turismo de negócios, turismo para terceira idade, eventos gastronômico, turismo sexual, entre outras modalidades e tipologias turísticas que buscam abarcar a públicos selecionados com desejos e interesses cada vez mais específicos, ou grupos de consumidores, “adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, grupos familiares, grupos religiosos”, entre outros, como coloca o Ministério do Turismo (MTUR, 2006). Não por acaso, o turismo tornou-se uma das maiores atividades de movimentação de capital e pessoas no mundo (CRUZ, 2001b; MTUR, 2006; SEABRA, 2008; OMT, 2010). Tal processo se deve, em muito, às melhorias nas condições de transporte, tanto em termos de infraestrutura, rodoviária e aérea principalmente, quando aos meios de transporte utilizados, promovendo a ideia de encurtamento das distâncias e diminuição do tempo (HARVEY, 1993).

Em termos conceituais a Organização Mundial do Turismo – UNWTO/OMT³⁸, define o turismo como o conjunto das atividades “praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual, por um período contínuo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros” (MTUR, 2006).

Além disso, em termos de mercado turístico, o Ministério do Turismo avalia que a segmentação do turismo, com seus produtos e roteiros específicos, são definidos de acordo com a demanda dos diferentes públicos, entendendo que a identidade de cada

³⁸ A Organização Mundial do Turismo (OMT) é uma agência especializada das Nações Unidas, principal organização internacional no campo do turismo. Ele serve como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte prática de turismo *know-how*. Acesso em <http://www.unwto.org/aboutwto/index.php>.

roteiro é estabelecida de acordo com o interesse do público consumidor e, pelo aumento da demanda, é que se estruturam os produtos turísticos (MTUR, 2006).

Entretanto, em tempos de uma economia globalizada em que a organização da produção e do modo de vida estão associados a capacidade de consumo das sociedades, nos parece um tanto improvável partir da concepção de que o mercado não influencia na criação das necessidades de consumo, mesmo que elas não existam *a priori*. Por meio de estratégias de marketing e do uso da imagem como discurso, provoca nas pessoas o desejo imperioso do consumo, de maneira especial, abordada neste trabalho, de produtos oriundos da cultura dos lugares que, no período atual, emergem distintivos e atrativos às práticas turísticas, como os circuitos turísticos ítalo-descendentes.

Esta é a aproximação da complexa relação entre mercado e cultura, no qual esta última é convertida em objeto de consumo para os mais diversos públicos consumidores. Entretanto, cabe delimitar o que estamos considerando enquanto cultura, uma vez que o próprio conceito de cultura é polissêmico, ou seja, possui distintas definições e interpretações (SANTOS, 2005). Evidentemente que a intenção neste trabalho não é propor um novo conceito nem mesmo produzir um tratado sobre a cultura, pois isso demandaria muito mais tempo e um diferente foco de trabalho, apenas delimitar um campo de interpretação.

No entendimento de Santos (2005), a cultura não se constitui apenas de tradições sociais, uma vez que está em constante processo de (re)constituição, o que demonstra o seu caráter dinâmico. Assim, para além das características marcantes que constituem a cultura de um grupo social, características estas que representam e distinguem determinado grupo social dos demais, existem da mesma forma as heranças e expressões marcantes que são perpetuadas, ou seja, é da natureza da cultura este processo dialético de renovação constante ao mesmo tempo em que os indivíduos detentores do arcabouço cultural, reproduzem cotidianamente práticas tradicionais, num misto entre o antigo e o constante renovar.

Para Geertz (2008), a cultura é formada por um conjunto de signos e significados criados e reproduzidos por um determinado grupo social. Nas palavras do autor, a cultura pode ser definida como “um sistema de concepções herdadas expressas em

formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 2008, p. 66). Isto significa que para interpretar as culturas é necessário decodificar os símbolos, mitos e ritos dos grupos sociais.

Ao mesmo tempo em que a ideia de que as culturas são dinâmicas e estão em movimento, ou seja, em constante processo de renovação por conta do contato com o diferente, com novos paradigmas econômicos, culturais, tecnológicos, etc., que influenciam os nexos internos de pertencimento dos participantes às práticas culturais, bem como a renovação de procedimentos tradicionais dos grupos sociais, existe a preocupação de que tal processo descaracterizaria as culturas tradicionais levando, com isso, a morte da cultura.

Entretanto, Sahlins (1997) afirma que a cultura não é um objeto em vias de extinção, não corre o risco de um processo amplo de homogeneização, muito pelo contrário, o período atual em que todos os lugares do mundo se conectam é o período em que as distintas culturas são revalorizadas por seu caráter distintivo em relação às demais. Assim, alerta ele aos pessimistas, que “a ‘cultura’ não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos”, isto porque “As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados - significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas (SAHLINS, 1997, p. 41) (grifo do autor).

Sahlins (1997) analisa ainda que a cultura é única de cada povo, pois representa o modo singular de organização da vida social. Assim, a diversidade cultural adquirir relevância diretamente por seu valor *sui generis* e, neste caso, a cultura seria fundamentalmente anticolonialista. Isto significa que na dinâmica da cultural, mesmo que haja imposições articuladas pelo mercado global capitalista, os grupos sociais sempre encontram formas de ajustamento às novas condições socioeconômicas.

Para Ortiz (2000), no atual contexto histórico, existe um espaço de uma modernidade-mundo, âmbito no qual são constituídos uma série de signos, símbolos, memórias, identidades que possuem um caráter internacional. Contudo, salienta ele,

existe uma distinção entre a globalização da economia e da tecnologia que é inegável, porque o mesmo aparato mercadológico e tecnológico pode ser encontrado em todo mundo, ou seja, a economia capitalista e a tecnologia são as mesmas para todo mundo, ainda que distribuídas de maneira desigual, mas não existe uma globalização da cultura, porque não existe uma única cultura global, neste caso, o que existe é um processo de mundialização da cultura que está atrelado a globalização econômica. Dessa maneira, economia e cultura são duas dimensões da vida que podem coabitar nos lugares e se influenciar mutuamente.

Este debate, que encaminha para a relação entre o global e local, há muitos anos vem atraindo a atenção de pesquisadores dos mais diversos ramos da ciência. Adorno e Horkheimer (1985), por exemplo, abordaram esta possibilidade do global exercer influência na cultura/identidade local, pois, pensavam eles, que “a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 113).

Tal ideia dos autores está articulada com o propósito da *indústria cultural* em criar padrões de consumo, a produção em série de produtos standardizados que se sobreporiam aos distintos produtos culturais locais. Assim, o sistema cria mecanismos de consumo, fabrica a necessidade de estar subordinado a necessidade imperiosa de, cada vez mais, estar dentro dos mercados consumidores. Para eles:

O princípio impõe que todas as necessidades lhe sejam apresentadas como podendo ser satisfeitas pela indústria cultural, mas, por outro lado, que essas necessidades sejam de antemão organizadas de tal sorte que ele se veja nelas unicamente como um eterno consumidor, como objecto da indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 133).

A indústria cultural, assim, está associada a ideologia de mercado que se apropria do espaço, seja por meio das formas ou das representações simbólicas, buscando ampliar o consumo de bens culturais por meio do uso de todos os artifícios tecnológicos disponíveis neste período contemporâneo. Para Featherstone (1995, p. 101),

Usar a expressão ‘cultura de consumo’ significa enfatizar que o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea. Isso envolve um foco duplo: em primeiro lugar, na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de

bens materiais como 'comunicadores', não apenas como utilidades; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios de mercado (...) que operam dentro da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias. ('grifo do autor')

A ideia da constituição de uma cultura de consumo está atrelada, portanto, a uma lógica dominante na qual os objetos vão paulatinamente perdendo ser valor de uso e exacerba-se o valor de troca, no qual se fortalecem as diferenças e desigualdades sociais da sociedade capitalista. Nesse processo, os objetos tornam-se mercadorias-signos e são consumidos como distintivos culturais (FEATHERSTONE, 1997).

Estes mecanismos de expansão e incentivo a instituição de uma cultura do consumo, em geral, converte as paisagens do campo e da cidade em instrumentos de sedução ao público em geral. Arantes (2007) analisou este processo por meio do planejamento urbano enquanto uma ferramenta utilizada pelo poder estatal para converter os signos e símbolos das cidades, de maneira especial sintetizados nas formas arquitetônicas, como estratégia para vender a imagem da cidade.

Sotratti (2010, p. 5), em sua investigação sobre o poder a imagem e do patrimônio cultural para a promoção turística, analisa que a imagem das cidades constitui um instrumento de alto poder de atratividade e caracteriza-se como a essência do marketing turístico, no qual são selecionados fragmentos da paisagem que são apresentados como conteúdos simbólicos do território para serem valorizados pelo mercado turístico. Assim, de acordo com ele,

As paisagens turistificadas, repletas de objetos novos e antigos, inovações arquitetônicas, elementos tecnológicos e cenários criativos, expressam as representações simbólicas de interesse das lideranças hegemônicas, na tentativa de induzir formas de apropriação e consumo intensivo que se adequem aos objetivos do sistema capitalista globalizado (SOTRATTI, 2010, p. 5)

Neste caso, o poder dos atores hegemônicos, com vistas em ampliar as possibilidades de consumo, promove uma adequação do espaço, convertendo objetos históricos e práticas culturais em instrumentos da promoção de práticas turísticas, por meio do uso de paisagens da cidade ou do campo que despertem o interesse e sejam atrativas ao turista-consumidor. Associada a imagem está a produção do discurso que compreende o uso ideológico do espaço. Isto significa que objetos, signos e símbolos,

outrora representantes da acumulação histórica dos grupos sociais, associados às dinâmicas políticas, econômicas e, mesmo, culturais dos lugares, passam a compor um instrumento de promoção ideológica das paisagens, convertendo este capital social em recurso de marketing para a promoção turística.

Entretanto, esta conversão dos bens culturais, patrimônios herdados de tempos pretéritos, em objetos esteticamente valorizados para o consumo turístico, diz respeito a uma das possibilidades de uso das paisagens culturalmente constituídas. De outro lado, não se pode deixar de ressaltar que o patrimônio cultural pode corresponder a outros interesses que não apenas de mercantilização das formas e conteúdos simbólicos da paisagem, há a possibilidade de este arcabouço cultural adquirir novas funcionalidades de uso para o benefício de seus possuidores, mesmo por meio da promoção turística, práticas familiares ou comunitárias em que os ganhos pela utilização do patrimônio cultural enquanto atrativos e distintivos turísticos fiquem na escala grande, sejam incorporadas a dinâmica local.

Este é um dos aspectos que se quer verificar com esta pesquisa uma vez que os circuitos turísticos ítalo-descendentes, em geral situados no espaço rural ou em cidades de pequeno ou médio porte, ainda que apoiados algumas vezes pelo poder público com alguns projetos de fomento ao turismo, frequentemente constituem iniciativas familiares, de grupos de famílias em determinada região, que utiliza seu capital cultural como um atrativo turístico de maneira a incrementar a renda familiar. Tal processo de acumulação de uma nova função do trabalhador rural que não apenas a prática agrícola foi denominada pela sociologia rural como *Pluriatividade* (ANJOS, 2004; CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000; SCHNEIDER, 2003). De outro lado, quando é o espaço rural que recebe novas funções que não apenas a agricultura, denomina-se de *multifuncionalidade* do espaço (CARNEIRO e MALUF orgs., 2003; PANIS, 2007)³⁹.

Antes mesmo da pesquisa de campo dois exemplos de uso do patrimônio cultural enquanto instrumento de promoção de práticas turísticas pelos seus possuidores já eram previamente conhecidos: a Rota Pelotas Colonial, no Rio Grande

³⁹ Para maiores esclarecimentos sobre este tema ver também Pugliese (1988) Comisión Europea (1992), Sacco dos Anjos (1994; 1995; 2003), Saraceno (1996), Carneiro (1996; 1998), Schneider (1994; 1995), Alentejano (1999), Abramovay (2001; 2003), Barthélemy (2002), Graziano da Silva (2003) e Aumand (2004).

do Sul, já estudada em trabalho anterior (PANIS, 2009a), de iniciativa da população local que combina elementos da cultura material, imaterial e natural como subsídio para atratividade, apesar de atualmente ter-se convertido num circuito misto, composto por elementos da cultura ítalo-descendente, teuto-descendente e franco-descendente, esta última por conta da inclusão do Museu da Colônia Francesa, que já está em funcionamento da Região Colonial de Pelotas; um segundo caso é o Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo, no estado do Paraná, igualmente de iniciativa da população local que utiliza os elementos da cultura ítalo-descendente e da natureza como forma de atratividade, promovendo a paisagem rural, cultura material e simbólica, como principal atrativo para a promoção do turismo. Com o desenvolvimento da pesquisa, ainda serão conhecidos e investigados outros circuitos turísticos ítalo-descendentes, de maneira a averiguar como se dá o processo de uso do patrimônio cultural pelo turismo.

Cabe ressaltar que estas práticas turísticas que tem por finalidade a valorização da cultura dos grupos sociais estão associadas àquele processo inicialmente tratado neste capítulo, de multiplicação das tipologias turísticas que visam atingir a públicos cada vez mais variados, neste caso, estas práticas estão situadas dentro do que se concebe como turismo cultural.

Para Tavavera (2003, p. 34), “O turismo cultural é concebido como uma forma de turismo alternativo que se baseia no consumo e comercialização de culturas. Elementos escolhidos de qualquer cultura passam a ser produtos ofertados ao mercado turístico”. Neste caso, ainda que seja uma definição generalista, o autor traduz a tônica das práticas turísticas em que a cultura é o objeto central da atratividade. Já em Andrade (1998, p. 71),

O turismo cultural pode ser definido como aquele tipo de turismo que possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade do homem.

Neste caso a autora centra mais sua análise na cultura enquanto expressão artística e simbólica, no qual os elementos da natureza combinados com as materialidades constituídas e preenchidas de conteúdos simbólicos, típico de ambientes

e paisagens rurais, parecem não fazer parte deste aporte para a promoção do turismo cultural.

Para o Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural – GTT, do Ministério do Turismo - MTUR, a “relação turismo e cultura é intrínseca” (MTUR, 2006, p.13) e, de acordo com a amplitude de possibilidades de relações entre turismo e cultura, inclusive para a promoção de políticas públicas de fomento às práticas turísticas neste segmento, é necessário a delimitação conceitual desta tipologia turística. Assim, de acordo com o GTT,

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (MTUR, 2006, p.13)

Portanto, este segmento turístico está intrinsecamente articulado a utilização do patrimônio cultural dos grupos sociais, seja em sua parcela material ou em suas práticas e conhecimentos que constituem a parcela imaterial da cultura. Neste sentido, Getino (2000) afirma que,

Las actividades turísticas de nuestro tiempo existen a partir de la existencia previa, en cualquier nación o comunidad, de un patrimonio *sociocultural y ambiental* que ha sido preservado o construido por la misma a lo largo de su propia historia y que se manifiesta en atractivos naturales y culturales, tangibles e intangibles, eventos programados, etcétera. (GETINO, 2000, p. 48) (*grifo do autor*)

Nesta interpretação o patrimônio é a expressão da própria paisagem histórica e culturalmente constituída nos lugares, num complexo formado entre as materialidades e imaterialidades produzidas pela sociedade e pela natureza socializada, sendo que é sobre esta base paisagística e cultura que se formatam os circuitos turísticos com base na oferta da cultura.

Este patrimônio, objeto da promoção turística, para a OMT (1998 *apud* GETINO, 2000, pp. 48-49), é definido como “*El conjunto potencial (conocido o desconocido) de los bienes materiales e inmateriales a disposición del hombre y que pueden utilizarse, mediante un proceso de transformación, para satisfacer sus necesidades turísticas*”.

Sobretudo essas práticas turísticas que utilizam o patrimônio com elemento de atratividades são destinadas não ao público em geral, mas a um novo tipo de turista que busca o contato com outras expressões culturais, além de buscarem consumir produtos mais sofisticados, distintamente do turismo de massa. Sobre esta relação, Troncoso e Almirón (2005), assinalam que,

De esta manera, se resalta que (a diferencia del turismo tradicional) la práctica del turismo de patrimonio permite a los turistas acercarse y contactarse con él, valorándolo, disfrutándolo y conociéndolo permite informarnos y aprender sobre el pasado. El turismo aparece, así, como un medio efectivo para la promoción social del patrimonio; en otras palabras, se destacan los efectos positivos que tiene el conocimiento del patrimonio sobre el turista (como, por ejemplo, la conciencia sobre la importancia y necesidad de su protección y conservación) (TRONCOSO e ALMIRÓN, 2005, p. 62).

Neste caso, a prática turística adquirir um papel pedagógico não apenas vinculado ao aspecto da conservação dos bens em si, como também da troca e do aprendizado do público em geral sobre a história e a memória dos bens que estão tendo contato. Além do impacto inevitável que existe, entre o desgaste dos bens materiais e as trocas culturais que podem influenciar as mudanças dos saberes e práticas dos grupos sociais, a prática turística pode assumir importante papel na preservação do patrimônio cultural, afinal, por mais simples esteticamente que possa ser o patrimônio, sem ele não é possível promover turismo cultural. Afora isso, o próprio processo de promoção turística pode renovar o sentido de pertencimento à cultura, os vínculos de seus possuidores com os bens histórico e culturalmente produzidos, sem contar na possibilidade da geração de renda, aspecto que não pode ser descartado, principalmente em se tratando do meio rural.

Entretanto, esta é uma equação complexa uma vez que a relação de uso do patrimônio cultural pelo turismo não pode, de um lado, mercantilizar os bens culturais, ou seja, garantir sua continuidade apenas sob a condição da sua utilização enquanto produto do consumo cultural, pois isso leva ao esvaziamento do sentido cultural dos bens e condiciona sua conservação ao uso econômico, e, de outro, gerar uma valorização excessiva do patrimônio, afinal, nem tudo culturalmente importante deve ser conservado e preservado (CASTRIOTA, 2009), fazendo com que tal processo sature aos lugares de inúmeras expressões que não têm sentido, nem aos promotores destas

práticas turísticas, nem aos viajantes que buscam este contato com outras expressões culturais.

A questão central, nesse caso, não está situada na incorporação de valor econômico ao valor cultural, onde as representações da cultura são tomadas por seus possuidores e ofertadas no mercado turístico, pois isso pode ocorrer sem que interfira no sentido de pertencimento do indivíduo à cultura. A problemática maior se estabelece quando as representações da cultura são tomadas por grupos empresariais ou indivíduos não pertencentes aos grupos sociais, como no caso dos ítalo-descendentes, pois, nesse modelo, o que se oferece são apenas produtos, objetos que não são preenchidos pelos conteúdos simbólicos que dão sentido às materialidades da cultura.

Este debate não permeia apenas os argumentos deste trabalho, mas deve ser uma preocupação de todos aqueles que lidam tanto com o turismo cultural quanto com o patrimônio cultural. Sobretudo, esta é uma relação complexa que demanda sempre o estabelecimento de critérios para o uso do patrimônio cultural pelas práticas turísticas, uma vez que seu uso é inegavelmente modificador das dinâmicas socioespaciais.

Assim, de maneira a ampliar a discussão a respeito do uso das heranças culturais pelas práticas turísticas, no subcapítulo seguinte dar-se-á mais atenção aos circuitos turísticos e seu papel na organização e uso do território. Além disso, tal parte do trabalho encaminha para o último capítulo, onde será ampliado o debate a serão apresentados os circuitos visitados e pesquisados pelo trabalho de campo.

2.3 O papel dos circuitos turísticos no uso do território

Este capítulo, de maneira especial, representa um grande desafio para o desenvolvimento deste trabalho. Isto porque o turismo, setor econômico de grande expansão no período contemporâneo, tem estado muito mais voltado para a formação de técnicos e de promotores das práticas turísticas, do que de pesquisadores empenhados em ampliar e aprimorar o debate teórico epistemológico a respeito de algumas categorias e conceitos básicos que poderiam nortear melhor, não apenas os profissionais da área, como também o público em geral.

Tal deficiência, inclusive partilhada por alguns pesquisadores da área (MOESCH, 2002; TAVARES, 2002; BAHL 2004, 2004b, CISNE e GASTAL, 2009), diz respeito ao empenho em buscar maiores delimitações para categorias como: Roteiros, rotas, caminhos, circuitos, entre outras, que, pela falta de maiores definições, acabam por serem caracterizadas de forma não sistemática e metódica. Assim, para Cisne e Gastal (2009, p. 2), as críticas de alguns autores empenhados no aprofundamento do turismo “direcionam-se à carência de um corpo teórico inerente às necessidades do Turismo, fruto da insuficiência conceitual de termos específicos da área, o que se desenha como um entrave para seu aprofundamento teórico-metodológico”. Por este motivo, ainda argumentam, é que surge uma série de elaborações de caráter não acadêmico direcionadas para o mercado como, por exemplo, os “manuais técnicos” de entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, ou de consultorias privadas, como é o caso da Creato (2005), com o “Manual técnico de desenvolvimento e operação de produtos e roteiros turísticos”, destinados a auxiliar na elaboração e formatação de roteiros turísticos (CISNE e GASTAL, 2009).

De toda maneira, pela necessidade que este trabalho possui em, minimamente, delimitar as características de cada categoria associada às práticas turísticas que tem por finalidade o uso e o consumo dos bens culturais ítalo-descendentes, buscar-se-á brevemente apresentar o debate em torno desta problemática conceitual, ao mesmo tempo em que, situando-se dentro de uma possível delimitação do conteúdo destas categorias, estabelecer o papel dos circuitos turísticos no uso do território.

O trabalho de Cisne e Gastal (2009) é importante na medida em que demonstra algumas lacunas nos estudos turísticos e faz a crítica, especificamente, da falta de uma maior delimitação e critério conceitual das categorias de classificação dos itinerários de viagem. Segundo elas “Quando se trata de roteiro turístico, existem vários termos e conceitos que o acompanham. Alguns, muitas vezes são utilizados como sinônimos ou complementares, tais como: circuito, excursão, itinerário e pacote turístico” (CISNE e GASTAL, 2009, p. 7).

De acordo com o dicionário Michaelis (2012, *online*), existem oito definições para a palavra roteiro, das quais apenas duas podem ser aproveitadas para aproximar da prática turística: “2 Descrição pormenorizada de uma viagem importante; itinerário. 3 Exposição completa e metódica das ruas, monumentos, museus, panoramas etc., existentes numa localidade e dignos de serem visitados”. Ao menos esta definição é mais pontual que a *Rota*, que apenas diz respeito a indicação de uma direção ou rumo, um caminho a ser seguido (MICHAELIS, 2012, *online*).

Bahl (2004) utiliza o termo itinerário como um sinônimo de roteiro para descrever uma viagem ou deslocamento turístico, na qual o viajante segue de um local para o outro, evidentemente movido por um estímulo ou desejo. Segundo ele, o roteiro diz respeito a uma “descrição pormenorizada de uma viagem ou seu itinerário. Ainda, indicação de uma sequencia de atrativos existentes em uma localidade e merecedores de serem visitados” (BAHL, 2004, p. 42).

O itinerário é uma nomenclatura amplamente utilizada na promoção turística e, para Tavares (2002), diz respeito ao percurso que o viajante vai percorrer ou percorreu. Mesmo sendo indicado como um sinônimo de roteiro, o itinerário, segundo ela, é uma categoria que em termos de definição abrange uma quantidade menor de serviços disponíveis, em relação ao roteiro. Este, por sua vez, seria um itinerário metodologicamente melhor definido em termos de direções e caminhos a serem percorridos pelos viajantes.

No que concerne ao circuito turístico, este sim, condiz com um percurso circular ou organizado de maneira que o viajante não passe, ou necessite parar, duas vezes pelo mesmo local, entre a partida e a chegada (BAHL, 2004). De toda forma, significa que o circuito é um itinerário estabelecido, que passou por um processo de

planejamento em que se pensou cada ponto de parada, cada atrativo a ser visitado. Se observado que o termo advém do ramo da eletrônica e significa a “trajetória completa de uma corrente elétrica” (MICHAELIS, 2012, *online*), pode-se entender a ideia aplicada às práticas turísticas. Neste caso, o circuito é organizado de maneira que o turista tenha um contato com atrativos previamente estabelecidos e que condigam com uma temática única como, por exemplo, o *Circuito das Frutas*, itinerário de turismo rural no interior de São Paulo; o *Circuito das Águas Paulistas*, na Serra da Mantiqueira, também no interior de São Paulo; e, o *Circuito das Grutas*, no interior de Minas Gerais.

Por este motivo nomeamos como Circuitos Turísticos Ítalo-Descendentes o tema de abordagem desta pesquisa, uma vez que diz respeito a todo tipo de itinerário turístico, seja na visitação de casas de pedra ou outros tipos de exemplares construtivos, na visitação de cantinas e adegas de vinho, na observação das paisagens culturalmente constituídas pelos primeiros imigrantes italianos e mantidas por seus descendentes, ou, ainda, de itinerários gastronômicos, todos podem ser definidos como *Circuitos*, pois possuem um tema que os agrega em comum: são itinerários caracterizados por ofertarem ao viajante elementos da cultura ítalo-descendentes para visitação e contato, mesmo que estes sejam distribuídos por grandes extensões territoriais, típico de práticas turísticas no meio rural, com propriedades distantes umas das outras.

De toda forma, não se pode deixar de ressaltar que seja nomeado de roteiro, rota, caminho ou circuito, todo itinerário organizado para a prática turística tem por finalidade formatar produtos para o consumo dos viajantes, sejam produtos relacionados a cultura ou a natureza, todos visam dar funcionalidades turísticas para as paisagens, no âmbito de suas materialidades ou imaterialidades. Evidentemente que tais atrativos logram o direito de serem visitados por sua importância histórica, cultural ou natural, mas, fundamentalmente, porque estão no desejo do contato com os viajantes.

Tal ideia está relacionada com as análises de Urry (1996) para quem os turistas desejam ter o contato com representações materiais e simbólicas diferentes das suas experiências cotidianas. Assim, para o autor,

O olhar do turista é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual (URRY, 1996, p. 18).

No constructo de Urry (1996) ficam evidentes, pelo menos, duas ideias distintas: uma primeira, de que a paisagem tem um papel fundamental na escolha dos destinos a serem visitados pelos turistas. Além disso, a escolha está baseada no olhar subjetivo de cada indivíduo, isto porque a mesma paisagem até pode ser vista da mesma forma, mas interpretada e assimilada de maneiras distintas, podendo assumir significados e atratividades para alguns indivíduos e não para outros. Um segundo aspecto está relacionado a turistificação da paisagem que é responsável, por meio da utilização de ferramentas e conteúdos informacionais e imagéticos, como destacou Sotratti (2010), por explorar sobretudo os signos e representações como instrumentos de atratividades ao olhar do turista a ser conquistado, neste caso, soma-se a este aspecto o papel que o marketing turístico vem desempenhando nas últimas décadas, melhorando cada vez mais os instrumentos e meios de divulgação dos destinos turísticos.

Além disso, Urry (1996) destaca que o “olhar do turista” pode ser classificado de duas maneiras: um *olhar romântico*, no qual as paisagens são àquelas que denotam experiências distintas e são desvinculadas de sua cotidianidade, entre as quais estão as paisagens naturais, experiências em ambientes hostis, ambientes de comunidades tradicionais, entre outras, que estimulam o imaginário romântico dos viajantes. Estas paisagens, objeto do olhar romântico, são àquelas que se aproximam mais das experiências originais dos grupos sociais, em outras palavras, não constituem paisagens artificializadas para seduzir os turistas.

O outro “olhar do turista”, classificado pelo autor, diz respeito a um *olhar coletivo*, este sim, associado a paisagens criadas especificamente para a apropriação turística. Estas paisagens, em geral, representam elaborações fabricadas enquanto cenários ou paisagens que são espetacularizadas, com a finalidade atrair o maior número de turistas, oferecendo todo o tipo de infraestrutura turística que permita a mobilidade e o melhor acesso e aproveitamento comercial dos lugares, geralmente repletos de hotéis, lojas, restaurantes e todo tipo de equipamento público que proporcione o maior conforto aos viajantes (URRY, 1996). Cabe ressaltar, no entanto, que o fato de estas paisagens abarcarem um conteúdo mais artificializado, não significa que o turista não seja movido pela subjetividade, muito pelo contrário, cenário ou não, os destinos são atrativos porque conquistam o olhar e o desejo daqueles que se programam para viajar.

Este desejo de se colocar em movimento, despertado no viajante pela atratividade dos lugares, em geral, é possível porque os destinos são, sim, formatados e ofertados como produto. Assim, elaborar um circuito turístico, como no caso dos circuitos ítalo-descendentes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, consiste em reunir os mais variados elementos da paisagem e do território que despertem o interesse dos viajantes ao mesmo tempo em que ofereçam experiências únicas pelo contato com distintos conteúdos históricos, naturais, culturais, religiosos, etc., ou seja, o conjunto entre os elementos da cultura e da natureza que confere identidade aos lugares e, por este motivo, desperta o interesse dos turistas.

Tavares (2002) afirma que o roteiro, ou podemos dizer que todo tipo de itinerário, como no caso dos circuitos, são um importante instrumento para organizar e planejar os atrativos existentes no território, afinal, nem tudo o que está dentro dos limites abrangidos pelo itinerário é necessariamente atrativo, e, por este motivo, dinamizar as práticas turísticas, pressupõe selecionar àquilo que será utilizado no circuito turístico. Além disso, a autora enfatiza que os atrativos não são apenas objetos de visitação, mas devem transcender a forma e levar o turista a conhecer a realidade sociocultural da experiência que está fazendo, ou seja, o circuito não deve prender o turista apenas a est tica das formas que são ofertadas ao contato e visitação, mas levá-lo a conhecer, igualmente, os conteúdos socioculturais e simbólicos que dão sentido ao conjunto das materialidades e imaterialidades que constituem o circuito turístico.

No tocante aos promotores dos itinerários turísticos diversos, sabe-se que as práticas turísticas há tempos constituem um dos principais produtos de consumo e, por este motivo, desperta tanto interesse de empresas e grupos hoteleiros que organizam o propõem pacotes dos mais diversificados, para todos os segmentos da sociedade. Evidentemente que também existem iniciativas que são propostas no âmbito local, empreendimentos familiares ou comunitários organizados pelos próprios grupos sociais que det m atrativos em seu território, sejam de ordem cultural ou natural, capazes de seduzir e atrair aos turistas (SANSOLO e BURSZTYN orgs., 2009).

Este modelo, de maneira especial, pode gerar benefícios aos habitantes e ao comércio local e funcionar como pressuposto para o desenvolvimento local e regional. Entre as experiências conhecidas pode-se destacar, por exemplo, a Prainha do Canto

Verde, no litoral do Ceará (ROCHA, 2003); a Pousada Aldeia dos Lagos, no município de Silves/AM (SANSOLO, 2003); a Aldeia Indígena Guarani Araponga, no quilombo do Campinho e na Vila de Picinguaba (SANSOLO *et al*, 2008); o Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo, no Paraná (CAMARGO, 2007); a Rota Pelotas Colonial, na região colonial de Pelotas/RS (PANIS, 2009a, 2009b; PANIS e OLIVEIRA, 2009). Nestes casos, porém, é de fundamental importância que existam instrumentos e políticas institucionais de fomento e apoio aos empreendimentos e que viabilizem a organização e a manutenção deste turismo de base local.

No âmbito federal, em relação às políticas do Ministério do Turismo – MTUR, foi lançado em 2004 o “Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil”. Tal documento apresenta uma nova proposta para o turismo brasileiro com base na gestão descentralizada, com foco no planejamento e gestão coordenado e articulado entre os estados e a união. Além disso, entre outras, a proposta visa à desconcentração do turismo do litoral brasileiro, modelo Sol e Praia, propondo novos destinos turísticos com vistas a interiorização desta prática, ou seja, a criação de novos produtos turísticos não apenas para atingir um maior público consumidor como, também, a ideia de aumentar a abrangência territorial das políticas de turismo no Brasil.

O PRT tem por intento a articulação entre o poder público, a iniciativa privada e, ainda, a participação da sociedade civil organizada no programa, por meio da ação conjunta de todos os envolvidos para a promoção do turismo nas diferentes regiões do Brasil. Entretanto, devido a complexidade não apenas da ação conjunta destes atores como, também, em relação ao processo de estruturação das políticas de turismo em escala regional, sem falar na questão da dimensão do território nacional, uma das propostas do PRT foi o estabelecimento de 65 destinos indutores, divididos entre as diferentes regiões do Brasil. Segundo o Mtur,

Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos (MTUR, 2012, *online*).

Estes destinos indutores, portanto, são cidades que dispõem de boa infraestrutura (aeroportos, transporte, hospedagem, etc.), que possibilitem tanto a chegada quanto o deslocamento dos turistas para outras regiões, ou seja, são cidades

que intermediam entre a origem e o destino do turista. Além disso, esta proposição da regionalização do turismo compreende um esforço real em promover o turismo em um maior número de destinos possíveis, lugares que possuam uma real atratividade, entre bens culturais e belezas naturais disponíveis, mas que, por conta da distância dos grandes centros ou por não comporem cenários esteticamente formatados com sua imagem transitando entre os meios de comunicação, acabam por serem pouco visitados e, nestes casos, podem se tornar empreendimentos inviáveis a seus possuidores.

É por este motivo que em alguns circuitos turísticos, como no caso dos ítalo-descendentes, o turismo compreende uma das práticas econômicas fomentadoras do território, por representarem um *pool* de propriedades/proprietários que se reúnem para, juntos, promover práticas turísticas em que o viajante possa ter contato com um conjunto de atrativos, entre bens culturais e bens naturais. Em geral, estes empreendimentos dizem respeito a promoção de visitas ao patrimônio construído associado ao consumo de produtos coloniais, iguarias produzidas a partir da herança dos antepassados que perpetuam os modos de fazer, receitas e costumes gastronômicos típicos dos ítalo-descendentes, tais como salame, queijos, compotas, bolachas, embutidos, pães e doces, etc.

Neste caso, tem-se a convergência de alguns fatores já abordados até aqui neste trabalho: um deles no que se refere ao turismo ser, atualmente, uma das principais atividades econômicas do mundo, fato que está associado ao aumento do número de turistas e a multiplicação de tipologias turísticas (CRUZ, 2001b). Outro, porque o patrimônio cultural nunca teve tantos instrumentos de conservação e preservação e, também, nunca foi tão valorizado pela população mundial, circunstância que faz com que o processo de patrimonialização se multiplique pelo mundo e englobe desde os grandes monumentos até as expressões particulares de culturas bem localizadas no mundo (CASTRIOTA, 2009). É, também, o que Peixoto (2012) relata, por exemplo, com a declaração de patrimônio mundial a algumas cidades, ação que provocou o aumento da prática turística na maioria dos países que receberam esta chancela da UNESCO.

Por último, e não menos importante aos outros dois fatores anteriores, é o próprio processo de multiplicação das práticas de consumo, entre as quais está o consumo cultural, processo que promove tanto a patrimonialização quanto a turistificação e, na simbiose entre os dois processos, tem-se um fenômeno bastante comum no período contemporâneo: a apropriação do patrimônio cultural pelas práticas turísticas mediado pela economia, a partir de políticas estratégicas de planejamento do território, no qual tanto o patrimônio cultural quanto o turismo, elementos integrantes do território, são valorizados pela economia local e mundial, em alguns casos mais influenciados pelas determinações globais, em outros mais resistentes às imposições globais (ALMEIDA, 2012).

Englobando a ideia de regionalização do turismo e de valorização do patrimônio cultural descentralizado dos grandes centros urbanos é que surge, em agosto de 2007, a iniciativa dos “Roteiros Nacionais de Imigração”, projeto do Ministério da Cultura – MinC, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que conta com a parceria do Ministério do Turismo - MTUR, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Além desses, por ser um projeto que tem o Estado de Santa Catarina como o palco de experimentação desta iniciativa, conta com o apoio do governo deste estado e de quinze municípios que serão abrangidos pelo projeto, além do apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Tal projeto, segundo o MinC e o Iphan (2007, *online*), “insere-se no conjunto de ações de reconhecimento e valorização da contribuição das diversas etnias na formação da identidade cultural brasileira”, acrescentamos, negligenciadas por décadas pela ideia da construção de uma identidade nacional brasileira baseada apenas na cultura luso-brasileira.

De toda forma, apesar de ser um projeto que visa a valorização de etnias europeias não ibéricas, que vieram para o Brasil entre os séculos XIX e XX, e marcaram o território catarinense por inúmeras expressões materiais e simbólicas, o projeto é de grande importância porque, além dos ítalo-descendentes estarem contemplados pelas ações e metas do projeto, tal iniciativa representa um novo período de valorização da cultura dos descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, pomeranos, entre outros, etnias de grande importância para a formação socioespacial do estado de Santa Catarina que por décadas foram minimizadas

enquanto patrimônio cultural da nação e, agora, ressurgem neste período com renovado vigor por sua importância histórico-cultural (IPHAN/SC, Vol.1, S/D; IPHAN/SC, Vol.2, S/D). Tal como neste estado, outros estados da região Sul e Sudeste do Brasil também viveram processo semelhante, por isso a importância da ampliação de tal projeto a estas regiões.

Os Roteiros Nacionais de Imigração, diferente do que se pode pensar, não se constitui em um projeto destinado as práticas turísticas. A ideia do projeto é identificar os percursos dos imigrantes europeus não ibéricos pelo território catarinense, por meio das marcas materiais remanescente no território, bem como em relação aos conteúdos simbólicos, às práticas, aos conhecimentos e saberes transmitidos de gerações pretéritas e herdados pelas gerações atuais que preenchem as materialidades, e o próprio território, de experiências identitárias de importância ímpar.

De toda maneira, o projeto tem clareza de que as representações da cultura dependem da geração de renda para continuarem constituindo as paisagens do estado, por este motivo, faz parte do projeto iniciativas de valorização combinadas com a busca de sustentabilidade econômica das propriedades rurais. Neste sentido, o projeto prevê que,

Essas alternativas devem trazer possibilidades de acoplar os produtos e as propriedades rurais ao mercado e às fontes de geração de mercado e renda. Tais possibilidades devem valer-se da excepcionalidade da área, de seus potenciais agrícolas, das alternativas de sobrevalorização dos produtos de referência cultural, da criação de pontos qualificados de comercialização de produtos tradicionais, de ações integradas com lazer, educação e turismo controlado – que revertam diretamente em proveito das famílias de produtores rurais. Esse é mais um – talvez o maior – dos desafios do projeto aqui apresentado (IPHAN/SC, Vol.1, S/D, p. 271).

Isto significa que o projeto interpreta o turismo como uma ferramenta importante na preservação do patrimônio e da paisagem cultural, entre as quais estão os ítalo-descendentes, de maneira a agregar o turismo como um incremento econômico, ao mesmo tempo em que conta com os efeitos positivos da valorização da cultura por meio destas práticas. Na relação entre patrimônio cultural e turismo, nos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina, existem dois compromissos que devem ser aceitos

pelos municípios signatários da proposta de fomento as práticas turísticas. Tal perspectiva fica evidente quanto o projeto admite que,

(...) o aporte turístico é óbvio. Acredita-se que através da estruturação de roteiros de visitação ao longo dos caminhos onde estão distribuídas as propriedades rurais, será possível promover um incremento econômico para as diversas famílias de produtores rurais que hoje têm dificuldade em manter-se na sua propriedade devido à baixa rentabilidade da pequena produção familiar. No entanto, a implementação dos Roteiros vai muito além do turismo, mas pretende ser uma espécie de 'programa de reconhecimento e qualificação' destas regiões culturais fundamentais à compreensão do processo de formação da nação brasileira. Parcerias entre as três esferas do poder público, entre os ministérios, com as várias entidades locais, com a iniciativa privada e, inclusive, com outros países, devem ser buscadas e potencializadas no sentido de promover uma política de preservação realmente capaz de garantir a sobrevivência das paisagens culturais da imigração (IPHAN/SC, Vol.1, S/D, p. 277). (grifo do texto)

Este é um exemplo de como a elaboração de circuitos turísticos podem ser agregados ao uso do território e promover a valorização do patrimônio cultural. Evidentemente que, em termos de impacto sobre a paisagem e ao patrimônio, sempre depende da organização e do planejamento conjunto entre a esfera pública, a esfera privada e os habitantes locais, de maneira que o turismo seja uma atividade que contribua no desenvolvimento econômico e na valorização da cultura, sem impactá-las negativamente, por isso a proposta de um turismo controlado.

O Roteiros Nacionais de Imigração ainda é um projeto que está no início e que, quiçá, ganhe mais visibilidade e abrangência sobre o território nacional, de maneira a contribuir na valorização tanto da cultura ítalo-descendente, quando de outras culturas europeias não ibéricas que demoraram para receber e, ainda hoje, não receberam o devido reconhecimento e valorização, tanto por sua contribuição na constituição da identidade nacional quanto pelo valor atual que seu patrimônio cultural remanescente tem, além, obviamente, da pouca valorização recebida pelas expressões culturais situadas no espaço rural brasileiro.

Apesar da proposta dos Roteiros Nacionais de Imigração, nossa investigação está assentada sob os itinerários turísticos associados ao uso da cultura ítalo-descendente, já estabelecidos na região Sul do País, entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além do itinerário existente em Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, tradicional município ítalo-descendente neste estado (Tabela 1). Vale

ressaltar que este assunto já foi previamente discutido em trabalho recente (PANIS, 2013). Assim, estes itinerários, que aqui nomeamos de Circuitos Turísticos, compreendem uma série de iniciativas nos estados da região Sul do Brasil e no estado Espírito Santo, de promoção das práticas turísticas a partir da valorização e uso do patrimônio cultural material e imaterial ítalo-descendente.

Estas iniciativas de promover o turismo nas propriedades, em geral, surgem a partir de dois elementos: a necessidade de incrementar os rendimentos familiares e a disponibilidade de atrativos com potencial turístico. Numa escala de ordem, no caso específico dos circuitos ítalo-descendentes, acredita-se que somente após a iniciativa dos proprietários é que surja o apoio institucional, entre a escala municipal e/ou estadual, na maioria dos casos, por meio da organização dos donos das propriedades que buscam no poder público políticas de fomento ao turismo. Evidentemente que tal ideia será verificada com os resultados do trabalho de campo, próxima etapa a ser desenvolvida nesta pesquisa.

| | |
|---|---|
| Rio Grande do Sul: - Caminho das Pipas (Rolante) - Caminho das Colônias – A gastronomia Italiana (Caxias do Sul) - Caminhos de Pedra (Bento Gonçalves) - Estrada do Imigrante (Caxias do Sul) - Rota das Cantinas (Garibaldi) - Rota das Cantinas Históricas (Bento Gonçalves) - Rota Uva e Vinho (*) - Rota Vale dos Vinhedos (*) - Rota Nostra Colônia (Jaguari) - Roteiros Integrados da Quarta Colônia (*) - Rota Della Cuccagna (Tapera) - Caminhos da Imigração e da Cultura (*) | Santa Catarina: - Os caminhos da Fronteira (*) - Ecoturismo e Tradições (*) |
| | Paraná: - Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo - Rota Gastronômica da Santa Felicidade - Caminho do vinho (São José dos Pinhais) |
| | Espírito Santo: Município de Venda Nova do Imigrante |

(*) Circuitos que abrangem mais de um município

Tabela 1: Circuitos Turísticos ítalo-descendentes nos Estados da Região Sul e Sudeste do Brasil.

Fonte: www.setur.rs.gov.br; www.santur.sc.gov.br; www.pr.gov.br/turismo

Organizado pelo autor, 2009

Estes itinerários turísticos relacionados na tabela acima demonstram a importância que esta cultura teve e tem para cada estado e, também, de que há um processo de valorização e de refuncionalização do patrimônio cultural ítalo-

descendente, seja pelo reconhecimento histórico, seja pela relevância que estes bens têm na promoção de práticas turísticas que, no limite da questão, compreendem iniciativas de valorização da cultura somada à geração de renda que proporcionam maior autonomia aos grupos sociais, além de possibilitarem a manutenção e a valorização de práticas produtivas tradicionais que, agora, adquirem novo sentido de continuidade.

Por este motivo os subcapítulos que se seguem no trabalho serão o espaço para discutir especificamente os circuitos turísticos ítalo-descendentes, além de ser o espaço para a exposição dos resultados dos trabalhos de campo, onde será possível aprofundar as discussões a respeito do processo de uso da cultura pelas práticas turísticas, por meio dos diferentes circuitos pesquisados em campo, de maneira a atingir os objetivos propostos por esta pesquisa e, da mesma forma, dar conta da hipótese de trabalho a qual se entende que o turismo pode figurar como uma prática que contribui na manutenção do arcabouço cultural, por meio da valorização turística, situação em que os proprietários dos bens culturais ítalo-descendentes agregam novos conteúdos produtivos nos lugares, redefinindo ou ampliando o uso das formas culturais pretéritas por meio de novas funções. Neste caso, a promoção do turismo representa uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos, ao atrair um público diferenciado interessado em um consumo cultural e pode, também, reforçar as iniciativas de conservação do patrimônio e da identidade ítalo-descendente, permitindo sua continuidade no espaço. Por outro, tal processo pode representar um mecanismo de produção estetizada da cultura, no qual só existem encenações culturais que remetem a práticas pretéritas não usuais pelos ítalo-descendentes, caso em que as práticas turísticas a partir do uso do legado cultural ítalo-descendente representa a incorporação do valor econômico ao valor cultural, levando a um processo de alteração dos conteúdos e a carga simbólica dos bens culturais e das vivências cotidianas, convertendo-as em mercadorias para serem consumidas enquanto atrativo e distintivo cultural, colocando em risco a teia de significações das práticas sociais que permitiram a produção e reprodução da identidade cultural ítalo-descendente no tempo e no espaço.

**CAPITULO III – OS CIRCUITOS TURÍSTICOS ÍTALO-DESCENDENTES NO SUL E
SUDESTE DO BRASIL**

3.1 *Chi siamo?* O resgate da italianidade pretérita

Abriremos este capítulo com uma ideia um tanto óbvia, mas, sobretudo, verdadeira: não pode haver circuitos turísticos ítalo-descendentes se não houver remanescentes culturais herdados, preservados e reproduzidos no período atual.

Neste caso, dois aspectos são importantes de serem abordados no que diz respeito a valorização da italianidade: um deles concernente a identidade, assunto já abordado em capítulo anterior, mas que perpassa todo o trabalho, afinal, a italianidade é antes de mais nada a identidade dos descendentes dos primeiros imigrantes vindos para o Brasil, transmitida através das gerações. O outro aspecto está relacionado a memória, uma vez que esta é a mediadora entre o pretérito e o presente, ou seja, só haverá valorização da cultura ítalo-descendente se saberes e bens culturais forem perpetuados no tempo, fazendo com que sejam expressões de um passado no presente.

A memória, grosso modo, diz respeito a tudo o que guardamos em nossa mente ou gravamos no espaço, todas as formas de registro dos acontecimentos da vida, ou seja, lembranças de momentos vividos e das experiências que preenchem de significado o mundo material que nos rodeia e, também, as representações simbólicas.

Para Rosseto (2005, p. 203), “a memória é compreendida como uma reinterpretação sucessiva do passado, uma reconstituição dinâmica psicológica e intelectual”, e ainda, “uma seleção das experiências vividas, recordadas, recriadas, de forma voluntária ou involuntária pela pessoa humana, e formadora de identidade”. Assim, não há dúvida de que todas as dinâmicas vividas podem constituir a memória individual de cada pessoa ou mesmo povoar a memória de um grupo social, ligando estes a uma trajetória histórica e social.

Bonafé (2007, p. 27), entende que a “memória não corresponde somente à conservação de fatos passados, mas equivale ao conjunto de experiências, lembranças e imagens que vão se somando em contato com a vivência do presente”. Neste caso, é mister ressaltar que a memória não está apenas nas lembranças guardadas no consciente ou no inconsciente subjetivo de cada indivíduo, está da mesma maneira nas

coisas, nos objetos, nas materialidades que são formas representativas de saberes e constituem marcos de lembrança aos indivíduos e aos grupos sociais.

Por este motivo que Tedesco (2004, p. 13) afirma que,

A memória patrimonial possui sua expressão nos mais variados processos sociais, simbólicos, objetais, etc. A linguagem, a documentação, o conhecimento elaborado e o senso comum, o artesanato, a cultura de grupos, os monumentos, os templos, os obeliscos, as obras de arte, os artefatos, os espaços, dentre outros, manifestam essa infinidade de circunstâncias e ambientes construídos que sintetizam um mobiliário social e histórico, cristalização, material de significados históricos e vividos pessoais, ou seja, uma herança cultural de cada povo (TEDESCO, 2004, p.84).

Em termos da presença da memória nas materialidades, Barretto (2003) faz uma relação de como o patrimônio arquitetônico, enquanto representação da cultura, permite conservar a identidade e ajuda a guardar a memória dos grupos sociais, seu sentido de continuidade. Assim, o patrimônio arquitetônico, mas poderíamos incluir todo o patrimônio material, são objetos móveis ou imóveis que possuem a capacidade de rememoração, ou seja, a memória é inerente ao objeto cultural e historicamente constituído.

Por este motivo Halbwachs (2006) pensa a memória como uma expressão coletiva, ou seja, no entendimento deste autor, a memória que um indivíduo possa ter nunca é apenas sua, porque enquanto ser social não pode construir nenhuma lembrança individualmente, sendo assim, são também os grupos sociais, e seu movimento histórico no espaço, influenciadores das memórias que são preservadas ou esquecidas.

A questão central para Halbwachs (2006) é que a memória individual é formada a partir da memória coletiva, uma vez que todas as lembranças dos indivíduos sociais são construídas a partir das vivências na coletividade social, ou seja, desde as ideias, sentimentos e paixões seriam inspirados pelo grupo social e incorporadas subjetivamente pelo indivíduo, assim, a memória individual seria “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2006, p. 55). Diferente da memória, para o autor, a lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens”, ou seja, pode ser absorvida a partir da memória e das experiências de vida de outros membros da coletividade social, por este motivo, podendo ser simulada ou influenciada pelo contato. Dessa maneira, segundo o

autor, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2006, pp. 75-76).

Além disso, Halbwachs (2006) analisa acerca da relação entre história e memória, ou da memória histórica. Nesta relação, o autor deixa claro de antemão que “os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas (...) eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 2006, p.71). Evidentemente que a memória se apoia sobre um passado pretérito, pelo uso das narrativas dos sujeitos históricos, que formam uma sucessão de fatos e acontecimentos impressos no tempo e no espaço, por isso uma memória histórica. Cabe a ressalva, no entanto, que nem tudo é conteúdo da memória, ou seja, nem todas as lembranças e registros irão compor a memória coletiva de um grupo social, de uma identidade étnica ou de uma nação, há um processo objetivo de seleção para a constituição de história, no qual as memórias que são consideradas desimportantes são descartadas ou não incorporadas à memória coletiva. Nesta questão, voltamos novamente a ideia da identidade nacional brasileira, uma construção a partir da qual um determinado conjunto de memórias passam a compor a histórica oficial (memória oficial), ficando as outras histórias e memórias (indígena, escrava, imigrante, etc.) relegadas ao um segundo plano, no qual tendem ao esquecimento, ou sendo, definitivamente, obliteradas.

Estas memórias, para Pollak (1989), foram nomeadas de “subterrâneas”, fazendo referência às camadas populares ou aos grupos de “menor expressão”, por assim dizer. Segundo o autor, na relação com a história, a recusa ao esquecimento tem por finalidade valorizar as memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio” e, quase que imperceptivelmente, “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4).

Neste caso, quando o autor fala das memórias subterrâneas e seu trabalho de subversão, está abordando o ressurgimento destas memórias marginalizadas e silenciadas na busca pela afirmação de uma identidade das minorias, em nosso caso, da identidade e da memória ítalo-descendente, uma vez que a identidade cultural ítalo-

descendente, bem como todas as identidades étnicas que não fossem luso-brasileiras, foram reprimidas e obrigadas ao apagamento no Brasil, a partir da política do Estado Novo de Getúlio Vargas.

O par dialético “lembrar-esquecer”, neste caso, adquire importância em relação à memória, isto porque, segundo aborda Castriota (2009, p. 15), “para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade”, ou seja, não é possível recordar de tudo todo tempo, portanto, é necessário que mesmo a memória seja seletiva. Mas, o processo de seleção das memórias a serem lembradas e perpetuadas, representa o valor histórico, social e cultural destes fatos e representações para os grupos sociais. O ato de eleger memórias representa a valorização dos processos sociais, das experiências e obras humanas, dignas de serem lembradas.

Se olharmos para a história do patrimônio no Brasil foi este processo que ocorreu. O governo central fez uma escolha por qual patrimônio deveria representar a cultura e a identidade brasileira, neste caso, elegeu as obras do barroco brasileiro e as expressões luso-brasileiras para serem lembradas, decretando a obscuridade para as outras expressões culturais, bens que deveriam ser esquecidos.

Este processo provocou um grande impacto sobre as expressões identitárias ítalo-descendente, em um primeiro momento, porque havia uma imposição de assumir uma identidade nacional, devendo ser abandonados os traços culturais ítalo-descendentes, em outras palavras, deixar de falar o dialeto, principal expressão da identidade de uma etnia, e ambientar-se com as práticas culturais brasileiras; num segundo momento, e não menos importante, porque os descendentes de imigrantes italianos, principalmente os que habitavam o espaço rural, eram estigmatizados negativamente como o “colono”, termo pejorativo utilizado para denominá-los de broncos, atrasados, ignorantes, etc., fato que influenciou na mudança de hábitos sociais e em modos de agir e fazer, no sentido de evitar ser diferenciado negativamente.

Este cenário, no entanto, se altera nas últimas décadas. A multiplicação dos instrumentos de conservação e proteção do patrimônio cultural no Brasil, bem como a criação e difusão de novas modalidades turísticas, contribuíram no processo

valorização e refuncionalização do patrimônio cultural ítalo-descendente passando, então, a serem considerados como representantes de uma herança cultural rica, de grande valor histórico (PANIS, 2009a).

Tal mudança fica evidente se observarmos a grande quantidade de trabalhos relacionados a cultura ítalo-descendentes que têm povoado algumas revistas e pesquisas de pós-graduação, seja por meio do estudo do patrimônio material ou pelas representações simbólicas, o debate a respeito da cultura ítalo-descendente tem ganhado maior visibilidade e expressão. Mas, estes trabalhos e pesquisas só são possíveis devido à manutenção ou ao resgate de práticas e saberes, bem como da preservação da cultura material que permite que a identidade ítalo-descendente preencha um espaço de maior destaque nos últimos anos.

De um lado, tratamos de manutenção porque apesar de, no decorrer do tempo, a cultura ítalo-descendente ter se modificado, o que é próprio da dinâmica da cultura, em muitos lugares existem ritos e práticas, festejos e celebrações que são perpetuados no tempo e no espaço como práticas tradicionais e próprias da cultura. É o caso, por exemplo, da Festa da Polenta, em Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, uma festa típica e tradicional que atrai pessoas de outras regiões e celebra uma tradição cultural típica da italianidade brasileira e, mais especificamente, de uma italianidade capixaba. Caliman (2009, p. 115), tratando desta festividade como objeto de pesquisa, analisa que Venda Nova do Imigrante representa uma “Itália que não existe na Itália”. A autora fortalece tal afirmação a partir das entrevistas aplicadas no campo, em que um entrevistado afirma que um italiano do Vêneto quando foi visitar Venda Nova, ficou surpreso com as práticas culturais dos ítalo-descendentes da cidade, chegando a dizer, inclusive, reconhecendo que o dialeto praticado entre os ítalo-descendentes era como eles falavam antigamente, e as práticas lembram-lhes “como se estivessem na casa da vovó”.

Outro exemplo típico, este vivenciado pelo presente autor, não como objeto de pesquisa e sim como experiência sociocultural, são as “jantas italianas” muito típicas entre os ítalo-descendentes da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, na região central do estado do Rio Grande do Sul. Tal evento é uma festa comunitária, não turística, uma noite de celebração e convívio entre as famílias que vivem em uma

determinada linha ou faxinal, termos utilizados pelos italianos como delimitação territorial na área rural equivalente a um bairro, onde se reúnem para comer, beber, jogar, cantar, dançar e “*parlar talian*”, práticas e saberes herdados dos antepassados que são preservados no presente pelos descendentes de imigrantes.

Também se encaixam nessa proposição a pesquisa de Ribeiro (2005), quando analisa como o aprendizado do idioma italiano pode contribuir no fortalecimento da identidade cultural ítalo-descendente em Cascavel, no oeste do Paraná, mesclada com a importância que o idioma formal tem para a sociedade moderna. Ao mesmo tempo em que os ítalo-descendentes da região estão investindo no aprendizado de um segundo idioma, como forma de capitalização social, esta aproximação acaba por influenciar na incorporação de um capital cultural, no qual muitas vezes pode ocorrer o resgate de práticas e saberes que haviam sido abandonados por gerações pretéritas.

Este é um exemplo de práticas que foram mantidas entre os ítalo-descendentes, próprias de uma italianidade construída historicamente no Brasil e que, mesmo sabendo que hoje suas práticas podem ser diferentes de uma identidade moderna na Itália, ainda assim, os conectam a memória e a história dos primeiros imigrantes e da pátria deixada para trás.

No que diz respeito ao resgate da italianidade pode-se citar, por exemplo, o caso da retomada da produção de vinho pelos descendentes de italianos na região colonial de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul (DUARTE, SALAMONI e DA COSTA, 2011; VICTÓRIA, 2011). Isto porque muitas cantinas estavam abandonadas e sem uso, caindo no processo de esquecimento e apagamento da “memória do vinho”, contudo, com a organização do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – Mecom, e toda a pesquisa histórica e os trabalhos de campo em torno da conscientização da comunidade local para a aquisição de acervo junto com um trabalho de educação patrimonial (CERQUEIRA *et all*, 2011), houve um processo de resgate de técnicas produtivas e de multiplicação de cantinas e adegas de vinho. Além disso, este resgate da memória do vinho também esteve associado ao planejamento e organização de um circuito turístico na região colonial, ou seja, os turistas buscavam, além da visita ao Museu, o contato com este patrimônio cultural ítalo-descendente que, de certa forma, estava subutilizado e caindo no esquecimento, afinal, o processo de valorização

histórico e cultural é um importante contributo na preservação da cultura material e imaterial.

Ainda, pode-se fazer referência ao trabalho de Dolzan (2003), que aborda “A (re)invenção da italianidade em Rodeio – SC”, abordando especificamente como, a partir do centenário da imigração italiana no Brasil, em 1975, surgiram uma série de iniciativas entre a conservação de práticas ainda existentes e o ressurgimento de práticas já esquecidas pelos habitantes locais, algumas das quais representando mais ações de fortalecimento de projetos políticos do que de fortalecimento da identidade ítalo-descendente, contudo, processo que influenciou no resgate de tradições e práticas culturais outrora abandonadas.

Portanto, no caso do resgate da italianidade pretérita, percebe-se que muitas práticas culturais foram abandonadas e caíram no esquecimento, ficaram retidas no passado com as gerações que antecederam as atuais. Entretanto, em alguns casos, as práticas turísticas contribuíram para o ressurgimento de práticas culturais ou, mesmo, para a revalorização da cultura, pois o turismo cria uma necessidade de manutenção dos traços culturais para serem ofertados enquanto produto de consumo cultural.

Dentro deste contexto podemos citar, também, o circuito Cultural Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.

O *Caminhos de Pedra* foi inicialmente pensado como um itinerário de visitação de casas de pedra da área rural de Bento Gonçalves, devido a grande presença deste tipo de constru o e a riqueza arquitet nica e cultural que tinham estes elementos da cultura material. Contudo, o sucesso do projeto foi tal, segundo aponta Michelin (2007), que o Serviço Apoio Micro Pequenas Empresas – Sebrae, passou a assessorar aos participantes do projeto, inclusive, na cria o da “Associa o Caminhos de Pedra”, grupo que passou a gerir este projeto. Este grupo, a partir de então, passou a fomentar iniciativas de preserva o do patrimônio cultural construído, o resgate das tradi es, da língua (no caso o dialeto *talian*), dentre outras (MICHELIN, 2007).

Este é um exemplo bastante pontual de como a rela o patrimônio-turismo pode proporcionar estratégias de valoriza o da cultura  talo-descendente, associada a gera o de ganhos econômicos. Não se pode negar que esta é uma região em que as práticas culturais  talo-descendentes são bastante preservadas, isto significa que as

práticas turísticas, neste caso, representam ao mesmo tempo um processo de manutenção da cultura, afinal, se não há italianidade não pode haver circuito ítalo-descendente, e de fortalecimento dos nexos de pertencimento a cultura. Já havíamos tratado em trabalho anterior (PANIS, 2009a), como a falta de opções no espaço rural tem interferido no processo de transmissão cultural, visto que, cada vez mais, os jovens têm abandonado o espaço e as práticas agrícolas. O turismo neste caso, pode representar um ganho para o território e para a cultura, permitindo a permanência de uma maior número de jovens envolvidos com as atividades.

Processo semelhante acontece na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, segundo apontam Da Silva e Ludke (2010). Neste caso, abordam as autoras, a relação entre a agroindústria e o turismo rural nesta região, no qual o interesse dos turistas estaria vinculado ao consumo de produtos coloniais. Sobretudo, é importante ressaltar que tais produtos são, na verdade, resultado dos saberes e técnicas herdadas de tempos pretéritos, ou seja, constituem o arcabouço do patrimônio imaterial destes ítalo-descendentes na região.

Novamente, apontamos este processo como um contributo na manutenção de saberes e práticas culturais ítalo-descendentes que estão atreladas ao turismo. Neste caso, a procura e o desejo de consumir o vinho, o salame, o queijo, os sucos, as geleias, os licores, entre outros artigos típicos, representam um incentivo aos agricultores para continuarem produzindo. Torres (2009, pp. 26-27), nesta relação entre produção e turismo, afirma que este ítalo-descendente “ainda preserva fortes traços da herança italiana na arquitetura das casas, nas festividades, gastronomia, produção de vinhos, conservas, produtos de origem animal, na paisagem e territorialidades de seus habitantes mais antigos”. No limite da questão, tal processo representa uma forma de continuidade da cultura, apoiada pelo estímulo do consumo. Torres (2009), ainda reforça a importância que o turismo tem para o fortalecimento da identidade cultural ítalo-descendente, frente às transformações orquestradas pelo fenômeno da globalização em nível mundial.

Mas, frente a este crescente processo de uso da cultura ítalo-descendente pelas práticas turísticas, Gastal e Sales (2012), interpretam criticamente a produção de uma italianidade para o turismo, no reforço de uma identidade cultural engendrada pelo

discurso, pela produção retórica que nem sempre condizem com a realidade socioespacial. Neste sentido, segundo elas,

(...) o turismo ressurgiu nos discursos locais, transformando a herança étnica em capital simbólico, para manutenção do *status quo* social, na ausência do capital econômico. Em termos de turismo, a disputa pelo papel de ser o “polo centralizador da marca italiana”, também se vê ameaçada pela atividade vitivinícola e de enoturismo, cada vez mais profissional e bem sucedida nos municípios vizinhos. Sob a lógica de formatar produtos turísticos *típicos* e *autênticos* (...) recorre-se ao resgate da italianidade como diferencial que, no caso, menos do que uma diferença, seria uma forma de alinhar-se ao discurso regional hegemônico, todo ele também baseado na mesma herança cultural expressas na cultura da uva e do vinho, na religiosidade, na gastronomia e no discurso em torno do valor do trabalho (GASTAL e SALES, 2012, p. 33). (*grifo das autoras*)

Neste caso a ideia principal a ser discutida é o risco de uma padronização cultural, uma padronização da italianidade influenciada pelo discurso da italianidade, como forma de produzir uma cultura, ou de modificar as práticas e procedimentos tradicionais para formatar produtos turísticos para o mercado consumidor da cultura. De toda forma, tal análise se constitui como um alerta no sentido de compreender as lógicas associadas ao consumo dos bens culturais no mercado turístico.

No caso dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o Brasil, italianos no modo de dizer, afinal, uma Itália recém unificada em que as identidades regionais eram mais fortes que a ideia de nação (FRANZINA, 2006), ainda em construção, estes imigrantes portavam consigo estas identidades regionais (BERTONHA, 2005), e, apesar do espírito de solidariedade necessário nas colônias, muitas vezes falavam dialetos distintos e tinham procedimentos culturais distintos, saberes e fazeres que foram, da mesma forma, consolidados no território (IANNI, 1963). Também, soma-se a isso o fato de que cada destino para onde os italianos foram enviados, fossem em colônias de imigração ou para as fazendas de café, constituía uma espacialidade própria, no qual as influências econômicas, políticas e culturais sobre os imigrantes podia variar de acordo com a proximidade das cidades, o tipo do trabalho agrícola praticado, o isolamento e a sociabilidade, influenciando na manutenção de alguns traços culturais enquanto outros caíam no esquecimento (DE BONI org. 1987, 1990, 1996).

Esta italianidade, entretanto, não está apenas ligada a memória dos primeiros imigrantes de cada família, mas está associada ao complexo processo histórico que

perpassa desde a saída da Itália, passando pelas dificuldades enfrentadas no Brasil, até chegar à prosperidade alcançada pelos colonos, descendentes de imigrantes.

Desta maneira, a resposta para o “*Chi siamo?*” entre os ítalo-descendentes é “*Siamo tutti oriundi!*”, ou seja, italianos e descendentes de italianos que vivem no Brasil e herdaram uma histórica heroica de superação das dificuldades para vencer na *Mérica*. O resgate ou as práticas cotidianas, bom como a conservação e preservação do patrimônio material, constituem formas manutenção da memória dos antepassados, e dos processos históricos por eles vividos, e de fortalecimento da identidade cultural ítalo-descendente: crenças, ritos, receitas, cânticos, casas de madeira ou de pedra, igrejas, moinhos, cantinas e vinhos, etc. objetos e práticas que celebram o pertencimento a cultura, fortalecem os nexos culturais.

Todo este patrimônio remanescente, entre materialidades e imaterialidades, representa heranças das gerações pretéritas e constituem o arcabouço cultural dos ítalo-descendentes no período contemporâneo. Mas, como se dá o processo de valorização destes bens culturais? Qual a finalidade de preservá-los?

Estas são algumas questões que pretendemos responder no próximo capítulo. Buscar uma interpretação do processo de valorização do legado cultural ítalo-descendente, de maneira a compreender seus usos contemporâneos.

3.2 O uso turístico do patrimônio e da identidade cultural ítalo-descendente

Em termos de espacialidade, as regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram quase que a totalidade do patrimônio e das práticas culturais ítalo-descendentes, com destaque para os três estados do Sul do país onde este patrimônio, também, está associado às práticas turísticas, em alguns lugares, como estratégia de geração de renda, complemento às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, em outras, a espetacularização do patrimônio, por meio do uso estético das formas materiais e das representações simbólicas das práticas e saberes.

Não obstante, de modo algum se está defendendo a dualidade entre aspectos positivos e negativos, mesmo porque não se trata de uma pesquisa comparativa e, além disso, porque quando se trata do uso da cultura pelas práticas turísticas sempre

haverá ganhos e perdas. Por último, e não menos importante, a valorização estética do patrimônio e das paisagens culturalmente constituídas não são necessariamente um aspecto negativo, afinal, individual ou coletivamente, as pessoas apreciam a beleza das formas e das representações simbólico-culturais. A grande questão por detrás desta discussão certamente deve estar ancorada na identificação das relações econômicas e de poder, de maneira a descobrir quem e de que forma é realmente beneficiado pela utilização dos bens culturais como atrativos e distintivos das práticas turísticas.

No capítulo anterior já foram apresentados alguns resultados de dados e informações obtidos em campo, o mesmo ocorrerá com o próximo capítulo, onde serão apresentados de maneira mais pontual os circuitos visitados em cada estado selecionado para aplicação dos instrumentos da pesquisa. Assim, o presente capítulo será dedicado a apresentar alguns circuitos turísticos que fazem uso do patrimônio e da identidade cultural ítalo-descendente, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, como objeto de atratividade e promoção de itinerários variados para visitação.

Entre estes circuitos relacionados na Tabela 1, estão os que serão selecionados como objeto do campo e outros que optamos por trazer apenas como forma de demonstrar que existem propostas mais localizadas de práticas turísticas em torno da cultura ítalo-descendente. Estes circuitos, ali ds, visam a promoção turística tanto no espaço urbano quanto rural.

No espaço urbano, entre cidades m dias ou de grande porte, geralmente o patrimônio cultural divide a paisagem com outras expressões arquitetônicas, prédios modernos que marcam uma diferenciação est tica e, algumas vezes, relegando ao patrimônio uma posição subalterna em termos de visibilidade. Além disso, o urbano é marcado pela fluidez, ou seja, o dinâmico movimento de pessoas, capitais, mercadorias e informações que dividem a atenção com as representações simbólicas.

Importante ressaltar que o termo cidades m dias é uma construção recente na geografia não como uma forma de classificação meramente, mas como uma construção teórico-metodológico (SPÓSITO *et alli*, 2007), para compreender e distinguir as cidades entre seu tamanho demográfico, a complexidade das relações econômicas, as funções urbanas e a organização do espaço intra-urbano, não isoladamente, mas a partir da complexa combinação entre estes três critérios (CORRÊA, 2007, pp. 24-25).

Para fins deste trabalho está-se considerando como cidades médias as que dispõem de uma relativa densidade demográfica e a oferta de serviços e equipamentos públicos. Nem de longe podemos considerar como urbanas, por exemplos, cidades como Santa Tereza, no Rio Grande do Sul, de tradição e herança ítalo-descendente e que possui seu centro histórico tombado como patrimônio cultural. Nesta cidade as relações de vizinhança e o conhecimento entre os habitantes locais são comuns. O mesmo caso não se aplica a Antônio Prado, também no Rio Grande do Sul, de igual tradição ítalo-descendente e que teve seu centro histórico tombado pelo Iphan. Apesar de ser uma cidade consideravelmente maior que Santa Tereza é, da mesma forma, uma cidade que respira ares interioranos. Em ambas, considerável parte da população habita a área rural⁴⁰. Ainda, nesta mesma linha, pode-se apontar o caso de Urussanga, em Santa Catarina, município em que a vida urbana e rural constitui um amalgama de uma pitoresca vida, muito distinta dos grandes centros urbanos. No centro da cidade existe a praça central, a igreja matriz e o comércio cerceando a praça que, aliás, concentra o maior conjunto arquitetônico típico ítalo-descendente tombado do estado. É interessante observar que o sino da igreja influencia o ritmo da cidade. Quando dobra ao meio dia, indica a parada para o almoço, em que considerável parte do comércio fecha suas portas. Às dezoito horas, o dobrar dos sinos indica que o dia de trabalho está se encerrando, quando se intensifica o movimento na praça, de pessoas passantes indo para duas casas. No toque das dezenove, por fim, tudo o que resta é o comércio definitivamente fechado e a praça iluminada e vazia, com alguns poucos que se sentam ou caminham por ali.

Em se tratando do espaço rural, o patrimônio cultural está mais distribuído pelo território e, geralmente, as propriedades rurais estão relativamente distantes umas das outras. Além disso, no hiato espacial que há entre as propriedades, o turista direciona seu olhar à paisagem natural, na maioria das vezes um olhar contemplativo ou de admiração, atento aos exemplares da fauna e da flora. Outrossim, como o ambiente rural é menos dinamizado pelos fluxos de pessoas e, mesmo, por representações arquitetônicas, permite que o olhar do turista possa ter uma visão mais panorâmica da paisagem culturalmente

⁴⁰ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o município de Santa Tereza possui uma população total de 1.720 habitantes, e o município de Antônio Prado possui uma população total de 12.833 habitantes.

constituída pelas dinâmicas socioculturais e econômicas do território abrangido pelo circuito. A seguir, portanto, serão apresentados exemplares de folhetos de divulgação de itinerários turísticos ítalo-descendentes na região da *Serra Gaúcha*, previamente selecionados de maneira a exemplificar o tema tratado neste momento do trabalho.

A grande oferta de itinerários turísticos neste estado, com seus folhetos e mapas correspondentes, ocuparia um número demasiadamente grande de páginas deste trabalho, se fosse o caso de citar todos. Portanto, para este momento do trabalho, optamos por apresentar os folhetos turísticos que consideramos importantes para dar a dimensão do investimento nesta prática que utiliza a cultura ítalo-descendente como atrativo para a promoção turística.

Bento Gonçalves é uma das cidades onde surgiram a partir das primeiras colônias de imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul e, atualmente, é um dos principais destinos turísticos do segmento no estado. Distante 115 km da capital do estado, o município é considerado a *Capital Brasileira da Uva e do Vinho*, título que contribui para a promoção do turismo na região. No folheto de divulgação turístico (Figura 23), bem como no sítio da Secretaria de Turismo de Bento Gonçalves – SEMTUR⁴¹, pode-se verificar que o município dispõe de variadas iniciativas turísticas, desde atrativos naturais até circuitos em que a cultura ítalo-descendente é o destaque, demonstrando não apenas a variedade de atrativos como, também, o potencial que a região *serrana* gaúcha possui enquanto paisagem colonial.

⁴¹ www.turismobento.com.br

Como Chegar

PARA VERANÓPOLIS
VALE DAS ANTAS

PARA CURITIBA

Bento Gonçalves

Garibaldi

Carlos Barbosa

São Vendelino

Feliz

São Sebastião do Cai

Trevo Schariaiu

São Leopoldo

Sapucaia do Sul

Porto Alegre

Caxias do Sul

Nova Petrópolis

Gramado

Canela

Novo Hamburgo

Taquara

PARA O LITORAL

BR 290 FREEWAY

Distâncias

Capitais

| | |
|----------------|----------|
| Florianópolis | 600 km |
| Curitiba | 835 km |
| São Paulo | 1.233 km |
| Rio de Janeiro | 1.677 km |
| Belo Horizonte | 1.836 km |
| Brasília | 2.151 km |
| Buenos Aires | 1.187 km |
| Montevideu | 1.014 km |

Distâncias usando o itinerário Bento Gonçalves - Porto Alegre

Distâncias

Cidades de Rio Grande do Sul

| | | | |
|----------------|-------|---------------|--------|
| Garibaldi | 11 km | São Marcos | 87 km |
| Carlos Barbosa | 16 km | Antônio Prado | 96 km |
| Veranópolis | 40 km | Gramado | 111 km |
| Caxias do Sul | 45 km | Canela | 112 km |
| Nova Prata | 58 km | Porto Alegre | 115 km |
| Guaporé | 71 km | Passo Fundo | 156 km |

SERRA GAÚCHA - BRASIL

0800 6036060

www.turismobento.com.br

Figura 23: Folheto e mapa de divulgação turística, Bento Gonçalves.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (S/D)



Figura 24: Folheto de divulgação turística, Bento Gonçalves.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Bento Gonçalves (S/D)

Caxias do Sul é, também, um município constituído a partir das primeiras colônias de imigrantes italianos e, da mesma forma que Bento Gonçalves, a promoção do turismo é uma iniciativa apoiada institucionalmente, ou seja, o município investe na divulgação dos potenciais turísticos da região.

A promoção do turismo no município de Caxias do Sul é uma iniciativa institucional que atinge um status profissional, visto que a divulgação turística não é apenas dos atrativos que o município dispõem, mas, da mesma forma, de todos os equipamentos e serviços turísticos necessários para atender aos viajantes, inclusive, em grande quantidade, entre os quais dá-se destaque para a hotelaria, gastronomia, agências receptivas, pontos de compra de produtos artesanais e transporte.

Todos estes serviços são organizados para atender aos turistas interessados em visitar os mais diversos destinos dentro do município, desde itinerários em que o destaque é o ecoturismo até a variada oferta de bens culturais ítalo-descendentes, entre vinhos e vinhedos, gastronomia e todo o tipo de construção remanescente.

Observando os folhetos de divulgação turística que o município de Caxias do Sul disponibiliza (Figura 25 a Figura 28), é possível perceber que a estratégia utilizada foi a da diversificação do turismo, no intuito de atingir um diversificado público consumidor.

La Città
ROTEIRO TURÍSTICO

La Città constitui-se de uma série de atrativos turísticos inseridos no perímetro urbano de Caxias do Sul, especialmente na área central. Entre os principais destacamos: o Casario em volta da praça; a própria Praça Dante Alighieri, a Catedral Diocesana, o Museu Municipal; o Parque Getúlio Vargas (Parque dos Macaquinhos) e a Igreja de São Pelegrino. Um pouco mais afastado encontramos o Museu de Ambiente Casa de Pedra, o Monumento Nacional ao Imigrante, a Réplica de Caxias do Sul de 1885, onde acontece o grandioso espetáculo SOM & LUZ - A Saga da Imigração Italiana e o monumento Jesus Terceiro Milênio. Tudo isso e muito mais espera por você!

VALE TRENTINO
ROTEIRO TURÍSTICO

O Amor à terra e ao seu fruto, a Uva, transformou o Vale Trentino num passeio emocionante: belas paisagens e muitos parreirais. O visitante poderá conhecer cantinas e o que acontece desde o plantio da videira até o descanso do vinho. E é claro, degustar vinhos e sucos saborosos.

Informações Turísticas
0800-541-1875
Acesse **www.caxias.tur.br**

Figura 25: Folheto e mapa de divulgação turística, Caxias do Sul.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul (S/D)



Figura 26: Folheto e mapa de divulgação turística, Caxias do Sul.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul (S/D)

Portanto, o viajante que estiver interessado em permanecer no sítio urbano encontrará uma série de museus e igrejas para visitação, algumas no qual será possível ter contato com pinturas de Aldo Daniele Locatelli, pintor  talo-descendente de grande importância no cenário artístico Rio-Grandense, que pintou a igreja de São Pelegrino, em Caxias do Sul, considerada uma obra de arte inestimável.

Além dos atrativos religiosos, ganha destaque no município a gastronomia  talo-descendente. Em Caxias do Sul é comum o viajante encontrar restaurantes ou cantinas em que irá se deparar com pratos típicos e produtos coloniais, sem contar da grande diversidade de vinhos, sucos e todo tipo de produtos produzidos a partir de uva e outras frutas da região. Evidentemente deve-se ter claro que estes são produtos formatados para o consumo turístico, não se tratam de produtos artesanais produzidos à maneira das *mamas* e *nonas*, mas, sem sobra de d vidas, remetem os turistas a essa ideia,

uma vez que todo o ambiente nestes lugares são elaborados para fazer com que o turista faça uma experiência mais próxima do original.

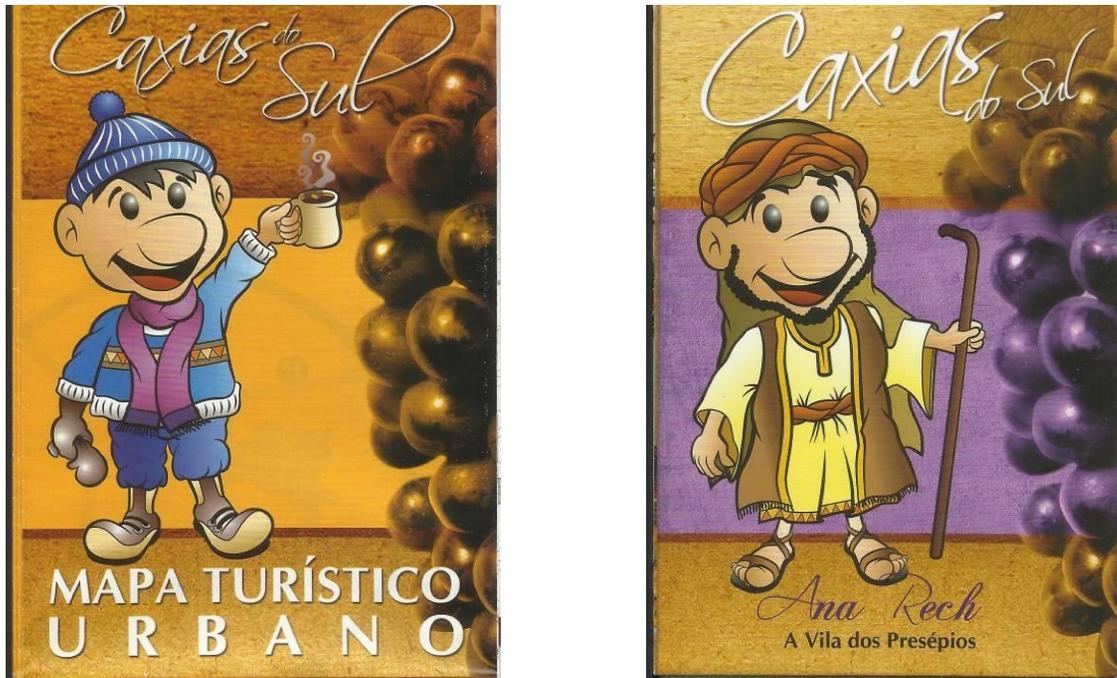


Figura 27: Folhetos e mapas de divulgação turística, Caxias do Sul.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul (S/D)

Um fato que pode ser observado é que os municípios da *Região Serrana* do Rio Grande do Sul investem na promoção do turismo por diversos segmentos, desde práticas que atendam aqueles que desejam ter o contato com a cultura ítalo-descendente até aqueles que buscam o contato com paisagens naturais e preferem explorar o contato com a natureza, inclusive, por meio de esportes radicais.

Assim, todos os municípios que historicamente foram originados pelo processo colonial procuram integrar cultura e natureza como seus principais atrativos e distintivos turísticos, ampliando o conjunto de possibilidades de maneira a oferecer a maior diversidade possível de atrações para serem visitadas, fato que torna possível manter um fluxo constante de consumidores turísticos, ainda que tradicionalmente na época de inverno o fluxo de viajantes em busca das paisagens serranas seja maior, época do ano que coincide com o período de férias escolares.

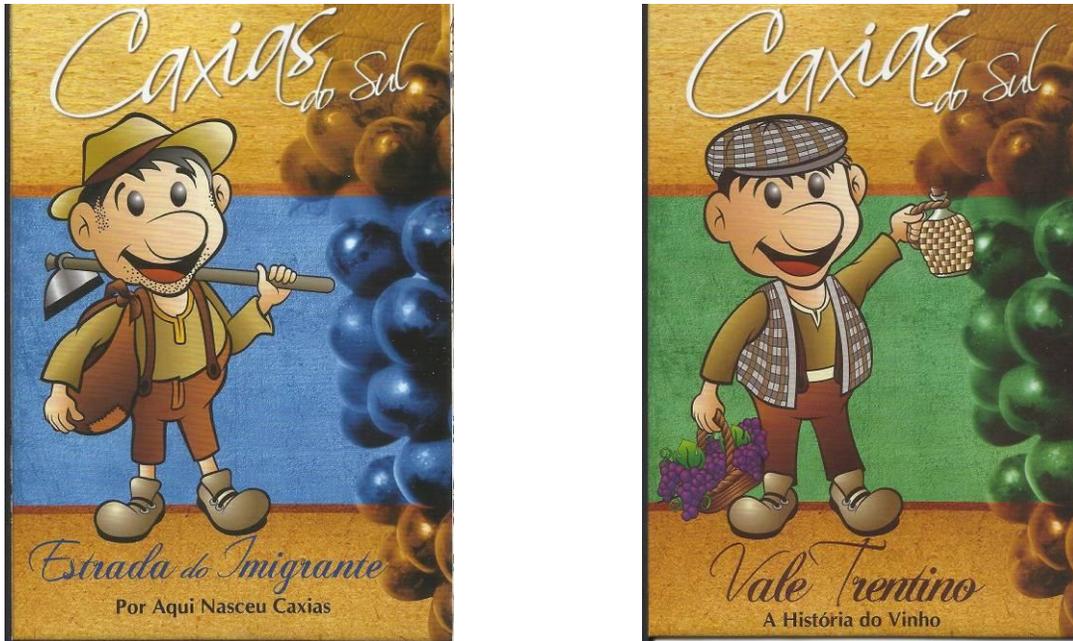


Figura 28: Folhetos e mapas de divulgação turística, Caxias do Sul.
Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul (S/D)

Portanto, a região da *Serra Gaúcha* é um destino turístico dos mais visitados no estado por aqueles que buscam o contato com a cultura ítalo-descendente. Por este motivo, a região dispõe de um grande número de atrativos tanto rurais quanto urbanos, nos quais é possível ter acesso a exemplares da cultura ítalo-descendente que, como estratégia política, econômica e cultural de fortalecimento da identidade cultural da região, possui grande quantidade de bens materiais e práticas simbólicas conservadas no período contemporâneo, onde é possível encontrar a prática do dialeto, vêneto em sua maioria; práticas culinárias nas famílias, como o consumo da polenta, de carnes e massas, característica de uma alimentação farta e forte; além das práticas religiosas, também figuram as práticas de lazer, como o jogo de bocha, os jogos de baralho e as cantorias, estas concretizadas e mantidas por meio de inúmeros grupos folclóricos nas associações culturais ítalo-descendentes. Soma-se a este arcabouço cultural o cultivo e a produção do vinho, bem como de embutidos, conservas e iguarias como queijos e bolachas, tradição entre as famílias ítalo-descendentes de sempre ter alguma iguaria para receber bem aos visitantes e parentes.

Além desses aspectos da cultura imaterial, não se pode deixar de citar que a região *serrana* do estado, bem como a região *central* e *sul*, que também acolheram

colônias de imigração, dá-se destaque a cultura material, construções que resistem no período atual, herdadas de tempos pretéritos como, por exemplo, instrumentos de trabalho utilizados na lida diária para as práticas agrícolas e pecuárias; as casas de pedra ou casas de madeira, com características construtivas próprias; as igrejas, elemento central nas comunidades urbanas ou rurais, visto a religiosidade que caracteriza aos ítalo-descendentes; em alguns lugares ainda é possível ter contato com alguns moinhos antigos, bem como uma das construções mais típicas das famílias ítalo-descendentes, as adegas e cantinas onde produzem e estocam o vinho produzido na família.

Cabe lembrar que, no que diz respeito a produção do vinho, cada vez mais as antigas vinícolas estão se modernizando. Tal fato está relacionado às imposições sanitárias, de maneira que os produtores se adaptem as normas e ao rigor produtivo, bem como pelo processo de mecanização da produção, que agiliza o processo produtivo e permite aumentar a produtividade sem ter que aumentar o uso da mão de obra, fato que barateia o custo de produção. No limite da questão, o aspecto a ser observado nesta mudança, é que muitos procedimentos artesanais da produção do vinho, transmitidos por gerações entre as famílias, estariam se perdendo por conta deste processo de modernização. Seria o caso, para o futuro, de pensar formas de registro de técnicas produtivas artesanais da produção do vinho, ou possivelmente de outros produtos coloniais típicos, para que estas técnicas possam ser conhecidas pelas gerações futuras.

Seguindo em direção à Santa Catarina, estado onde o viajante pode adquirir o seu passaporte turístico, iniciativa de grande originalidade da Secretaria de Turismo (Figura 29 a Figura 31), também será possível conhecer circuitos turísticos ítalo-descendentes. Apesar de Santa Catarina apresentar em seu território uma marcante presença de descendentes de imigrantes europeus não ibéricos (principalmente de alemães, italianos, poloneses, pomeranos), em geral, recebe seu maior fluxo turístico no litoral, ou seja, associado ao segmento Sol e Praia. Contudo, o levantamento histórico cultural que a Superintendência do Iphan está promovendo, em busca de lograr ao estado a chancela de paisagem cultural (IPHAN/SC, Vol.1, S/D; IPHAN/SC, Vol.2, S/D), tem por objetivo levantar e apresentar as representações do patrimônio cultural remanescente, material e imaterial, desde o litoral até o oeste catarinense, ou seja, quando finalizado, possibilitará uma visão abrangente dos remanescentes

culturais no território, representações das distintas etnias que ocuparam e constituíram o estado catarinense.

É esta riqueza que, por meio de uma estratégia de marketing da Secretaria de Estado de Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina, tem uma proposta de regionalizar o turismo, fortalecendo a riquezas naturais e culturais a partir de um conjunto de municípios, desde o litoral até o oeste catarinense, como pode ser observado no Passaporte Turístico, distribuído pelo poder público para os turistas e visitantes no estado (Figura 29).

A proposta do Passaporte Turístico está situada entre, apresentar o estado ao viajante, por meio de números e informações a respeito da diversidade cultural e étnica que formou o estado catarinense, bem como dividir o estado em regiões com atratividades distintas, com segmentos turísticos diversificados, de maneira a atingir os distintos públicos consumidores dos produtos turísticos.

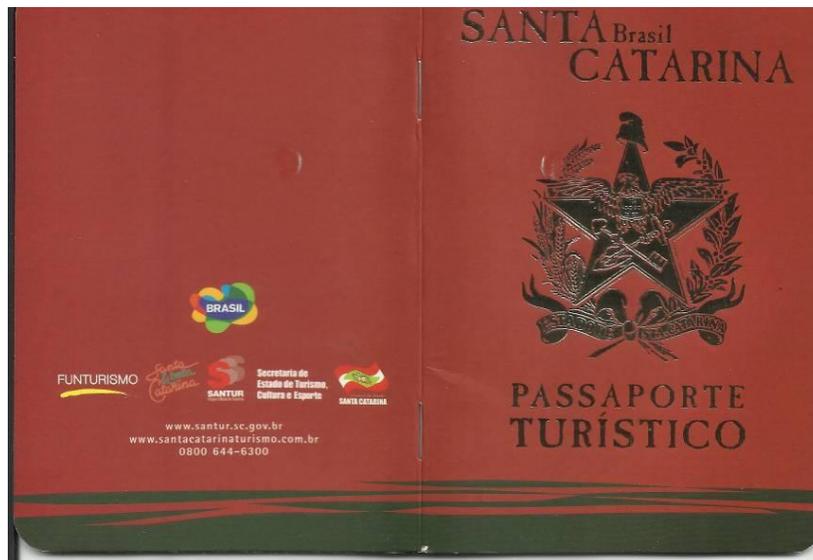


Figura 29: Passaporte Turístico - Capa
Fonte: KAISER, 2007

Assim, cada macrorregião, como está dividido o passaporte, apresenta as principais cidades, possivelmente àquelas que dispõem dos equipamentos turísticos; os principais eventos anuais realizados na região, como festas, festivais ou feiras; as principais atrações, entre praias, patrimônios, atividades folclóricas e atrativos naturais; e,

as atividades econômicas desenvolvidas na região, permitindo, com este conjunto de informações, que o viajante possa conhecer de antemão a região que está visitando.

O Passaporte Turístico de Santa Catarina apresenta ao todo nove macrorregiões⁴² que concentram similaridades em termos de atratividade cultural e natural, sendo que as macrorregiões “Encantos do Sul” (Figura 30), “Vale do Contestado” e “Grande Oeste” (Figura 31) são as que concentram a maior presença de cultura ítalo-descendente e, no “Vale Europeu” é bastante dividido entre os descendentes de imigrantes alemães, italianos e pomeranos.



Figura 30: Passaporte Turístico – Macrorregião Encantos do Sul
Fonte: KAISER, 2007

⁴² As outras macrorregiões, que não são citadas por não contemplarem regiões de imigração italiana, são: Caminho dos Príncipes, Rota do Sol, Grande Florianópolis, Caminho dos Cânions, Serra Catarinense.



Figura 31: Passaporte Turístico – Macrorregião Grande Oeste
Fonte: KAISER, 2007

Apesar de apresentar muitas macrorregiões turísticas, apenas no “Encantos do Sul” e na “Grande Oeste”, foram encontrados circuito turístico ítalo-descendentes, enquanto itinerários formatados, que serão pesquisados por este trabalho, nos município de Urussanga (Figura 32) e Chapecó, respectivamente. É importante ressaltar que as macrorregiões são bastante extensas em termos territoriais, isto significa que mesmo que sua proposta tenha sido a de agrupar atrativos paisagísticos e culturais semelhantes, é possível que cada uma dessas macrorregiões apresente grande diversidade interna, ou seja, cidades e regiões ítalo-descendentes podem ser intercaladas por pomeranos ou teuto-brasileiros, por exemplo.



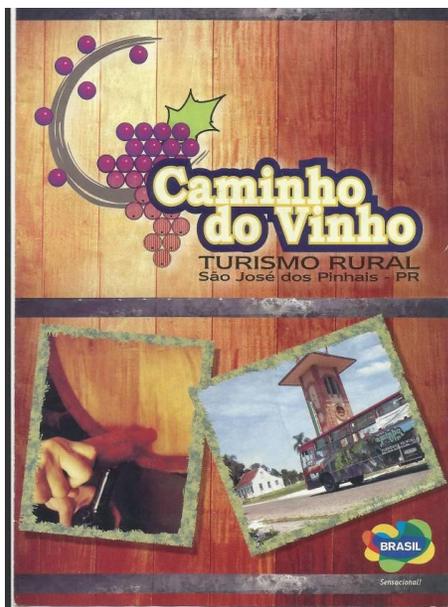
Figura 32: Mapa turístico do município de Urussanga/SC
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Seguindo nosso percurso, chegamos ao Paraná. Este estado também recebeu grande quantidade de imigrantes europeus não ibéricos, conforme já abordamos em capítulo anterior. No que diz respeito às colônias de imigrantes italianos, entretanto, já analisamos como os empreendimentos no litoral do estado foram preponderantes para o insucesso colonização, fazendo com que os italianos reimigrassem para o Planalto Curitibano, próximo à capital do estado, onde se estabeleceram.

Assim, dá-se destaque para o município de Colombo (ex-colônia Alfredo Chaves), com um Circuito Italiano de Turismo Rural (Figura 34). Importante ressaltar que por fazer parte da Região Metropolitana de Curitiba, Colombo é um município de grande população urbana, contudo, o circuito turístico do município inicia na sede municipal, onde originalmente os primeiros imigrantes chegados à região se fixaram, e estendendo-se à área rural, onde se situam outros pontos turísticos entre atrativos naturais e culturais. Outro itinerário existente na região é o Caminho do Vinho, também de turismo rural, no município de São José dos Pinhais (ex-colônia Mergulhão) (Figura 33).

Dentro da cidade de Curitiba dá-se destaque, ainda, ao bairro gastronômico da Santa Felicidade. Este bairro surge originalmente a partir de núcleos coloniais fixados próximos à capital, onde os italianos se dedicavam a produção de hortigranjeiros e a produção do vinho principalmente. Com o crescimento urbano e a expansão horizontal, estas colônias foram incorporadas a cidade de Curitiba. Contudo, no período atual, a Santa Felicidade apresenta-se como um destino gastronômico tipicamente ítalo-descendente, onde é possível encontrar, também, algumas cantinas. Tal bairro figura entre os atrativos turísticos divulgados pelo Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e tem como principal atrativo a culinária e as cantinas de origem e tradição ítalo-descendente. Por este motivo, percebendo que a cultura e tradição ítalo-descendente é posta em evidência para o consumo turístico no bairro da Santa Felicidade, optamos por manter este destino entre os itinerários a serem pesquisados, de maneira que a interpretar se a atratividade turística, neste caso, está vinculada a espetacularização ou se é possível encontrar neste destino resquícios da cultura ítalo-descendentes preservados atualmente.

Importante ressaltar que o folheto turístico do Caminho do Vinho, no município de São José dos Pinhais, além de apresentar o mapa de visitação turística, também, apresenta o argumento de que a promoção do turismo no município visa ao resgate das tradições dos antigos ítalo-descendentes e, junto a isso, relata um conjunto de atividades já efetivadas que contribuem neste movimento de resgate cultural, tais como: formação de grupo folclórico, Festa do vinho e Mostra folclórica, fundação da Associação Caminho do Vinho, formação do Coral Italiano Belvedere e a criação de uma Linha de Turismo, esta com o auxílio da iniciativa privada. Ou seja, há uma soma de forças entre o poder público, a iniciativa privada e a comunidade no sentido de resgatar as tradições e cultura ítalo-descendente no município, sendo que a promoção do Circuito Turístico é apenas uma delas.



Programa "Caminho do Vinho", idealizado pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais-PR, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo - Departamento de Turismo, iniciando reuniões junto à comunidade da Colônia Mergulhão e arredores em 1999, visando resgatar as antigas tradições, trazidas pelos imigrantes Italianos, que partiram do Porto de Gênova, vindos de várias regiões da Itália, principalmente do Vêneto.

A Colônia Mergulhão formou-se no final do século XIX, recebendo este nome devido ao grande número de passaros Mergulhões (Podilymbus Podiceps), na época existentes na região.

Fortalecendo o Programa, diversas ações foram realizadas e/ou apoiadas, objetivando o resgate e valorização cultural, divulgação da Rota de Turismo Rural e organização da comunidade envolvida no processo, destacando-se:

- 2000 - Fundação do Grupo Folclórico Italiano Cuore D'Italia
- 2002 - Realização anual da "Festa do Vinho e Mostra de Folclore"
- 2004 - Fundação da Associação Caminho do Vinho - Colônia Mergulhão (ACAVIM)
- 2006 - Início de operação da Linha Turismo - parceria com a iniciativa privada
- 2008 - A comunidade reuniu-se e formou o Coral Italiano Belvedere.

Nas cantinas são comercializados principalmente vinhos, queijos, salames, doces, compotas, geléias, mel, conservas, entre outros produtos coloniais. Há ainda empreendimentos rurais desenvolvendo atividades diversas como: lazer e eventos, pesque-pagues, restaurantes, cafés coloniais, pizzaria, pousada, entre outros.

Conheça um pouco dos costumes e tradições destes que fizeram e fazem parte da história de São José dos Pinhais.

LOCALIZAÇÃO

BR-116 SÃO PAULO
BR-277
AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA
BR-116 (Contorno Leste)
BR-376
CENTRO CURITIBA
CENTRO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
NORTE DO PARANÁ INTERIOR DE SANTA CATARINA
JOINVILLE
PARANAGUÁ
Colônia Mergulhão
Colônia Murici

Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
Departamento de Turismo
(41) 3381-5811 / 3381-5812
São José dos Pinhais-PR
www.sjp.pr.gov.br/caminhodovinho
turismo@sjp.pr.gov.br

Figura 33: Folheto e mapa de divulgação turística do Caminho do Vinho.
Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de São José dos Pinhais (S/D)

Direcionando o olhar ao folheto de divulgação turística do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo um detalhe interessante é a referência da distância geográfica entre São Paulo (408 km) e a Itália (19 km), ou seja, a afirmação da identidade ítalo-descendente como forma de promoção turística, como pode ser observado no *slogan* da contracapa “A cultura italiana está mais perto do que você imagina”.

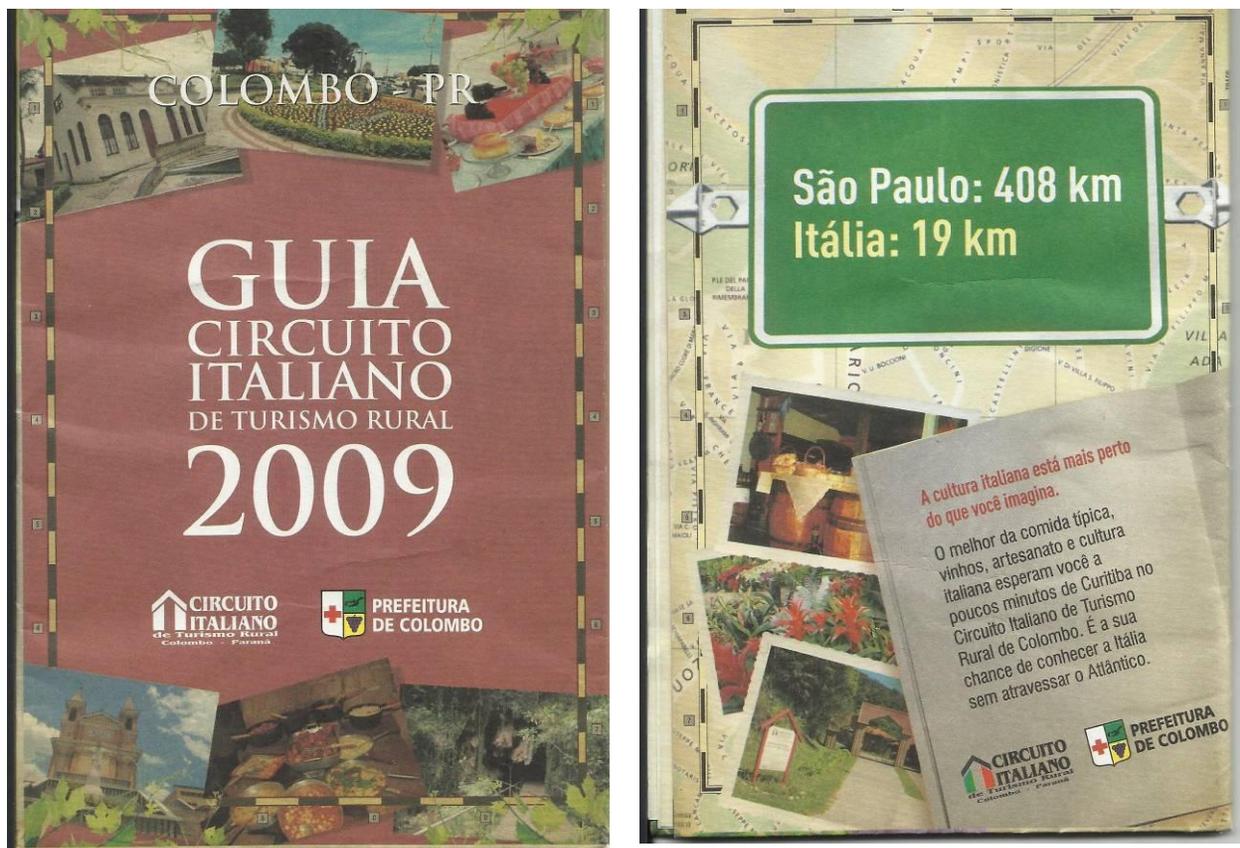


Figura 34: Folheto e mapa de divulgação turística do Circuito Italiano de Turismo Rural.
Fonte: Prefeitura Municipal de Colombo (S/D)

Além desses três estados da região Sul do Brasil, recordamos que o Sudeste brasileiro foi igualmente um destino que recebeu milhares de italianos no período da grande imigração. Indiscutivelmente São Paulo foi o estado que mais recebeu imigrantes, entretanto, apesar de numericamente ter tido menor importância, o Espírito Santo representou um destino no qual a presença dos italianos, seja nas colônias de imigração ou nas fazendas de café, foi um importante elemento de contribuição cultural neste estado, visto que foi, entre os imigrantes europeus, a etnia de maior representação no território Capixaba. A grande maioria desses imigrantes se estabeleceu no espaço rural e, ainda hoje, as cidades formadas a partir desta etnia constituem lócus de destaque da presença do patrimônio material e imaterial ítalo-descendente.

Um destaque aqui, como uma forma de demonstrar o processo de valorização do patrimônio e da paisagem culturalmente constituída neste estado, é o Guia de Informações Turísticas de Venda Nova do Imigrante, município que, inclusive, promove

uma das mais tradicionais festas ítalo-descendentes do estado: a Festa da Polenta, que se realiza todo ano no mês de outubro (Figura 35 e Figura 36).

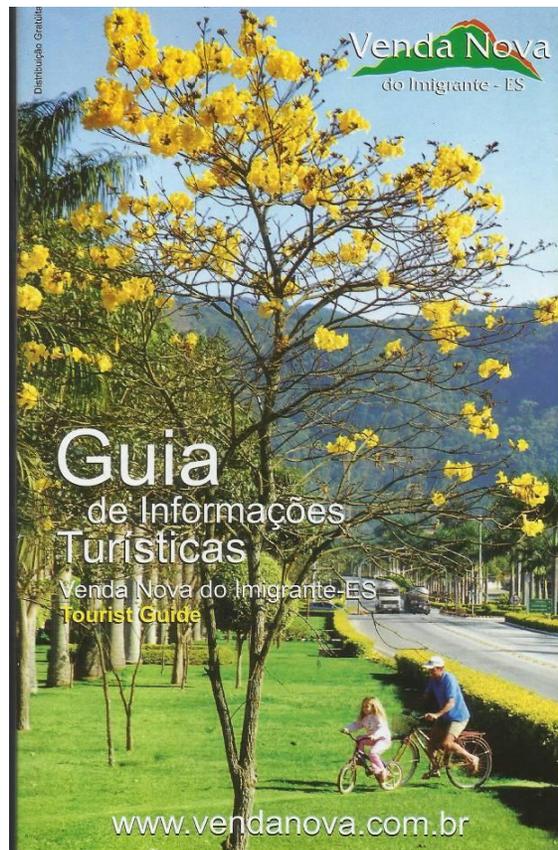


Figura 35: Guia de Informações turísticas de Venda Nova do Imigrante/ES.
Fonte: Conselho Municipal de Turismo – Comtur - VNI (S/D)

Estes circuitos exemplificados por seus folhetos e mapas turísticos são itinerários que põem em evidência a cultura e as tradições ítalo-descendentes nos estados escolhidos para a pesquisa. Cabe ressaltar que a possibilidade de promover o turismo com base nesta cultura, no mínimo, só é possível porque os limites onde estes circuitos são promovidos são territórios constituídos a partir do acúmulo histórico e da perpetuação não apenas de bens móveis e imóveis que resistiram ao tempo, também, pelos conteúdos culturais e simbólicos que dão sentido ao território e às paisagens e permitem a continuidade da cultura no tempo e no espaço.

3.3 A valorização dos bens culturais ítalo-descendentes no período contemporâneo

Antes de apresentar mais pontualmente o que se considera os elementos da cultura ítalo-descendente, valorizados no período atual para as práticas turísticas, afinal, este é um dos propósitos desse trabalho, iniciar-se-á este capítulo discutindo o processo de valorização dos bens culturais, que pode ter um cunho econômico ou cultural, obviamente com o foco do olhar na cultura ítalo-descendente, até mesmo porque muitas das afirmações feitas aqui se baseiam em observações das expressões dessa cultura a partir de sua realidade cotidiana. Isto significa que a partir deste ponto, começarão a ser apresentadas informações e dados obtidos a partir da sistematização, análise e interpretação do trabalho de campo, onde o leitor poderá conhecer mais a realidade pesquisada.

A proposta deste primeiro olhar justifica-se porque ao discutir o uso da cultura pelas práticas turísticas, muitas vezes, corre-se o risco de ficar apenas na crítica da valorização dos bens materiais e expressões simbólicas da cultura para serem comercializados enquanto produto, esquecendo de direcionar o olhar para processos de valorização da cultura, ou seja, iniciativas que têm por finalidade resgatar ou conservar bens materiais representativos, patrimonializados ou não, e/ou práticas, saberes e conhecimentos que representam os conteúdos simbólicos dos grupos sociais.

Há, pois, dois processos de valorização da cultura destacados aqui: um primeiro que pode ser apenas econômico, no qual os bens culturais são convertidos em produtos, incorporando valor de troca ao valor de uso, neste caso, servindo como objeto de desejo ao consumo cultural, neste trabalho, observado como produto atrativo para o mercado turístico.

Um segundo processo é representado pela valorização dos bens culturais onde as iniciativas visam a conservação e a manutenção de objetos materiais ou práticas e saberes, como forma de manter as expressões culturais de um determinado grupo social (descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses, portugueses, japoneses, espanhóis, expressões afro-brasileiras, indígenas, etc.), não apenas para ser mostrada para um público externo, mas pelo reconhecimento da importância, por

constituir parte da própria identidade e da memória dos grupos sociais e, por este motivo, vista como importante de ser mantida e passada às novas gerações.

É importante ressaltar que um processo não é excludente ao outro, inclusive, podendo ocorrer concomitantemente. A valorização turística dos bens culturais, em nosso entendimento, é uma das práticas que reúne estas duas funções de uso da cultura.

Observando a valorização social da cultura, em especial em relação aos ítalo-descendentes, pode-se verificar como são fortes as iniciativas de fortalecimento e manutenção dos bens culturais, principalmente os saberes e conhecimentos. Ainda que não seja o objeto desse trabalho, o que significa que não foi efetuada uma pesquisa específica para levantar as iniciativas de preservação da cultura ítalo-descendente no Brasil, tal afirmação se sustenta pelas inúmeras festas e celebrações tradicionais que têm sido mantidas por gerações, que representam momentos de reviver um passado no presente, celebrar a memória ou, por que não dizer, tornar a tradição viva e presente.

Durante o período de campo foi possível verificar que existem inúmeras festas ou celebrações que compõem a tradição religiosa e social dos ítalo-descendentes, algumas fazendo parte do calendário turístico, enquanto ainda outras constituem festas tradicionais das comunidades que são mantidas como tradição. Estas últimas, em alguns casos, foram aos poucos ganhando uma característica de serem abertas ao público externo, ou seja, ainda que não tenham sido inicialmente criadas como atrativo turístico, atualmente, constituem um forte apelo a vinda de turistas ou visitantes para estes destinos turísticos. Entre as festas ou celebrações que podem ser citadas dá-se destaque as Festas da Uva e Vinho, que vão desde eventos tradicionais e com uma história consolidada, como é o exemplo da Festa da Uva no município de Caxias do Sul/RS, que está na sua 84^a edição, até eventos mais recentes, como a Festa do Vinho, que é uma atividade recente do município de Bituruna/PR, inclusive tendo sido o evento que deu início a *Rota do Vinho*, ainda que no município já existisse a Festa da Uva, com mais de 30 anos de tradição.

Além dessas, em Azambuja, no município de Pedras Grandes, em Santa Catarina, nos anos ímpares acontece em julho a Festa do Vinho Goethe que, vale registrar, é um vinho obtido a partir de um tipo específico de uva, Uva Goethe, que está passando por um processo de registro para Indicação Geográfica – IG, a primeira do

estado e apenas a terceira do país para vinhos⁴³ (PROGOETHE, 2009; BORGHEZAN, ERN e SILVA, 2008; REBOLLAR *et al.*, 2007). Esta festa é uma celebração comunitária, onde os participantes são habitantes da região, não se tratando de um evento que componha o calendário turístico, ou seja, uma festividade que tem como objetivo reunir a comunidade para celebrar, reviver a memória e tornar a tradição um fato atual, memória e identidade celebradas no presente. Entre estas, ainda, não se pode deixar de fazer menção às festas do Vinho que ocorrem nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em Colombo e São José dos Pinhais, que são comemorações que têm por iniciativa celebrar este produto típico que é uma das marcas da italianidade no Brasil, o vinho.

Saindo das festas da Uva e Vinho que ocorrem nos estados, não se pode deixar de fazer referência a um “sem número” de outros eventos comunitários que ocorrem em alguns vilarejos e linhas espalhadas pelos estados do Sul e Sudeste do Brasil. Para citar alguns que foram mencionados pelos entrevistados tem-se a Festa da Cultura Italiana e a Romaria da Sede Figueira, em Chapecó/SC; Festa *Ritorno Alle Origine*, em Urussanga e Festa da Gastronomia, em Nova Veneza, ambos os municípios de Santa Catarina; Festa de Nossa Senhora do *Caravaggio*, Festa do Motorista, Baile do Vinho e a Janta Italiana, em Rolante/RS; Festa do Vinho Novo, Festa de Santo Antônio e a Noite Italiana, em Caxias do Sul/RS; a Tortelada e a Codornada relatada por um entrevistado de uma comunidade do interior também de Caxias do Sul/RS; a *Sagra Trevisana* em Bento Gonçalves/RS; e, por último, mas não menos importante, a Festa do *Pane e Vino*, a Serenata Italiana, a Festa do Socol⁴⁴ e a Festa da Polenta, no Município de Venda Nova do Imigrante/ES. Ainda nesse município não se pode deixar de fazer referência ao que eles denominam de “Missa das Dez”, relatado pela maioria dos entrevistados. A Missa das Dez acontece todo o domingo após a celebração das

⁴³ A Indicação Geográfica constitui um conjunto de ferramentas que visam a valorização de produtos tradicionais associados e localizados a determinados territórios, visando, basicamente, agregação de valor ao produto e a proteção de uma determinada região produtora. Para maior aprofundamento sobre o tema consultar Giesbrecht (2011), Niederle e Vitrolles (2010), Glass e Castro (2009), Dullius (2009), Cerdan e Vitrolles (2008), Kakuta (2006), Tonietto (2005), BENKO e PECQUER (2001), entre outros.

⁴⁴ Vale assinalar que o Socol é um produto típico da região, semelhante a Copa, mas com um modo de fazer próprio, segundo afirmou o entrevistado J. L., 55 anos, que possui um pequeno empreendimento agroindustrial em Venda Nova do Imigrante/ES. Este produto está passando por um processo de registro de Indicação Geográfica de origem – IG.

nove horas da manhã na igreja Matriz do Município. Ao final da celebração os participantes se dirigem ao bar do próprio salão comunitário, onde bebem vinho, ouvem e cantam as “cantarolas italianas”⁴⁵, entoadas pelos participantes do coral da igreja, alguns praticam o dialeto e conversam sobre inúmeros assuntos da comunidade e do município.

A escolha de citar estes eventos tem por objetivo reforçar que muitas destas festividades fazem parte de um processo de valorização social da cultura ítalo-descendente, que contribuem na manutenção dos nexos de pertencimento e fortalecem a memória e a identidade dos grupos sociais. Muitas dessas são festividades das comunidades ou municípios que estão enraizados na tradição, são passadas de geração em geração e possibilitam não um reviver do passado, mas manter a memória presente. Logicamente, entre as festas que foram citadas, muitas já se tornaram promoções que visam a participação de um grande público externo, vindo de outras regiões do país, ou seja, muitas se tornaram eventos de grande porte, inclusive, com destaque nacional, como é o caso da Festa da Uva, em Caxias do Sul/RS.

Junto às festas não se pode deixar de mencionar o consumo do vinho, alguns pratos típicos da culinária colonial, os jogos e o uso do dialeto, entre outras práticas que fazem parte das vivências cotidianas, familiares ou comunitárias, que preenchem e dão sentido ao ser ítalo-descendente.

De modo especial, atualmente, a produção e o consumo do vinho se apresenta como uma questão polêmica. Do lado da produção, as imposições de adequação sanitárias têm obrigado aos produtores a substituírem as pipas, recipientes para a fermentação e conservação do vinho, que originalmente eram de madeira, em alguns casos de alvenaria, por recipientes de inox ou polipropileno, como forma de adequar aos padrões sanitários. Não é necessário dizer que esta ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, divide opiniões, visto que muitos produtores ítalo-descendentes gostariam de manter a forma de produção do vinho colonial na forma como os antigos produziam. Além disso, outra reclamação muito comumente ouvida entre os produtores de vinho é a alta carga tributária, fazendo com

⁴⁵ A Secretária de Turismo do município Claudete Belon relatou, em entrevista, que está para ser lançada uma publicação com estas cantarolas típicas cantas pelo Coral da Igreja.

que o vinho produzido no Brasil, principalmente os vinhos finos, fique com um preço final maior do que o vinho produzido no Uruguai, Argentina e Chile, por exemplo, não tendo a possibilidade de o produto nacional concorrer com o produto importado⁴⁶ (RODRIGUES, 2007; TONIETO, 2003; PROTAS, CARMARGO e MELLO, 2002; SANTOS, 1999; LAPOLLI *et al.*, 1995).

Outro registro que não pode deixar de se fazer, no que diz respeito ao processo de valorização da cultura ítalo-descendente, é quanto ao representativo número de Associações Culturais espalhadas por todo território nacional, ainda que de forma mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Estas Associações, em geral, promovem encontros, cursos de italiano (gramatical), abrigam grupos de dança e cantos, promovem jantares, entre outras ações, um conjunto de ações que visam conservar e divulgar práticas e conhecimentos da cultura ítalo-descendente, iniciativas vinculadas à manutenção de práticas e saberes que tem por objetivo, de alguma forma, preservar práticas da cultura das gerações passadas no presente, como forma de manter a cultura viva.

Aproximando um pouco mais, no tocante às expressões que compõem as marcas identitárias ítalo-descendentes e que constituem um importante campo de valorização interna e externa da cultura, dá-se destaque para o dialeto, de maneira especial o mais representativo deles: o *Talian*. Este dialeto trazido pelos primeiros emigrantes, em sua maioria da região do Vêneto, no norte da Itália, se constituiu como uma marcante referência da identidade cultural ítalo-descendente no Brasil, de maneira mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentrou a maior parte dos italianos no país.

Cardoso (2007) faz referência de que no ano de 2001 a Associação dos Apresentadores de Programas de Rádio *Talian* do Brasil – ASSAPRORATABRAS, encaminhou um pedido ao IPHAN para registrar o *Talian* como Patrimônio Cultural Brasileiro, por considerar um idioma amplamente falado entre os ítalo-descendentes,

⁴⁶ Obviamente não cabe entrar nessa discussão sobre origem e qualidade dos vinhos, pois fugiríamos demais do propósito deste trabalho. Entretanto, cabe registrar uma reclamação de um produtor do município de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Tal produtor relatava que na tradicional Festa da Uva, ocorrida em 2013, dos onze rótulos de vinho oficiais da festa, oito eram estrangeiras (do Mercosul) e apenas 3 eram nacionais. Neste caso, cabem duas reflexões: uma, sobre como está a qualidade do vinho brasileiro. Outra, referente a política nacional de incentivo a produção deste produto, isto para não entrar no hábito do consumo, tão pouco difundido no país.

baseado no processo histórico desta etnia e sua contribuição na formação socioespacial, com relevante produção didático-cultural para o país. Entretanto, o IPHAN negou este pedido argumentando que o *Talian* apenas representaria a identidade de um grupo social bastante específico, podendo apenas ser considerado enquanto patrimônio para este grupo, não tendo relevância nacional. Neste caso, a autora questiona tal argumento do IPHAN utilizando como exemplo o “Jongo do Sudeste” e o “Modo de Fazer Viola-de-Cocho”, do Mato Grosso do Sul/MS e Mato Grosso/MT, que são tombados como patrimônios culturais brasileiros, mas, segundo ela, tal como o *Talian*, também não possuiriam uma abrangência nacional, possuindo condições bastante restritas de reprodução e conhecimento.

Esta discussão, muito mais do que uma preocupação em registrar o *Talian* enquanto patrimônio, deve fomentar a discussão de como os bens culturais ítalo-descendentes, tais como outras etnias que constituíram este miscigenado Brasil, possuem poucos bens tombados, fato que pode levar ao seu apagamento no espaço e, por conseguinte, da memória dos lugares, dos saberes e dos fazeres. Observado o cadastro de Bens Culturais Registrados em suas quatro categorias: celebrações, formas de expressão, lugares e saberes⁴⁷, sente-se a ausência das expressões culturais dos descendentes de europeus não ibéricos, não havendo nenhum registro. Além disso, entre os bens materiais somente no estado do Rio Grande do Sul existe o tombamento, por parte do IPHAN Nacional, apenas do Conjunto Arquitetônico Urbanístico de Antônio Prado e do Núcleo Urbano de Santa Tereza.

É necessário não apenas um reconhecimento e tombamento por parte dos municípios ou dos estados, ou das superintendências estaduais do IPHAN, mas um reconhecimento nacional, uma vez que isso pode garantir maior destinação de recursos para projetos de restauração e conservação, em especial, dos bens materiais. Afinal, a cultura ítalo-descendente não é apenas um evento na história do país, mas constitui uma realidade cultural forte e representativa ainda nos dias de hoje.

No âmbito da discussão a qual este capítulo se propõe, o que se quer demonstrar é que no período contemporâneo a valorização dos bens culturais ítalo-descendentes, em geral, ou decorrem de iniciativas locais, de grupos e associações

⁴⁷ www.iphan.gov.br

que se empenham em preservar elementos representativos da cultura; ou se convertem os atrativos para o consumo turístico, neste caso, o próprio processo de preservação tem um sentido de ser: a produção de valor de mercado para as expressões representativas da cultura.

Se, em geral, a conservação da cultura somente ocorre para ser comercializada e os membros dessa cultura não participam ou não cultivam as práticas comunitariamente ou no grupo familiar, neste caso, há sim um maior processo de artificialização, onde a cultura é instrumentalizada para a prática turística, pois se restringe a dimensão econômica. No entanto, se além do turismo há um envolvimento subjetivo com os bens e práticas culturais, nesse caso, significa que os vínculos de pertencimento são mantidos e estão ligados ao fortalecimento dos nexos culturais. Alguns destes aspectos foram observados com os trabalhos de campo e a aplicação das entrevistas aos gestores e empreendedores turísticos nos circuitos visitados. Assim, chega-se a outra forma de valorização da cultura que foi mencionada no início do capítulo: a valorização turística.

Tomar a cultura como objeto da prática turística não significa que se está simplesmente transformando a cultura em produto e lhe esvaziando de significado. Neste caso, é importante ter em mente que os bens culturais podem ser apenas oferecidos como mercadoria para o consumo cultural, entretanto, o público que busca um turismo de caráter cultural consegue mais facilmente identificar quando há apenas uma cenarização, uma simulação de práticas que não fazem mais parte da cotidianidade de um determinado grupo social. Urry (2005) lembra que muitos espaços turísticos se organizam em torno da encenação por meio da criação de cenários ou paisagens simuladas. Contudo, relembra que com os grupos sociais estão em processo dinâmico de transformação, os próprios elementos internos da cultura são constantemente reorganizados. Além disso, o caderno de orientações para o turismo cultural do MTur (2010), aborda que os turistas que tem a motivação principal na cultura se deslocam para os lugares especificamente para este fim, ou seja, buscam um contato mais aproximado e profundo com as representações da cultura, sua motivação é cultural, conforme ressalta Andrade (1998).

Apesar de não entrar na questão da autenticidade, pois este é um tema realmente movediço e necessita de um esforço específico para seu aprofundamento, os instrumentos de coleta de dados e informações, durante o período de campo, permitiram observar, também, as representações da cultura, aquelas criadas na paisagem para promover os lugares ou aquelas transportadas do passado para o presente, heranças culturais remanescentes.

Assim, no trabalho de campo foram visitados 11 circuitos turísticos, nos quatro estados abrangidos pela pesquisa, somando-se 44 entrevistas a gestores ou empreendedores turísticos, com a utilização de um questionário semiestruturado (Apêndice 3). Além disso, foram entrevistados 10 representantes institucionais, em cada município visitado, onde estavam situados os circuitos turísticos selecionados para o trabalho de campo (Apêndice 4). Finalmente, em cada estabelecimento visitado foram deixados questionários para os turistas responderem (Apêndice 2), visando, com isso, abranger os mais variados atores envolvidos no processo de uso da cultura pelo turismo, desde os promotores, passando pelos gestores municipais até chegar aos consumidores dos produtos turísticos.

Como se está tratando, neste capítulo, a respeito da valorização dos bens culturais ítalo-descendentes no período contemporâneo, é deveras importante conhecer algumas considerações dos representantes institucionais a respeito das representações dessa cultura, para depois entrar no questionário destinado aos proprietários e gestores dos empreendimentos turísticos.

A primeira pergunta do Questionário 3, destinado aos representantes institucionais, indagava se o entrevistado *Considera a cultura dos descendentes de imigrantes italianos um patrimônio cultural brasileiro.*

Certamente que todas as respostas foram unânimes na afirmação positiva, afinal, estes representantes institucionais são secretários, diretores ou desempenham funções estratégicas dentro das secretarias de turismo dos municípios, neste caso, municípios estes que possuem em seus territórios ao menos um circuito turístico ítalo-descendente. Mas, mais importante que a mera afirmação é o conteúdo das respostas, pois estas contêm substância para análise desta pesquisa. A entrevistada Alvine Bonin, 31 anos, por exemplo, afirma que:

Com certeza é um patrimônio cultural porque eles trouxeram muitas (pausa), agregaram muito a nossa cultura. Eu não sei por que eu sou muito aqui de Colombo, mas a gente vê que muitas coisas já foram agregadas: a polenta, que todo mundo come hoje em dia, veio junto com os italianos, aqui ainda tem muito o modo de falar dos italianos, algumas palavras a gente vê no vocabulário misturado com o nosso. Então isso foi formando uma cultura no Brasil, não é igual na Itália, mas os imigrantes trouxeram essa cultura que continua aqui, e algumas partes, algumas coisas que foram agregadas a nossa cultura aqui. (Alvine Bonin, Agosto de 2013)

Tal afirmação vem de encontro a ideia de que a cultura ítalo-descendente constitui uma importante referência na constituição da formação socioespacial do Brasil, dos estados para onde os imigrantes foram e, ainda, nos municípios em que sua presença foi mais marcante, inclusive, incorporando elementos da cultura trazida da Itália à cultura brasileira e, obviamente, sendo influenciada por esta, fato que permitiu a constituição da *italianidade brasileira*, já abordada neste trabalho.

De opinião semelhante é Ivani Favero, 43 anos, Secretária de Turismo de Garibaldi. Quando perguntada se considera a cultura ítalo-descendente um patrimônio cultural brasileiro, sem pestanejar, responde da seguinte forma:

Sim. Me parece óbvio que sim. Os porquês são muitos. Por tudo que construíram aqui, pela histórica, pelo tempo que já dedicaram, pela mudança que trouxeram na paisagem, na cultura local, pelo legado, pelo idioma, nós temos o *Talian* como umas das línguas em extinção, já considerada assim, e o patrimônio vai além disso, ele é arquitetônico, ele é imaterial, através da gastronomia, o que hoje é um produto turístico fortíssimo da nossa região. Ele se manifesta de várias formas e com certeza é um patrimônio cultural. (Ivani Favero, julho de 2013) (*grifo nosso*)

A entrevistada, com isso, além de reforçar a importância histórico-cultural que as materialidades e as práticas e conhecimentos ítalo-descendentes tiveram, e têm, observa como sua manutenção no período atual é, digamos, um *conditio sine qua non* para a promoção do turismo, ou seja, só pode haver turismo com base nessa cultura se, de fato, suas representações materiais e imateriais permanecerem existindo no presente, remanescentes com um sentido de uso e funcionalidade, entre as quais está o turismo.

Entre os representantes de agências de turismo que responderam o questionário porque possuem ações de turismo receptivo aos circuitos ítalo-descendentes, também, foi unânime a afirmação sobre a cultura ítalo-descendente ser um patrimônio cultural

brasileiro. I. P. 31 anos, por exemplo, afirma que “faz parte da manifestação da cultura popular, uma vez que por meio desta etnia podemos conhecer seus costumes e tradições que vão sendo passados de geração em geração”. Ou seja, a manutenção da cultura, para a entrevistada, tem um papel singular para a cultura brasileira.

Além disso, J. A. P., 39 anos, enfatiza que esta cultura é um patrimônio cultural, pois “é uma herança que se perdeu em seu país de origem, a Itália. A língua (dialeto falado), a gastronomia típica, os costumes e o artesanato que ainda estão enraizados no povo do sul”. O entrevistado, dessa forma, salienta principalmente os aspectos imateriais da cultura, como um elemento que põe em evidencia a importância dos saberes e práticas não apenas para a promoção do turismo, mas para o fortalecimento da *italianidade* na cultura brasileira.

Seguindo nessa linha de pensamento, a questão que se seguia aos entrevistados era se *Considera importante a reprodução da cultura dos ítalo-descendentes no Brasil* e, da mesma forma que a questão anterior, todas as respostas convergiram para o mesmo sentido, da afirmação da importância desta cultura para o país. Neste sentido, Simone Tadiotto, 45 anos, Secretária de Turismo e Cultura de Rolante, é categórica em afirmar que:

Com certeza. Tanto é que os primeiros colonizadores italianos, eles vieram e se instalaram na serra, que foi Caxias, Farroupilha, Bento Gonçalves (...) e isso foi crescendo com essa cultura típica italiana, a comida, enfim, os seus costumes, e isso vem a agregar muito a região, ao estado do Rio Grande do Sul e, até mesmo, do Brasil. Tanto que hoje a gente vê reportagens aí (...) da serra. Então, a gente tem que considerar muito e agradecer, pois eles vieram se instalar lá e hoje fazer essa grande expansão, vamos dizer assim, de seus costumes que é importante para o nosso Brasil, nosso país. (Simone Tadiotto, julho de 2013).

A entrevistada, com esta afirmação, reforça o argumento de como a cultura ítalo-descendente se consolidou nos lugares onde se fixou, principalmente nos municípios que surgiram a partir da forte influência trazidas com estes emigrantes para o Brasil.

Gilberto Durante, 49 anos, Secretário de Turismo do município de Bento Gonçalves, observa que o mundo contemporâneo é dinâmico e rápido, principalmente em se tratando de fluxos de mercadorias e informações e que isto, obviamente, tem um impacto sobre as culturas. Entretanto, destaca, as iniciativas locais são importantes no fortalecimento dos nexos de pertencimento e manutenção da cultura. Segundo ele, no

município, existem “associações que fazem um trabalho digamos de proteção (do patrimônio cultural), a gente tem alguns círculos aqui, Trentino, Vêneto, então, são pessoas apaixonadas por essa causa”, de fundamental importância para a cultura ítalo-descendente “porque elas servem até de modelo, pro próprio desenvolvimento do nosso turismo” (Gilberto Durante, julho de 2013), e finaliza reforçando a importância que os indivíduos e as comunidades têm na manutenção das práticas culturais que são, no limite da questão, utilizadas como atratividades turística.

As declarações dos entrevistados pontuam elementos importantes que convergem, primeiro, para a importante contribuição que a cultura ítalo-descendente teve para a formação socioespacial dos lugares, de maneira especial onde se constituíram inicialmente as colônias de imigração e, segundo, de como só é possível promover o turismo com base na cultura ítalo-descendente se houver a manutenção e a conservação dos bens materiais, dos saberes e conhecimentos da cultura no período atual.

Seguindo nesta perspectiva, torna-se fundamental observar os resultados oriundos das entrevistas efetuadas com os proprietários e gestores dos empreendimentos turísticos que foram selecionados e visitados dentro de cada circuito ítalo-descendente nos estados abrangidos pela pesquisa.

Uma das questões formulada aos entrevistados era: *O que motivou você a promover o turismo em sua propriedade?* Entre as respostas, como se pode observar no abaixo (Gráfico 1), a maioria dos entrevistados, 44% deles, respondeu que a principal motivação era a comercialização e agregação de valor ao produto. O entrevistado L. L. T., 27 anos, lembra que “a princípio foi uma questão de necessidade, porque nós trabalhávamos com hortifrutigranjeiro”, mas que devido a fatores naturais e de mercado não conseguiam viabilizar a produção. Assim, segundo ele, “essa alternativa do turismo veio como uma necessidade de se fixar ainda na colônia, pra tocar adiante aqui a propriedade junto com a uva”. Segundo L. A., 42 anos, “partiu de uma necessidade e de uma busca pra melhorar a qualidade de vida (...) o que motivou foi a gente agregar valor e ter uma renda superior ao que a gente vinha tendo”. De fato, a comercialização e a agregação de valor ao produto, é um dos principais fatores que levam a promoção do turismo nos circuitos visitados.

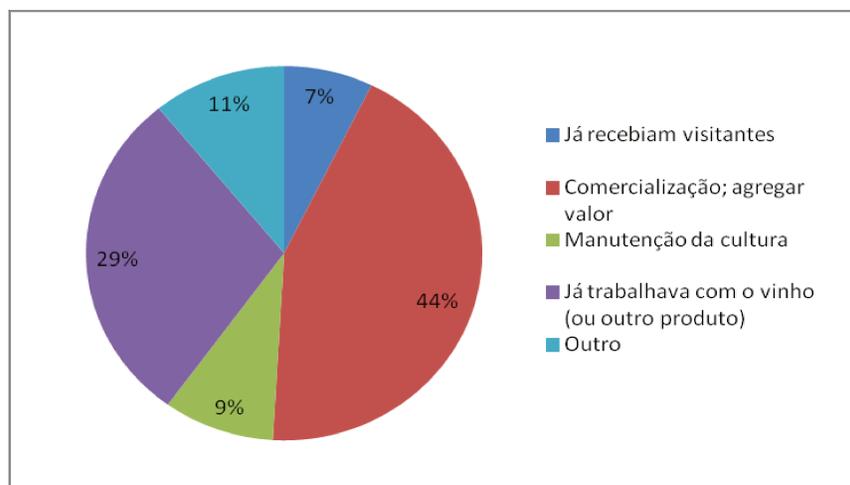


Gráfico 1: O que motivou a promover o turismo na propriedade?
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Outro percentual relevante representa os 29% dos entrevistados que responderam que já trabalham com o vinho, ou seja, já havia um fluxo de pessoas e de venda do produto e o ingresso no circuito turístico representava mais uma possibilidade de comercialização do vinho ou outros produtos coloniais. A fala de M. B., 22 anos, ilustra bem esta situação. Segundo ela,

A gente já trabalhava com o vinho. Não sabemos fazer outra coisa, como diz meu vô. A gente adora isso, né. E era um meio da gente divulgar nosso produto, divulgar nossa terra, o que a gente tinha aqui pra fora. Por isso que a gente pensou, inclusive, a gente entrou em vários programas de Sebrae, Senar⁴⁸, pra gente se estruturar, pra gente se profissionalizar, pra tentar oferecer uma coisa, expandir mais o nosso negócio. Uma forma de sobrevivência no interior também. (M. B., julho de 2013)

Um fato marcante que foi possível perceber no trabalho de campo é a representativa quantidade de jovens que estão se envolvendo com a prática turística com base na cultura ítalo-descendente, seja diretamente, assumindo os empreendimentos como administradores ou técnicos em enologia, seja contribuindo diretamente no empreendimento familiar.

Isso demonstra, de um lado, que, se bem gerido, o turismo se apresenta como uma alternativa para que estes não abandonem as atividades rurais para ir morar na cidade, pois tem-se no turismo uma fonte de renda possível, uma atividade que se

⁴⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

soma a produção da família, contribuindo nos rendimentos. De outro, percebe-se um forte envolvimento com as práticas culturais, com a valorização dos bens culturais não apenas enquanto atrativo turístico, mas como um vínculo que fortalece os laços de pertencimento ao lugar, à propriedade e à família. Propostas desse tipo a mais de uma década já se consolidaram na Europa, onde tem havido um interesse cada vez mais forte por parte dos governos e das populações em promover o desenvolvimento nas áreas rurais (VERBOLE, 2002), utilizando a paisagem rural juntamente com as representações do patrimônio cultural (MAZUEL, 2000).

Visto que a maioria das propriedades está afastada da cidade ou na área rural dos municípios, isto reforça o argumento já referenciado por este autor (PANIS, 2009a) e por outros pesquisadores dos temas relativos, já mencionado em capítulo anterior, à dinâmica das transformações do campo de que o agricultor tem se tornado pluriativo, ou seja, está agregando mais atividades, entre as quais está o turismo, além da prática agrícola no campo. No caso deste trabalho, reforça o argumento a respeito da refuncionalização do espaço (EVASO, 1999; LUCHIARI, 2005; PANIS, 2009a), afinal, entre os novos conteúdos que preenchem as formas ou os diferentes usos dos conhecimentos e saberes, a prática do turismo também deve ser levada em conta.

Para demonstrar melhor esta característica da refuncionalização que se está abordando, faz-se referência a outra questão do instrumento de pesquisa aos proprietários e gestores dos atrativos turístico (Apêndice 3), que perguntava se *O turismo é a única fonte de renda?*

Entre os entrevistados, como pode ser observado no **Gráfico 2**, apenas 12% respondeu que sim, que o turismo representava a única fonte de renda enquanto que 84% respondeu que não. Contudo, entre estes que responderam não ser a única fonte de renda, 12% deles disseram ser o turismo a principal delas.

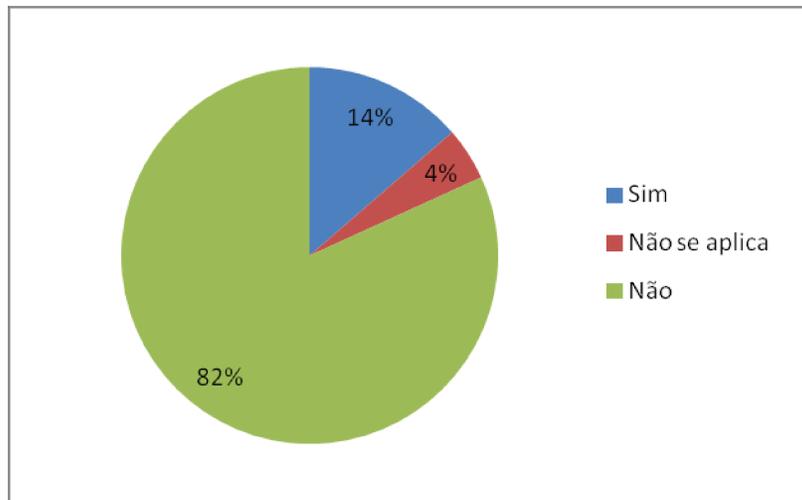


Gráfico 2: O turismo é a única fonte de renda?

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Observando as respostas dadas, significa dizer que o turismo com base na oferta dos bens culturais ítalo-descendentes, atualmente, ainda não é suficiente para manter os empreendimentos, que em geral são familiares, necessitando manter atividades complementares ou sendo o turismo esta atividade complementar. Esta ideia será retomada *a posteriori*, quando serão abordados os entraves e problemas apontados pelos empreendedores turísticos para o melhor desenvolvimento da prática nos circuitos pesquisados.

Ainda mantendo o foco na valorização dos bens culturais, uma questão formulada aos entrevistados nesta relação entre turismo e cultura, apresentou respostas interessantes. A pergunta era a seguinte: *Você acha que o turismo ajuda a manter, conservar os bens e as práticas culturais ítalo-descendentes?*

Entre todos os entrevistados, 39 deles responderam que sim, ou seja, 89% dos entrevistados afirma que o turismo ajuda a conservar a cultura, sendo que destes 17 destes, 44%, deram destaque para o fato de que é isso que o turista busca, as expressões da cultura, portanto, se não forem conservadas as características culturais o turista deixa de vir. Para D. S, 33 anos, “Ajuda porque daí você vai (pausa), o pessoal vem atrás dessa cultura. Isso faz com que você permaneça mais nela, caso contrário você já ia mudando, alguma coisa já ia lá, derrubava, botava novo”. Nesta resposta o entrevistado resume bem a necessidade de manter práticas e saberes que caracterizam o ser ítalo-descendente, bem com a importância de preservar as materialidades, objetos

e construções antigas que podem adquirir um novo sentido de uso, abrigar novos conteúdos, neste caso, para a demanda turística. De uma visão semelhante é a ideia de P. M. F., 49 anos, quando perguntada sobre se o turismo ajuda a manter a cultura. Segundo ela:

É fundamental, é o turismo que vai ajudar. Porque ele dá vida pro bem histórico-cultural. Ele valoriza a manifestação, ele eleva a autoestima da população, mas só de estima elevada não sobrevive, tem que ter o dinheiro. E o dinheiro vem através dessa animação do território, então, aproveitar uma casa histórica, montar ali um restaurante ou uma pousada, ou fazer com que ela faça parte do contexto do serviço. Turismo é serviço. Atrativo é cultura. Um precisa do outro. O turismo precisa da cultura como atrativo e a cultura do serviço turístico pra fazer o visitante chegar nela. Um não vive sem o outro. (P. M. F., julho de 2013)

Com muita clareza a entrevistada reafirma que o turismo tem uma função importante no processo de valorização cultural, uma vez que esta atividade necessita dos bens para promover suas atividades e práticas, ao mesmo tempo em que a cultura se beneficia do turismo, pois este promove e divulga as expressões culturais, incorporando um novo atributo na valorização dos bens e práticas.

Ainda nesta questão, I. O., 28 anos, compartilha dessa ideia. Quando perguntado se o turismo ajuda a conservar os bens e práticas culturais ítalo-descendentes ele afirma da seguinte forma:

Sim, sim, sim. Pelo seguinte: a gente tem uma cultura que, digamos assim, até então, é um pouco diferente do restante dos povos do Brasil, dessa miscigenação que é o Brasil. E junto tem práticas, tem comida, alguma coisa de dança, de folclore, e até então é típico nosso. Então, quando pessoas de longe vêm visitar eles querem ver isso, coisas que eles não conheçam e que seja diferente e que, de certa forma, foi o (pausa), foi um fator que fixou esse imigrante aqui, que desenvolveu, então, hoje, com a globalização muita coisa a gente acaba perdendo, que realmente é cultural, mas, assim, se a gente não manter aquele pouco que restou, que é como a cultura mesmo, não vai ter graça daqui a pouco para o turista vir, porque não vai encontrar alguma coisa realmente diferente, né. (I. O., junho de 2013)

Obviamente que sendo empreendedores turísticos, que utilizam a cultura e as tradições ítalo-descendentes como atrativos, a maioria dos entrevistados tende a concordar sobre a importância que o turismo tem para conservar os bens culturais. Ainda assim, uma pequena margem dos entrevistados, apenas 3, disseram que não contribui e outros 2 não souberam responder, 7% e 4%, respectivamente.

Entre as respostas negativas, cabe dar destaque o que declarou V. C., 25 anos, para quem o turismo não ajuda a conservar a cultura. Segundo ela porque a cultura “vai passando de geração em geração (...) quando chegaram aqui, até a geração de hoje se perdeu muito das tradições italianas”, assim, para ela, “cada ano, cada vez, a geração vai se perdendo um pouco dessa cultura italiana. Daí vai ficando essa cultura, assim, brasileira. Vai abrigando”.

Apesar de considerar um aspecto negativo, a entrevistada constata o que é sabido entre aqueles que observam e estudam o tema: a cultura é dinâmica e se transforma no tempo, incorpora elementos e práticas de outras culturas e mantém algumas. A questão nesse caso não é de fato se preocupar com as práticas e bens que aos poucos vão se perdendo, isto é inevitável. A questão central, em nosso entendimento, é valorizar o que permanece e é transmitido através das gerações, o patrimônio material e imaterial remanescente e, no limite da questão, ter clareza o quanto o turismo se constitui como uma prática que contribua na preservação tanto dos objetos quanto das práticas e conhecimentos.

Esta questão pode ser aproximada de uma pergunta contida no Questionário para entrevista às agências de turismo (**Apêndice 5**), que interrogava o seguinte: *Qual a importância da cultura dos descendentes italianos para a promoção do turismo no município ou região? Representa, aproximadamente, quanto do movimento turístico para a agência?*

Para J. A. P., 39 anos, cerca de 80% dos produtos turísticos da região estão voltados para a imigração italiana, que agrega um aglomerado de aproximadamente 30 cidades de etnia ítalo-descendente na região da *Serra Gaúcha*. Segundo o entrevistado, “A maioria destas cidades promovem o turismo baseado na imigração italiana, em seus costumes e tradições, que são passados ao turista como uma forma de reconhecer o trabalho e mostrar que hoje é símbolo do progresso”. Tal afirmação demonstra que as representações da cultura ítalo-descendente constituem, de fato, um potencial de grande atratividade para a promoção do turismo.

Esta ideia é reforçada por I. P., 31 anos, quando a entrevistada afirma que “A cultura italiana é um dos principais fatores de atração do turismo na cidade em virtude dos produtos turísticos relacionados a esta cultura”. Isto reforça a ideia de que só pode

haver circuito ítalo-descendente, se as representações da cultura forem preservadas pelos seus possuidores.

Voltando ao roteiro de perguntas para entrevista aos proprietários dos atrativos turísticos, verifica-se que outras questões ainda são importantes de serem abordadas neste capítulo, que dão mais consistência ao enfoque da valorização dos bens culturais no período contemporâneo. Uma delas diz respeito a seguinte questão: *Que práticas foram herdadas dos antepassados? Praticam cotidianamente ou só na presença dos turistas?*.

Entre as práticas herdadas 32 entrevistados citaram a culinária como um dos legados transmitidos entre as gerações, o que representa um percentual de 72%, com um destaque todo especial para a polenta, este que é um dos pratos que identifica a cultura ítalo-descendente, uma vez que poucas são as famílias que não consomem ao menos uma vez por semana este produto típico. A polenta é um produto que faz parte do cardápio ítalo-descendente desde a chegada dos primeiros imigrantes, pois se constituía num prato forte e barato que, junto com alguma carne de porco ou acompanhada de algum caça, alimentava e repunha as energias necessárias para o duro trabalho na lavoura e outras atividades que exigiam grande esforço físico.

Além da polenta, também foram citados o macarrão, o radicci cote, polenta brustolada, brassola, sopa de agnoline, molho de frango, grostole, tortei, fortaia, sopa de feijão com tagliarin, 'la minestra de fasoi con le taiadeli'; o radicci cote con la panceta, escodegin, a carne de porco, pães e bolachas, frango alle montagne; miserie delle femene [ovos com trigo - farrofa]; macarrão caseiro; brobrusá; Pastin (miúdos picados usados pra temperar a comida), além do sempre lembrado, queijo e salame, que normalmente está presente nas refeições.

O segundo aspecto mais lembrado são as práticas de lazer, lembrado por 13 dos entrevistados, somando 29% das respostas, entre as quais reúnem os jogos, como o quatrilha, bocha, dubelão, mora, três-sete e briscola, que foram citados pelos entrevistados, e as cantorias típicas, seja na comunidade católica, com o grupo de cantos ou coral, seja nas associações culturais.

O consumo do vinho e o cultivo e trato da uva e a religiosidade, lembrado por 11 dos entrevistados, o que representa 25% das respostas para cada item lembrando,

estão na terceira posição entre as práticas herdadas dos antepassados, seguido do dialeto, o trabalho e o artesanato, lembrado por 6, 4 e 3 entrevistados, 13%, 9% e 7% do total das respostas, respectivamente. Importante ressaltar que cada entrevistado tinha liberdade para citar todas as práticas herdadas e realizadas em família. Nesse caso, o destaque que se dá é que nenhum dos entrevistados ficou apenas restrito a uma herança apenas, sempre citando mais de uma prática herdada dos antepassados.

Esta questão sobre as práticas herdadas foi dividida, sendo que a segunda parte perguntava aos entrevistados: *Como estas práticas são transmitidas aos mais jovens?* O intuito, com esta questão, era verificar como está o processo de transmissão do legado cultural, aspecto fundamental para a continuidade da cultura ítalo-descendente. Neste caso, pode-se verificar que a grande maioria, 75% dos entrevistados, aponta o convívio familiar como sendo o principal modo de transmitir os saberes, os fazeres e todos os conhecimentos (Gráfico 3).

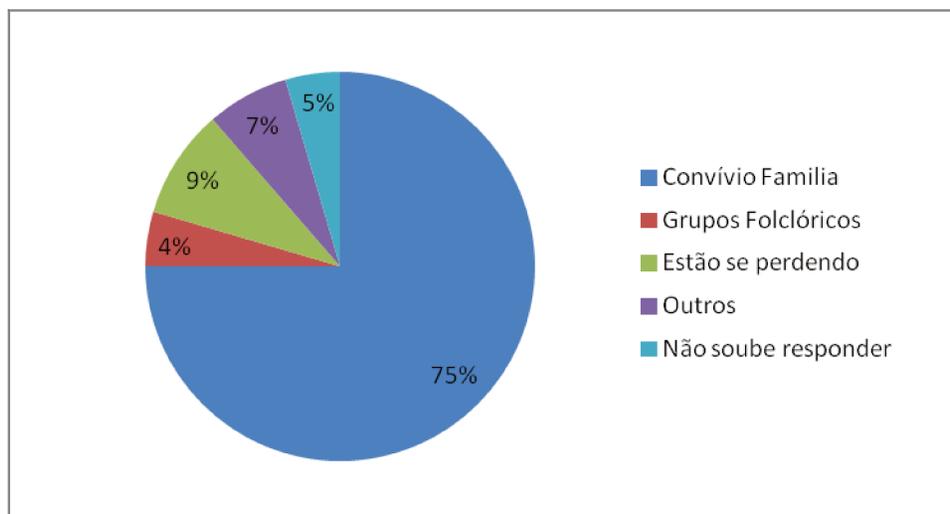


Gráfico 3: Como essas práticas são transmitidas aos jovens?
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

O que se pode concluir, pelas respostas apresentadas, que é pelo *convívio familiar* que os nexos de pertencimento a cultura são mantidos e reforçados frente às transformações propostas e impostas por uma certa homogeneização cultural no período contemporâneo. Mesmo o patrimônio material será mais valorizado e

conservado quanto mais a teia de relações familiares e comunitárias mantiverem as tradições e costumes presentes no cotidiano dos mais jovens.

Tal aspecto reforça o papel central que a família tem na cultura ítalo-descendente. Essa tradição de valorização da família tem sido transmitida através das gerações e, retrocedendo no processo histórico, pode-se perceber que desde a chegada ao Brasil, nas colônias de imigração ou nas fazendas de café, os italianos e seus descendentes sempre tinham na unidade familiar, e nas famílias reunidas em suas casas ou comunitariamente, um núcleo sólido de convívio e fortalecimento dos laços afetivos e de pertencimento.

Além disso, a vida em comunidade é uma marca da tradição ítalo-descendente. Isso significa que a participação das atividades religiosas (grupos de cantos, de jovens, celebrações e festas comunitárias), bem como as associações culturais que por ventura existam, também, constituem importantes referências para o fortalecimento dos vínculos culturais.

Azevedo (1982, p. 193), assinala como nos primeiros anos nas colônias havia um “processo de unificação dos esforços”, marcado pelo empenho coletivo para construir as igrejas, capelas, escolas, salões de festa, que constituíam espaços coletivos de vivência comunitária, lugar de encontro familiar onde todos participavam. Esta importância da vida comunitária, principalmente em torno da religiosidade, já havia sido ressaltada por Manfroi (1975), quando este dedica um capítulo inteiro em sua obra para, de maneira pontual, ressaltar a importância e a influência que a religiosidade católica tinha sobre os ítalo-descendentes.

Para Maschio (2013, p. 135), quando resgata a história e interpreta as características das famílias ítalo-descendentes de Colombo, no Paraná, observa que “na família, lugar de acolhimento dos membros, comum era as conversas, os momentos de contação de história e as orações que se sucediam no interior dela”, orações em latim e conversas e histórias em vêneto. Esta, aliás, é uma marca bastante atual dos ítalo-descendentes, principalmente daqueles que habitam áreas rurais ou pequenas cidades ao Sul e Sudeste do Brasil, o convívio familiar. E é neste ambiente familiar e comunitário que as tradições e os laços de pertencimento são passados por gerações e que se dá a valorização dos bens culturais.

Ao início deste capítulo duas questões permeavam as entrelinhas: como se dá o processo de valorização destes bens culturais? Qual a finalidade de preservá-los? Certamente não são questões fáceis de serem respondidas e nem poderiam ser, tomando por base o horizonte da cultura que é sempre um campo de profundas discussões, muitas das quais discordantes. Por tal motivo, no percurso deste capítulo, procurou-se fazer uso das respostas dos entrevistados, pois suas exposições permitem tecer uma leitura do processo de valorização da cultura, seja uma valorização social, seja uma valorização turística, sobretudo, interpretar aquilo que os próprios ítalo-descendentes dizem sobre as representações de sua cultura e a forma como está sendo relacionada às práticas turísticas. Assim, não se buscou uma resposta definitiva, mas uma leitura e interpretação da realidade com a qual o trabalho de campo teve contato, um recorte bastante específico, pois se trata das representações culturais ítalo-descendentes que são ofertadas enquanto atrativos turísticos.

Assim, analisando a possibilidade da existência da prática turística contemporânea, com base no uso dos bens culturais ítalo-descendentes, percebe-se que tal fenômeno só é possível devido à manutenção dos laços de pertencimentos dos indivíduos as coletividades. Além disso, adquire importância a preservação e manutenção de práticas culturais e bens materiais representativos da cultura, afinal, só é possível formatar circuitos turísticos ítalo-descendentes se, de fato, houver representações da cultura para serem ofertados enquanto atrativo.

Além do mais é importante ressaltar que na relação entre turismo e cultura, esta precede àquele, ou seja, a prática turística é uma atividade recente que está sendo incorporada aos lugares com significativa expressão cultural, como é o caso dos lugares onde originalmente estavam as colônias de imigração ítalo-descendentes. Isto posto, cabe lembrar que “por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura” (CRUZ, 2001b, p. 5), o que significa dizer que a cultura representa um dos fatores determinantes da oferta e da atratividade e, no período contemporâneo, tem se constituído como um dos principais elementos diferenciadores dos lugares, utilizados como fomentadores da prática turística.

Contudo, tal processo não é citado com o intuito de estabelecer uma visão dualista, onde se ressalta os aspectos positivos e negativos da atividade turística, tão

comum entre os turismólogos (BENI, 2006). Sobretudo, a perspectiva é que a agregação de valor de mercado ao valor cultural não se constitui necessariamente como um problema, visto que, entre os circuitos turísticos ítalo-descendentes observados em campo, todos constituem iniciativas familiares, sem que haja o domínio dos grupos empresariais.

Portanto, dando continuidade às propostas desse trabalho, em interpretar e aprofundar a relação de uso da cultura ítalo-descendente pelas práticas turísticas, de modo mais pontual, o próximo capítulo será dedicado a apresentar alguns circuitos que foram previamente selecionados, entre os quais estarão os que foram visitados pelo trabalho de campo, de forma a evidenciar o uso turístico da cultura ítalo-descendente, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Fazendo a apresentação destes circuitos, o último capítulo será dedicado a interpretação qualitativa e quantitativa das informações obtidas por meio da aplicação dos questionários em campo e, com isso, encaminhar o desfecho desta etapa da pesquisa de doutoramento, buscando dar respostas à hipótese estabelecida para este trabalho, a qual parte da concepção de que o turismo constitui-se como uma atividade que complementa os rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribui na preservação dos bens materiais e conteúdos simbólicos da cultura, uma vez que o uso turístico do patrimônio cultural, evidenciado na formatação dos circuitos turísticos ítalo-descendentes, garante sua continuidade no tempo e no espaço.

Nunca é demais lembrar que tal processo, por outro lado, promove a incorporação do valor econômico aos bens culturais e pode levar uma produção estetizada da cultura, onde os bens materiais e imateriais são convertidos em mercadorias, alterando o sentido de pertencimento do indivíduo à cultura, caso em que as representações culturais constituem apenas artificialidades, produtos formatados para serem consumidos pelo público em geral.

Cabe, agora, para a própria apreciação do leitor, continuar apresentando as leituras e interpretações obtidas a partir da sistematização dos dados e informações coletados em campo, de maneira a ampliar e aprofundar as discussões a respeito do uso das heranças culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas no período contemporâneo.

3.4 Os circuitos turísticos ítalo-descendentes

Algumas informações e reflexões obtidas por meio do trabalho de campo já foram apresentadas e analisadas em capítulo anterior. Contudo, como este se anuncia como o último capítulo deste trabalho, é importante que sejam aqui apresentadas mais considerações para o entendimento do universo pesquisado em campo, bem como seja possível encaminhar esta tese para uma conclusão, percorrendo um caminho que vai desde uma problematização inicial e a elaboração de um projeto, passando pela pesquisa, até chegar às conclusões com base na realidade interpretada, permeada pela escolha de uma metodologia adequada que dê conta de cumprir os desígnios estabelecidos em uma agenda de pesquisa.

Embora os diversos destinos turísticos tenham como principal característica a *italianidade*, ainda assim não se pode perder de vista que a cultura é dinâmica e está em constante processo de transformação, o que significa que mesmo pertencendo a uma origem ítalo-descendente comum, os circuitos visitados em cada município são representações de uma *italianidade* que foi se (re)configurando por influência das dimensões políticas, econômicas e culturais da cotidianidade, o que nos leva a entender como a *italianidade* pode apresentar determinadas peculiaridades locais.

Tal como já sinalizado nesse trabalho, cabe reforçar o argumento de que não se trata de um trabalho comparativo. Com isso, significa dizer que os trabalhos de pesquisa bibliográfica, bem como o campo realizado, no qual se buscou o conhecimento das realidades culturais e turísticas, não tinha por interesse analisar o grau de *italianidade* de cada circuito turístico, ou deduzir que um determinado circuito é mais “italiano” que outro.

Sobretudo, buscou-se analisar como se dá o uso dos bens e representações culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas, sempre com o foco na hipótese de trabalho, na qual interpreta-se que os grupos sociais, estando atrelados às complexidades econômicas globais e locais, necessitam inserir novos conteúdos produtivos nos lugares, redefinindo ou ampliando o uso das formas culturais pretéritas por meio de novas funções, processo que da mesma forma leva a alterações do seu *modus vivendi*, *facendi* e *operandi*, na qual há um processo de incorporação de valor econômico ao valor cultural dos bens materiais e imateriais ítalo-descendentes. Neste

caso, como foi demonstrado em capítulo anterior, a promoção do turismo representa uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos, ao atrair um público diferenciado interessado em um consumo com base na cultura, onde os bens materiais e mesmo os saberes e conhecimentos, ganham novas funções de uso, neste caso pelo uso turístico. Pode, também, reforçar as iniciativas de conservação do patrimônio e da identidade ítalo-descendente, por meio da promoção de grupos de danças, cursos de língua e cultura italiana, museus e memoriais ou, ainda, pela ação das inúmeras associações culturais italianas espalhadas pelo território brasileiro, permitindo sua continuidade no tempo e espaço.

É a partir dessa perspectiva que o trabalho de campo foi efetuado, visando coletar o maior número de informações e dados a serem utilizados na interpretação da realidade encontrada em cada circuito turístico ítalo-descendente. Todo o material recolhido e sistematizado forneceu elementos para uma análise quantitativa e qualitativa de cada circuito que está sendo apresentado nesta última parte do trabalho, dedicada especificamente aos circuitos turísticos ítalo-descendentes no Sul e Sudeste do Brasil.

Para uma melhor visualização do universo pesquisado, optou-se por apresentar os circuitos visitados por estado, pois isto oportunizará ao leitor ter um olhar mais aproximado das distintas realidades. De maneira a permitir uma melhor visualização, alguns temas serão abordados ao serem analisados os circuitos turísticos ítalo-descendentes em cada estado pesquisado, entre os quais estão: diversificação da oferta turística, acessibilidade e estradas, sinalização, apoio institucional e recursos financeiros, além das questões relacionadas ao uso da paisagem e dos bens materiais e imateriais para a promoção do turismo.

A diversificação dos atrativos nos circuitos é um aspecto fundamental para a promoção do turismo. Isto porque o viajante sempre busca em seus distintos itinerários paisagens e representações diferentes daquelas do seu cotidiano (URRY, 1996). Dessa maneira, oportunizar ao turista ou visitante um cardápio o mais variado possível, evidentemente respeitando a tipologia e/ou o público alvo para o qual se oferta determinado segmento turístico, será um elemento diferencial para que os visitantes apreciem o circuito. Dentro dessa perspectiva, não se pode esquecer que os turistas são,

também, uma rica fonte de promoção e divulgação dos lugares, ou seja, quando mais satisfeito ele voltar ao seu destino inicial, maiores serão as chances de retorno.

Juntamente com um bom acesso aos turistas e visitantes é de grande importância a sinalização turística. A sinalização deve ser pensada de duas formas: uma primeira são as placas turísticas, padronizadas de acordo com as orientações internacionais, para identificação de atrativos turísticos, e que devem ser posicionadas ao longo das estradas e trechos para orientar os visitantes, de maneira que estes cheguem aos seus destinos. Uma segunda, diz respeito a criação de uma identidade visual para o circuito, onde as placas de sinalização possuem um padrão visual e servem como uma logomarca para os empreendimentos, geralmente posicionadas nas entradas dos atrativos e ao longo do caminho no próprio circuito (ANDRADE, 1998; MASINA, 2002; LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2012).

Aspecto relevante a ser observado, ainda, é o apoio institucional e os recursos financeiros relacionados à promoção do turismo. O primeiro está relacionado, fundamentalmente ao planejamento político, territorial e econômico, visto que o turismo é uma atividade econômica, que está atrelada diretamente às relações de poder no território. As diferentes esferas governamentais, em especial as municipalidades, têm um papel estratégico na gestão das atividades turísticas, afinal, o turismo é uma forma de manifestar o lugar para o mundo (BENI, 2006). Além disso, a ação institucional está diretamente relacionada a aceitação do turismo por parte da população, é o poder municipal, representado em sua secretaria de turismo, que, juntamente com a população interessada no bom desempenho desta prática, irá promover o município (TYLER, GUERRIER e ROBERTSON, 2001).

Tão importante quando o apoio institucional é, também, o aporte financeiro destinado ao fomento da atividade turística nos lugares. Isto porque os recursos, em geral de natureza pública, tem uma função estratégica no financiamento de obras, para o investimento em equipamentos turísticos e, ainda, como subsídio para fomentar os empreendimentos que fazem parte dos circuitos. Esse seria o papel fundamental do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, ou até mesmo com a criação de Agências de Desenvolvimento Regionais (BENI, 2006), visto que muitas vezes os donos dos empreendimentos não dispõem de recursos para investir em benfeitorias nas

propriedades, em especial nos circuitos turísticos ítalo-descendentes que, em geral, são de natureza familiar.

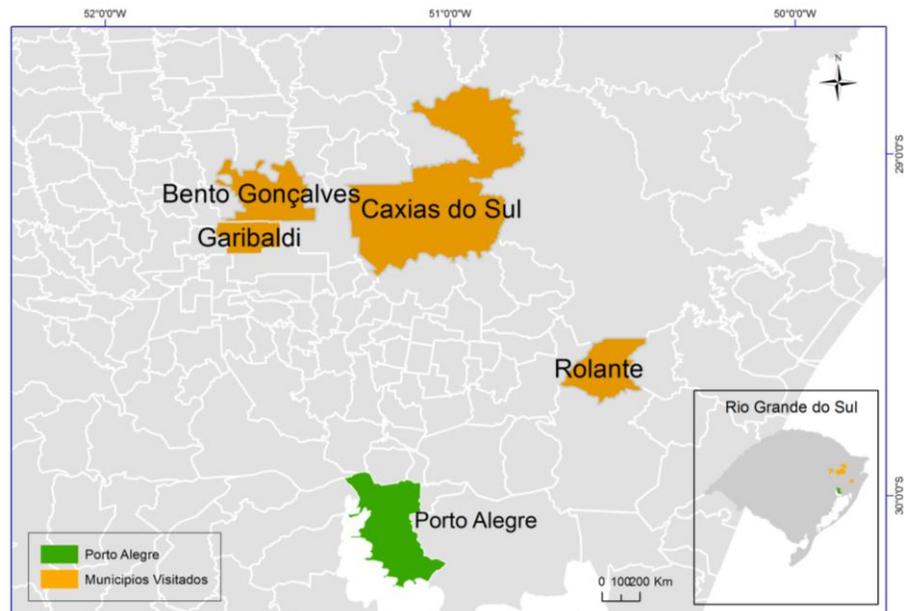
De fundamental importância para a promoção do turismo com base no uso das representações da cultura, igualmente, estão as paisagens e os bens materiais e imateriais. Este processo de uso das referências culturais, dos patrimônios urbanos ou rurais, como objeto da atratividade turística, entre as quais está a paisagem, afinal, já há muito tempo esta é considerada produto da cultura (SAUER, [1925] 1998), tem, a cada ano, movimentado um fluxo maior de viajantes (BARRETTO, 2000; GASTAL, 2001; PAES e OLIVEIRA, 2009), entre os quais está, também, a promoção do turismo com base na cultura ítalo-descendente (PANIS, 2007, 2008a, 2008b, 2009a, DUARTE, SALAMONI e DA COSTA, 2011; GASTAL, 2012; GRUMO, 2012), entre outros.

Além desses aspectos que foram destacados, no andamento do capítulo, observando as peculiaridades de cada circuito turístico nos diferentes municípios pesquisados, outros aspectos serão abordados, sempre visando melhor apresentar cada destino visitado, bem como levar a uma melhor interpretação da pesquisa realizada nos diferentes circuitos turísticos ítalo-descendentes visitados em cada estado das regiões Sul e Sudeste.

3.4.1 Rio Grande do Sul



Casa de Pedra – Família Strapazzon – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, 2013



Localização dos Circuitos turísticos no Estado do Rio Grande do Sul
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2013)

O Rio Grande do Sul, como já citado em capítulo anterior, foi um dos estados que mais recebeu imigrantes italianos para as colônias de imigração entre o último quartel do século XIX e o início do XX (DE BONI e COSTA, 1984). A este episódio histórico, deve-se o fato de haver, ainda hoje, inúmeras representações da cultura ítalo-descendente, tanto expressões materiais que resistem ao tempo e a dinâmica do espaço, como expressões imateriais que têm sido transmitidas do passado para o presente por meio das vivências cotidianas dos grupos sociais. Somadas as materialidades e imaterialidades, constituem um conjunto remanescente que tornam o passado presente e permitem aos expectadores e usuários ter o contato e experienciar uma parte da cultura ítalo-descendente. Tal processo, importante ressaltar, pode ser estendido aos outros estados e circuitos visitados, onde foi possível observar e interpretar as representações da cultura.

Em se tratando do Rio Grande do Sul a Tabela 1 apontou alguns circuitos que haviam sido previamente levantados junto às Secretarias de Turismo dos estados a serem pesquisados. Nesse estado em especial, por apresentar muitos circuitos, foi necessário estabelecer critério para selecionar quais seriam pesquisados, sendo escolhidos aqueles circuitos que fossem mais representativos. Assim, o primeiro critério adotado foi quanto a funcionalidade dos circuitos, ou seja, para serem pesquisados deveriam estar em funcionamento. Com base nisso foram selecionados os seguintes para serem visitados pelo trabalho de campo: *Caminhos das Pedras* e *Rota das Cantinas Históricas*, em Bento Gonçalves; *Estrada do Imigrante* e *Vale Trentino*, em Caxias do Sul; *Estrada do Sabor*, em Garibaldi, estes circuitos na região da Serra Gaúcha; e *Caminho das Pipas*, em Rolante, região metropolitana de Porto Alegre, todos visitados no mês de julho de 2013. Outros circuitos apresentados na Tabela 1 não foram visitados por estarem desarticulados ou fora de funcionamento no momento da pesquisa; por serem circuitos mistos, nesse caso quando a promoção do turismo reúne outras culturas, não sendo exclusivamente ítalo-descendente.

Entre os circuitos da *Serra Gaúcha* tivemos contato com uma região que está consolidada na promoção do turismo com base na cultura na ítalo-descendente, apresentando circuitos que contam com uma ampla divulgação nacional, até internacional em alguns casos, e, por este motivo, difundem-se como alguns destinos

dos mais procurados tanto no período de inverno, por conta da atratividade do frio, quanto no período entre dezembro a fevereiro, em que ocorrem atividades vinculadas à colheita e ao beneficiamento da uva para a produção de vinhos e outros produtos, tais como Vindimas e Festas da Uva.

Um aspecto que favorece essa região no estado é o fato de Bento Gonçalves ter sido escolhido como um dos 65 Destinos indutores do desenvolvimento turístico no Brasil (MTUR, 2013), entre os 3 que existem no estado⁴⁹. Esta escolha demonstra que a Serra Gaúcha é uma região já consolidada como destino turístico, o que significa que já existe uma infraestrutura, serviços e um marketing que está mais organizado em relação a outros municípios ou regiões.

Além disso, segundo relatou em entrevista Gilberto Durante, 49 anos, Secretário de Turismo de Bento Gonçalves, o município ainda se apresenta como um dos principais destinos para o turismo de negócios no Brasil. Nesse caso, o que se observa é que Bento Gonçalves não investe apenas no turismo com base na cultura ítalo-descendente, de acordo com o próprio secretário. Ainda que esta seja uma importante expressão cultural do município, investe em outras frentes que diversificam a atratividade local e regional, afinal, não se pode deixar de ressaltar que existe um *pool* de municípios da Serra gaúcha que se reúnem em torno da região delimitada como *Vale dos Vinhedos*, onde os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, principalmente, trabalham em prol do fortalecimento regional da oferta turística (turismo enológico, cultural e gastronômico), inclusive, tendo recebido a Indicação Geográfica para o vinho da região⁵⁰.

Outro aspecto relevante no que diz respeito a atratividade turística na região é a constituição de uma identidade local ou regional. Este é o caso do município de Garibaldi que se consolidou como a Terra do Espumante Brasileiro, inclusive, contando com um circuito exclusivo deste produto, a *Rota dos Espumantes*, que não foi visitada por indicação de própria Secretária de Turismo do município, Ivani Favero, 43 anos, pois de acordo com a entrevistada a rota está em processo de reestruturação, no qual a *Rota das*

⁴⁹ Os três Destinos indutores do desenvolvimento turístico no Rio Grande do Sul são: Porto Alegre, Bento Gonçalves e Gramado.

⁵⁰ www.valedosvinhedos.com.br

Cantinas será incorporada a este circuito, como forma de fortalecer o produto “espumante”, que é o principal diferencial na oferta turística do município.

Toda esta região abrange, também, Caxias do Sul, destino no qual foram pesquisados os circuitos *Estrada do Imigrante* e *Vale Trentino* (Figura 28). Este município abrigou a primeira colônia de imigração italiana no estado e seu território e entorno acompanhou um crescimento vertiginoso nas últimas décadas, principalmente no setor metal-mecânico e moveleiro.

O fato é que esta é uma região de grande concentração de população, a segunda maior do estado, o que significa que mesmo não recebendo um grande público de outras regiões do estado ou do Brasil, ainda assim os habitantes locais se configuram como usuários das infraestruturas e serviços turísticos, possibilitando que os empreendimentos vinculados a cultura ítalo-descendente mantenham-se viáveis e em funcionamento.

Além disso, Caxias do Sul, que adquiriu o *status* de uma cidade metropolitana⁵¹, possui toda uma estruturação para os visitantes de outras regiões, desde serviços de hospedagem, passando pela alimentação e outras atratividades culturais, que se destinam tanto a população local quanto aos viajantes de lugares mais distantes. Tal característica, da mesma forma que outros municípios próximos da região da Serra, permite que haja um fluxo de visitantes durante o ano todo, ainda que o maior fluxo seja nos meses de inverno e entre dezembro e fevereiro.

Importante ressaltar que, apesar da *Serra Gaúcha* estar consolidada como um destino turístico ítalo-descendente, esta não é a principal atividade econômica da região. Bento Gonçalves e Garibaldi são dois municípios onde a vocação econômica está atrelada ao setor moveleiro que, junto com outros municípios da região, constituem um dos principais centros produtores do Brasil⁵² (TASCA *et. alli*, 1993). Caxias do Sul, por outro lado, constitui-se como um dos principais polos metal mecânico do Brasil⁵³,

⁵¹ Importante salientar que o Projeto de Lei Complementar da criação da Região Metropolitana de Caxias do Sul já foi aprovado na Câmara dos deputados. Esta reunirá os municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Pinto Bandeira, São Marcos e Santa Teresa. Ao todo esta região concentra 700 mil habitantes, o que representa aproximadamente 7% da população do estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/08/2013).

⁵² www.movergs.com.br e www.sindmoveis.com.br

⁵³ www.metalurgicoscaxias.com.br

tradicionalmente este setor tem início com os imigrantes italiano e a partir deles se desenvolve como destaca Pesavento (1985). Por este motivo, é um município responsável por atrair migrantes, do estado e de fora dele para seu território, fato que tem levado a uma urbanização acelerada e tem como resultado alguns problemas sociais graves, como loteamentos irregulares, a não absorção de toda mão de obra, aumento a violência, e outros na área da saúde, educação e saneamento (BREITBACH, 2001; KIELING e LINK, 2011).

Já o município de Rolante, onde está localizado o circuito *Caminho das Pipas*, se destaca por estar situado em uma região onde predomina o setor coureiro calçadista. Região de ampla ocupação urbana, próxima à Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, caracterizada pela exploração da mão de obra nas indústrias de calçados (GALVÃO, 1999). Isto significa dizer que a prática turística não é uma atividade que tem grande destaque na região, no entanto, os atrativos turísticos, como o *Caminho das Pipas*, cumprem um papel estratégico na região, servindo como destino para consumo de *produtos coloniais* e para experiências de lazer de um dia, principalmente em finais de semana⁵⁴.

No que diz respeito ao turismo, o município de Rolante, onde está situado o circuito do *Caminho das Pipas*, se caracteriza por uma peculiaridade bastante incomum. Isto porque este município está situado no Vale do Paranhana⁵⁵ que, tradicionalmente, é marcado pela cultura teuto-descendente, juntamente com a região do Vale dos Sinos. Este é o aspecto incomum que constatamos: um circuito turístico constituído numa pequena comunidade de ítalo-descendentes, no distrito de Boa Esperança, interior de uma área de grande concentração de teuto-descendentes.

Entre os circuitos turísticos visitados, Bento Gonçalves é um município que já se consolidou como um dos principais destinos ítalo-descendentes, visto que o circuito *Caminhos de Pedra* já possui uma tradição e uma expressão que atinge outras parcelas do território nacional, diferente do circuito *Cantinas Históricas* possui menor visitação, mas que é também bem estruturado.

⁵⁴ www.paranhana.org.br/turismo

⁵⁵ O Vale do Paranhana reúne os municípios de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. Consultado em www.fee.tche.br, em 23/05/2013.

Ambos os circuitos estão consolidados não apenas em função do seu tempo de existência, mas porque existe todo um aporte que levou a profissionalização dos empreendimentos, bem como pelo apoio, investimento e corresponsabilidade entre os proprietários e o poder público, além do investimento de outras áreas que dão suporte aos visitantes quando de sua estada na cidade, como hotelaria, alimentação e outros serviços.

Tal organização fica evidente quando observado na pesquisa que Bento Gonçalves é o único município, entre os visitados, que possui um Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, com recursos destinados especificamente para o investimento em projetos turísticos e culturais. De acordo com Gilberto Durante, 49 anos, quando perguntado se havia alguma política de fomento no município, responde que,

Sim, nós temos um processo muito interessante que a gente amadureceu ao longo do tempo, onde as associações podem inscrever projetos tanto na área cultural quanto na área turística, bons projetos. Esses projetos são cadastrados até agosto do ano corrente pra serem usufruídos no ano seguinte. Então, todos os bons projetos são encaminhados para o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, que hoje ele é formado por 25 membros de diversas entidades e associações da iniciativa privada, e algumas secretarias lideradas, logicamente, pela Secretaria de Turismo. E esses projetos são analisados e são aprovados mediante as boas ideias e sugestões. Então, nesse ano pra você ter uma ideia nós aprovamos 4 projetos das rotas com auxílios financeiros, esses auxílios financeiros eles são utilizados nos projetos, existe uma prestação de contas que deve ser feita até dezembro, a qual, essa prestação de contas, ela vai ser auditada pelo Comtur, pela Secretaria de Finanças e aprovada, então, sempre existe essa possibilidade. E tem tido resultados muito bons. (Gilberto Durante, julho de 2013)

Além disso, importante ressaltar, que os empreendedores decidem conjuntamente a destinação das verbas não sendo uma decisão unilateral por parte do poder público, aspecto que reforça a importância da existência de um Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, onde os rumos da política, dos recursos e dos investimentos possam ser decididos coletivamente por aqueles que promovem e ofertam a atratividade e por aqueles que têm a responsabilidade de gerir a atividade turística no município, afinal, toda política de turismo deve contar com ambas as partes: o poder público e os empreendedores privados. A existência de conselhos municipais de turismo pode ser observada em outros municípios, entretanto, a disponibilidade de recursos para fomentar e investir em projetos apenas foi verificada em Bento Gonçalves (Tabela 2).

| Município | FUMTUR | COMTUR |
|------------------|---------------|---------------|
| Bento Gonçalves | Sim | Sim |
| Caxias do Sul | Não | Sim |
| Garibaldi | Não | Sim |
| Rolante | Não | Sim |

Tabela 2: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Outro aspecto relevante na prática turística é relativo à acessibilidade e sinalização. Se não há uma sinalização adequada dificultará aos viajantes que encontrem os lugares indicados nos sítios ou folhetos de divulgação turística, fazendo com que o viajante vá ao encontro de atrativos que sejam mais facilmente encontrados. Por outro lado, há a necessidade de que as estradas e acessos sejam adequados, uma vez que a sinalização pode existir, mas sem acesso que permita aos turistas e visitantes chegarem aos destinos, inviabilizando os circuitos turísticos. Ou seja, não há problema que a estrada seja de chão batido, desde que bem conservada e com a devida manutenção no período de chuva, para evitar acidentes, principalmente entre aqueles que não conhecem a região.

Tal questão reflete as opiniões dos turistas e visitantes quando, no questionário, foi pedido que indicassem problemas que consideravam importantes solucionar ou melhorar para ampliar a promoção do turismo no circuito. A grande maioria não respondeu, 12 ao todo, o que sugere que para estes não há problemas a serem resolvidos, ou não sabem como expressar. Em seguida, as respostas mais indicadas são divulgação, acesso e apoio público. Divulgação foi indicada por 8 pessoas e pode ser interpretada tanto como sendo a divulgação do circuito em outras cidades ou estados, onde o marketing do lugar é importante, quanto de uma divulgação interna, afinal, circuitos grandes em extensão territorial ou com ampla oferta de atrativos, por vezes são apenas parcialmente visitados, onde alguns atrativos nem mesmo são conhecidos pelos viajantes.

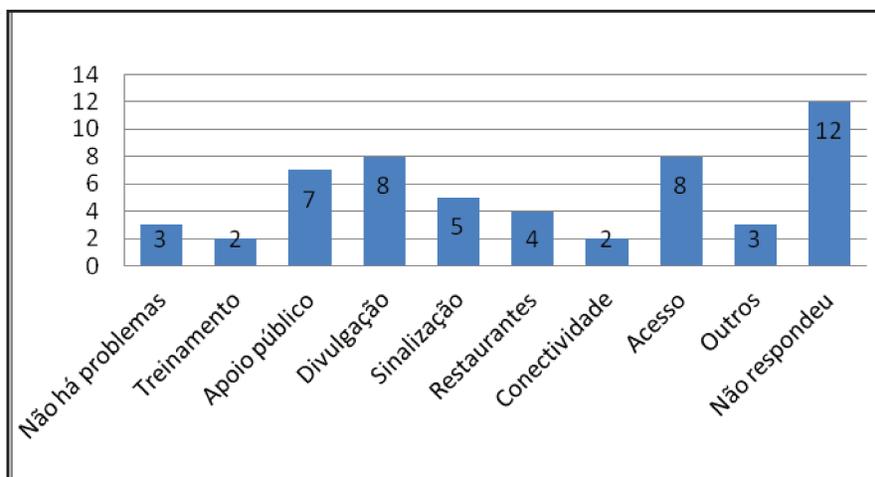


Gráfico 4: Problemas apontados nos circuitos turísticos
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

O acesso também recebeu 8 indicações. Tal aspecto é fundamental na promoção do turismo, pois sem estradas de qualidade o fluxo de turistas é menor. Além disso, não se pode esquecer da sinalização, que deve ser adequada para indicar aos visitantes, onde está cada atrativo. Não menos importante é o apoio institucional do poder público, que recebeu 7 indicações. O poder público é um dos fomentadores das atividades turísticas nos municípios, portanto, é de suma importância que este setor esteja envolvido, apoiando e dando suporte aos empreendimentos. Sua ausência pode refletir na desorganização ou desarticulação do circuito.

Nessa perspectiva, foi possível observar em campo o investimento em sinalização turística (Figura 37 a Figura 39), geralmente uma política municipal, uma vez que também é do interesse do poder público o bom desempenho turístico de seus empreendimentos e atrativos, visto que tal processo, de maneira direta ou indireta, reverte ganhos ao erário municipal.



Figura 37: Sinalização Indicativa dos atrativos turísticos - Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 38: Sinalização turística – Cantinas Históricas – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 39: Sinalização Turística – Estrada do Sabor – Garibaldi/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

Da mesma forma que a sinalização, as estradas devem favorecer aos visitantes e viajantes um bom acesso aos empreendimentos e atrativos turísticos (Figura 40 a Figura 43), bem como favorecer que este viajante possa usufruir e observar os elementos da paisagem, visto que estes se condicionam como um dos principais atrativos dessas regiões ítalo-descendentes, não apenas as materialidades construídas, mas, igualmente, por apresentarem uma paisagem natural que é resultado da intervenção e permanência da cultura.



Figura 40: Estrada com cobertura asfáltica – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

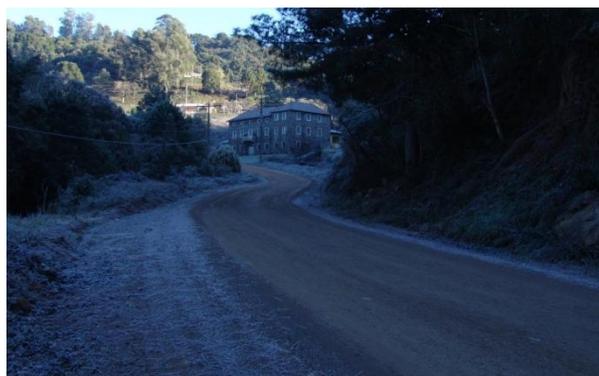


Figura 41: Estrada de Chão - - Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: www.caminhosdepetra.org.br



Figura 42: Estrada de chão – Caminho das Pipas – Rolante/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 43: Cobertura asfáltica – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

As boas condições das estradas, além de facilitar o acesso dos viajantes aos atrativos de cada circuito permitem ainda que, mesmo no período chuvoso, o viajante tenha a segurança para chegar aos empreendimentos, com seu transporte particular ou em grupos. Além disso, quanto melhor o acesso, melhor será a visibilidade das paisagens de cada circuito, possibilitando que os viajantes possam desfrutar melhor dos atrativos culturais que está buscando em seu percurso (Figura 44 e Figura 45).



Figura 44: Paisagem da Colônia Faria Lemos – Rotas das Cantinas Históricas – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 45: O antigo e o novo – Mosaico da paisagem do Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Evandro Back, julho de 2013

Importante ressaltar que as materialidades *per si* não representam toda a atratividade dos circuitos. É a cultura em sua completude, onde cada uma das partes que compõem a identidade territorial ítalo-descendente tem sua atratividade, afinal, o olhar do turista se volta às paisagens distintas de seu cotidiano, e cada turista ou viajante tem suas preferências, suas expectativas em relação ao circuito que escolheu visitar.

Tal ideia pode ser interpretada a partir das respostas dos turistas e visitantes quando perguntados *Quais atrativos são mais marcantes para você?* As respostas são variadas,

sendo que a mais indicada é o *consumo de produtos coloniais*, 28 indicações, entre os quais estão: vinhos, embutidos, compotas, massas, queijos, entre outros (Gráfico 5).

A segunda resposta mais indicada foi a *paisagem da região*, 22 indicações, o que reforça as ideias já discutidas em capítulo anterior, sobre a importância que as paisagens coloniais, também denominadas de rurais, têm para a promoção do turismo. Não se pode deixar de lembrar que a paisagem é o produto da cultura e dos elementos naturais. Em Sauer (1998 [1925]), a paisagem não é representada apenas pelas formas físicas do espaço, mas por formas físicas e culturais, onde natureza e cultura constituem um conjunto indissociável para definir a paisagem, ou seja, o conjunto das materialidades, imaterialidades e as expressões da natureza. Além disso, significa dizer que não se pode abstrair os grupos sociais da paisagem. Berque ([1984] 1998, p. 5), lembra que “a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos”.

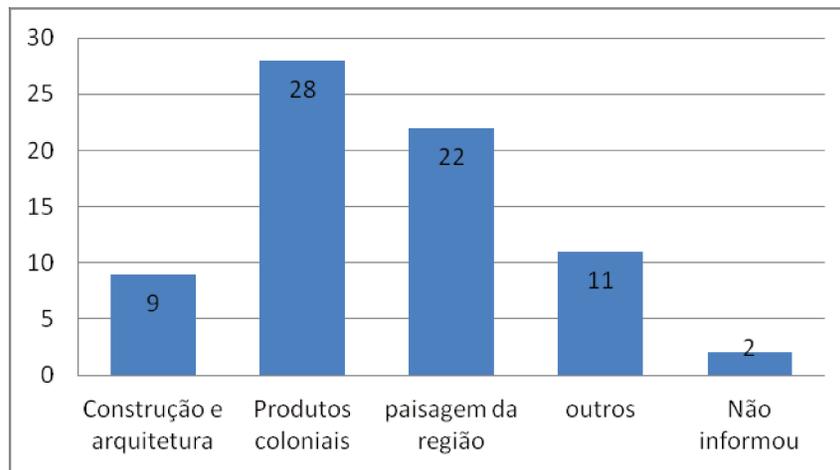


Gráfico 5: Atrativos mais marcantes para os turistas e visitantes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Em terceiro lugar estão as construções e a arquitetura, com 9 indicações. Não se pode negar a riqueza da arquitetura colonial ítalo-descendente, ao menos os exemplares que resistiram ao tempo e às transformações do espaço. Contudo, para a maioria dos turistas, as materialidades não são as mais marcantes. Certamente, tais respostas refletem a importância que os turistas dão para as expressões imateriais da cultura, onde estão os saberes, os fazeres e os conhecimentos. Não fosse isso, a hospitalidade, o

atendimento e o sotaque e modo de ser, não estariam entre as principais repostas do quesito outros, constituindo 7 das respostas desse item pelos entrevistados. Ou seja, isso demonstra como os turistas valorizam as expressões imateriais ítalo-descendentes, que representam os conteúdos que preenchem as formas e, porque não dizer, são também os responsáveis por produzir as paisagens, da mesma forma que os produtos coloniais, assim, o *ser italiano* é na verdade o conteúdo que dá sentido a promoção do turismo.

Entretanto, as materialidades construídas e conservadas, tais como casas de madeira ou pedra, moinhos, igrejas, cantinas ou outros tipos de construções típicas, que ainda são encontradas na paisagem serrana (Figura 46 a Figura 49), conservadas ou não, compõem, juntamente com os elementos da natureza, a própria expressão da identidade territorial ítalo-descendente, onde os saberes, conhecimentos e práticas consubstanciam as formas.



Figura 46: Pousada Cantelli – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 47: Casa da Erva Mate – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 48: Casa de Pedra centenária – Família Tonietto – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 49: Capela Centenária (1892) – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

Nessa região da Serra Gaúcha, em especial, encontra-se ainda uma grande oferta de bens materiais que resistem às transformações do tempo e do espaço e, refuncionalizados, passam a abrigar novas e distintas funções, muitas das quais correspondentes aos usos turísticos. Esse processo de refuncionalização (EVASO, 1999; LUCHIARI, 2005) dos bens culturais ítalo-descendentes garante sua permanência entre novas formas construídas, ganhando destaque na dialética espacial onde o novo convive com o antigo e se destaca por sua distinção, produzindo uma paisagem típica e peculiar em cada lugar (PANIS, 2009a). Essas heranças materiais que são utilizadas como parte da atratividade não são apenas formas dispostas aleatoriamente pelo território, são patrimônios que constituem documentos históricos prechos de memória, em seu conjunto ou individualmente, são expressões da cultura ítalo-descendente.

Por sua riqueza histórica e social são considerados patrimônio, ainda que nem todos sejam salvaguardados por instrumentos legais de proteção, contudo, seu valor é inestimável para os grupos sociais locais e para aqueles que buscam observar e ter o contato com estas representações da cultura, neste caso, por meio dos circuitos ítalo-descendentes.

Esses patrimônios, que em geral estão nas áreas rurais dos municípios, contemporaneamente abrigam novas funções, em alguns casos conservam seus usos originais (Figura 49), que lhes permitem continuar existindo no tempo e no espaço. Andrade (2002), analisa que as velhas formas, principalmente no mundo rural, muitas vezes precisam abrigar novas funções para seguirem existindo, com renovado sentido de uso, ou correriam o risco de serem abandonadas, processo que as leva ao abandono ou ruína, ou seriam desconstituídas para dar lugar a novas formas.

Neste sentido, as práticas turísticas contribuem para que as materialidades adquiram novo sentido de uso. Casas se transformam em restaurantes, memoriais, museus, pousadas, etc.. Tal processo de uso muito além de lhes garantir preservação e manutenção periódica, constitui parte de um repertório paisagístico que, somado às estratégias de marketing e divulgação destes patrimônios, constituem a atratividade que seduz aos visitantes, consolidando, com isso, os circuitos turísticos e levando aos empreendedores os rendimentos por seu trabalho.

De outro lado, no que concerne a prática turística, principalmente relacionada ao uso dos bens culturais como atrativos, estão as artificialização ou cenarização, neste caso, mais especificamente a produção de materialidades que remetem ao antigo, mas que na realidade são construções recentes.

Em geral, a produção destes cenários pode, de um lado, ter como finalidade manter um padrão construtivo semelhante às materialidades remanescentes herdadas na paisagem, passando aos visitantes a ideia de que, em se tratando das representações culturais, as construções novas ou antigas, tem o sentido de continuidade de técnicas e saberes. Por outro, pode representar apenas um processo de espetacularização das formas e da paisagem do circuito, onde a preocupação com a imagem se impõe ao conteúdo cultural.

Esse mecanismo de espetacularização da imagem e da paisagem está contido nas discussões de Debord (1997), para quem, na sociedade contemporânea, a aparência adquiriu mais importância que o conteúdo, a partir dos mecanismos do *mass media*, sempre direcionada ao consumo, componente fundamental da *Sociedade do Espetáculo*.

Para Leite (2010, p. 78), a espetacularização da cultura “é a acentuação ou a criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço”, que no entendimento desse trabalho pode ser rural ou urbano, por meio de “um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria”. Nesta perspectiva a própria produção ou adequação das formas espaciais constituem expressões ideológicas nas quais há uma intencionalidade produtiva, onde o lugar ou a paisagem se distingue pelo estético, processo no qual existe uma grande proximidade com a produção das formas e paisagens turísticas.

Nesse contexto, aproximando da relação de uso do patrimônio cultural para a promoção turística, significa dizer que as materialidades e representações simbólicas são convertidas em produto, a história e a cultura como gênero de consumo. Tal processo esvazia de sentido as formas e visa mais a comercialização de produtos. No *Caminhos de Pedra*, por exemplo, segundo relato de S. S., 49 anos, as novas construções devem adequar-se ao padrão arquitetônico histórico (Figura 50 a Figura 53).



Figura 50: Casa da Ovelha – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 51: Ampliação da Casa da Ovelha - Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 52: Nova construção ao lado da antiga – Caminhos de Pedra – Bento Gonçalves/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013



Figura 53: Construção recente em pedra – Estrada do Imigrante – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

Assim, essas construções recentes ou antigas, conferem uma imagem, uma identidade visual ao circuito turístico, de maneira que o turista ou o visitante possa ter contato direto com algumas expressões da cultura, ainda que estas expressões apenas remetam ao antigo, por meio do uso de técnicas construtivas.

Tão importante quanto a paisagem e os elementos materiais é a diversificação dos produtos turísticos. Os circuitos consolidados na região serrana, destinos ítalo-descendentes amplamente conhecidos, ofertam um “cardápio” bastante variado, expandindo para outros produtos que se somam ao circuito e permitem prender o visitante usufruindo mais tempo das infraestruturas e serviços turísticos, ainda que os principais atrativos estejam situados entre o vinho e a culinária (Figura 54).



Figura 54: Placa indicativa dos atrativos turísticos – Caminhos da Colônia – Caxias do Sul/RS
Fonte: Foto do autor, 2013

Em contrapartida encontramos circuitos em que há pouca diversificação dos atrativos turísticos, como é o caso do *Caminho das Pipas*, onde prevalecem as cantinas, oito ao todo (Figura 55). Essa repetição da atratividade, que não é uma problemática exclusiva desse destino, por um lado, acaba por influenciar no fluxo de visitantes.



Figura 55: Placa indicativa dos atrativos turísticos – Caminho das Pipas – Rolante/RS
Fonte: Foto do autor, julho de 2013

Isto porque a pessoa que está conhecendo, visitando os atrativos da região, não irá percorrer todas as oito cantinas desse circuito, visitando apenas as primeiras cantinas ou as que possuem melhor acesso e visibilidade, fazendo com que os outros

empreendimentos dessa natureza fiquem prejudicados em relação à visitação e ao consumo dos seus produtos. Por este motivo que a comercialização de vinho, em geral, representa a maior parcela dos rendimentos familiares em alguns circuitos, e não o turismo (Gráfico 2).

Por outro lado, tal aspecto pode ser questionado por outras pessoas no sentido de que o incremento de atividades que não sejam tipicamente ítalo-descendente, acaba por descaracterizar o circuito e influenciando em sua essencialidade, onde os bens culturais é que devem prevalecer e serem a principal atratividade.

Sem dúvida que este tema é polêmico e de forma alguma está resolvido. Contudo, não se pode deixar de levar em conta que os perfis dos viajantes são diferentes. Para os visitantes, ou seja, aqueles que fazem uma experiência mais breve nos circuitos ou já são consumidores assíduos dos produtos, a diversificação não é uma condição que irá lhe impedir de visitar os empreendimentos, enquanto aos turistas, oriundos de lugares mais distantes e que, em sua permanência mais duradoura, buscam o contato com o maior número de experiências novas e diferentes de seu cotidiano, a oferta de um cardápio mais variado de atrativos condiciona-se como um diferencial para que este permaneça o maior período de tempo em um determinado circuito ítalo-descendente.

Assim, a diversificação dos produtos e serviços, somada a uma boa estratégia de marketing, conforme foi discutido em capítulo anterior, é uma condição efetivamente importante para incrementar a atratividade e seduzir um maior número de visitantes para os empreendimentos turísticos. Por este motivo que o planejamento da atividade turística deve ser um *conditio sine qua non*, ou seja, uma ação entre o poder público e os proprietários e gestores dos empreendimentos que deve estar no fundamento da organização da atratividade de um determinado itinerário turístico.

Em se tratando da quantidade de visitantes, há um elemento diferencial ao visitar um circuito turístico que não recebe um fluxo tão grande de visitantes por dia, mesmo nos chamados períodos de alta temporada, que diz respeito a receber um atendimento bastante pessoal, em que o proprietário tem tempo pra conversar, mostrar todo o empreendimento e dedicar uma atenção pessoal ao visitante. Por este motivo, muitos dos visitantes destes circuitos com menor circulação de visitantes, que geralmente são

oriundos de regiões mais próximas, acabam tornando-se consumidores assíduos dos chamados produtos coloniais (vinho, sucos, frutas, compotas, geleias, etc.).

O uso do termo “menos visitado” está relacionado, de fato, a quantidade média que estes empreendimentos recebem, de acordo com as respostas fornecidas pelos proprietários dos empreendimentos quando perguntados se *A quantidade de turistas era suficiente?*. Se observado o Gráfico 6, elaborado a partir da tabela no **(Apêndice 1)**, pode-se interpretar que praticamente metade dos entrevistados, 42% deles, afirmaram que a quantidade de turistas ou visitantes precisa melhorar. Certamente que estas respostas refletem a necessidade de melhorar a comercialização dos produtos, onde os empreendimentos têm capacidade de produzir mais ou, ainda, os produtos ficam estocados porque a quantidade de visitantes é insuficiente para sua produção, basta lembrar que a grande maioria dos entrevistados respondeu que passou a promover o turismo por conta da comercialização dos produtos e para agregar valor ao seu produto.

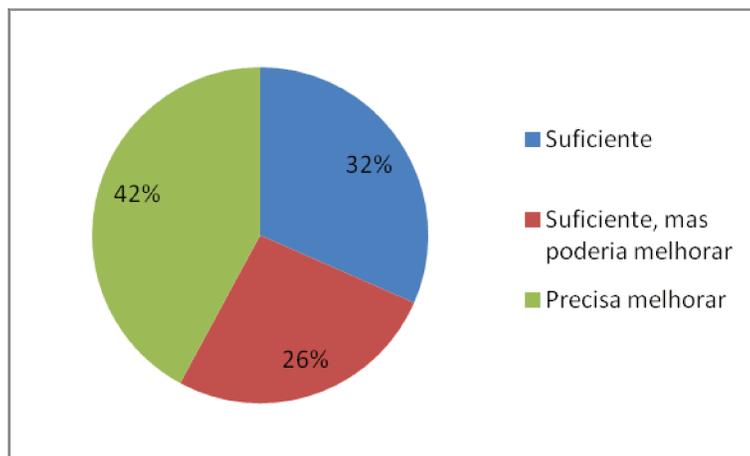


Gráfico 6: Quantidade de Turistas é suficiente?

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Se somado ao número de entrevistados que respondeu ser *suficiente, mas poderia melhorar*, este percentual sobe para 68% das respostas, ou seja, os atrativos turísticos ítalo-descendentes no estado do Rio Grande do Sul, em geral, têm potencial e necessidade de atender uma maior quantidade de visitantes para se tornarem mais viáveis aos seus proprietários.

Obviamente que os empreendimentos visam a comercialização dos produtos e a promoção do turismo se apresenta como uma estratégia de melhoria dos rendimentos familiares. Entretanto, é preciso que os proprietários dos atrativos observem que os visitantes não estão apenas em busca de produtos e *souvenirs*, devendo estar atentos a como a riqueza cultural é apresentada e permita aos visitantes, de fato, terem uma experiência profunda e satisfatória com a cultura ítalo-descendente.

Quando perguntados *Quais os motivos de sua escolha por este circuito?*, questão na qual os turistas poderiam escolher mais de uma opção (Gráfico 7), as respostas foram equilibradas, ou seja, apesar de o consumo ter recebido grande quantidade de respostas, 25 ao todo, não foi a opção que se sobressaiu às outras, pois, da mesma forma, o lazer recebeu a mesma quantidade de respostas, seguido do turismo e da paisagem.

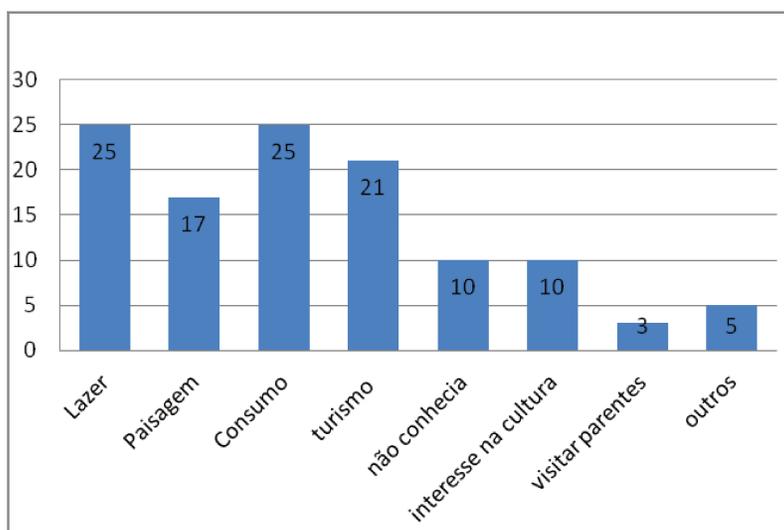


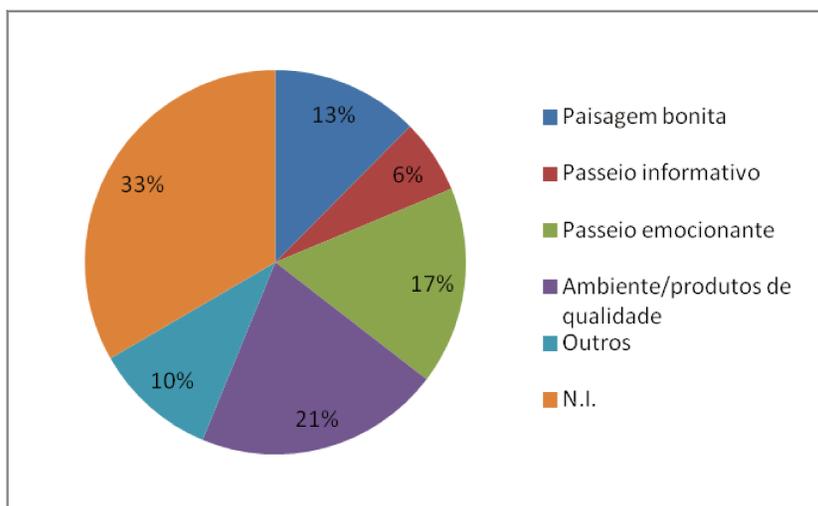
Gráfico 7: Motivos de satisfação dos turistas e visitantes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Isto significa que há mais a se oferecer aos turistas e visitantes do que somente produtos de consumo e estes estão interessados em ver mais, ter novas experiências e não apenas parar em bancas ou mercados na zona rural para adquirir produtos. Nesse caso a ampliação e diversificação da oferta influenciam diretamente no nível de satisfação dos turistas e visitantes, pois a variedade em relação ao que visitar, do que degustar e do que fotografar tem uma relação direta com a saciedade dos desejos e expectativas dos viajantes. Além disso, fica claro que nenhum dos motivos de escolha

dos circuitos turísticos se sobressai desmedidamente aos outros, portanto, os turistas e visitantes que se direcionam aos diferentes destinos criam expectativas em ter contato com o maior número possível de representações culturais ítalo-descendentes e querem, da mesma forma, usufruir ao máximo dos atrativos durante seu período de visitação e permanência.

Tal discussão encaminha para outro aspecto a ser observado, pois quando perguntados se *A visita o aos atrativos atingiu sua expectativa? Por quê?* todos responderam que sim, que atingira às expectativas.   necessário que os empreendimentos saibam quando estão de fato apresentando serviços satisfatórios para os turistas e visitantes, inclusive, sabendo os motivos de sua satisfa o. Assim, observando o Gráfico 8, pode-se identificar os principais motivos de satisfa o, fora a grande quantidade que se sentiu satisfeita, mas não informou, está o ambiente e os produtos coloniais de qualidade, com 21% das respostas, seguido pelos visitantes que consideram que o passeio foi emocionante, com 17%, ficando após a paisagem e outros motivos com menor quantidade de respostas.



Gráfico 8: Motivos de satisfa o dos turistas e visitantes
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematiza o do trabalho de campo.

Isto corrobora com a ideia de que quanto mais diversificado, preservado e com bom atendimento forem os circuitos, mais os turistas e visitantes ficaram satisfeitos com o que encontrarem, com as experiências. Sempre lembrando que tal performance estará entre os principais motivos de retorno ou de indica o para outros visitantes.

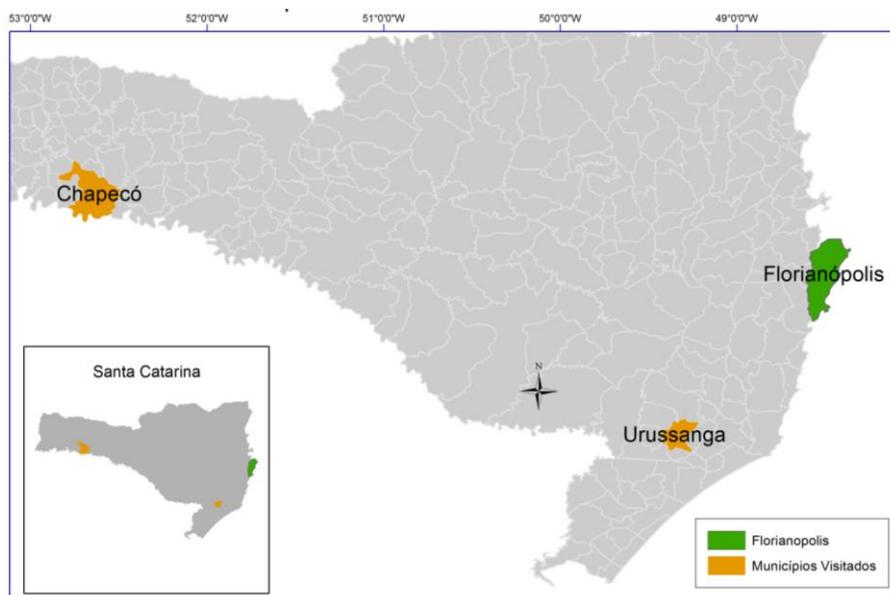
Todos estes circuitos citados até o momento, e outros que ainda serão apresentados, têm como característica além do uso da cultura material e imaterial, tomar a paisagem como um diferencial, uma vez que nestas regiões serranas a paisagem adquiri contornos que são convidativos aos olhos, principalmente entre aqueles visitantes que se deslocam dos grandes centros urbanos com o intuito de ter um contato mais intenso com espaços abertos, arejados e com maior oferta de fauna e flora, típico desses ambientes.

O que será possível perceber, na medida em que os diferentes circuitos vão sendo apresentados, é que algumas peculiaridades serão comuns a distintos destinos, mesmo mudando de estado. Assim, dando prosseguimento, é o momento de avançar para outros estados e conhecer novos circuitos turísticos ítalo-descendentes.

3.4.2 Santa Catarina



Casa de Madeira – Museu da Colônia Cella – Rota Italiana – Chapecó/SC
Fonte: Foto do autor, 2013



Localização dos Circuitos turísticos no Estado de Santa Catarina
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2013)

Santa Catarina foi, da mesma forma que o Rio Grande do Sul, um estado que recebeu levas de imigrantes italianos, entre o último quartel do século XIX e o primeiro do XX, que se fixaram também em colônias de imigração, algumas das quais prosperaram, cresceram e constituíram municípios com características marcantes dessa cultura. Outros municípios, na porção centro e oeste do estado também receberam levas de imigrantes, mas por um processo de reimigração, para imigrantes e seus descendentes que, vindos do sul, procuravam novas terras para habitar e produzir, visto que o processo de parcelamento das propriedades exigia angariar novos lotes em regiões mais distantes ou, como nesse caso, em outros estados brasileiros. É a partir desse processo que muitos municípios nesse estado têm a marcante presença da cultura ítalo-descendente, entre os quais, estão os selecionados para esta pesquisa⁵⁶.

A diversificação cultural responsável pela ocupação de Santa Catarina contribuiu, da mesma forma, para sua diferenciação econômica em distintas regiões. Chapecó, município onde está a *Rota Italiana*, bem como toda a região centro-oeste do estado, se destaca pelo complexo agroindustrial, desde a produção de carne suína e de frango para o mercado interno e exportação até a produção de maquinários para este setor (MORES, PICCININI e FERREIRA, org., 2012). Isto significa que o município e região são caracterizados pela atividade agropecuária, onde predominam as propriedades familiares, neste caso, atreladas aos grandes grupos empresariais agropecuárias que, em geral, condicionam a produção e mantêm os grupos familiares dependentes economicamente do circuito produtivo agroindustrial (PERTILE, 2008).

No lado leste, na região entre o Planalto e o litoral catarinense encontra-se Urussanga. Este município, como toda esta região, foi inicialmente ocupada pelos imigrantes italianos, chegados entre o final de século XIX e o início do XX. De acordo com o portal de negócios de Santa Catarina⁵⁷ esta região é caracterizada pela atividade de extração mineral, atividade que provoca grandes impactos ao ambiente, muitas vezes, acarretando a poluição de mananciais⁵⁸. Evidentemente, que por ser um município onde predomina a propriedade familiar, também, tem importância sua

⁵⁶ <http://www.chapeco.sc.gov.br>

⁵⁷ <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/polos-economicos/>

⁵⁸ <http://ecologia.ib.usp.br/portal/index>

produção agropecuária, com destaque para a produção de uva, principalmente, a uva Goethe, produto que está impulsionando a produção do vinho e do turismo na região e promovendo a região, conforme será visto.

Assim, no estado catarinense foram visitados dois circuitos apenas: a *Rota Italiana*, em Chapecó, e o *Vales da Uva Goethe*, em Urussanga⁵⁹. A referência ao *apenas* dois circuitos se deve ao fato de que, basicamente, o turismo nesse estado está voltado para o modelo “sol e mar”, obviamente por conta da belíssima paisagem litorânea e das praias que ficam cheias na temporada de verão. Em contrapartida, no Planalto catarinense, em direção a região oeste do estado, percebe-se uma riqueza paisagística e cultural ímpar e, ainda, pouco explorada e conhecida. Este é o caso da *Rota Italiana*, em Chapecó.

Formada por apenas quatro pontos de visitação, este circuito apresenta o somatório entre uma agroindústria que produz e comercializa produtos coloniais típicos; um museu ítalo-descendente, constituído por um acervo coletado nas próprias comunidades locais; uma igreja antiga em madeira, construída de acordo com os padrões arquitetônicos pretéritos; e, uma gruta, ponto de celebrações religiosas e apresente um preciso espaço de natureza, para aqueles que gostam de efetuar caminhadas na mata, além de um conjunto de cavernas, desconhecidas quanto sua origem. Existem, ainda, outros potenciais turísticos que foram relatados por Daniela Jannuzzi, 31 anos, difusora de turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Chapecó, entre os quais, citou ela, um hotel rural e uma cantina de vinho que inicialmente eram integradas ao circuito, mas que por não receber número suficiente de visitantes, encerraram suas atividades.

A *Rota Italiana* está integrada a quatro comunidades rurais, que são colônias originalmente formadas a partir do processo de reemigração. Apesar disso, estas colônias mantêm as mesmas características da tradição ítalo-descendente, como a força da vida familiar e comunitária, visto que muitas celebrações e festividades fortalecem os vínculos de pertencimento a cultura, inclusive, algumas tipicamente *italianas*, como a Festa da Colonização Italiana que ocorre anualmente em julho.

⁵⁹ A Rota Italiana foi visitada em Junho, e o Vales da Uva Goethe, em julho de 2013.

Voltando os olhos em direção a leste do estado catarinense chega-se a Urussanga, município tal como outros do entorno, que foram criados a partir das colônias de imigração italiana constituídas na região, no período da grande imigração. No início da colonização desta região a principal concentração de imigrantes era Azambuja, distrito do município de Pedras Grandes, mas, com o tempo, Urussanga acabou se tornando uma das principais cidades que mantém as características culturais ítalo-descendentes na região (FERREIRA, 1939).

Eram essas cidades do entorno que constituíam, em seu conjunto, o *Caminhos da Imigração Italiana*, baseado na ideia de que vários caminhos levavam a Urussanga. Contudo, segundo relata P. M. F., 49 anos, fomentada a ideia do vinho Goethe na região, e por meio de uma assessoria do Sebrae juntamente com a Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe de Urussanga/SC - ProGoethe, em 1999, surge a proposta de chamar *Vales da Uva Goethe*, fortalecendo e divulgando esta variedade de uva que passa a se tornar a marca do município e da região. Este circuito, apesar de possuir grande parte dos atrativos no território de Urussanga, na verdade, é um circuito em que todos os empreendedores e famílias que tiverem o interesse de fortalecer a identidade da uva, do vinho e da cultura, podem participar. Importante ressaltar este aspecto porque o Vinho Goethe, que está em processo de receber a Indicação Geográfica - IG, só o será se manter as características culturais da região, neste caso, da italianidade. Isto porque o selo de IG não é apenas um reconhecimento técnico e de qualidade de um produto, mas está atrelado a paisagem e a cultura da mesma forma.

Além disso, Daniela Miotella Mondarto, 36 anos, Diretora de Cultura e Turismo, relata o potencial que o município possui, sendo o maior conjunto arquitetônico italiano tombado de Santa Catarina, que está em torno da praça central, inclusive, estando entre os referenciais utilizados pela superintendência do IPHAN no estado, para o pedido da chancela de Paisagem Cultural. Nesse caso, o *Vales da Uva Goethe*, muito mais de que um circuito em torno das cantinas, também tem na sua atratividade um conjunto arquitetônico, na cidade, na oferta de um produto diferencial com o vinho e o espumante Goethe, únicos no Brasil, e uma paisagem rural como em poucos lugares da região sul, convidativos para a região (IPHAN, s/d, vol. 1 e vol. 2)

Entretanto, é interessante recordar que Urussanga, conforme já referenciado em capítulo anterior, quando citado a importância que o sino da igreja matriz exerce sobre o ritmo de vida do município, tal como outras cidades pequenas de características rurais, possuem um tempo diferente, distinto dos hábitos vividos nos grandes centros urbanos. É um tempo lento. O que não quer dizer que o turista que for para este destino não encontrará o que fazer à noite, por exemplo, porque para isso que o *Vales da Uva Goethe* congrega outras cidades da região, onde o visitante pode encontrar uma diversidade de atrativos como, por exemplo, Nova Veneza, que é conhecida como destino gastronômico na região.

Um aspecto que é preponderante na pouca visitação dos atrativos da *Rota Italiana*, bem como do *Vales da Uva Goethe*, diz respeito às distâncias e a acessibilidade. Primeiro, porque por se tratarem de circuitos rurais, onde o acesso nas colônias por vezes é difícil, principalmente em período de chuvas quando as estradas podem dificultar o acesso do visitante. Quando os acessos recebem calçamento ou pavimento, melhoram as condições de visitação do empreendimento, seja para os viajantes individuais ou em grupos (Figura 56 e Figura 57).



Figura 56: Entrada da Colônia Cella – Rota Italiana – Chapecó/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 57: Entrada da Sede Figueira – Rota Italiana – Chapecó/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

As distâncias, da mesma forma, constituem um entrave. Isto porque estes circuitos turísticos rurais dificilmente possuem uma linha turística exigindo que, na maioria dos casos, os visitantes possuam seus próprios meios de transporte. Além das distâncias, outro aspecto que deve ser observado é quanto à sinalização, pois as placas

indicativas cumprem um papel estratégico para informar e guiar o visitante aos atrativos.

Nesse sentido, a *Rota Italiana*, em Chapecó, carece de melhorar a forma de identificar seus atrativos, pois estes carecem de uma adequada indicação de maneira que possibilite o visitante ou o viajante localizar os atrativos mais facilmente (Figura 58). No caso da *Rota Italiana* o investimento na melhoria dos atrativos e pontos de visitação poderia atrair mais os passantes, pois as quatro colônias que fazem parte do circuito são ligadas pela BR 282, que é um importante acesso, muito utilizado por viajantes. Com investimento em sinalização indicativa e na divulgação dos atrativos, parte desses viajantes que passam despercebidos poderiam parar visitação.



Figura 58: Museu da Colônia Cella – Rota Italiana – Chapecó/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 59: Placa indicativa de ponto turístico – Vales da Uva Goethe – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

No que diz respeito a sinalização e identidade visual o Vales da Uva Goethe está mais avançado nesse quesito, utilizando uma sinalização adequada para informar aos visitantes onde estão os atrativos na região (Figura 59 e Figura 60), inclusive contando com um Centro de Informações Turísticas, onde os viajantes podem procurar folheteria, mapas e todo o tipo de informação sobre os atrativos distribuídos pela região (Figura 61).



Figura 60: Placa Indicativa de atrativos turísticos na região – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

Além da sinalização Urussanga/SC ainda possui um Ponto de Comercialização, onde os visitantes podem ter o contato com inúmeros produtos confeccionados nas propriedades da região, desde artesanatos variados até mesmo os vinhos produzidos nas vinícolas, entre os quais, estão o vinho e o espumante de uva Goethe, produto que são o carro-chefe da organização do circuito (Figura 62). Como neste ponto funciona a Diretoria de Cultura e Turismo, além de um ponto de comercialização, também funciona como um centro de informações turísticas, servindo como mais um ponto de apoio para os viajantes.

A criação de um ponto de comercialização para os produtos de empreendedores locais representa uma forma de apoio ao turismo, visto que promove os produtos e seus produtores. Além disso, funciona como uma forma de divulgação, possibilitando que os próprios habitantes do município ou da região conheçam melhor os potenciais atrativos do circuito turístico local.



Figura 61: Centro de Informações Turísticas – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

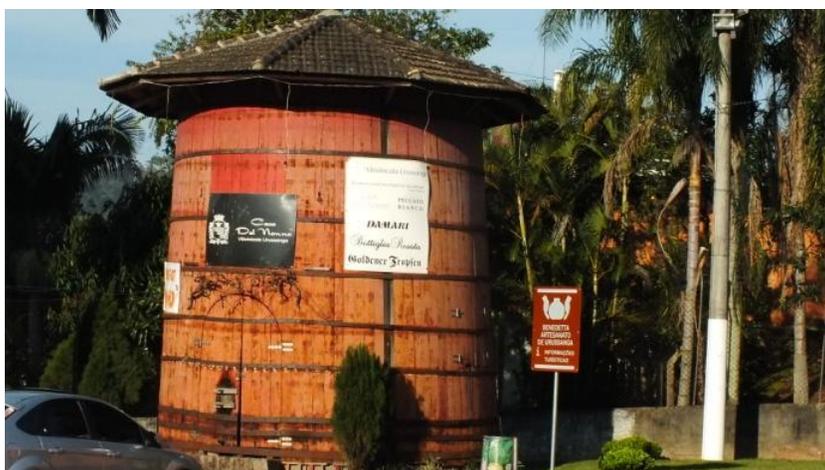


Figura 62: Ponto de Comercialização e Informações Turísticas – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

Chapecó, por exemplo, é um município que está atingindo a marca dos 200 mil habitantes e, se somados os outros municípios menores da região, com facilidade atingiria os 300 mil habitantes (SEBRAE, 2010). Este número, para a região, é bastante expressivo e poderia ser usado para fomentar as práticas de turismo e lazer na *Rota Italiana*, desde que houvesse mais empenho de ambas as partes: do poder público e dos habitantes das colônias, segundo nos relatou Daniela Jannuzzi, 31 anos. Além disso, em entrevista, a Difusora de Turismo do município abordou a relação entre investimento e retorno, que representa um ponto nevrálgico na promoção do turismo na *Rota Italiana*. Isto porque, segundo ela, os empreendedores não investem porque não

têm garantia do retorno. Não havendo investimento, os turistas não vêm, porque não há uma divulgação ou, mesmo, os atrativos não estão adequadamente preparados para receber grande quantidade de visitantes. Contudo, não se pode esperar que o poder institucional se responsabilize com todos os custos da promoção turística, visto que, por se tratar de uma atividade de cunho econômico, em que os ganhos dessa atividade ficarão, em sua maioria, com os proprietários dos empreendimentos, cabe a estes promover as melhorias nos atrativos, tendo o poder institucional como parceiro e responsável pelas políticas públicas e ações que beneficiem o conjunto da sociedade.

Em se tratando do turismo é muito importante que haja uma formação e preparação por parte dos empreendedores e gestores dos atrativos. Mesmo que não se trate de profissionais do ramo, existem entidades como o Sebrae, por exemplo, que costumam firmar convênios para contribuir na formatação e organização dos produtos turísticos, ainda que se tratem de iniciativas locais, dos próprios habitantes, e sem grandes recursos para investimento. Nestes casos, uma maior profissionalização dos empreendedores e gestores dos atrativos pode trazer melhores resultados na promoção do turismo, como no caso da *Rota Italiana*.

Além da formação, políticas de fomento sempre constituem um aporte que contribui na estruturação, organização e investimento em melhorias nos circuitos turísticos, ou nos empreendimentos especificamente. Nesse sentido, nenhum dos dois municípios dispõe de um FUMTUR, de um recurso que possa ser acessado pelos empreendedores para investir em melhorias na propriedade. A ideia de um FUMTUR, muitas vezes, é confundida com recursos a fundo perdido (Tabela 3).

| Município | FUMTUR | COMTUR |
|-----------|--------|--------|
| Chapecó | Não | Sim |
| Urussanga | Não | Sim |

Tabela 3: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado de Santa Catarina
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Nesse caso, o argumento dos municípios é que não pode destinar dinheiro público para empreendimentos privados, mas um fundo para o turismo pode ser tomado como empréstimo, depois devolvido. Tal processo é facilmente gerenciado quando da

existência de um COMTUR, em que representantes dos empreendimentos e do poder público decidem coletivamente a destinação das verbas, o que em muitos casos acontece que a verba das secretarias de turismo é utilizada como investimento público para a promoção turística.

A existência de políticas de fomento, da mesma forma, serve como um incentivo para a criação de novas atrações, para que outros empreendedores invistam na diversificação dos circuitos.

Se observado sob este ponto de vista, a *Rota Italiana* não oferece atratividade para mais que um dia de visita. Dessa forma, o viajante apenas passa por ela permanecendo no centro urbano de Chapecó, se quiser pernoitar ou alimentar-se. Neste ponto, para que estes circuitos realmente recebam mais visitantes, é necessário investir na diversificação e na divulgação dos atrativos, afinal, todos os entrevistados relataram em entrevista que é necessário melhorar a quantidade de turistas (**Apêndice 1**).

Em se tratando de circuitos ítalo-descendentes, tanto a *Rota Italiana* de Chapecó quanto o *Vales da Uva Goethe* de Urussanga, verifica-se que ainda é pouco o investimento na promoção da paisagem e da materialidade de seus atrativos, quando, nas áreas rurais, a paisagem constitui-se como um dos principais mecanismos de sedução dos viajantes. Tanto as colônias que compõem a *Rota Italiana* (Figura 63), quanto a cidade de Urussanga e região, onde está o *Vales da Uva Goethe*, possuem potencial paisagístico e patrimonial para servirem como atratividade, mas precisam ser explorados adequadamente, sobretudo Urussanga que possui o maior conjunto arquitetônico ítalo-descendente de Santa Catarina, os quais estão devidamente protegidos por instrumentos legais.



Figura 63: Igreja da Colônia Bacia - Rota Italiana – Chapecó/SC

Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 64: Paisagem natural da região colonial – Rota Italiana – Chapecó/SC

Fonte: Foto do autor, junho de 2013

Assim, o uso do potencial natural (Figura 64) e cultural onde os circuitos turísticos estão situados, possibilita que a prática turística constitua-se em uma atividade que proporcione os rendimentos necessários aos grupos familiares, ao mesmo tempo em que promove a cultura ítalo-descendente.



Figura 65: Moinho antigo – patrimônio rural – Urussanga/SC

Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 66: Cantina Família Scremin – Urussanga/SC

Fonte: Foto do autor, junho de 2013

De maneira especial, Urussanga apresenta grande potencial paisagístico e patrimonial espalhados entre a área rural (Figura 65 a Figura 67) e área urbana do município (Figura 68), bem como nos municípios vizinhos que possuem empreendimentos que fazem parte do *Vales da Uva Goethe*, onde é possível encontrar não apenas as materialidades, mas modos de viver e fazer transmitidos entre as famílias, conteúdos que preenchem as materialidades e conforma a paisagem de um italianidade própria do lugar.



Figura 67: Igreja centenária na área rural do município de Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 68: Vista da Igreja matriz e antiga vinícola Cadorin – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

Portanto, no *Vales da Uva Goethe*, de maneira especial em Urussanga, o visitante tem a chance de ter contato com uma variedade de atrativos, que vão desde a arquitetura, entre casas, igrejas e outras construções na área rural, até as vinícolas e empreendimentos que estão integrados ao circuito turístico. Entretanto, tal potencial, segundo relato de Daniela Miotella Mondarto, 36 anos, Diretora de Cultura e Turismo, ainda não recebe o devido reconhecimento da população local, onde, segundo ela, os próprios habitantes locais não valorizam tanto os produtos e os atrativos locais, ou seja, os empreendimentos não recebem apoio ou, mesmo, grande visita dos moradores do município.



Figura 69: Praça Central – Monumento em homenagem aos imigrantes italianos – Urussanga/SC
Fonte: Foto do autor, junho de 2013

De acordo com alguns proprietários de empreendimentos entrevistados, falta um maior investimento do poder público em termos de marketing e estrutura dos serviços turísticos para atrair um maior número de visitantes para o circuito. Outra questão, percebida nas conversas com os entrevistados e relatado por Daniela Miotella Mondarto, 36 anos, Diretora de Cultura e Turismo, é a falta de um maior interesse da própria população local em apoiar as propostas de valorização da cultura ítalo-descendente e, com isso, fortalecer o circuito regional, afinal, todos os entrevistados afirmaram que a cultura ítalo-descendente tem grande importância para a promoção das práticas turísticas, conforme citado em capítulo anterior.

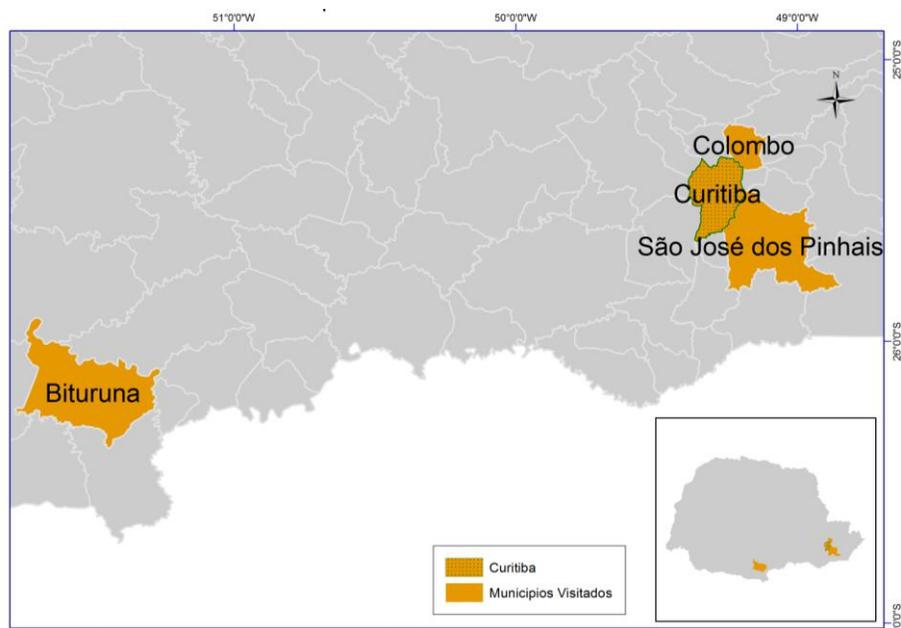
Apesar disso, a identidade italiana é bastante marcante no município, este é o motivo que explica o monumento a estes imigrantes na praça central, onde inclusive consta um mapa da Itália (Figura 69). Ainda, tal importância da cultura é verificada no fato de Urussanga ser o *Gemellaggio* de Longarone, na Itália, ou seja, são consideradas cidades-irmãs, circunstância que promove uma aproximação cultural entre as cidades e reforça o sentido de pertencimento à cultura por parte dos habitantes de Urussanga.

Sobretudo é importante ressaltar que a cultura ítalo-descendente é bastante marcante em Santa Catarina e, ainda que não exista um grande número de circuitos turísticos no momento, Daniela Miotella Mondarto, 36 anos, afirma que as ações do governo estadual para o turismo estão cada vez mais direcionadas para o planalto e as regiões de imigração, entre as quais estão as italianas. Isto significa que futuramente possam existir mais ações de valorização da cultura ítalo-descendente, inclusive, com a promoção de novos circuitos turísticos onde o patrimônio cultural tenha um papel de destaque.

3.4.3 Paraná



Casa de Madeira – Museu da Família Bertoleti – Rota do Vinho – Bituruna/PR
Fonte: Foto do autor, 2013



Localização dos Circuitos turísticos no Estado do Paraná
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2013)

Tal como Santa Catarina, o estado do Paraná recebeu imigrantes italianos e seus descendentes em dois momentos. Um primeiro, diretamente da Itália, quando vieram para as colônias de imigração. Depois, os ítalo-gaúchos que reemigraram em busca de novas terras em direção a centro-oeste dos estados que compõem a região Sul do Brasil.

Por este motivo, também no Paraná existe um circuito situado em uma cidade constituída a partir da reemigração, que é a *Rota do Vinho*, em Bituruna, além de outros dois circuitos de colônias que datam do período da grande imigração italiana para o Brasil, na região Metropolitana de Curitiba – RMC, o *Circuito Italiano de Turismo Rural*, em Colombo; e, o *Caminho do Vinho*, em São José dos Pinhais. Por fim, ainda temos na própria área da cidade, o bairro gastronômico da *Santa Felicidade*, que se constitui como um destino de grande circulação tanto de visitantes quanto de habitantes locais.

Uma característica comum, percebida durante o período de campo é que, apesar de estarem próximo aos centros urbanos ou lugares de grande aglomeração populacional, os três circuitos tem a maior parte de sua atratividade nas áreas rurais dos municípios, em que as distâncias são relativamente pequenas, fato que pode favorecer a visitação.

A *Rota do Vinho* de Bituruna é relativamente pequena, pois é composta apenas de quatro vinícolas e um restaurante, além de outras atratividades naturais próprias da região, sendo que uma das vinícolas fica na área urbana, em um importante acesso viário, PR 170, fato que facilita que este empreendimento tenha um maior fluxo de visitação e comercialização em relação aos outros.

Cabe destacar que a atividade econômica deste município está baseada, principalmente, na atividade madeireira, com destaque na paisagem para extensos trechos de plantio de eucalipto e de fábricas para o corte, laminação e todo o processo de beneficiamento da madeira⁶⁰, responsável por dinamiza a economia do município. Além da madeira, ganha destaque a produção de uva, com grande importância para o município, principalmente devido a produção de sucos e vinhos para a comercialização e para a atividade turística, motivo pelo qual existe neste município a *Rota do Vinho*.

⁶⁰ <http://www.bituruna.pr.gov.br/>

Este circuito foi uma iniciativa do próprio poder público, quando da promoção da primeira Festa do Vinho do município. Por meio da festividade se percebeu que haveria potencial para atrair um público local e regional para visitação e consumo dos produtos derivados da uva e, por este motivo, foi criada a *Rota do Vinho*, que atualmente possui em torno de dez anos.

Contudo, todos os entrevistados relataram uma problemática comum para explicar porque atualmente o circuito está abandonado e sem investimentos: a instabilidade política que o município tem passado nos últimos meses, com sucessivas trocas de prefeito. Essa instabilidade foi, mesmo, percebida durante o trabalho de campo. Este foi o único município no qual não foi possível entrevistar um representante institucional, tal como prevista no Questionário 3, porque o Secretário de Esportes e Turismo alegava, na ocasião, não ter as informa es necessárias para a entrevista.

No caso específico de Bituruna, tal processo reflete diretamente na organiza o da política de turismo, visto que o poder público tem um papel importante na gestão desta atividade no município, neste caso, não está presente de forma adequada e, ainda, inviabiliza o cumprimento de suas fun es, tais como acessibilidade e sinaliza o, além de haver provocado a desarticula o de um espaço de diálogo e decisão entre os proprietários e o poder público. De maneira semelhante também os empreendedores de São José dos Pinhais avaliaram a ausência da gestão anterior do governo, aspecto que provocou a falta de diálogo e a es conjuntas entre a política pública e os proprietários dos empreendimentos turísticos (Tabela 4).

| Município | FUMTUR | COMTUR |
|----------------------|---------------|---------------|
| Bituruna | Não | Não |
| Curitiba | Não | Sim |
| São José dos Pinhais | Não | Sim |
| Colombo | Não | Sim |

Tabela 4: Existência de FUMTUR e COMTUR no estado do Paraná
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematiza o do trabalho de campo.

A articula o entre o poder público, representado por suas secretarias ou diretorias de turismo, juntamente com os proprietários dos atrativos, que são

empreendedores turísticos, é um elemento fundamental para a organização da prática turística. As ações em torno da divulgação e marketing, acessibilidade e sinalização, constituem políticas básicas que ambos os atores devem articular coletivamente.

Principalmente entre os circuitos rurais a acessibilidade é um aspecto que tem forte influencia na visitação dos empreendimentos. Se as estradas de chão batido não receberem um constante processo de manutenção acabam por se constituir em um impeditivo para que os turistas cheguem aos atrativos, em especial no período chuvoso (Figura 70 a Figura 73).



Figura 70: Estrada rural – Rota do Vinho – Bituruna/PR
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 71: Entrada de propriedade – Rota do Vinho – Bituruna/PR
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 72: Pórtico de início do Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013



Figura 73: Estrada e sinalização Turística – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013

Logo no início deste capítulo foi citado a importância que a acessibilidade e a sinalização turística têm para a organização espacial dos circuitos. Em termos de sinalização é importante lembrar que esta deve ser pensada para os viajantes tanto no ambiente das estradas, quanto dentro do próprio circuito, ou seja, a primeira permitindo

que o viajante chegue até o destino onde o circuito está situado e, a segunda, identificando devidamente aos turistas e visitantes onde estão os empreendimentos e atrativos, de maneira que este possa chegar aos locais sem a necessidade de constantemente pedir indicações e orientações. Além disso, a criação de uma identidade visual para o circuito permite ao visitante identificar quais atrativos fazem parte do circuito (Figura 74 a Figura 77).



Figura 74: Sinalização Turística – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013



Figura 75: Sinalização dos atrativos – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013



Figura 76: Placa com mapa indicativo – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PR
Fonte: Autor, agosto de 2013



Figura 77: Sinalização turística – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR
Fonte: Autor, agosto de 2013

Igualmente marcante no território, quando o assunto é a identificação dos circuitos turísticos, é a criação de pórticos, portais ou marcos de entrada, que tem a função de delimitar territorialmente a chegada dos visitantes ao itinerário que este que visitar (Figura 78 e Figura 79). A criação de pórticos tem se tornado comum, não apenas no Brasil como em outras cidades do mundo, recurso amplamente utilizado para a sinalização turística na paisagem, responsáveis por identifica singularidades no território e servirem como

marcos ou ícones paisagísticos. Tal processo decorre da necessidade dos lugares se diferenciarem uns dos outros, no período contemporâneo, orquestrado pelas imposições do capitalismo que, cada vez mais, explora os potenciais e as diferenças, levando a cenarização dos lugares como um recurso paisagístico (HARVEY, 1993).



Figura 78: Pórtico de entrada da cidade – Rota do Vinho – Bituruna/PR
Fonte: Foto do autor, junho de 2013



Figura 79: Pórtico do Bairro da Santa Felicidade – Curitiba/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013

A utilização desse recurso para indicar a vocação turística do município, de um bairro ou localidade, no limite da questão, acaba por desempenhar um duplo papel: primeiro, servindo como uma marca e um marco, amplamente divulgado, produzido para identificar o início da territorialidade turística, informando ao visitante que a partir de então pode usufruir de toda a atratividade ao longo do circuito. Segundo, pois estes portais são um elemento da espetacularização da cultura, onde criam-se referências que são estrategicamente dispostas na paisagem para servirem como referências aos visitantes, atributos instituídos intencionalmente para converter o território coletivo em turístico. Tal processo se assemelha ao que Cruz (2007, p. 23) denomina de *metonímia espacial*, onde a ação deliberada dos promotores turísticos leva aos visitantes a tomarem a parte pelo todo, ou seja, induzem os visitantes, por meio do uso da imagem, a acreditar que a totalidade do território é turística e que tudo converge para a promoção do turismo, como é o caso do Bairro de Santa Felicidade em Curitiba/PR, esquecendo-se que neste território agregam-se outras atividades que não as turísticas.

Além disso, como se trata de circuitos turísticos ítalo-descendentes, é mister que o patrimônio esteja presente, que seja posto em evidência, não apenas como atratividade, mas como representação da cultura, bens materiais e práticas cotidianas

que permitam ao visitante ter uma experiência mais próxima das representações da cultura, afinal, este deveria ser o objeto principal e não os produtos que são comercializados, ainda que a comercialização seja importante, uma vez que garante a renda dos empreendimentos, que em geral são familiares.



Figura 80: Casa de madeira em estilo colonial – Rota do Vinho – Bituruna/PR

Fonte: Foto do autor, junho de 2013

No caso dos circuitos turísticos ítalo-descendentes o uso do patrimônio aumenta a potencialidade dos atrativos como, por exemplo, a casa de madeira antiga, em estilo arquitetônico italiano, o chamado estilo colonial para os habitantes da região sul, ainda habitada pelos nonos, onde a família constituiu um museu familiar na propriedade na qual, com agendamento, pode ser visitada e ver na prática como os antigos viviam, afinal, os habitantes fazem questão de continuar executando as tarefas e mantendo os móveis antigos, um verdadeiro museu vivo. Além disso, outras casas coloniais também podem ser encontradas nos circuitos turísticos (Figura 80), sendo que algumas delas passam a receber novos usos, passam a abrigar novas funcionalidades (Figura 81 e Figura 82).



Figura 81: Memorial do Imigrante Italiano – Circuito Italiano de Turismo Rural – Colombo/PR
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013



Figura 82: Casa antiga refuncionalizada – Caminho do Vinho – São José dos Pinhais/PRS
Fonte: Foto do autor, agosto de 2013

A refuncionalização do patrimônio cultural, assim, constitui uma forma de garantir a continuidade das materialidades no espaço, por meio da substituição dos usos pretéritos por novas funcionalidades (LUCIARI, 2005). No caso dos circuitos turísticos ítalo-descendentes, este processo de refuncionalização representa um ganho duplo, primeiro, porque garante a preservação e a conservação do patrimônio, ainda que preenchido de usos diversos, são expressões materiais da cultura. Outro, porque garante que este patrimônio continua proporcionando rendimentos aos seus detentores, o que, no limite da questão, significa a incorporação de valor econômico ao valor cultural do patrimônio (PANIS, 2009a).

Outro aspecto que se deve levar em consideração é quanto aos produtos comercializados, pois estes também constituem parte do patrimônio ítalo-descendente, afinal, as receitas, saberes e técnicas produtivas são transmitidas em família e grande parte do que se comercializa nos empreendimentos turísticos são os chamados produtos coloniais, que recebem este nome por não serem industrializados ou, ainda, por serem produzidos por pequenas agroindústrias. Entre estes produtos, o mais difundido é, sem sombra de dúvida, o chamado *vinho colonial*, que se distingue dos chamados *vinhos finos*, por não utilizar uvas de cortes finos, além de outras características técnicas e produtivas distintas, que resultam em um produto com saber, acidez e coloração próprias.

Em geral, nos circuitos turísticos ítalo-descendentes, a comercialização de vinho é que se sobressai em relação a outros produtos, entre os vinhos finos e os coloniais. Entretanto, tal produto sempre retoma a discussão a respeito da diversificação da atratividade, inclusive, já discutido anteriormente neste capítulo.

Entre os itinerários visitados no estado do Paraná, durante o trabalho de campo, verificou-se que todos os circuitos têm o vinho como um dos principais produtos de atratividade aos visitantes, sendo que destes, dois levam no próprio nome do circuito: *Caminho do Vinho* e *Rota do Vinho*. Contudo, falar sobre o vinho encaminha para o tema da diversificação.

É o caso da *Rota do Vinho* de Bituruna/PR, por exemplo. Uma das marcas que constituem a principal atratividade para seduzir o visitante está no produto colonial, neste caso o vinho. A questão, no entanto, está no fato de que o circuito apresenta cinco pontos de atratividade ao todo, sendo que destes quatro são vinícolas, uma urbana e outras três rurais. Por mais que os produtores inovem, como se trata de um município de população pequena e onde não há grande circulação de viajantes, a atividade turística acaba por não se tornar a principal, ficando os ganhos a cargo da comercialização do produto para outros mercados consumidores.

Tais questões, que podem se estender a todos os outros circuitos visitados em outros estados, devem permear o planejamento turístico nos municípios, no sentido de que os gestores, públicos e privados, tenham mais clareza de qual é o papel destes empreendimentos: receber consumidores, visitantes ou turistas? Querem ter empreendimentos ou atrativos turísticos? Somente tendo clareza de quem é o público alvo que se quer atingir, e de que forma se quer atingir, que o planejamento turístico irá fomentar a prática nos circuitos italo-descendentes.

Percebe-se caso semelhante no *Caminho do Vinho*, em São José dos Pinhais/PR. Nesse circuito a maioria dos empreendimentos abertos durante a semana são cantinas, grande parte dos outros estabelecimentos, como os restaurantes, só funciona aos finais de semana e feriados.

Nas cantinas o vinho comercializado é do tipo colonial, havendo, inclusive, uma padronização na rotulagem, o que significa que em todos os estabelecimentos o vinho possui a mesma identidade visual, própria do circuito, não por acaso, pois esta é uma decisão tomada junto a Associação Caminho do Vinho - Colônia Mergulhão – ACAVIM. Sobre o vinho produzido, uma informação obtida junto aos empreendedores é curiosa: não há produção de uva na região, sendo que a uva utilizada como matéria-prima para a produção do vinho vem de regiões mais distantes, grande parte, inclusive, do estado do

Rio Grande do Sul. O caso do vinho ter um padrão visual e de sabor muito semelhante em todos os empreendimentos, neste circuito, coloca em cheque a possibilidade de os empreendimentos oferecerem tipos distintos da bebida, onde o visitante pode percorrer diferentes cantinas em busca de sabores diferenciados a serem apreciados.

Obviamente que existem outros produtos comercializados nas cantinas, como geleias, compotas, bolachas, entre outros. Além disso, por meio das entrevistas, foi possível descobrir que existem iniciativas locais relacionadas a cultura, tais como o Folclórico Italiano *Cuore d'Italia* e o *Coral Italiano Belvedere*, que se dedicam ao fortalecimento e manutenção da cultura ítalo-descendente, pois não são destinados às apresentações para turistas.

Uma questão interessante descoberta durante o trabalho de campo é que, entre todos os circuitos visitados, o *Caminho do Vinho* é o único que possui uma linha turística com uma guia. Ainda que este seja um serviço particular, e por este motivo tenha um custo aos usuários, integra-se como uma opção a mais para quem não possui transporte próprio ou não queira dirigir até os empreendimentos, por causa do consumo de bebidas alcoólicas.

A facilidade de acesso e a proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba – RMC, é uma característica do *Caminho do Vinho*. Por este motivo o circuito, segundo relataram os entrevistados, recebe semanalmente um fluxo muito intenso de visitantes, quase em sua totalidade de Curitiba ou da RMC (Apêndice 1) em geral, interessados em comprar o vinho. Tal informação explica porque entre os circuitos visitados durante o trabalho de campo, o *Caminho do Vinho* apresenta o maior percentual de entrevistados que responderam que o turismo é sim a principal ou única fonte de renda da família (Gráfico 2).

O vinho também é um dos principais atrativos do Circuito Italiano de Turismo Rural, em Colombo/PR, município que também faz parte da RMC, contudo, é interessante observar que em meio aos aproximados três milhões de habitantes da região metropolitana, na qual as cidades de Colombo e São José dos Pinhais já se conurbaram à Curitiba, ambos os circuitos mantêm características rurais.

Uma peculiaridade de Colombo é que, atualmente, segundo nos relatou Alvine Bonin, 31 anos, responsável pela área de Planejamento Turístico da Secretaria

Municipal de Turismo, a maior parte da população do município, mais de 90%, habita a área que está conurbada a Curitiba, enquanto que o restante habita a sede e a área rural do município, sendo que esta é a maior parcela do território. Ou seja, a minoria dos habitantes ocupa uma porção maior do território do município, área na qual está assentada expressiva produção de hortifruti que atende a capital, diferentemente de São José dos Pinhais que, apesar da proximidade com Curitiba, tem sua economia baseada na produção industrial, ou seja, cada um destes dois municípios cumpre uma função específica de atendimento às necessidades da cidade-mãe na RMC.

Em relação ao *Circuito Italiano de Turismo Rural* – CITR, uma característica que foi possível observar é a diversidade de atrativos que este circuito oferece, inclusive, para a própria representante da Secretaria de Turismo entrevistada, fato que descaracteriza o circuito. Por conta disso, Alvine Bonin, 31 anos, relatava que o circuito está sendo avaliado e que alguns atrativos serão retirados e incorporados a outros circuitos, de maneira a fazer com que o CITR mantenha uma italianidade típica, que constitui o principal atrativo para cativar os visitantes.

O CITR está distribuído entre o território rural e a sede do município de Colombo, no entanto, ainda não se apresenta como um destino no qual o viajante pode permanecer ali por alguns dias, pois não dispõe de uma rede hoteleira para hospedar aos visitantes. De fato, Colombo não investe no sistema hoteleiro visto que não teria como concorrer com os estabelecimentos de Curitiba, até mesmo por sua proximidade. Com isso, a própria capital, que é um destino indutor do desenvolvimento turístico regional (MTUR, 2006), além de possuir em seu território inúmeros atrativos para visitação, serve como ponto de partida e de chegada para aqueles que têm interesse em conhecer outros destinos na região metropolitana.

Isto se aplica, inclusive, ao Bairro Gastronômico da Santa Felicidade, destino tradicional para ter contato com a gastronomia italiana, ou melhor colocado, ítalo-descendentes, por que os restaurantes deste bairro, em geral, não servem pratos de alta gastronomia, sendo comum nos cardápios especiarias como polenta, frango assando, massas, molhos, entre outros, ao modo produtivo das antigas famílias ítalo-descendentes. Além disso, a Santa Felicidade oferece aos visitantes a possibilidade de

visitar e adquirir vinhos e produtos coloniais nas cantinas que existem no bairro⁶¹ (Figura 83 e Figura 84).



Figura 83: Vinhos Durigan – Santa Felicidade – Curitiba/PR

Fonte: Foto do autor, agosto de 2013



Figura 84: Casa dos Arcos - Santa Felicidade – Curitiba/PR

Fonte: Foto do autor, agosto de 2013

A Santa Felicidade é um bairro que surgiu a partir da chegada dos imigrantes italianos que se fixaram nesta área e ali permaneceram, mesmo com a expansão urbana para esta região da cidade. Por sua tradição enquanto destino gastronômico em Curitiba, este bairro recebe intenso fluxo de pessoas, principalmente nos finais de semana. Como Curitiba é uma importante capital e região metropolitana brasileira, durante todo o ano recebe intenso fluxo de visitantes, seja a passeio, eventos ou negócios. Assim, somada a população local e da RMC e os viajantes que eventualmente se encontram na cidade, faz com que a Santa Felicidade, com seus restaurantes e cantinas, se constitua num destino que recebe um fluxo constante de visitantes e, ainda que existam períodos de alta e baixa temporada, permite que estes empreendimentos sejam viáveis, sempre atendendo um número satisfatório de clientes.

É preciso ponderar, entretanto, que o Bairro de Santa Felicidade cumpre um papel estratégico no planejamento da cidade de Curitiba, onde, cada vez mais, os espaços urbanos são pensados ideologicamente, de maneira que os diferentes potenciais sejam utilizados como uma ferramenta de marketing no planejamento estratégico da cidade, convergindo para sua valorização mercadológica em relação a outros destinos, e transformando os diferentes lugares dentro do espaço urbano em vitrines (SÁNCHEZ, 2001a, 2001b, 2003). Além disso, o bairro é uma área onde se

⁶¹ <http://www.curitiba-parana.net/santa-felicidade>

verifica uma intensa especulação imobiliária, tanto pelo aumento de físico de novas residências quanto pela valorização das construções no núcleo urbano consolidado, processo que tem atraído investidores externos que, inclusive, não são ítalo-descendentes (SCALCO e OLIVEIRA, 1998; MOURA e NUCCI, 2007).

Visto dessa perspectiva se pode entender porque o bairro de Santa Felicidade se tornou um dos principais destinos gastronômico em Curitiba (VOLARECLUB, 2011). Este lugar, que tem sua origem situada no capítulo histórico da colonização italiana, onde seus habitantes cumpriam funções produtivas estratégicas para o município, produzindo hortifrutigranjeiros, vinhos, queijos e outros *produtos coloniais* (FERRARINI, 1973), atualmente, teve sua história e seu patrimônio convertidos em recurso mercadológico para a promoção das atividades de turismo e lazer. Em outras palavras, significa que o bairro de Santa Felicidade passou por um processo de espetacularização de sua imagem (LEITE, 2010), onde os elementos históricos e culturais ítalo-descendentes foram postos em evidência e convertidos em recursos estratégicos para a comercialização pela via do turismo e do lazer, atrelado ao consumo em grande escala.

Ainda que seja polêmica, pois certamente muitas famílias conservam práticas e saberes ítalo-descendentes herdados dos antepassados no ambiente familiar, a ideia em apresentar esta discussão a respeito da espetacularização da cultura encaminha para um debate mais profundo, e necessário, a respeito produção estetizada da cultura, onde os laços de pertencimentos dos indivíduos às representações culturais tem sua manutenção condicionada ao mercado, e a incorporação do valor de troca subverte o valor de uso, colocando em xeque a continuidade da cultura no tempo e no espaço.

Antes de passar ao próximo estado cabe destacar o que já foi dito neste trabalho: apesar de se estar tratando de circuitos turísticos ítalo-descendentes, o fato de estarem localizados em diferentes estados, ou mesmo regiões distintas dentro dos diferentes estados, pressupõe diversos processos socioeconômicos locais ou regionais que, por este motivo, representaram caminhos próprios das dinâmicas culturais ítalo-descendentes, multiplicando, assim, o universo das representações materiais e práticas culturais que se manifestam em cada circuito turístico.

3.4.4 Espírito Santo



Tombo da Polenta – Circuito Agroturístico – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, 2013



Localização dos Circuitos turísticos no Estado do Espírito Santo
Elaboração: PANIS, M.; DIAS, V. F. (2013)

Em capítulo anterior, quando abordada a emigração italiana para o Espírito Santo, demonstramos como esta cultura teve um importante papel na formação socioespacial deste estado, tanto na constituição das colônias de imigração quanto no uso da mão de obra para as fazendas de café (ABREU, 1987; FRANCO, 1998).

Não obstante à importância histórica que teve, e tem, a cultura ítalo-descendente para o estado capixaba, verificou-se que o único circuito turístico com base nesta cultura encontrado foi em Venda Nova do Imigrante, município distante aproximadamente 100 quilômetros da capital Vitória. Em Venda Nova do Imigrante o circuito está baseado na proposta do agroturismo, bastante semelhante ao *agriturismo* praticado na Itália (MARINA, 2012; BIANCHI, 2010; HAUSMANN e DI NAPOLI, 2001), em que se utiliza a cultura, tradições e práticas habituais do mundo rural e agrícolas como referência para a promoção do turismo, sendo que este município recebeu o título de Capital Nacional do Agroturismo, pela Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATUR (Figura 85).



Figura 85: Sinalização na entrada da cidade – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: agroturismovendanova.com.br, 2013



Figura 86: Vista da BR 262 – Área central do município de Venda Nova do Imigrante
Fonte: www.tour.es.com.br, 2013

Em termos de características socioeconômicas é importante ressaltar que Venda Nova do Imigrante é um município que tem como principal atividade econômica o cultivo e a produção de café, segundo a prefeitura 90% da produção agrícola está baseada neste produto, fato pelo qual os imigrantes italianos se destinaram para estas áreas no período da grande imigração para o Brasil⁶².

Uma peculiaridade geográfica do município é que sua área urbana é cortada pela BR 262, que liga o litoral capixaba a Minas Gerais (Figura 86). Isto significa que a cidade de Venda Nova do Imigrante está estrategicamente situada em um ponto de passagem e parada para os viajantes em deslocamento de férias ou a trabalho, durante todo ano, e mais intensamente no verão, possibilitando que o *Circuito Agroturísticos* sempre tenha visitantes, ainda que variando a quantidade de acordo com o período do ano, a localização do empreendimento e o serviço que oferece.

Certamente que os empreendimentos que margeiam a estrada principal têm mais visibilidade e recebem um maior número de visitantes, contudo, as estradas vicinais, que são de chão batido, possuem boa trafegabilidade, ou seja, não constituem um impeditivo para visitar as atrações. Em casos como este, quando o acesso por meio das estradas favorece a visitação, é importante que a sinalização turística, da mesma forma,

⁶² www.vendanova.es.gov.br

seja adequada e clara, de maneira que o visitante consiga localizar facilmente aos empreendimentos que pretende visitar (Figura 87). Contudo, apesar da boa qualidade das estradas vicinais, em campo pode-se verificar que quanto mais distante da estrada principal mais a sinalização ficava escassa, fato que dificulta aos visitantes chegar aos empreendimentos. Por outro lado, favorece a este circuito, a existência de um Posto de Informações Turísticas, na entrada da cidade, onde os viajantes podem buscar informações, orientações e folheteria dos empreendimentos, podendo escolher os atrativos que desejam visitar (Figura 88).



Figura 87: Placa indicativa de atrativos turísticos – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013



Figura 88: Posto de Informações Turísticas – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013

Uma particularidade, lembrada pelos entrevistados, é quanto a questão da hospedagem, tanto pela necessidade do aumento do número de leitos quando pela oferta de hotéis ou pousadas com melhores padrões de acomodações. Cabe explicar porque tantos entrevistados citaram este aspecto. Uma vez que Venda Nova do Imigrante é dividida por uma estrada de intenso fluxo de veículos, as acomodações dos hotéis, em geral, são pensadas para viajantes e caminhoneiros, que vão pernoitar uma noite apenas. Assim, os turistas que vão para a região acabam escolhendo cidades do entorno, que oferecem pousadas ou hotéis mais equipados e aconchegantes para aqueles que vão permanecer por mais alguns dias na região.

Um aspecto relevante, no que diz respeito a proposta do *Circuito de Agroturismo* de Venda Nova do Imigrante/ES, é referente a peculiaridade da italianidade neste município. Já foi tratado deste aspecto anteriormente, de como, apesar de haver uma origem imigrante comum, a italianidade adquiriu características próprias de acordo com a região nas quais se estabeleceu.

Isto porque esta região capixaba, desde a chegada dos primeiros imigrantes no período da grande imigração, mantém uma tradição produtiva vinculada ao café (DERENZI, 1974), diferente do modelo da propriedade familiar policultural dos estados do sul do país (DE BONI e COSTA, 1984). Além disso, em Venda Nova do Imigrante as condições pedológicas influenciam nas culturas produtivas, uma vez que o município está situado na chamada região de montanhas, onde há maior incidência de afloramentos rochosos, contudo, tal aspecto não tornou-se um impeditivo para a promoção do turismo e, mesmo, uma diversificação dos produtos oferecidos no circuito.

Esta diversificação no *Circuito Agroturístico* traz como característica, de um lado, a inovação de produtos para serem oferecidos aos visitantes, de outro, a criação de uma identidade com base no Socol, produto de tradição ítalo-descendente, em Venda Nova do Imigrante.

Em relação a inovação tem destaque a polenta que, além de ser um produto que confere uma identidade ao município, onde a Festa da Polenta é um evento tradicional e de destaque no estado, na sua 35ª edição em 2013. Este produto obtido a partir da moagem do milho tornou-se matéria-prima para a elaboração de outros pratos que são oferecidos nos estabelecimentos do circuito, entre os quais damos destaque para o

nhoque de polenta, segundo destacou A. V. P., 50 anos, e para a *pizza* de polenta, elaborada pelo empreendimento familiar de L. A., 42 anos, além das outras formas tradicionais de se servir, com variados tipos de molhos. Estes novos produtos surgidos a partir da polenta foram obtidos por meio de concursos gastronômicos no município que fazem parte de uma iniciativa para inovar e diversificar os produtos que serão oferecidos nos estabelecimentos turísticos, de maneira a aumentar o conjunto de atrativos destinado aos visitantes. Assim, a partir de um produto tradicional e típico da cultura ítalo-descendente, cria-se outras formas de preparo, inovando a oferta que influencia diretamente na atratividade, por conta da novidade.

Um aspecto interessante, nesse caso, é que não há no município o cultivo de milho, devido as condições de solo que são inadequadas para esta cultura, devendo sua matéria prima ser trazida de outros lugares. Ainda assim, tal dificuldade não foi um impeditivo para que os ítalo-descendentes desta região dessem continuidade a tradição do consumo da polenta.



Figura 89: Produção de Socol – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013

Além da polenta, outro produto que é uma marca de Venda Nova do Imigrante é o *Socol*, típico somente da cultura ítalo-descendente da região. O *Socol* é produzido a partir do lombo suíno que, após temperado, passa por um tempo de maturação⁶³ (Figura 89). Este produto, além de ser um dos principais atrativos do *Circuito Agroturístico*, está

⁶³ Ainda que aparentemente pareça, o *Socol* é diferente da copa, segundo explicação técnica de J. L., 55 anos, entretanto, não cabe aqui aprofundar tal aspecto.

passando por um processo de IG, onde, depois de receber a certificação, situará Venda Nova do Imigrante no rol dos poucos municípios brasileiros que possuem um produto com procedência geográfica e cultural, inclusive, dos poucos ítalo-descendentes.

Neste caso, um produto típico da cultura, amplamente consumido pela população local, foi convertido num potencial de atratividade turística, onde grande parte dos empreendimentos comercializa este produto. Além da polenta e do socol, obviamente existem outros produtos comercializados nos empreendimentos que são típicos ítalo-descendentes, como biscoitos, compotas, molhos, queijos, salame, vinho, entre outros (Figura 90 e Figura 91).



Figura 90: Agroindústria Familiar – Circuito de Agroturismo – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013



Figura 91: Agroindústria Familiar – Circuito de Agroturismo – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013

No que concerne ao *Circuito Agroturístico*, o fato do município ser cortado por uma estrada de grande fluxo, conforme foi mencionado acima, permitiu com que uma considerável parte dos estabelecimentos turísticos acabassem se localizando na faixa da estrada, pois isto facilita a visualização e a parada dos passantes, dos viajantes (Figura 92). Por outro lado, tal fato confere aos empreendimentos turísticos uma característica muito mais de entrepostos comerciais do que de atrativos de visitação, visto que em sua maioria o principal objetivo é a comercialização e o consumo de produtos.



Figura 92: Empreendimento turístico – Venda Nova do Imigrante/ES
Fonte: Foto do autor, setembro de 2013

Sendo um *Circuito Agroturístico*, deveria haver mais iniciativas de visitação e experiências baseadas na produção e vivência rural e no beneficiamento de produtos que são oferecidos nos estabelecimentos do circuito, ou seja, no circuito deveriam ser oferecidos, como parte da atratividade para os turistas e visitantes, experiências que aproximem estes da produção e não apenas oferecer a comercialização de produtos oriundos da prática agrícola e agroindustrial, uma vez que a característica do agroturismo é a combinação entre cultura e comercialização dos produtos obtidos nos processos produtivos, pois, se baseada apenas na comercialização, corre o risco de que tal processo esvazie o conteúdo cultura do circuito.

Em campo observou-se que em termos de materialidade construída e preservada, Venda Nova do Imigrante/ES não dispõe de muitos exemplares, como casas de pedra ou madeira, igrejas, moinhos, galpões ou outros tipos de construções. Por outro lado, conforme já citado em capítulo anterior, a presença da cultura imaterial é bastante forte, lembrando das tradições familiares, as festividades comunitárias e do hábito da missa das dez.

Além disso, por estar situada na *Região de Montanhas*, de acordo com a indicação da Secretaria de Turismo do Espírito Santo – SETUR, esta região dispõe de belezas naturais, onde a observação da paisagem e a prática de esportes radicais constituem parte da atratividade para quem busca a região, trazendo, por meio destes recursos, visitantes oriundos de outras regiões do país que, também, acabam visitando os empreendimentos agroturísticos. É o caso, por exemplo, do *mini tomo da polenta* que foi promovido por conta do *Enduro da Independência*, evento menor para seus

participantes que estavam no município por conta de um esporte radical e que potencializou a atratividade do circuito agroturístico.

Assim, diferente de outros circuitos apresentados por este trabalho, as principais atratividades relacionadas ao agroturismo estão baseadas nas heranças e tradições ítalo-descendentes os saberes, fazeres e conhecimentos que são heranças culturais das famílias descendentes de imigrantes que, somadas a paisagem natural, conferem para este município, e região, características próprias para a promoção do turismo com base nos bens culturais ítalo-descendentes.

A organização do circuito agroturístico em Venda Nova do Imigrante também está relacionada a um conjunto de fatores, onde o poder público dialoga com outras duas instituições da sociedade civil organizada: a Associação Festa da Polenta - AFEPOL e a Associação de empreendedores dos agroturismo. Assim, além de não haver um FUMTUR, o município também não possui um COMTUR, mas mantém um canal de diálogo permanente com estes dois grupos organizados que são responsáveis por promover a atratividade do município em torno do circuito do Agroturismo.

Sobretudo é importante ressaltar que devido ao fato do município ser cortado por uma importante estrada, com intenso fluxo de veículos, significa que os empreendimentos do circuito agroturístico sempre terão visitantes e clientes. No tocante a essa questão, o planejamento constitui uma ferramenta importantes na organização da oferta e demanda turística (BENI, 2006), no circuito agroturístico. Isto porque, por sua localização, os empreendimentos correm o risco de apenas promover a comercialização de produto, evidentemente em busca da melhoria dos rendimentos. Por outro lado, tal processo diminui a importância das representações culturais e leva ao esvaziamento da proposta do circuito que, na sua origem, visa a promoção do turismo relacionado ao fortalecimento das expressões culturais (HAUSMANN, e DI NAPOLI, 2001; BIANCHI, 2010; MARINA, 2012), neste caso, dos ítalo-descendentes do *Circuito de Agroturismo* em Venda Nova do Imigrante (CARNIELLI, 2002).

O objetivo deste capítulo foi apresentar e aprofundar as discussões a respeito dos circuitos turísticos ítalo-descendentes, relacionando as informações e interpretações obtidas a partir do trabalho de campo com o referencial teórico, de maneira a contribuir nos estudos a respeito do uso da cultura ítalo-descendente pelas

práticas turísticas no período contemporâneo. Em momento algum a ideia foi tecer qualquer juízo de valor sobre os circuitos, mas, efetivamente, apresentar ao leitor a realidade vivenciada e elaborar uma análise que possibilite visualizar a forma como a cultura ítalo-descendente está sendo utilizada para a promoção do turismo, de maneira a entender se este processo, de fato, contribui na conservação e manutenção das práticas, saberes e materialidades ou se apenas toma as referências culturais para um uso instrumentalizado da cultura pelo turismo.

CONCLUSÃO

Concluir um trabalho desta natureza é, sem sombra de dúvidas, um esforço dos mais complexos. Isto porque a conclusão deve, a partir de um esforço de síntese, abranger toda a arquitetura do trabalho de maneira a consolidar ideias centrais e afirmações efetuadas a partir do aprofundamento teórico e dos trabalhos de campo realizados, procedimento este que, com base nas discussões estabelecidas no corpo do texto, leva a comprovação da hipótese de trabalho.

Por tal motivo é que se retoma a ideia inicial já exposta na apresentação desta tese: de modo algum este trabalho teve a pretensão de esgotar o assunto ou achar que se trata de uma pesquisa definitiva sobre o tema. Muito pelo contrário. Na medida em que foi sendo produzido, outros nichos de investigação se apresentaram como possibilidades, exatamente viabilizados pela pesquisa realizada. Isto significa que esta pesquisa se consolida como um importante marco sobre o tema e abre precedente para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa sobre esta temática a respeito do uso da cultura pelas práticas turísticas no período contemporâneo.

O propósito desta investigação, cabe lembrar, diz respeito a estruturar uma reflexão teórica que possibilitasse analisar as especificidades dos processos constitutivos da cultura italiana no Brasil, suas permanências e preservação no território, além de analisar e interpretar o processo de refuncionalização turística deste patrimônio cultural em lugares com marcante identidade cultural ítalo-descendente, evidenciada na oferta de circuitos turísticos relacionados a esta cultura, bem como as estratégias de planejamento e gestão dos bens culturais nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Dessa forma, para atingir o propósito desta pesquisa, todas as ações foram pensadas e planejadas de maneira a convergir para este momento, no qual a conclusão do trabalho reflete um processo que se iniciou com as primeiras problematizações, passando pelas fontes bibliográficas, pela pesquisa de campo, até chegar à sistematização, análise e interpretação dos dados e informações obtidas em campo, que permitiram produzir a tese como produto final.

Todas as etapas foram importantes para a execução deste trabalho, entretanto, foi a pesquisa de campo que propiciou uma leitura adequada da realidade atual a respeito do uso da cultura ítalo-descendente pelas práticas turísticas, visto que é por meio da observação da realidade que se pode fazer novas descobertas, interpretar e inferir novas teorias e, por meio destas, contribuir na ampliação e no aprofundamento a respeito da temática em foco.

Assim, a partir do estabelecimento dos critérios metodológicos que iriam nortear o trabalho é que se chegou aos circuitos turísticos ítalo-descendentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Nestes estados foram selecionados ao todo 11 circuitos turísticos, em diferentes municípios, onde foram aplicados os questionários e feitas as entrevistas com os diferentes atores envolvidos na promoção do turismo e no uso e consumo das atrações.

Nunca é demais ressaltar que, mesmo tendo conhecido diferentes iniciativas que utilizam as heranças culturais ítalo-descendentes para a promoção do turismo em diferentes lugares, este trabalho não buscou em momento algum efetuar um estudo comparativo, com vistas a determinar o grau de italianidade de cada circuito. Isto porque “a cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade” (UNESCO, 2002, p. 3), ou seja, os diferentes destinos onde estão localizados os circuitos turísticos possuem peculiaridades próprias, adquiridas por meio do processo de formação socioespacial na história dos lugares. Assim, sem vistas na comparação, este trabalho buscou conhecer e analisar a relação entre o turismo e as heranças culturais ítalo-descendentes nos circuitos ítalo-descendentes.

Nesta perspectiva, três ideias centrais nortearam os rumos do trabalho, os quais orientaram todo o aporte teórico-metodológico e o próprio trabalho de campo, de maneira a convergirem para a análise do objeto de estudo. Uma primeira está no fato de que o turismo, desde sua ascensão com a sociedade industrial, é uma atividade que tem crescido em termos de oferta, destinos e circulação de pessoas que, conseqüentemente, aumentam os fluxos de capital, mercadorias e serviços em escala planetária, ou seja, relacionada a ampliação e diversificação das modalidades turísticas

nas últimas décadas, em que se verifica não apenas multiplicação da oferta como, também, a busca por atingir e atender a públicos cada vez mais específicos (CRUZ, 2001a; MTUR, 2006; ALMIRÓN, BERTONCELLO e TRONCOSO, 2006); a segunda está ancorada no fato que os grupos sociais estão, cada vez mais, ampliando e redefinindo o uso das heranças culturais remanescentes, a fim de atender a novas demandas econômicas, nesse caso, por meio da prática turística (PANIS, 2009a); e, a terceira, diz respeito ao fato de que nunca como antes o patrimônio cultural esteve tão em evidência, amparado por diversos instrumentos de proteção, e recebendo um reconhecimento social cada vez maior (CASTRIOTA, 2009), isto porque no período contemporâneo há uma maior preocupação pelo resgate e preservação dos bens patrimoniais (CHOAY, 2001).

Essas ideias, somadas ao trabalho de campo efetuado, onde se observou o uso das heranças culturais ítalo-descendentes pelas práticas turísticas no período contemporâneo, propiciaram unir a teoria e a realidade conhecida e, além disso, levar a comprovação da hipótese de trabalho, já citada anteriormente, para a qual o turismo constitui-se como uma atividade que complementa os rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribui na preservação dos bens materiais e conteúdos simbólicos da cultura, uma vez que o uso turístico do patrimônio cultural, evidenciado na formatação dos circuitos turísticos ítalo-descendentes, garante sua continuidade no tempo e no espaço. Por outro lado, deve-se ressaltar, que a incorporação do valor econômico pode levar uma produção estetizada da cultura, onde os bens materiais e imateriais são convertidos em mercadorias, alterando o sentido de pertencimento do indivíduo à cultura.

Tal clareza neste processo é importante porque os lugares onde originalmente foram instaladas as colônias de imigração italiana representam, no período contemporâneo, territórios e paisagens impregnados de história, carregados de conteúdos simbólicos da identidade e de heranças ítalo-descendentes, que denotam o sentido de continuidade a cultura (PANIS, 2009a). Isto posto, significa que a territorialidade ítalo-descendente está amalgamada a estes territórios e paisagens, por meio da presença das materialidades e dos conteúdos simbólicos, que preenchem e dão sentido às formas e às vivências cotidianas, conectam o passado ao presente

reforçando não apenas os laços de pertencimento como, também, a importância da preservação de seu patrimônio cultural.

Estes grupos sociais, como os ítalo-descendentes, estão atrelados à complexidade das dinâmicas econômicas globais. Por este motivo, cada vez mais, necessitam inserir novos conteúdos produtivos nos lugares, redefinindo ou ampliando o uso das formas culturais pretéritas por meio de novas funções de uso, refuncionalizando-as, meio pelo qual garante sua conservação (LUCHIARI, 2005). Neste processo, ao mesmo tempo em que o turismo representa uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos familiares, ao atrair um público diferenciado interessado em um consumo cultural, reforça as iniciativas de conservação do patrimônio e da identidade ítalo-descendente, permitindo sua continuidade no tempo e no espaço. Entretanto, a utilização das heranças culturais como forma de atratividade pode produzir representações estetizadas da cultura, fabricando cenários ou encenações que denotam práticas pretéritas apenas apresentadas como parte da cotidianidade para a apreciação, produtos formatados para serem consumidos dos turistas e visitantes. Importante compreender que se trata de um processo dialético, onde a preservação e a agregação de valor ao patrimônio, por parte de seus possuidores, para o uso turístico tanto pode se manter futuramente como pode ceder lugar a entrada de grupos empresariais nos circuitos, diminuindo a participação das famílias no processo.

Para Gastal (2010, p. 129), a "cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano", tanto na unidade familiar como comunitária. A autora afirma, igualmente, que a cultura "não é um espetáculo, que inicia quando o ônibus dos visitantes chega, mas uma atividade que a comunidade exerce rotineiramente", dessa forma "quando os visitantes chegarem, eles serão bem vindos e convidados a juntos dançar, cantar, saborear o pão, aplaudir o artista" (GASTAL, 2010, p. 129). A autora, assim, reafirma a importância de que os turistas têm interesse no contato com as expressões mais próximas do original, não em termos de tempo passado, mas dos *modus vivendi* e dos *modus facendi* dos ítalo-descendentes no presente, afinal, a cultura no presente não é outra coisa, senão, o acúmulo dos tempos, signos e significados criados e reproduzidos pelos participantes

do grupo social, ou, segundo Geertz (2008, p. 66), “um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

A ideia de promover o turismo com base na cultura vivida e cotidiana coloca em evidência as imposições do mercado, no qual os grupos empresariais, em geral, determinam padrões estetizantes, onde a imagem e a apresentação é mais importante do que o conteúdo, mesmo que sejam artificializações, mesmo que sejam uma representação, um espetáculo (DEBORD, 1997). Tal processo se assemelha ao que Adorno e Horkheimer (1985) interpretaram como sendo a *indústria cultural*, onde o mercado estipula padrões de consumo às sociedades que se sobrepõem aos produtos das culturais locais, fabricando a necessidade nas pessoas a partir destes padrões impostos pela ideologia do consumo, entre os quais está também as práticas de turismo e lazer.

Assim, relacionando as concepções teóricas, aprofundadas por meio das leituras, à realidade conhecida e interpretada a partir dos levantamentos de campo, permitiu interpretar que a promoção do turismo representa, sim, uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos por parte dos ítalo-descendentes, onde oferecem os produtos da própria cultura, bem como a paisagem culturalmente constituída, como atrativos para aqueles que, como lembra Urry (2005), buscam o contato com o diferente, com representações materiais e simbólicas distintas do seu cotidiano.

Cruz (2001a) analisa que os lugares convertem-se em destinos turísticos na medida em que vão recebendo visitantes eventuais, solitários ou em grupos e Knafou (1996) lembra que os turistas são a primeira fonte de turistificação dos lugares. A ideia de trazer estes autores se dá em função de que grande parte dos circuitos ítalo-descendentes visitados pela pesquisa surgiram a partir da necessidade de melhorar os rendimentos familiares, mas a opção pelo turismo se deu pela observação das famílias de que suas propriedades recebiam pessoas interessadas em adquirir os produtos, individualmente ou em grupo, o que significa dizer que a visitação turística começou antes mesmo dos circuitos serem formatados enquanto produto. Ou seja, estes ítalo-descendentes perceberam que as heranças culturais, outrora conservadas no âmbito familiar, constituíam uma rica expressão material e simbólica que poderia ser ofertada

para o turismo, sem abandonar outras práticas que não fazem parte da atratividade, uma vez que significativa parcela desse patrimônio é conservado por meio de iniciativas locais que não visam a atratividade, como é o caso dos grupos de danças, grupos de coral, eventos como a *missa das dez*, cursos de língua e cultura italiana, festas e celebrações comunitárias, ou, ainda, pela ação das inúmeras associações culturais italianas espalhadas pelo território brasileiro, todas iniciativas que conservam as expressões identitárias desses grupos.

Vale ressaltar que a cultura ítalo-descendente precede ao turismo e sua continuidade não está, necessariamente, atrelada ao consumo mercadológico das heranças culturais remanescentes. É da própria dinâmica da cultura o processo de transformação, onde representações materiais, saberes e práticas vão sendo abandonados dando lugar a novas formas de fazer e viver. O turismo, como uma prática que coloca em evidência as expressões da cultura ítalo-descendente, convertendo-as em atrativos, representa uma iniciativa que congrega preservação e geração de renda, onde a cultura passa a ser valorizada por sua importância histórica e social. É a partir deste processo que as heranças culturais passam a compor um produto turístico, momento em que há a incorporação do valor econômico ao valor cultural, ou a incorporação do valor de troca aos bens e práticas culturais.

Visto deste ponto, no qual a cultura é tomada por seus possuidores para ser convertida em produto turístico e estes são os beneficiados diretos, a relação de uso do patrimônio e práticas culturais pelo turismo contribui no fortalecimento dos laços culturais, afinal, cabe lembrar que a maioria dos ítalo-descendentes entrevistados durante a pesquisa de campo afirmou que é preciso preservar os bens e conhecimentos porque, para além da sua importância histórica e social, é isto que os turistas e os visitantes procuram.

Ainda que muitas materialidades tenham sido destituídas do espaço, bem como saberes e conhecimentos tenham sido abandonados pela própria dinâmica da cultura, pois a cultura é dinâmica e se transforma no tempo e no espaço (SAHLINS, 1997), as heranças que resistem ao tempo constituem os conteúdos que preenchem as formas e dão sentido à vivência cotidiana. A partir do momento em que o turismo é incorporado às representações da cultura, velhas formas adquirem novas funcionalidades

(ANDRADE, 2002), são refuncionalizadas da mesma maneira que as antigas práticas e conhecimentos ganhando destaque na dialética espacial onde o novo convive com o antigo e se destaca por sua distinção, produzindo uma paisagem típica e peculiar em cada lugar (PANIS, 2009a). Além disso, o reconhecimento histórico e social fortalece a identidade cultural ítalo-descendente e seu uso enquanto atrativo distintivo para a promoção das atividades de turismo e lazer, e constitui uma equação favorável a conservação e a manutenção do patrimônio cultural.

Em outras palavras, a prática turística pode contribuir na conservação das Casas de Pedras, dos Moinhos, entre outros tipos de construções e materialidades espalhadas pelos territórios, onde estão os circuitos turísticos. Contribui, ainda, para manter funcionando as cantinas familiares e a produção dos chamados *produtos coloniais*. Isto significa que aumenta o interesse pela conservação e reprodução da cultura imaterial, entre a culinária, o fabrico do vinho, a produção de doces, compotas e embutidos, as festas e as tradições religiosas e outras características do saber-fazer ítalo-descendente, contribuindo para manter e conservar as heranças culturais entre as famílias.

Neste processo, entretanto, deve haver o cuidado para não ocorrer uma instrumentalização da cultura para apenas atender a demanda turística, pois isso esvaziaria de sentido as materialidades e os conteúdos simbólicos, enfraquecendo o sentido de pertencimento do indivíduo a sua própria cultura. Tal fato pode ocorrer quando apenas se investe na comercialização de produtos típicos e na criação de cenários, produzindo paisagens espetacularizadas (LEITE, 2010), para garantir a atratividade.

Cabe ressaltar, entretanto, que a relação de uso do patrimônio cultural pelo turismo é uma equação complexa. Isto porque, de um lado, mercantilizar as heranças culturais, ou seja, garantir sua continuidade por meio da sua utilização enquanto produto do consumo cultural leva ao esvaziamento dos conteúdos simbólicos e condiciona sua preservação ao uso econômico. De outro, deve haver um cuidado porque nem tudo culturalmente importante deve ser conservado, afinal, é da própria natureza dinâmica da cultura transformar-se, abandonar determinados procedimentos e saberes e incorporar novos, segundo Castriota (2009), processo próprio do par dialético

lembrar-esquecer, onde alguns elementos da cultura são preservados e outros abandonados ou substituídos por novos procedimentos e formas de ser e fazer.

Assim, no entendimento desse trabalho, a existência da prática turística contemporânea com base no uso dos bens culturais ítalo-descendentes, só é possível devido a manutenção dos laços de pertencimentos dos indivíduos às coletividades. Além disso, adquire importância a preservação e manutenção de práticas culturais e bens materiais representativos da cultura, afinal, são essas representações que possibilitam formatar circuitos turísticos com base na cultura ítalo-descendentes.

Junto a estes aspectos é importante ressaltar que a prática turística, em qualquer escala, deve ser acompanhada das estratégias de planejamento e gestão do território, processo que deve prever, inclusive, a ampla participação de todos os atores envolvidos na atividade, desde os empreendedores e gestores dos atrativos, passando pelas empresas que se somam como parceiras desta atividade, até o poder institucional, visto que o poder público tem um papel fundamental na organização territorial, não podendo nem se eximir do processo, nem impor suas decisões ou tomá-las unilateralmente (BENI, 2006).

O planejamento turístico, muito além do que organizar o território e promover as atratividades, deve, ainda, empenhar-se para que esta atividade, que é sobretudo econômica, fomente a melhoria dos rendimentos econômicos para a coletividade, uma vez que se os resultados da prática turística ficarem concentrados nas mãos de poucos indivíduos ou empresas, leva a desestimulação e a desorganização e, no limite da questão, a desarticulação dos nexos culturais pela própria perda do sentido da manutenção da cultura.

Sobretudo é importante ter presente que o processo de promoção do turismo é irreversível, ou melhor dizendo, tende a, cada vez mais, aumentar em termos de oferta e tipologias. O que pode ocorrer é o desgaste e o esgotamento de determinados segmentos, mas sempre surgem novos nichos de mercado, em espacial, aqueles voltados a público que busca consumir os produtos da cultura, afinal, são as expressões da cultura que particularizam a atratividade e diferenciam determinados lugares daqueles destinado ao consumo de massa.

A partir desse contexto, observando que a busca por diferentes paisagens e expressões culturais por parte dos viajantes cada vez mais aumenta, percebe-se que os produtos da cultura ítalo-descendente tendem a se consolidar enquanto atratividade turística. Isto porque as representações dessa cultura constituem uma expressiva marca na formação socioespacial brasileira e, nos lugares onde historicamente se fixaram, legaram ao território e a paisagem inúmeras materialidades e conteúdos simbólicos que constituem a própria identidade territorial nacional, heranças culturais remanescentes que, no período contemporâneo, representam a continuidade da cultura no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Adilson Avansi de. Italianos no Espírito Santo. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 187-201.
- ABREU, Maurício de. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. G.; CORRÊA, R. L. (Orgs) **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997, p. 197-245.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985, 254 p.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo - fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática (Série Fundamentos), 1998, 215 p.
- ANDRADE, Margarida Maria de. Brás, Moóca e Belenzinho – “bairros italianos’ na São Paulo além-Tamanduateí. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: FFLCH-USP, 1994, nº 8 p. 97-102.
- ANDRADE, Manuel C. de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP**, São Paulo: FFLCH-USP, nº 12, 2002, pp.11-19.
- ANJOS, Flavio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2004, 374 p.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **Patrimônios e meandros políticos para pensar sua gestão**. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online), v. 12, p. 01-19, 2012.
- ALMIRÓN, Analía; BERTONCELLO, Rodolfo; TRONCOSO, Claudia Alejandra. **TURISMO, PATRIMONIO Y TERRITORIO**. Una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. **Estudios y Perspectivas en Turismo** [On-line], Argentina: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, v. 15 nº 2, abril, 2006, pp. 101-120.
- ARGOLLO FERRÃO, André. M. **Arquitetura rural e o espaço não urbano**. Labor&Engenho, Campinas, ano I, no 1, março 2007, p. 89-110.
- AZEVEDO, Thales de. **Italiano e Gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982, 319 p.
- BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004, 192 p.

- BALHANA, Altiva Pilatti. Italianos no Paraná. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 121-144.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. (Coleção Turismo), São Paulo: Papyrus, 2000, 98 p.
- _____. La delicada tarea de planificar turismo cultural: Un estudio de caso con la "germanidad" de la ciudad de Blumenau-SC. **Pasos**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online), Tenerife- Islas Canarias- Espa, v. 1, n.1, p. 51-63, 2003.
- BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph (Série Turismo), 2006, 200 p.
- BENKO, G.; PECQUER, B. Les ressources de territoires et les territoires de ressources. **Finisterra**, v. 36, n. 71, 2001.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: Rosendahl, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura**. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BERTONCELLO, Rodolfo. Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística. In: **Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografía**. Tucuman, octubre, Buenos Aires: Mimeo, 2004.
- BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005, 300 p.
- BIANCHI, Rossella. Cibo, agri-cultura e turismo - conferenza internazionale italo-tedesca sull'agriturismo. Itália:Pisa: **Rivista Economia e Ambiente**, Anno XXIX, nº. 4-5, Luglio-Ottobre 2010, pp. 13-19.
- BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. **Italianos: História e memória de uma comunidade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2006 – Série Lazuli imigrantes no Brasil, 207 p.
- BISSOLI, Orestes. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979, 254p.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. **Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina**. Caxias do Sul: EDUCS, 1998 [1939], 110p.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**; trad. Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

- BONAFÉ, Marilene de C. **Memórias e acervos da comunidade de imigração italiana**. Passo Fundo: UPF. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo-RS, 2007, 313 p.
- BONÉRANDI, Emmanuelle. Le recours au patrimoine, modele culturel pour le territoire? **GéoCarrefour**. França : Lyon, Vol. 80/2, 2005, p. 91-100.
- BORGHEZAN, M.; ERN, R.; SILVA, A. L. da. **Vales da Uva Goethe: indicação geográfica e desenvolvimento territorial**. Florianopolis: Alternativa Grafica, 2008, v. 1.
- BRANDI, Cesare. **Teoria del Restauro**. Torino: Giulio Einaudi, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Distrito Federal: Brasília, 1988.
- BRASIL, **Ministério do Turismo**. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- _____. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - **Relatório Brasil** / - 2ª ed. Revisada. Ministério do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- _____. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil**: Módulo operacional 9 - Promoção e Apoio à Comercialização. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- _____. **Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil**. Brasília, Agosto 2006, 31 p.
- _____. Turismo cultural. Orientações básicas. 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BREITBACH, Áurea C. M. O desenvolvimento da região de Caxias do Sul. In: **XXI Encontro Estadual de Geografia**. Caxias do Sul: AGB-RS, Anais do... Junho, 2001, pp. 1-17.
- BRUNELO, Piero. **Pionieri: gli italiani in Brasile e Il mito della fronteira**. Roma: Donzelli, 1994, 123p.
- BUKHARIN, Nicolai. **Teoría del materialismo histórico: ensayo popular de sociología marxista**. Cordoba: Pasado y presente, 1974, 324 p.

- CALIMAN, Nara Falqueto. **Uma Itália que não existe na Itália: Tradição e modernidade em Venda Nova do Imigrante – RS**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2009, (Dissertação).
- CAMPANHOLA, Clayton. e GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural Brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000, 176 p.
- CANCLINI, Nestor G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – IPHAN, Brasília, nº 23, 1994, p. 95-111.
- _____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1995, 268 p.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CARNIELLI, Leandro. **Agroturismo**: os primeiros passos de uma comunidade rural da montanha capixaba. Venda Nova do Imigrante, publicação local. 2002, 55 p.
- CARVALHO, Bulhões. **Progrès de l’immigration italienne au Brésil**. Rio de Janeiro: Imp. De la statistique; Ministère de l’agriculture, industrie et commerce – Bureau Général de Statistique, 1925, 21p.
- CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo: o banco de dados**. Vitória: CST; UNIMED, 1997, 815p.
- _____. **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p. 129-146.
- _____. **A imigração italiana no Espírito Santo: análise das características dos migrantes**. Vitória: UFES, 1998, p. 101-126.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, 380 p.
- CASTRO, Danilo Martins de; ANTONIO FILHO, Fadel David. **A cultura como forma de resistência ao processo de metropolização: o caso do bairro da Moóca-SP**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, nº 22, jan.-dez. 2007, p. 43-54.

- CERDAN, C.; VITROLLES, D. Valorisation des produits d'origine : contribution pour penser le développement durable dans la Pampa Gaúcha au Brésil. **Géocarrefour**, v. 83, n. 3, 2008.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara (*et al*). Diversidade Narrativa das memórias de ítalo-descendentes no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, Pelotas, RS. In: **Anais do IV SIMP** – Simpósio Memória, Patrimônio e Tradição. Pelotas/UFPEL, 22 a 24 de setembro, 2010, p. 875-890.
- CHAUÍ, M. “Introdução”. In **P. Lafargue**, O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 9-56.
- _____. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. Expressão Popular, 2005, 147 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001, 283 p.
- CISNE, Rebecca de Nazareth Costa; GASTAL, Susana. A produção acadêmica sobre Roteiro Turístico: um debate pela superação. **Anais do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi – UAM, 2009, p. 1-12
- CIUFFOLETTI, Zeffiro. **L'emigrazione veneta in Sud America attraverso le fonti consolari**. In: GRANDI, C. (Org.). **Emigrazione: Memorie e Realtà**. Trento: EFFE e ERRE, 1990, p. 393-405.
- COLBARI, Antônia L. Família e Trabalho na Cultura dos Imigrantes Italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p. 129-141.
- COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Lei Nº 601 – de 18 de setembro de 1850. Tomo 11, parte 1, secção 44^a, p. 307. Consulta em http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf#page=10
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998, 123 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

- CORREA, Silvio Marcos de Souza. Identidade étnica em meio urbano. **Ágora, Santa Cruz do Sul**: UNISC, v. 7, n. 2, jul./dez. 2001, p. 119-132.
- COSTA BEBER, A. M.; BARRETTO. M. Los cambios socioculturales y el turismo rural. Pasos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural** (Online), v. 5, p. 45-52, 2007.
- CREATO, Oficina de Roteiros. **Manual Técnico de Desenvolvimento e Operação de Produtos e Roteiros Turísticos**. 10. ed. Belo Horizonte. 2005, 31 p.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001a, 167 p.
- _____. **Introdução à geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001b, 107 p.
- _____. Geografia do Turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007, 140 p.
- _____. Patrimonialização do patrimônio: ensaios obre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. **Geosp**, São Paulo: UPS, v.31, p. 95-104, 2012.
- CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições Patrimoniais, 2004, 407 p.
- DALL'ALBA, JOÃO LEONIR. Imigrantes italianos em Santa Catarina. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 145-168.
- DA SILVA; Adriana Pisani; LUDKE, Queila Paula. Agroindústria e turismo rural na quarta colônia de imigração italiana/RS. In: **48º Congresso Sober** – Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, Campo Grande, 25 a 28 de julho, 2010, p. 1-17.
- DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984, 244 p.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997. 240 p.
- DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974, 170p.

- DOLZAN, Janiane Cinara. **A (re)invenção da italianidade em rodeio – SC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, (Dissertação).
- DUARTE, Tiaraju; SALAMONI, Giancarla; DA COSTA, Adão J. Vital. Turismo no espaço rural, práticas locais e imigração italiana: o Caminho Colonial do Vinho, Pelotas/RS. In: **Rosa dos Ventos** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Turismo – UCS. Caxias do Sul: UCS, jul. 2011, vol. 3, nº 2 p. 207-215.
- ERTHAL, Rui. Geografia Histórica: Considerações. GEOgraphia. Rio de Janeiro: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Ano V, n. 9, 2003, p. 29-39.
- EVASO, Alexander S. A refuncionalização do espaço. In: **Revista Experimental** – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 33-54.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995, 223 p.
- _____. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: **Sociedade e Estado**. V. XI, nº 1, jan-jun, 1996.
- _____. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997, 239 p.
- FERRARINI, Sebastião. **A imigração italiana na Província do Paraná e o município de Colombo**. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1973, 350p.
- FERREIRA, Joaquim Vieira. **Azambuja e Urussanga**: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina. Niterói, RJ: Diário Oficial, 1939, 107 p.
- FETTER, Leila Maria W. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX**. 2002. 362 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social), UCPEL: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, 298 p.

- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração – século XIX e início do século XX. CASTIGLIONI, Aurélia (org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998, p. 28-32.
- FRANZINA, E. **La storia altrove: casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa**. Verona: CIERRE Edizione, 1998, 360 p.
- FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução: Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2006, 480 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; DOMÍNGUEZ, Lourdes. As cartas internacionais sobre o patrimônio. In: **Textos Didáticos**, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 57, novembro, 2005, 144 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2006.
- GALVÃO, Claudia Andreoli. **Sistemas Industriais Localizados: O Vale do Paranhana - Complexo Calçadista do Rio Grande do Sul**. Texto para discussão nº 617, Brasília: IPEA, Janeiro de 1999, 69 p.
- GASTAL, Suzana. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Suzana (Org.) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS (Coleção Comunicação, 4), 2001, 28 p.
- GASTAL, Susana de Araújo; SALES, Fabiana de Lima. Identidade sob o turismo: a italianidade no sul do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo: Universidade Federal de Alagoas (Brasil): Facultat de Turisme de la Universitat de Girona (Espanya), vol. 2, n.1, p. 22-35, 2012.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, 323 p.
- GETINO, Octavio. **Turismo entre el ocio y el neg-ocio: Identidad cultural y desarrollo económico en América Latina y el Mercosur**. 2ª ed. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2009, 280 p.

- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIGANTE, Claudio. 'Fatta l'Italia, facciamo gli Italiani': Appunti su una massima da restituire a d'Azeglio. In: **Rivista Europea di Studi Italiani**. Amsterdam: Incontri, Anno 26, Fascicolo 2, 2011, pp. 5-15.
- GIRON, Loraine Slomp. Identidade: região e valores. In: GIRON, L. S.; RADÜNS, R. **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Edusc, 2007, p. 39-58.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, p. 264-275.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005, p. 15-36.
- GRANDI, Casimira. L'Ufficio per la mediazione del lavoro e la tutela dell'emigrazione trentino (1904-1914). In: GRANDI, C. (Org.). **Emigrazione: Memorie e Realtà**. Trento: EFFE e ERRE, 1990, p. 371-3390.
- GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. POA, FEE (teses no 14), 1990.
- GROSSELLI, Renzo M. Colônias Imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos), nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, Coleção Canaã, v.6, 2008, 534p.
- GRUMO, Rosalina. Le strade del vino e il binomio agricultura- turismo: tipicità, qualità e appeal del territorio. **Geoprogess Edizioni**. Itália: Novara. Annali del turismo, 1, 2012, pp. 193-208.
- GUIMARAENS, Maria Etelvina Bergamaschi. Instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural: aplicação no meio rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de (ORGS.) **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006, p. 208-220.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização – Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396p.

- _____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. São Paulo: Anais do..., p. 6774-6792
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 102 p.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 239 p.
- HAUSMANN, Carlo; DI NAPOLI, Raffaella. **Lo sviluppo rurale: Turismo rurale, agriturismo prodotti agroalimentari**. Itália:Roma: INEA, Istituto Nazionale di Economia Agraria. Quaderno informativo n. 4, Ottobre 2001, 67 p.
- HIERNAUX-NICOLA, D. “Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo”. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 39-54.
- HUTTER, L. M. A imigração italiana no Brasil (século XIX e XX): Dados para a compreensão desse processo. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 74-101.
- IANNI, Constantino. **Homens sem paz: Os conflitos e os bastidores da emigração italiana**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, 246 p.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, Caderno de Documentos nº 3, 1995, 344 p.
- _____. **Carta de Atenas**. Atenas: Escritório Internacional de Museus, 1931, 6 p.
- _____. **Carta de Burra**. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, 1980, 5 p.
- _____. **Carta de Veneza**. Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, 1964, 4 p.
- _____. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975, 10 p.
- _____. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975, 5 p.

- _____. **Recomendação de Paris.** Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris: Conferência Geral da Unesco, 1972, 3 p.
- _____. **Documento de Nara.** Conferência sobre a autenticidade em relação a convenção do patrimônio mundial. Nara: Conferência Geral da Unesco, 1994, 3 p.
- IPHAN/SC. **Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina.** Dossiê de Tombamento. Florianópolis: Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC, Vol 1, S/D, 341 p.
- IPHAN/SC. **Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina.** Dossiê de Tombamento. Florianópolis: Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/SC, Vol 2, S/D, 339 p.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 108-121.
- ITENETS, International Training and Employment Networks. **Gli Italiani in Brasile.** (S/L), 2003, 150 p.
- KIELING, Sabrina Santos; LINK, Dionísio. A urbanização de Caxias do Sul como processo transformador dos patrimônios naturais da região. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental.** Santa Maria: REGET-CT. v(4), nº4, 2011, pp. 371-379.
- KNAFOU, Remi. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) **Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: Aleph, 2001, 192 p.
- KUHL, Beatriz Mugayar. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, 2004, nº 2 v.12. jan./dez., pp. 309-330.
- _____. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista.** [online]. São Paulo, 2010, vol.18, n.2, pp. 287-320.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1985, 238 p.

- LAPOLLI, J. N. *et al.* **A competitividade da vitivinicultura brasileira: análise setorial e programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Banrisul / Embrapa-CNPUV / Sebrae-RS, 1995.
- LAZZAROTTI, O. Patrimoine et tourisme : Un couple de la mondialisation. **Mappamonde**, France: Montpellier, N.01/00, 2000, p. 12-16.
- LAZZAROTTI, Olivier. Patrimoine, in LEVY J., LUSSAULT M., **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**, Paris, 2003, p. 692-693.
- LEITE, Rogério Proença. A Exaustão das cidades Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Vol. 25, nº 72, fevereiro de 2010, pp. 73 – 87.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986, 485 p.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1969, 133 p.
- LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. (Série Turismo), São Paulo: Aleph, 2012, 492 p.
- LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto alegre: Sulina, 1975, 264p.
- LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do Patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **Geousp**, São Paulo/SP, v. 15, n. 17, 2005, p. 95-105.
- MALANIMA, Paolo. **L'Economia italiana nell'età moderna**. Roma: Editori Riuniti, 1982, 156 p.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 25-44.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: Implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul; Instituto Estadual do Livro, 1975, 218p.

- _____. Italianos no Rio Grande do Sul. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil. Porto Alegre**: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 169-185.
- MARINA, Fuschi. La valorizzazione turistica dei paesaggi agro-culturali: una interpretazione geografica. **Geoproggress Edizioni**. Itália: Novara. Annali del turismo, 1, 2012, pp. 24-38.
- MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular. 2008 [1859], 288 p.
- MASCHIO, Edison. As famílias italianas de Colombo: lugares de memórias e de histórias da imigração. MASCHIO, E. C. F. **Memórias de uma colônia italiana: Colombo – Paraná (1878-2013)**. Porto Alegre: EST Edições, 2013, pp. 129-154.
- MASINA, Renato. **Introdução ao estudo do turismo**: conceitos básicos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, 128 p.
- MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. ALMEIDA, J. A., Riedl, M. (orgs). **Turismo Rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: Edusc, 2000, pp. 95-115.
- MECOM, MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL. **Acervo de história oral**, Pelotas, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Identidade Cultural e arqueologia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 20, 1984, pp. 33-36.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **Seminário Internacional de História da Energia**. Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 1999, p. 30-48.
- _____. Os “usos culturais” da cultura: Contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. **Turismo : espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999b, p. 88-99.
- MICHELIN, Rita Lourdes. A construção das ideias de herança cultural, etnicidade e identidade na arena turística do roteiro cultural Caminhos de Pedra – RS. In: **Anais da ANPTUR**: IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, UAM, 27 a 28 de agosto de 2007, p. 1-13.
- MICHAELIS, **Dicionário Escolar italiano**: italiano-português, português-italiano. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2003, 766 p.

- MINISTERO DELLE RELAZIONI ESTERE. **Il Brasile: risorse e possibilità**. Rio de Janeiro, RJ: Ministero delle Relazioni Estere, 1951, 148p.
- MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2002, 144 p.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998, 392 p.
- MORAES, Antonio Carlos R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1996, 156 p.
- _____. **Bases da formação territorial no Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. (Estudos históricos, 41). 431 p.
- _____. **Geografia histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annblume, 2011, 160 p.
- MORES, Giana de Vargas; PICCININI, Fábio Júnior; FERREIRA, Christiano (org.). Caderno de informações socioeconômicas do município de Chapecó. In: **Ciências Econômicas**, Chapecó: Unochapecó, Ano 13, Nº 25, Jan./Jun. 2012, 62 p.
- MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio Urbano no Brasil: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 257-287.
- MOURA, Angelita Rolim de; NUCCI, João Carlos. Conservação em áreas de preservação permanente no bairro de Santa Felicidade – Curitiba – Paraná. In: **XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada**. Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão do Território. Anais do... Natal, 2007. v. 1. p. 1-15.
- MTUR, Ministério do Turismo. **Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil**. Brasília, Agosto 2006, 31 p.
- NAGAR, Carlo. O estado do Espírito Santo e a imigração italiana: Relato do cavalheiro Carlo Nada, Cônsul Real em Vitória. Vitória: **Arquivo Público Estadual**. Coleção Canaã, v. 1, 1995 [1895], 70p.
- ORO, Ari Pedro. “Mi son talian”: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (et. all.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 611-627.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H. T. & GUTIERREZ, G. L. (ORGS) **Enfoques contemporâneos do lúdico** (III Cilco de Debates Lazer e Motricidade), Campinas: Autores Associados, UNICAMP, 2002, p. 25-41.

_____. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano In: **GEOgraphia**, Revista de pós-graduação em Geografia, N. 15, UFF/Rio de Janeiro, 2006, p. 45-58.

_____. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, BRUHNS e SERRANO (ORGS.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007 p. 25-46.

PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. (ORGs) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009, 230p.

PAES, M. T. D. Patrimônio Cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, pp. 162-174.

PANIS, M. **O Turismo na perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS**. Pelotas: UFPEL, 2007, 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

_____. O patrimônio cultural e o turismo: novos usos e funções do espaço rural pelotense. **XV ENG – Encontro Nacional de Geógrafos**. In: Anais do..., São Paulo, 2008a.

_____. A paisagem colonial como objeto do turismo: o caso das colônias de imigrantes italianos em Pelotas/RS In: **1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO-SP e VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – Rio Claro – SP**, Rio Claro, Anais do... 2008b.

- _____. **Turismo, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local – O caso do Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas/RS.** 2009. 254 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009a.
- _____. O patrimônio cultural e as novas territorialidades turísticas em comunidade rurais: uma realidade emergente no Distrito de Rincão da Cruz Município de Pelotas/RS. **RA' EGA** (UFPR), v. 17, p. 77-92, 2009b
- PANIS, M.; OLIVEIRA, M. R. da S. . Turismo, patrimônio cultural rural e imigração italiana: a refuncionalização espacial na Colônia Maciel Município de Pelotas/RS. **Terra Livre**, v. 1, p. 189-200, 2009.
- PEIXOTO, Paulo. **O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas.** Coimbra: CES – Centro de Estudos Sociais: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012, 17 p.
- PEREIRA, João Baptista Borges. O imigrantes italiano no mundo rural paulista: um visão antropológica do processo migratório. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 224-250.
- PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina:** o processo de produção de carnes no oeste catarinense. 2008. 322 p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFSC, Florianópolis-SC, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria Sul Rio-grandense.** Guaíba: Riocell, 1985, 122 p.
- PESCIOLINI, R. V. **Le colonie italiane nel Brasile Meridionale:** Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná. Torino: Fratelli Bocca, 1914, 303 p.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante italiano na fazenda de café de São Paulo. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, vol. I, p. 102-117.

- PETRONE, Pasquale. Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração. In: DE BONI, L. A. (et. all.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 627-641.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. 1989, p. 3-15.
- PROGOETHE - Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe, 2009. <http://www.progoethe.com.br/index.php>.
- PROTAS, José Fernando da S.; CAMARGO, Umberto Almeida; MELO, Loiva Maria R. A viticultura brasileira: realidade e perspectivas In: SIMPÓSIO MINEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 1., 2002, Caldas. **Anais...** Caldas: EPAMIG, 2002. p. 17-32
- RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: **Cahier/ Groupe Réseaux** nº7, 1987. pp. 2-22.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269 p.
- REBOLLAR, P. M. *et. al.* **Vales da Uva Goethe**. Urussanga: Progoethe, 2007.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v. 1, nº 1, jun. 2000, p. 61-72.
- RIBEIRO, Alessandra Regina. **Aprender Italiano: identidade em (Re)Construção entre língua e cultura em contexto forma**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Cascavél: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005, (Dissertação)
- ROCHA, Isa de Oliveira. Algumas reflexões sobre Geografia e formação Socioespacial. **Revista Saúde e Ambiente / Health and Environment Journal**. Joinville: UNIVELLI, v. 2, n. 1, p. 20-25, 2001.
- RODRIGUES, Adir B. Turismo local: oportunidades para a inserção. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-22.

- RODRIGUES, Marli. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. Funari, P.; Pinsky, J. (orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001, 103 p.
- RODRIGUES, C. H. M. A indústria vinícola gaúcha e o capitalismo: um universo de luta e sobrevivência. **Ciências & letras**, n. 41, 2007.
- ROGATTO, Geraldo Matheus. Achirópita, Fettuchine e Vinho. Sobre a italianidade e a colônia italiana de São Paulo. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1990, vol. II, p. 411-423.
- ROSENTAL, Mark Moisevich; IUDIN Pavel Fedorovich. **Dicionário Soviético de Filosofia**. Traducción directa del ruso por Augusto Vidal Roget. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1965, p. 192. Consultada versão online em: <http://www.filosofia.org/enc/ros/forma3.htm>, em 8 de Novembro de 2011.
- ROSSETO, Valter. **Memória e Cultura étnica: A Festitália de Serafina Corrêa**. Passo Fundo: UPF, 2005, 263 p.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Atelier Editorial, 2008.
- SANCHEZ, Fernanda. A (in)Sustentabilidade das Cidades-Vitrine. In: ACSERALD, Henri (org.). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2001, pp.155 – 175.
- _____. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, nº 16, jun. 2001, pp. 31 – 49.
- _____. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó, SC: Argos, 2003.
- SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its theory and history**. New York: Cambridge University Press, 1986, 256p.
- SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 142-161.

- SANTIN, Silvio. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martin. In: DE BONI (Orgs). **A presença italiana no Brasil**, Vol. II. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 447-461.
- SANTOS, A. P. “Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho”. **IX SIMPÓSIO NACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO**. Ponta Grossa: Paraná: CEFET, 24-26 de novembro de 2005.
- SANTOS, J. R. L. **O processo de abertura comercial brasileiro e os impactos sobre a vitivinicultura gaúcha – 1980-1997**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande, PB: UFPB, 1999.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001, 475 p.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 54, jun. 1978, p. 35-59.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985, 88 p.
- _____. **A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 392 p.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997b, 88 p.
- _____. Da política dos Estados à política das empresas. In: **Caderno da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte: ALMG, 3(6): 9-23, jan/jun., 1998.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- _____. **Território e sociedade – entrevista com Milton Santos**. Fundação Perseu Abramo, 2002, 127 p.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005, 176 p.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003, 240 p.

- SAVOLDI, Adiles. A reconstrução da italianidade no sul do estado de Santa Catarina. In: BANDUCCI JR. e BARRETTO (ORGS) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus – Coleção Turismo, 2006, p. 89-116.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L. E ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, [1925]1998, p. 12-74.
- SCALCO, Maria Fernanda Prigol Becker; OLIVEIRA, Gilson Batista de. A Dinâmica do Mercado Imobiliário Informal: Estudo de Caso Na Cidade de Curitiba. In: **Revista da FAE**, n.1/2, jan./dez. 1998, pp. 44-59.
- SEABRA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: CUNHA, S. B. da; GUERRA, J. A. T. (orgs). **A questão ambiental – diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 153-189.
- SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Chapecó**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010, 119p.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 205 p.
- SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 2008, 392p.
- SILVA, Marcos Aurélio da. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: **XII Encuentro de Geografos de América Latina**, 2009, Montevideo. Anais do XII Encuentro de Geografos de America Latina, 2009.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2006, 125 p.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-22.
- SPÓSITO, Maria Encanação Beltral (*et alli.*). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. in: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

- TALAVERA, Augustin S. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. I.; VIANA, A. L. B. (orgs). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 13-50.
- _____. Patrimonios culturales y turistas: Unos leen lo que otros miran. Pasos – **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Tenerife: España: Universidad de la Laguna, vol. 1, nº 1, 2003, p. 1-12.
- TASCA, Claudia Cecília. Diagnóstico da necessidade de informação do setor moveleiro do Rio Grande do Sul: estudo do usuário. **Ciência da Informação**, Brasília, nº 22(2), maio/ago, 1993, pp. 102-117.
- TAVARES, Adriana de Menezes. **City-tour**. São Paulo: Aleph, 2002, 72 p.
- TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiências e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, 327 p.
- TONIETTO, J. Experiências de desenvolvimento de indicações geográficas: vinhos da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. (orgs.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**. Brasília: Sebrae, 2005.
- TONIOLO, Gianni. **L'Economia italiana (1861-1940)**. Roma: Ed. Laterza, 1978, 381 p.
- TORRES, T. G. **A construção do espaço pelo turismo**: Rota Turística gastronômica de Santa Maria e Silveira Martins, RS. 2009, 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- TRONCOSO, Claudia A.; ALMIRÓN, Analía V. Turismo y patrimonio – Hacia una relectura de sus relaciones. In: **Aportes y transferencias**, Mar del Plata: Univerisad Nacional de Mar del Plata – Argentina, año/vol., 1 nº 09, 2005, p. 56–74.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Imigrantes italianos no interior de São Paulo: O caso de São Carlos. In: DE BONI, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1990a, vol. II, p. 357-375.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Primórdios da atividade industrial entre imigrantes italianos em São Carlos. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1990b, vol. II, p. 377-381.

- TYLER, Duncan; GUERRIER, Yvonne; ROBERTSON, Martin (org.). **Gestão de turismo municipal**. [Tradução: Gleice Regina Guerra], São Paulo: Futura, 2001, 333 p.
- UNESCO, United National Educational Scientific and Cultural Organization. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Estocolmo, 1972.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, S/L, 2002, 7 p.
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1996, 231 p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na Geografia urbana histórica. **GeoTextos**. Bahia: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, Vol. 5, n. 2, dez. 2009, p. 147-157.
- VERBOLE, Alenka. A busca pelo imaginário rural. Riedl, M., ALMEIDA, J. A., VIANA, A. L. B. (orgs). **Turismo Rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, pp. 117-140.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- VOLARECLUB, Revista. Viagem: Conheça pontos turísticos e traços culturais de Curitiba, a capital que traz consigo a marca da qualidade de vida. Caxias do Sul: **Volare Club**, Revista Trimestral, Ano VIII, nº 24, Setembro/Outubro/Novembro, 2011, pp. 14-22.
- WASSERMAN, Cláudia. Identidade: conceito, teoria e história. **Ágora, Santa Cruz do Sul**: UNISC, v. 7, n. 2, jul./dez. 2001, p. 7-19.

SÍTIOS CONSULTADOS

www.abtr.com.br

www.agroturismovendanova.com.br

www.ape.es.gov.br/index2.htm

www.bituruna.pr.gov.br

www.caminhosdepedra.org.br

www.caxias.rs.gov.br/turismo

www.chapeco.sc.gov.br

www.chapeco.sc.gov.br/turismo

www.curitiba-parana.net/santa-felicidade

www.ecologia.ib.usp.br

www.fee.tche.br

www.festadapolenta.com.br

www.garibaldi.rs.gov.br/secretarias-e-orgaos/turismo-e-cultura

www.ibge.gov.br

www.iphan.gov.br

www.jcrs.uol.com.br

www.marxists.org

www.metalurgicoscaxias.com.br

www.movergs.com.br

www.paranhana.org.br/turismo

www.prefrolante.com.br

www.progoethe.com.br

www.portal.colombo.pr.gov.br

www.santur.sc.gov.br

www.santacatarinabrasil.com.br

www.sebrae.com.br

www.setur.es.gov.br

www.sindmoveis.com.br

www.sjp.pr.gov.br/turismo
www.sol.sc.gov.br
www.tour.es.com.br
www.turismobento.com.br
www.turismo.gov.br
www.turismo.pr.gov.br
www.turismo.rs.gov.br
www.valedosvinhedos.com.br
www.vendanova.es.gov.br/turismo
www.unesco.org.br
www.unwto.org/aboutwto/index.php

APÊNDICES

Apêndice 1: Perfil dos empreendimentos segundo a visitação

| Empreendimento | Nº médio de visitantes por ano. | Em que parte do ano o movimento é maior? | Percentual dos usuários. | A quantidade de turistas é suficiente? | Município do circuito |
|----------------|--------------------------------------|--|---|---|-----------------------|
| 1 | Varia de acordo com o período do ano | Entre final e início do ano | Maior parte de fora | Na alta temporada sim | Bituruna/PR |
| 2 | Em torno de 400 visitantes por ano | Final de ano | Maior parte da região | Não. O que mantém é a comercialização do vinho | Bituruna/PR |
| 3 | Em torno de 1000 visitantes por ano | Entre final e início do ano | Maior parte da região (80%) Restante de longe ou do exterior (20%) | É suficiente porque não depende do turismo, só da comercialização | Bituruna/PR |
| 4 | Em torno de 800 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maior parte da região | Não, o ideal seria que viessem mais | Bituruna/PR |
| 6 | Em torno de 250 visitantes por ano | Período de inverno, por ocasião das festas | Maior parte de cidades próximas | Não, o ideal seria que viessem mais | Chapecó/SC |
| 7 | Em torno de 300 visitantes por ano | Não há período de maior movimento | Maior parte da região | Não. O que mantém é a comercialização dos produtos | Chapecó/SC |
| 9 | Entre 5 e 6 mil visitantes por ano | Período do inverno | Maior parte da região | Suficiente porque optou-se por não produzir por quantidade, mas qualidade | Rolante/RS |
| 10 | Mais de 1000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maior parte da região | Suficiente pela mão de obra disponível para atender | Rolante/RS |
| 11 | Mais de 2000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Região (60%) Outras regiões (40%) | Suficiente pela mão de obra disponível para atender | Rolante/RS |
| 12 | Por volta de 2000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maior parte da região | É suficiente, mas poderia aumentar | Rolante/RS |
| 13 | Por volta de 5000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Não sabe informar, mas muitos turistas vêm de fora | Pode aumentar. Tem estrutura para atender mais | Caxias do Sul/RS |

| | | | | | |
|-----------|--|--|---|--|--------------------|
| 15 | Por volta de 6000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria de fora (60%) Restante da região (40%) | Precisa melhorar | Caxias do Sul/RS |
| 16 | Não sabe informar | Período do inverno | Região (50%) Lugares distantes (50%) | Precisa melhorar | Caxias do Sul/RS |
| 17 | Por volta de 1000 visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Região (70%) Lugares distantes (30%) | Precisa melhorar | Caxias do Sul/RS |
| 18 | Não sabe informar | Período do inverno | Alta temporada maioria de lugares distantes | Precisa melhorar na baixa temporada | Bento Gonçalves/RS |
| 19 | Em torno de 25 mil visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Alta temporada maioria de lugares distantes | Precisa melhorar na baixa temporada | Bento Gonçalves/RS |
| 20 | Em torno de 25 mil visitantes por ano | Período do inverno | Maioria de fora (80%) Restante da região (20%) | É suficiente | Bento Gonçalves/RS |
| 22 | Não sabe informar, mas é uma grande quantidade | Período do inverno | Maioria de fora (70%) Restante da região (30%) | É suficiente, mas poderia aumentar | Bento Gonçalves/RS |
| 23 | Em torno de 300 visitantes por ano | Período do inverno | Maioria de fora, mas não sabe informar | Precisa melhorar | Caxias do Sul/RS |
| 25 | Em torno de 300 visitantes por ano | Não há regularidade | Maioria de fora (80%) Restante da região (20%) | É suficiente pela proposta do empreendimento | Garibaldi/RS |
| 26 | Não sabe informar | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria de fora (70%) Restante da região (30%) | É suficiente, mas poderia aumentar | Garibaldi/RS |
| 27 | Em torno de 2000 visitantes por ano | Entre final e início do ano | Maioria do estado Minoria de outros estados ou outros países | Precisa melhorar | Garibaldi/RS |
| 28 | Não sabe informar | Constante durante o ano | Maioria de outros estados | É suficiente pela proposta do empreendimento | Garibaldi/RS |
| 29 | Não sabe informar | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Não sabe informar, mas grande parte de fora | Precisa melhorar | Bento Gonçalves/RS |
| 30 | Mais de 10 mil visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Região (50%) Lugares distantes (50%) | Pode aumentar | Bento Gonçalves/RS |

| | | | | | |
|----|---|--|--|--|----------------------------|
| 31 | Em torno de 4 mil visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Não sabe informar | Precisa melhorar | Urussanga/SC |
| 33 | Não sabe informar | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria do estado Minoria de outros estados | Precisa melhorar | Urussanga/SC |
| 34 | Empreendimento em processo de restauro | Empreendimento em processo de restauro | Empreendimento em processo de restauro | Empreendimento em processo de restauro | Urussanga/SC |
| 36 | Em torno de 7 mil visitantes por ano | Não há regularidade | Maioria da região (90%) Lugares distantes (10%) | | Colombo/PR |
| 37 | Não sabe informar | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria da RMC Inverno de longe | Não sabe informar | Colombo/PR |
| 38 | Não sabe informar | Entre final e início do ano Entre junho e julho | São Paulo (60%) Minoria da região | Aumenta ano a ano | Colombo/PR |
| 39 | Em torno de 1000 visitantes por mês | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria da região (80%) Lugares distantes (20%) | Precisa melhorar | Colombo/PR |
| 40 | Em torno de 10 mil visitantes por ano | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria da região (95%) Lugares distantes (5%) | Poucos são turistas. Precisa melhor | Colombo/PR |
| 42 | Média de 500 visitantes por final de semana | Datas comemorativas | Maioria da RMC (80%) Lugares distantes (20%) | É suficiente | São José dos Pinhais/PR |
| 43 | Mais de 1000 visitantes por semana | Período do inverno e finais de semana | Maioria da RMC (90%) Lugares distantes (10%) | É suficiente, mas turistas são poucos | São José dos Pinhais/PR |
| 44 | Em torno de 300 visitantes por semana | Fluxo constante | Maioria da RMC (70%) | É suficiente, mas poderia melhorar | São José dos Pinhais/PR |
| 45 | Não sabe informar | Fluxo constante, mas final do ano aumenta | Maioria da RMC (70%) Lugares distantes (30%) | É suficiente | São José dos Pinhais/PR |
| 47 | Em torno de 1000 visitantes por semana | Fluxo constante | Maioria de Vitória e proximidades | Tem capacidade de aumentar | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 48 | Não sabe informar | Período de colheita da uva | Brasil todo, mas não sabe informar | Precisa melhorar | Venda Nova do Imigrante/ES |

| | | | | | |
|-----------|---|--|---|---|----------------------------|
| 50 | Em torno de 2000 mil visitantes por mês | Entre final e início do ano Entre junho e julho | Maioria de Vitória (65%) Lugares distantes (35%) | Precisa manter a circulação constante para ser suficiente | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 51 | Não sabe informar | Período de inverno e outubro (Festa da Polenta) | Maioria de Vitória e proximidades | Precisa melhorar | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 52 | Não sabe informar | Férias escolares e feriados | Viajantes de todas as regiões | É suficiente, mas pode melhorar | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 53 | Em torno de 1000 visitantes por ano | Não sabe informar | Vitória e região (50%) Lugares distantes (50%) | É suficiente | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 54 | Em torno de 5 mil visitantes por mês | No inverno aumenta a circulação | Maioria do estado | É suficiente pela proposta do empreendimento | Venda Nova do Imigrante/ES |
| 57 | Não sabe informar | No inverno aumenta a circulação | Maioria de Vitória e proximidades | Precisa melhorar | Venda Nova do Imigrante/ES |

Obs.: Os números que faltam na numeração são referentes às entrevistas com os representantes institucionais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da sistematização do trabalho de campo.

Apêndice 2: Questionário para entrevistas aos usuários dos atrativos turísticos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGE

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PROJETO DE DOUTORADO: Circuitos turísticos ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil

Questionário para entrevistas aos usuários dos atrativos turísticos

Data: ___/___/_____

Local: _____

Perfil do entrevistado:

Nome: _____ Idade: () Sexo: M () F ()

Local de Residência/procedência: _____

Naturalidade: _____ UF: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () Outro

Nível de instrução:

() Sem instrução formal () Fundamental incompleto () Fundamental completo
() Médio incompleto () Médio incompleto () Superior incompleto
() Superior incompleto () Pós-graduação

Como efetuou a viagem?

() Sozinho/a () Com a família () Com acompanhante
() Com amigos () Excursão. Se em grupo, quantas pessoas? _____

Meio de transporte:

() Veículo próprio () Veículo Locado () Outro. _____

Turismo:

Quais os motivos de sua escolha pelo circuito turístico ítalo-descendente? (Pode escolher mais de uma opção)

() Interesse pela cultura ítalo-descendente () Interesse na paisagem da região
() Não conhecia a região () Consumo de produtos típicos
() Visitação de parentes () Outro. Qual? _____

Como conheceu o local/circuito a ser visitado?

() Jornais e revistas () Televisão () Material impresso

() Agência de viagens () Internet () Pessoas conhecidas
() Outros: _____

Quantas vezes já visitou esta propriedade? E o Circuito?

Vai visitar outras propriedades? Quais?

Quanto tempo pretende permanecer no circuito?

Já havia tido contato com a cultura ítalo-descendente? Em que situação?

Adquiriu algum produto? De que tipo?

Você acha que o turismo ajuda a manter/conservar os bens e as práticas culturais ítalo-descendentes?

Quais atrativos são mais marcantes para você?

() As construções e arquitetura. Por quê? _____

() Os produtos coloniais típicos. Por quê? _____

() A paisagem da região. Por quê? _____

() Outros. Quais? _____

Qual a importância do patrimônio cultural ítalo-descendente para você?

Você acha importante que a cultura seja transmitida aos mais jovens?

Existe alguma necessidade/problema que deve ser suprido para melhorar ou ampliar a promoção do turismo no circuito ítalo-descendente? O que?

Apêndice 3: Roteiro de perguntas para entrevista aos proprietários e/ou gestores dos atrativos turísticos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
PROJETO DE DOUTORADO: Circuitos turísticos ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil

Roteiro de perguntas para entrevistas aos proprietários dos atrativos turísticos

Perfil do entrevistado:

Nome: _____ Idade: () Sexo: M () F ()

Formação: _____

Profissão: _____

Função no circuito: _____

Turismo:

Qual o nome do Circuito Turístico?

Como surgiu a proposta do circuito? De quem foi a iniciativa?

Quantas propriedades/pontos fazem parte do roteiro turístico?

Desde quando a propriedade faz parte do roteiro?

O que motivou você a promover o turismo em sua propriedade?

O turismo é a única fonte de renda? Quais são as outras?

Que produtos de origem/tradição italiana são comercializados na propriedade? São produzidos aqui?

Qual é o número médio de visitantes por ano?

Em que parte do ano o movimento é maior?

E na baixa temporada, quais atividades são executadas na propriedade?

Os usuários dos atrativos costumam ser locais (do município ou região) ou são visitantes de regiões mais distantes? Qual o maior percentual: usuários locais ou usuários de fora?

Você acha que o turismo ajuda a manter/conservar os bens e as práticas culturais ítalo-descendentes?

De onde surgiu a ideia de promover o turismo nas propriedades?

Existe alguma necessidade/problema que deve ser suprido para melhorar ou ampliar a promoção do turismo no circuito ítalo-descendente? O que?

Em sua opinião, a quantidade de turistas é suficiente? Por quê?

Cultura ítalo-descendente:

Quantas pessoas habitam na propriedade? São todos membros da família?

Possuem funcionários?

Qual a sua ascendência (primeiros imigrantes)?

Que práticas (por exemplo: culinária, religiosa, técnicas de trabalho, práticas de lazer) foram herdadas dos antepassados? Praticam cotidianamente ou só na presença dos turistas?

Essas práticas são transmitidas aos jovens? Como?

Existem objetos antigos herdados dos seus antepassados? Que uso fazem deles?

Fala o dialeto? Se não, por que parou de falar? Algum membro da família fala?

Qual a importância pra você de ser um ítalo-descendente?

Qual a importância do patrimônio cultural ítalo-descendente para você?

Existem festas ou outras atividades típicas que revivem e valorizam a cultura ítalo-descendente. Quais?

Dessas, alguma atividade típica é exclusiva dos ítalo-descendentes da região ou são todas integradas ao calendário turístico?

Existe um calendário turístico?

Institucionalidade:

Existem políticas municipais ou estaduais de apoio à promoção do turismo? Quais?

Já fez uso de alguma política ou recurso de fomento ao turismo? Como?

Qual é o envolvimento do poder público no turismo? Que tipo de apoio vocês recebem do poder público?

Apêndice 4: Roteiro de perguntas para entrevista aos representantes institucionais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGE

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PROJETO DE DOUTORADO: Circuitos turísticos ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil

Roteiro de perguntas para representantes institucionais

Data: ____/____/____

Local: _____

Perfil do entrevistado:

Nome: _____ Idade: () Sexo: M () F ()

Cargo: _____

Nível de instrução: _____

Questões:

Você considera a cultura dos descendentes de imigrantes italianos um patrimônio cultural brasileiro? Por quê?

Você considera importante a reprodução da cultura dos descendentes de imigrantes italianos no Brasil? Por quê?

Você tem conhecimento do(s) Roteiro(s) turístico(s) ítalo-descendente no município ou na região? Conhece outros no Brasil?

Que ações do governo existem para apoiar as práticas turísticas (projetos, recursos, divulgação, formação, organização, equipamentos turísticos, etc.)

Existe alguma política de fomento específica para o desenvolvimento do(s) Circuito(s) Turístico(s) ítalo-descendente (município, estado)?

Qual a importância da promoção de práticas turísticas com base na cultura e identidade ítalo-descendente? (desenvolvimento econômico, fortalecimento da cultura, etc.)

O circuito turístico ítalo-descendente representa, aproximadamente, que percentual do turismo no município?

Os proprietários dos atrativos turísticos, alguma vez, procuraram o governo para buscar apoio institucional?

Apêndice 5: Questionário para entrevista às Agências de Turismo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGE

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PROJETO DE DOUTORADO: Circuitos turísticos ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil

Roteiro de perguntas para Agências de turismo

Data: ____/____/____

Local: _____

Perfil do entrevistado:

Nome: _____ Idade: () Sexo: M () F ()

Cargo: _____

Nível de instrução: _____

Questões:

Você considera a cultura dos descendentes de imigrantes italianos um patrimônio cultural brasileiro? Por quê?

Você considera importante a reprodução da cultura dos descendentes de imigrantes italianos no Brasil? Por quê?

Qual a importância da cultura dos descendentes italianos para a promoção do turismo no município ou região? Representa, aproximadamente, quanto do movimento turístico para a agência?

A agência promove divulgação para atrair turistas ou visitantes para o circuito local? De que forma?

Muitas pessoas procuram o circuito dos descendentes de imigrantes italianos? Quantas pessoas a agência costuma levar ao circuito por ano? Em que período do ano é mais procurado?

Cite alguns problemas que você considera importante solucionar para melhorar ou ampliar a promoção do turismo no circuito ítalo-descendente? Quais?